

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Thiago Zilio Passerini

**Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima? O lugar do galego
na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX**

Mestrado em Língua Portuguesa

**São Paulo
2019**

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Thiago Zilio Passerini

Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima? O lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX

Mestrado em Língua Portuguesa

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Língua Portuguesa, sob a orientação da Prof^a Dr^a Dieli Vesaro Palma.

São Paulo

2019

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial dessa Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Passerini, Thiago Zilio
Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima? O
lugar do galego na origem da língua portuguesa em
textos dos séculos XVI e XIX / Thiago Zilio
Passerini. -- São Paulo, 2019.
257 f. : il

Orientador: Dieli Vesaro Palma.
Dissertação (Mestrado - Programa de Estudos Pós-
Graduados em Língua Portuguesa) Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo PUC-SP, 2019.

1. Historiografia Linguística. 2. Origem da língua
portuguesa. 3. Galego. 4. Galego-português. I. Palma,
Dieli Vesaro. II. Título.

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Dieli Vesaro Palma (orientadora)

Prof. Dr. Xoán Carlos Lagares Diez - UFF

Prof^a. Dr^a. Leonor Lopes Fávero - PUCSP

O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
Número do processo: 88887.150390/2017-00

A minha mãe, por me ensinar aquilo que jamais poderia encontrar entre os escritos,

A Carmelina, por primeiro me contar a história aqui recontada,

A Marcos Marcionilo, por me mostrar o caminho de me fazer curir no mundo e por curir-me tantas vezes,

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Palimpsestos

Do grego, παλίμψηστος, “aquilo que se raspa para escrever novamente”, o palimpsesto era um papiro cujo texto original foi retirado para receber nova escrita. Embora sejam escritos da época medieval, ainda é possível recuperar parte das inscrições apagadas, que se tornaram marcas quase imperceptíveis, mas que ainda resistem ao passar dos séculos.

Assim são as pessoas ora referenciadas: palimpsestos de minh'alma que, apesar do esforço do Fado, jamais se apagarão.

*M*arilene, minha mãe e meu eterno amor, pelo incentivo e pelo cuidado desde o primeiro choro até os outros tantos que ouviu com tanto carinho. Por ser a mais fiel representação do que há de mais belo em todo o mundo: a figura materna.

*M*alace, meu pai, por possibilitar meu início na vida acadêmica e por todo o investimento a mim dedicado enquanto lhe foi possível.

*D*andara, minha irmã, por representar a perfeita tradução da palavra lealdade e pelos momentos de alegria compartilhados ao longo de todos esses anos.

*S*ata *S*uiamazy, meu pai espiritual, pelo suporte dado nos momentos em que julguei não ser possível continuar e por me mostrar o poder do axé que emana da palavra criadora.

*R*aphael, meu primo, por me tirar tantas vezes do quarto e renovar minhas energias com as risadas garantidas.

*M*irian, minha tia, pela presença constante na vida de todos nós e pelo incentivo a trilhar novos caminhos.

*P*aula, minha amiga de infância, por estar a meu lado em momentos difíceis por que passei ao longo dos dois anos de mestrado.

*R*enata, amiga de tantas horas, parceira de tantas angústias, companheira de tantos risos.

*M*aritês, exemplo de mulher e profissional. Amiga que levo para sempre.

*S*iselia, pelos conselhos tantos e pelas palavras tão cheias de afeto.

Carmelina Rosa, *in memoriam*, por primeiro me contar sobre a origem galega do português, história que reconto ao longo das páginas deste trabalho.

Marcos Marcionilo, meu melhor amigo, meu guru, meu protetor, quem primeiro me ouviu recontar essa história e, a partir daí, incentivou-me a contá-la ao mundo. A ele devo a jornada acadêmica que ora se inicia por meio desta dissertação. Sem ele nada disso seria possível.

Profª Drª Dieli Desaro Palma, *mi reina*, orientadora e mãe acadêmica, pelos inúmeros momentos de aprendizagem que me proporcionou ao longo de três anos de caminhada. Por acreditar neste projeto e torná-lo possível. Pelas mãos firmes e amorosas a mim estendidas nos momentos em que mais precisei. Pelo zelo que se estendeu além dos limites do mundo acadêmico. Minha eterna preceptora.

Profª. Drª. Leonor Lopes Fávoro, por aceitar tão generosamente fazer parte de minha banca, pelas valiosas contribuições dadas à pesquisa, por me ceder parte das obras que compõem um dos *corpora* deste trabalho. Mais que isso, por se tornar mais uma mãe que ganhei no mundo acadêmico. Pelo carinho e pelo exemplo de pessoa e pesquisadora.

Prof. Dr. Xoán Sagares, por também aceitar tão gentilmente fazer parte de minha banca, e por ter acrescentado tanto a este trabalho. Pelo carinho com que acolheu meu projeto, pelas inúmeras vezes que se dispôs a me ajudar com dúvidas que sempre surgiam.

Prof. Dr. Marcos Bagno, meu *eikon*, por todas as sugestões dadas na época da concepção desta dissertação. Por ser a primeira fonte em que bebi na busca por respostas às indagações tantas. Pela generosidade em compartilhar comigo sua sabedoria. Por participar de minha vida acadêmica desde o início, embora ainda não soubesse de minha existência. Pelo incentivo e pelo carinho de sempre. Por aceitar o convite à suplência de minha banca.

Profª. Drª Marilena Banton, por me acolher desde os tempos da pós-graduação e, desde então, me incentivar a seguir a vida acadêmica. Por ser a *mammy* que me cuidou e me ensinou ao longo do primeiro semestre do *lato sensu*. Por aceitar o convite à suplência de minha banca.

Sourdes, outra mãe que ganhei na vida acadêmica, pelo cuidado com as questões formais, tão necessárias para a consecução de meu mestrado. Pelos ouvidos, pelos conselhos e por todo o carinho.

Marcos Salviano, um presente de Logun Edé que ganhei na cinzenta São Paulo. Pela parceria, pelas risadas tantas e por ser testemunha de minha iniciação acadêmica.

Micheline, minha amiga e companheira de aulas e sonhos, pelo carinho, pelo cuidado e pelas palavras sempre confortantes.

Prof. Me. Murilo Bardelino, pelo incentivo desde os tempos de graduação. Por ser meu primeiro orientador, quando já em mim despontava o interesse pelas questões linguísticas e, sobretudo, historiográficas.

Prof. Dr. Fernando Benício, por ceder parte dos documentos que compõem um dos corpora do presente trabalho.

Prof. Dr. Henrique Monteagudo, pela disponibilidade em sanar minhas muitas dúvidas quando do início da pesquisa. Pelo envio de um material precioso, que será aproveitado oportunamente na próxima etapa desta jornada acadêmica.

Edmilson Cavalcante Bilio, o último a chegar a esta história para o início de uma nova e linda história. Meu pitoco, meu erê, meu raio de sol. Por ter dado cores ao cinza da vida. Por me ensinar tanto sobre ela. Por me mostrar o amor em todas as suas formas. Pelo mundo que me apresentou com um sorriso e pelo caminho que me fez trilhar, guiado pelo brilho de seus olhos tão vivos. Por estar eternizado neste trabalho por meio da tradução do resumo e em minha vida por meio de sua existência.

“E nada pedi [...]

Só agradei.”

*“Miña terra, miña terra,
terra donde me eu criei,
hortiña que quero tanto,
figueiriñas que prantei,*

*prados, ríos, arboredas,
pinares que move o vento,
paxariños piadros,
casiña do meu contento,*

*muíño dos castañares,
noites craras de luar,
campaniñas trimbadoras
da igrexiña do lugar,*

*amoriñas das silveiras
que eu lle daba ó meu amor,
camiñiños antre o millo,
¡adios, para sempre adios!”*

(Rosalía de Castro)

*“Sustentava contra ele Vénus bela,
Afeiscada à gente Lusitana,
Por quantas qualidades via nela
Da antiga tão amada sua Romana;
Nos fortes corações, na grande estrela,
Que mostraram na terra Tingitana,
E na língua, na qual quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a Latina.”*
(Camões)

PASSERINI, Thiago Zilio. (2019). **Ocultação de paternidade ou filiação ilegítima?** O lugar do galego na origem da língua portuguesa em textos dos séculos XVI e XIX. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Programa de estudos pós-graduados em Língua Portuguesa. Orientadora: Profª Drª Dieli Vesaro Palma

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a origem do português e situa-se na linha de pesquisa História e descrição da língua portuguesa. O objetivo geral consiste na análise da referida origem, considerando os fatores que levaram ao apagamento e ao ressurgimento do galego em textos dos séculos XVI e XIX. O recorte temporal proposto corresponde a dois momentos de grande destaque: o primeiro relaciona-se ao apogeu do império ultramarino lusitano e, do ponto de vista linguístico, inaugura o processo de gramatização do vernáculo; o segundo liga-se à formação dos estados europeus, em um contexto de emergência dos ideais nacionalistas, e, com relação às concepções linguísticas, marca o surgimento do método histórico-comparativo que, em Portugal, promoveu a revisitação dos cancioneiros, marcas indeléveis do passado do português, cuja língua passou a ser chamada de galego-português. O exame empreendido baseou-se na análise de dois corpora: o do século XVI compreende a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira e a *Cartinha com os mandamentos da santa madre igreja*, a *Grammatica da lingua portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros; o do século XIX abarca três artigos publicados em livros e revistas da época, assinados por Leite de Vasconcellos, Adolpho Coelho e Carolina Michaëlis de Vasconcellos. A base de análise empregada baseou-se nos princípios teórico-metodológicos preconizados por Swiggers (2009;2010) e Koerner (2014 [1974; 1987; 1993; 1994; 1995]). Entre os objetivos específicos figuram: a promoção de um debate de novas teorias capazes de alterar o paradigma vigente da história do português; a ampliação das discussões entre os distintos espaços lusófonos, incluindo neles o galego; a divulgação da relevância da historiografia linguística para este tipo de estudo ; e, por último, o fornecimento de material para a promoção de novas pesquisas relacionadas à questão. De modo geral, os resultados apontam para a estreita ligação entre o clima de opinião e o conhecimento linguístico produzido, de modo que os processos de apagamento e ressurgimento do galego na origem da língua contada nas duas centúrias em questão são plenamente explicáveis e concebíveis quando se considera o contexto em que tal conhecimento foi produzido.

Palavras-chave: historiografia linguística; origem da língua portuguesa; galego; galego-português.

PASSERINI, Thiago Zilio. (2019). **Paternity concealment or illegitimate affiliation?** The place of the Galician in the origin of the Portuguese language in texts from sixteenth and nineteenth century. Master's Dissertation. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Postgraduate program of studies in Portuguese Language. Advisor Professor: Prof^a Dr^a Dieli Vesaro Palma

ABSTRACT

This paper has as theme the origin of Portuguese and is situated in the research line History and Portuguese language description. The general purpose is analyze the referred origin, considering the factors that lead to the erasure and resurgence of the Galician in texts from sixteenth and nineteenth century. The temporal cut proposed corresponds to two moments of great emphasis: the first relates to the apogee of the Lusitanian overseas empire and in the linguistic point of view, it inaugurates the grammatization process of the vernacular. The second links to the European state's formation, in an emergency context of the nationalist ideals and with regard to the linguistic conceptions, mark the appearance of the comparative-historical method that, in Portugal, promoted the revisiting of the *Cancioneiros*, seriously marks of the Portuguese's past, whose language started to be called Galician-Portuguese. The undertaken exam was based in the analyze of two *corpora*: one from sixteenth century that comprehend the *Grammatica da lingoagem portuguesa* by Fernão de Oliveira and the *Cartinha com os mandamentos da santa madre igreja, a Grammatica da lingua portuguesa e o Diálogo em louvor da nossa linguagem*, by João de Barros. The nineteenth century embrace three articles published in books and periodical of the age, signed by Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho and Carolina Michaëlis de Vasconcellos. The analyze basis used was based in the methodological-theoretical principles proposed by Swiggers (2009; 2010) and Koerner (2014 [1974; 1987; 1993; 1994; 1995]). Among the specifics purposes figure: the promotion of one discussion of new theories able to change the current paradigm of the Portuguese history; the expansion of the discussions between the distinct spaces of Portuguese-speaking, including in them the Galician; the dissemination of the relevance of the linguistic historiography for these studies; and finally, the supply of material for the promotion of new researches related to these questions. In general, the results point to a close connection between the zeitgeist and the linguistic knowledge produced, so the process of erasure and resurgence of the Galician in the origin of the language told in the two centuries in question are fully explainable and conceivable when it considers the context that such knowledge was produced.

Key words: historiography of linguistics; origin of Portuguese language; Galician; Galician-Portuguese.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| | |
| 1. O ATO DE PERSCRUTAR O PASSADO: A HISTÓRIA, A HISTORIOGRAFIA E A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA | 26 |
| 1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 27 |
| 1.2 A BUSCA POR UM CONCEITO DE HISTÓRIA | 28 |
| 1.2.1 DO ÉTIMO ÀS CONCEPÇÕES PRIMORDIAIS DE HISTÓRIA..... | 28 |
| 1.2.2 DE QUE HISTÓRIA FALAMOS ENTÃO? | 33 |
| 1.2.3 MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA CONSIDERAÇÃO NECESSÁRIA | 36 |
| 1.3 HISTORIOGRAFIA: UM TERMO POLISSÊMICO | 37 |
| 1.3.1 AS MULTIFACES DA HISTORIOGRAFIA: DA “ESCRITA DA HISTÓRIA” AOS “ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE A HISTÓRIA” | 38 |
| 1.4 A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: DIÁLOGO DE TEMPOS E SABERES NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM..... | 44 |
| 1.4.1 À GUIA DE DEFINIÇÃO: O QUE NÃO É HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA | 45 |
| 1.4.2 DA NEGAÇÃO À AFIRMAÇÃO: O QUE É E COMO SE FAZ HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA .. | 50 |
| 1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 62 |
| | |
| 2. O EMBATE ENTRE DOIS TEMPOS: ANTIGOS E NOVOS OLHARES SOBRE A ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA | 64 |
| 2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 65 |
| 2.2 UM PARADIGMA QUE SÃO DOIS: O PORTUGUÊS COMO A “ÚLTIMA FLOR DO LÁCIO”..... | 66 |
| 2.2.1 A ORIGEM LATINA..... | 68 |
| 2.2.2. O “GALEGO-PORTUGUÊS” | 70 |
| 2.3 UM NOVO OLHAR SOBRE A HISTÓRIA: ENTRE O GALEGO E O GALEGO-PORTUGUÊS..... | 72 |
| 2.3.1 AS ORIGENS DO ROMANÇO | 73 |
| 2.3.2 A HISTÓRIA “MAL CONTADA” DA PORTUGALÍCIA..... | 83 |
| 2.3.3 GALEGO-PORTUGUÊS ANTES DE PORTUGAL? | 90 |
| 2.3.4 O BATISMO DO “GALEGO-PORTUGUÊS” E SUAS MOTIVAÇÕES..... | 93 |
| 2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 95 |

| | |
|--|----------------|
| 3. O SÉCULO XVI: A OCULTAÇÃO DE PATERNIDADE NA ORIGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA | 97 |
| 3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 98 |
| 3.2 AS FONTES PRIMÁRIAS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A BUSCA E A SELEÇÃO DOCUMENTAIS | 99 |
| 3.3 O SÉCULO DE OURO PORTUGUÊS: O APOGEU CULTURAL QUINHENTISTA | 100 |
| 3.3.1 PORTUGAL HUMANISTA: UM RETORNO NECESSÁRIO AO SÉCULO XV | 101 |
| 3.3.2 PORTUGAL RENASCENTISTA: O CLIMA DE OPINIÃO | 104 |
| 3.3.3 O CONHECIMENTO LINGUÍSTICO DO SÉCULO XVI | 110 |
| 3.4 OS PROTOGRAMÁTICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA | 116 |
| 3.4.1 FERNÃO DE OLIVEIRA: UM HOMEM TRANSGRESSOR, O GRAMÁTICO PRECURSOR | 116 |
| 3.4.2 JOÃO DE BARROS: UM HOMEM DE MUITAS LETRAS, ERUDITO DE MUITAS FACETAS | 118 |
| 3.5 A BUSCA PELO GALEGO EM FERNÃO DE OLIVEIRA E JOÃO DE BARROS: ANÁLISE DAS OBRAS | 119 |
| 3.5.1 <i>A GRAMMATICA DA LINGOAGEM PORTUGUESA</i> , DE FERNÃO DE OLIVEIRA | 121 |
| 3.5.1.1 ASPECTOS GERAIS DA EDIÇÃO <i>PRINCEPS</i> | 121 |
| 3.5.1.2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SÍNTESE HISTÓRICO-COMPARATIVA DA GRAMÁTICA OLIVEIRIANA | 123 |
| 3.5.2 A TRÍADE LINGUÍSTICA BARROSIANA: A CARTINHA, A GRAMÁTICA E O DIÁLOGO | 136 |
| 3.5.3. A CARTINHA COM OS MANDAMENTOS DA SANTA MADRE IGREJA | 137 |
| 3.5.3.1 ASPECTOS GERAIS DA EDIÇÃO <i>PRINCEPS</i> | 137 |
| 3.5.3.2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SÍNTESE HISTÓRICO-COMPARATIVA | 140 |
| 3.5.3 A GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA | 144 |
| 3.5.3.1 ASPECTOS GERAIS DA EDIÇÃO <i>PRINCEPS</i> | 144 |
| 3.5.3.2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SÍNTESE HISTÓRICO-COMPARATIVA | 146 |
| 3.5.4 O DIÁLOGO EM LOUVOR DA NOSSA LINGUAGEM | 152 |
| 3.5.4.1 BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE O GÊNERO DIÁLOGO | 152 |
| 3.5.4.2. ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SÍNTESE HISTÓRICO-COMPARATIVA | 152 |
| 3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 157 |
| 4. O SÉCULO XIX: A FILIAÇÃO ILEGÍTIMA AO GALEGO-PORTUGUÊS | 161 |
| 4. 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 162 |
| 4.2 AS FONTES PRIMÁRIAS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A BUSCA E A SELEÇÃO DOCUMENTAIS | 163 |
| 4.3 O SÉCULO XIX EM PORTUGAL: A BUSCA POR NOVOS CAMINHOS | 165 |
| 4.3.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTUGAL DA “ÉRA DAS LUZES” | 166 |

| | |
|---|------------|
| 4.3.2 PORTUGAL OITOCENTISTA: O CLIMA DE OPINIÃO | 170 |
| 4.3.3. O CONHECIMENTO LINGÜÍSTICO DO SÉCULO XIX..... | 177 |
| 4.4 OS GRANDES NOMES DA FILOLOGIA PORTUGUESA..... | 182 |
| 4.4.1 JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS: UM ETNÓGRAFO E ARQUEÓLOGO DA LINGUAGEM | 182 |
| 4.4.2 ADOLFO COELHO: UM GLOTÓLOGO NA FILOLOGIA PORTUGUESA | 184 |
| 4.4.3 CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS: A GRANDE ENTRE OS GRANDES | 185 |
| 4.5 EM BUSCA DA LÍNGUA PRIMITIVA: O ADVENTO DO GALEGO-PORTUGUÊS..... | 187 |
| 4.5.1 A RESPOSTA DE LEITE DE VASCONCELLOS A AUGUSTO G. BESADA, EM 1887: O “PORTUGUÊS-GALEGO” | 188 |
| 4.5.1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVISTA LUSITANA | 188 |
| 4.5.1.2 A RESPOSTA DE LEITE DE VASCONCELOS | 189 |
| 4.5.2 ADOLFO COELHO E A LÍNGUA “GALLECIO-PORTUGUEZA” | 194 |
| 4.5.2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA | 194 |
| 4.5.2.2 UMA ANÁLISE GLOTOLÓGICA DO GALEGO | 195 |
| 4.5.3 CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS E O “GALEGO-PORTUGUÊS”. | 197 |
| 4.5.3.1 AS LIÇÕES DE FILOLOGIA PORTUGUESA..... | 197 |
| 4.5.3.2 O “NASCIMENTO” DO GALEGO-PORTUGUÊS..... | 198 |
| 4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 202 |
| CONCLUSÃO | 204 |
| REFERÊNCIAS | 209 |
| ANEXO I – DOCUMENTOS DO SÉCULO XVI: TRECHOS DA GRAMÁTICA DE FERNÃO DE OLIVEIRA | 218 |
| ANEXO II– DOCUMENTOS DO SÉCULO XVI: TRECHOS DA TRÍADE BARROSIANA..... | 232 |
| ANEXO III– DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX: A RESPOSTA DE LEITE DE VASCONCELOS | 249 |
| ANEXO IV– DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX: A ANÁLISE GLOTOLÓGICA DE ADOLFO COELHO | 252 |
| ANEXO V– DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX: O NASCIMENTO DO GALEGO-PORTUGUÊS..... | 254 |

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

| | |
|---|-----|
| Figura 1: Os estudos historiográficos hodiernos com base em Silva (2001) | 43 |
| Quadro 1: Exemplos de grupos de pesquisa sob a chancela da HL e da HIL..... | 37 |
| Figura 2: A HL e a intersecção dos diferentes campos do saber | 51 |
| Figura 3: A atividade historiográfica de acordo com Altman (2004 [2003]) | 55 |
| Figura 4: As duas fases da HL, de acordo com Swiggers (2010)..... | 57 |
| Figura 5: Comparação entre as considerações de Altman (2004 [2003]) e Swiggers (2010) | 58 |
| Figura 6: Procedimentos metodológicos do GPeHLP, segundo Palma (2013) | 61 |
| Figura 7: A Hispânia Romana | 75 |
| Figura 8: As províncias romanas no tempo de Diocleciano | 76 |
| Figura 9: Os povos pré-românicos | 77 |
| Figura 10: Hispania Romana, com destaque a parte da área comum Galícia-Portugal | 78 |
| Figura 11: Área primitiva do galego-português | 79 |
| Figura 12: Mapa linguístico da Península Ibérica no século X | 81 |
| Figura 13: Parte norte do Portugal Romano..... | 85 |
| Figura 14 Frontispício da gramática de Fernão de Oliveira..... | 122 |
| Figura 15: Cólófon da gramática de Oliveira | 123 |
| Figura 16: Frontispício da cartinha de João de Barros..... | 138 |
| Figura 17: Cólófon da cartinha de João de Barros..... | 139 |
| Figura 18: Frontispício da gramática de Barros..... | 145 |
| Figura 19: Cólófon da gramática de Barros..... | 145 |
| Figura 20: Frontispício da Revista Lusitana | 189 |
| Figura 21: Frontispício da obra de Coelho | 195 |
| Figura 22: Frontispício das Lições de Filologia Portuguesa | 198 |

INTRODUÇÃO

A origem da língua portuguesa pode parecer, *a priori*, tema recorrente ou até mesmo repetitivo, tendo em vista a grande quantidade de materiais já produzidos com o intuito de (re)contá-la aos mais diferentes públicos. Por essa razão, retomar uma história narrada há tanto tempo e – salvo raras exceções – do mesmo modo pode parecer a repetição de um postulado há muito instituído, que faz parte do *senso comum* quando o assunto é responder à pergunta “De onde vem o Português”.

Se por um lado, a ascendência latina de nosso idioma é unanimidade, por outro, quando se fala de sua forma mais “arcaica”, chega-se a um estágio denominado “galego-português”. Aqui, temos outro fato incontestável: em seus primórdios, a língua portuguesa existia em concomitância com o galego. Assim, havia relativa unidade linguística entre Portugal e a Galícia, região norte da Espanha:

Com relação ao “galego-português”, deparamo-nos com a inexatidão da origem de tal nomenclatura. De acordo com Bagno (2012), a designação surgiu no século XIX, cunhada pela filóloga Carolina Michaelis de Vasconcelos. Trata-se, portanto, de uma criação do círculo filológico português. Contudo, há quem defenda que o termo tenha sido criado por linguistas alemães, como se verifica em Coseriu (1987), embora o autor não cite fontes para comprovar sua afirmação.

A ausência de um nome específico para o estágio primitivo da língua corrobora a visão de a denominação ter surgido na época oitocentista. Em outras palavras, os falantes do “galego-português” não se referiam a ele nesses termos, tampouco os primeiros historiadores da língua portuguesa, como o caso de Duarte Nunes de Leão, que se ocupou de contar a origem do português em 1606.

Desse modo, fica evidente que a origem da língua portuguesa, tal como é contada ao longo dos séculos, apresenta diferentes nuances, inexoravelmente ligadas ao *clima de opinião* da época em que se escreve/ inscreve. Além disso, os diferentes estágios da ciência são de extrema importância para definir o modo como se (re) conta a história do português e os critérios empregados pelos historiadores na reconstrução do passado da língua.

O interesse pela investigação proposta no presente trabalho nasceu do convite recebido de Marcos Marcionilo, editor-chefe da Parábola Editorial, para fazermos

parte do grupo de autores do blog da editora. Na ocasião, produzimos um texto sobre a origem da língua portuguesa, questionando a hegemonia latina em detrimento do galego. A concepção do artigo deu-se após a leitura do capítulo 5 da *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de Marcos Bagno, denominado “*Do galego ao brasileiro: história da nossa língua*”. A ele associamos uma experiência pessoal da adolescência, quando estudávamos espanhol com uma professora de origem galega.

Em determinada aula, foi-nos dito que o latim não era, como se dizia, o “pai” do português, mas sim o galego. Por meio da leitura de Bagno, percebemos não se tratar de simples patriotismo de nossa professora, mas sim de um ponto de vista defendido por acadêmicos, causando-nos grande surpresa. Esse foi o “mote” de nosso texto, transcrito a seguir:

QUEM É O PAI DA LÍNGUA PORTUGUESA? ENTRE A MEMÓRIA E A LINGÜÍSTICA HISTÓRICA¹

O homem, em sua incessante busca por respostas, deparou-se com diversos questionamentos, que fazem parte de sua natureza “investigativa”. Essa eterna necessidade de conhecer e estabelecer ligações apresenta diversas facetas e o levou a inúmeras descobertas, de grande importância para sua existência.

No entanto, alguns questionamentos, como os da atemporal esfinge, são cada vez mais pertinentes e, à revelia, cada vez menos elucidados. Se talvez não caiba à Linguística a solução dos dilemas do “*Quem sou eu?*” ou do “*Para onde vou?*”, pelo menos o “*De onde vim?*” parece ser uma das questões que podem ser respondidas.

Graças aos estudos científicos, que lançaram um novo olhar sobre as questões da linguagem, muitas verdades tidas como absolutas foram desconstruídas. Os “velhos conceitos”, inclusive os históricos, foram reformulados e assim podemos, cada vez mais, compreender a língua que falamos sob os mais diversos aspectos.

Todos nós fomos educados “gramaticalmente”. Desse modelo, herdamos uma série de dogmas, os quais, apesar dos avanços da ciência da linguagem, ainda têm força em nossa sociedade. A questão da “paternidade” – portanto, do “*De onde vim?*” – da língua portuguesa é um desses dogmas, uma vez que, sempre que a ela nos referimos, afirmamos categoricamente: “*O latim é o pai da nossa língua*”.

Tal afirmação me traz à mente a desconstrução do primeiro “mito” sobre o nosso idioma, antes mesmo de eu ingressar no curso de Letras, embora, à época, ainda não tivesse maturidade para compreender o que isso significava.

Em 2000, aos 14 anos, fui convidado por uma amiga de nossa família a aprender espanhol. A professora, que morava a duas quadras de minha casa, era Maria del Carmen Fernandez Caula de Erosa. Carmelina, como todos a chamávamos, era espanhola, nascida em Santiago de Compostela, extremamente apaixonada por seu país e exímia conhecedora de suas origens galegas e da língua espanhola.

Nossos encontros semanais duravam cerca de duas horas e, nesse tempo, eu ouvia, admirado, as histórias de sua terra. Apesar de seus quase cinquenta anos de Brasil, os vinte e dois anos que passara na Espanha permaneciam intactos em sua memória, reavivada a cada aula.

¹ O texto encontra-se disponível em: <https://www.parabolablog.com.br/index.php/blogs/quem-e-o-pai-da-lingua-portuguesa>. Acesso em: 25.03.2019.

Em determinado encontro, recorde-me de estarmos conversando sobre a rapidez com a qual eu estava aprendendo o idioma. Na ocasião, disse-lhe que era normal, pois o espanhol era bem parecido com o português, afinal ambos eram “filhos do latim”. Assim eu tinha aprendido na escola!

Carmelina ficou em silêncio. Levantou-se, foi até a sala e voltou com um prato decorativo. E me mandou ler. Deparei-me, então, com alguns versos do famoso *Himno de Galicia*. Até aquele momento, eu já tinha compreendido algumas questões relativas às regiões da Espanha, mas não podia pensar que a *tal Galicia* dispusesse, inclusive, de um hino!

Feitas as ressalvas históricas, minha professora lança a questão: “*Que língua é essa?*”. Na ingenuidade de meus 14 anos, respondi: “*Um espanhol que parece português*”. Carmelina sentiu que estávamos no caminho certo e pediu-me, então, que lhe explicasse minha resposta.

Bastava olhar os versos “*¿Qué din os rumorosos / na costa verdecente / ao raio transparente / do prácido luar?*”. O artigo “os”, a combinação “ao”, a palavra “luar”, tudo isso não fazia parte do espanhol! Aliás, a palavra *prácido*, e não *plácido*, como em português, também me chamou a atenção, embora somente na faculdade eu fosse entender o *rotacismo*.

Diante da resposta, ouvi a seguinte frase: “*Você já sabe que na Galícia, além do espanhol, se fala o galego. Isso é galego. Ele, sim, é o pai da sua língua. Ou você acha que as pessoas simplesmente dormiram falando latim e acordaram falando português?*”

Empolguei-me diante de tal afirmação e continuei a leitura dos versos do hino, que me surpreenderam ainda mais quando me deparei com a presença de palavras como “*chegados*”, em vez de “*llegados*”, “*fillos*”, em vez de “*hijos*”. Definitivamente, aquilo era mais *português* do que eu poderia imaginar!

Anos depois, durante a graduação, deparei-me, outra vez, com essa questão e constatei que a sábia professora, de todo, não se enganara. Além disso, percebi, através de algumas leituras, a possível causa do equívoco relacionado à “paternidade” de nossa língua: se observarmos, por exemplo, a *Gramática histórica*, de Ismael Coutinho, encontraremos a seguinte afirmação: “*... o português é o próprio latim modificado. É lícito concluir, portanto, que o idioma falado pelo povo romano não morreu*”.

Tomada por muitos de modo restrito, tal afirmação, que, em um primeiro momento, não traz nenhuma referência ao estágio anterior ao que se denomina hoje português, faz com que se crie uma impressão de continuidade *automática* entre o “idioma falado pelo povo romano” e o nosso. Além disso, cabe um questionamento: se, no início, o autor afirma que falamos um *latim modificado*, como pode, em seguida, afirmar que o *idioma falado pelo povo romano* não morreu? Ora, se houve modificação tamanha a ponto de se constituírem duas línguas – *galego e português* –, como podemos comparar ambas as línguas à falada pelo povo romano?

A modificação mencionada por Ismael Coutinho é, na verdade, um longo processo, iniciado no século III a.C., quando os romanos desembarcam na Península Ibérica em virtude das Guerras Púnicas, cujo resultado é o que se conhece como *romanização*, devido à derrota de Cartago e à anexação do território ibérico ao Império Romano. Assim, o *latim vulgar*, o *sermo vulgaris* – a língua falada –, é adotado pelos povos locais.

A diversidade de tribos, a invasão de outros povos, bárbaros e mouros, e o próprio enfraquecimento do poder dos conquistadores fizeram com que esse latim se transformasse nos diversos *românços*. Eles, posteriormente, deram origem às conhecidas *línguas latinas, neolatinas ou novilatinas*. O galego constitui, portanto, uma dessas modificações, ocorrida na região ocidental da Península Ibérica.

O fato é que essa transformação não pode – e nem deve! – ser tratada como *latim propriamente dito*, principalmente porque, a partir do século IX, na fase denominada proto-histórica do português, ela tomará contornos próprios, totalmente distintos do latim original, e perdurará até a fase histórica arcaica, que finda no século XIV e marca a formação efetiva do idioma lusitano.

Durante esse período, de aproximadamente cinco séculos, a história assistiu à formação do Estado português, no século XII, e, apesar da separação da Galiza, a língua continuou em pleno uso, avançando, pelo menos, dois ou três séculos ainda, dada a importância cultural da região.

Conforme assinala Amini Boainan Haury, os membros da aristocracia eram educados na Galiza, devido ao desenvolvimento comercial instaurado em Santiago de Compostela, por conta do afluxo de peregrinos cristãos à cidade. Desse modo, ela teria se tornado o mais importante centro de devoção da Idade Média e, por conta disso, um referencial cultural.

Nota-se, portanto, a existência de uma língua *anterior* ao português e, ao mesmo tempo, *posterior* ao latim, advinda da transformação constante daquele *românço* falado até o século IX. Em sua *História da língua portuguesa*, Paul Teyssier, renomado lusófilo e estudioso da linguagem de Gil Vicente, afirma ser o português do século XIII o mesmo galego falado na província espanhola.

Se os postulados acima registrados não bastam para desconstruir a ideia de continuidade *latim-português*, a análise comparativa deste com o galego, tal qual a iniciada por mim aos 14 anos, pode

ser um caminho que aponte a prevalência de semelhanças muito mais claras entre a língua portuguesa e a galega, do que com a latina.

Curiosamente, muitos usos hoje considerados *desvios ou termos em desuso*, de acordo com a gramática, podem ser observados desde a fase galega. Um exemplo é o fenômeno do *rotacismo*, observado na palavra *prácido*, presente no verso do hino galego. E quantas pessoas hoje não mantêm vivo o mesmo fenômeno ao proferirem *brusa* ou *craro*? Além dele, podemos citar a troca do prefixo *des-* pelo prefixo *es-*, e há ainda quem diga *esperdiçar ou espedaçar!*

Além dessas duas ocorrências, inúmeras outras permitem não só a comparação entre o galego e o português, como também a definição mais clara da genética de nossa língua, cuja paternidade é atribuída, muitas vezes, a um avô, de hereditariedade indiscutível, mas que não pode se sobrepor à influência indelével de seu “verdadeiro pai”.

As razões para tal equívoco são inúmeras e nos mostram, mais uma vez, o peso das questões históricas, políticas e culturais na formulação de determinados conceitos. Sobre isso, em sua *Gramática pedagógica do português brasileiro*, Marcos Bagno menciona um dos possíveis motivos para essa “troca de paternidade”: a necessidade de manutenção da soberania lusitana, tendo em vista seu grandioso passado. Por conta dele, não seria honroso afirmar que o idioma lusitano teria surgido de uma língua “de campônios rudes”, estigma que pesou sobre o galego durante muito tempo.

Ainda sobre esse assunto, é importante ressaltar que, embora se atribua aqui uma paternidade à língua dita *galega*, deve-se ressaltar o fato de o atual galego, que ainda resiste no norte da Espanha, não ser, tampouco, a figura paterna buscada. Isso porque é impossível afirmar que ele tenha se mantido idêntico àquele usado pelos portugueses até o século XIV. Seriam, então, o galego de hoje e nosso português irmãos “quase gêmeos”, filhos *daquele outro galego*, muitas vezes, ofuscado pela luz do patriarca, o latim.

À guisa de comprovação, basta comparar um texto escrito no século XIII a outro escrito no século XX, por exemplo. As diferenças são perceptíveis e atestam a transformação da língua, fato que permitiu sua sobrevivência ao longo dos séculos. Caso contrário, ela teria tido o mesmo fim do idioma dos conquistadores romanos, cuja morte é discutida principalmente por aqueles que não aceitaram a vinculação do português a uma língua “sem prestígio”, e que contribuíram para a disseminação de uma visão equivocada acerca do percurso natural de nosso idioma.

No início deste ano, vim a saber da partida da professora Maria del Carmen para o Mundo da Verdade, aos 88 anos. Mesmo vivendo muito próximos, nos distanciamos no fluxo do rio da Vida. No entanto, tal qual o galego e o português, estamos indissociavelmente ligados e continuaremos o nosso percurso em mundos diferentes. Ela talvez já tenha encontrado todas as suas respostas esfíngicas, embora, para mim, seu sempre aluno, cujo olhar ainda é o do adolescente, Carmelina já soubesse de tudo.

Se você, leitor, se interessou pela questão da paternidade do idioma lusitano, saiba que ainda há muitos outros aspectos aqui contemplados. Para encontrá-los, não deixe de ler dois livros de mesmo título: *História da língua portuguesa*, um de Paul Teyssier e, o outro, de organização de Segismundo Spina, em que se encontra o texto de Haüy. Por meio deles, é possível *mapear geneticamente* o português e perceber quanto do galego-português ainda está presente na nossa língua, em seus mais diversos usos. Além destes, é essencial a leitura dos capítulos 5 e 6 da *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno, em que o autor esclarece os equívocos mencionados ao longo do presente texto e faz uma análise minuciosa da questão “*portugalega*”

Após a publicação do texto, cujo número de acessos já ultrapassa nove mil, entramos em contato – por intermédio de Marcionilo – com Bagno e outros autores empenhados na “questão galega”, dentre eles Henrique Monteagudo, da Universidade de Santiago de Compostela, e Xoán Lagares, da Universidade Federal Fluminense. Todos, ao saberem de nosso interesse na questão, atenderam com solicitude às nossas demandas relacionadas ao tema. A aceitação da ideia também pela Prof^a Dr^a Dieli Vesaro Palma – nossa orientadora desde a Especialização – deu-nos um grande

incentivo, pois sempre manifestamos interesse em continuar os estudos sob sua orientação, embora, desta vez, em um projeto diferente do primeiro.

Outro fator que motivou a escolha do tema é a crescente atenção dada à origem da língua portuguesa, a fim de haver uma compreensão mais clara da posição de nossa língua na história mundial das línguas e de sua relação com os idiomas circunstantes na Península Ibérica. Questão de cunho historiográfico, cujas repercussões são evidentes sobre a identidade linguística de todas as comunidades lusófonas, com evidente destaque para o português europeu e o brasileiro.

Na discussão promovida pelos acadêmicos, aspectos político-linguísticos relacionados à origem da língua compartilhada, com sucessivas diferenças, por Portugal e Brasil, levantam questões de pesquisa e de ensino candentes em nosso país. Prova disso é o crescente número de estudos brasileiros, galegos e até mesmo portugueses voltados ao tema, lançando novas luzes sobre ele e dando-lhe novos contornos.

Tratar da questão em uma pesquisa em nível de mestrado, com base nas propostas teóricas do Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa da PUC-SP/ IP-PUC, representa dar visibilidade e aplicação didática a uma nova temática em nosso país. Ela, por sua vez, contribuirá para aprofundar o conhecimento que as ciências linguísticas podem carrear para o ensino de língua e para a consecução de políticas linguísticas mais adequadas aos fatos históricos.

Considerando o fato de haver unanimidade quanto à “origem latina” de nossa língua e quanto ao período “galego-português”, é lícito pensar em dois processos distintos, referentes ao modo como a origem do idioma é (re)contada em diferentes períodos. De um lado, a necessidade de afirmação de uma latinidade, por meio de uma filiação, e o consequente apagamento do galego. De outro, o ressurgimento desse mesmo galego, não exatamente como “genitor” de nossa língua, mas talvez como um mero “apêndice” que acompanha o “português” e atesta a existência de um *continuum linguístico* entre Portugal e Galícia nos primórdios da história do português.

Como se pode perceber, valemo-nos de conceitos ligados a um paradigma “geneticista” de origem das línguas, que norteou a visão dos estudiosos durante muitos séculos. O próprio título desta dissertação apresenta dois termos do âmbito jurídico, ligados às questões de parentesco. Embora hodiernamente saibamos que a

constituição de uma língua esteja muito mais ligada a fatores históricos, políticos e sociais, optamos por manter a metaforização biologicista para não nos distanciarmos do espírito de época dos séculos estudados.

Sobre eles, também é necessário fazermos algumas considerações. Levando em conta a necessidade de perscrutar a história a fim de verificar se houve efetivamente um apagamento do galego e em quais circunstâncias ele “ressurge” sob a alcunha de “galego-português”, o recorte temporal proposto contempla dois períodos muito significativos no percurso histórico da língua portuguesa.

O século XVI representa o marco inicial do processo de gramatização (Auroux, 2014 [1992]) de nossa língua, mais precisamente a partir de 1536, com a publicação da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira. A partir dela, outras obras de cunho linguístico passaram a circular em território lusitano, seja sob a forma de gramáticas, seja sob a forma de diálogos, muito comuns à época devido à influência renascentista.

Tendo em mente a política expansionista que vigorou até pelo menos a metade dos Quinhentos, urgia a necessidade de uma língua gramatizada, capaz de construir não só um lastro cultural como também de ser ensinada aos povos colonizados. Naquele momento, instaurou-se um discurso fundador, e as origens do português deveriam ser nobres, dada a posição de destaque ocupada por Portugal no contexto da época. O latim foi a língua escolhida como ancestre, por se tratar de um idioma igualmente imperial, a quem, de certa forma, a língua portuguesa estava ligada. Para reestabelecer a consanguinidade entre ambos, o galego foi tacitamente subtraído de tais relações de parentesco, e os Quinhentos são de grande relevância na comprovação de tal premissa.

Com relação ao século XIX, a *história externa* revela não só a formação dos Estados, advinda do nacionalismo que invadiu a Europa a partir da Revolução Francesa, como também a emergência do conceito de *língua nacional*. No que concerne à *história interna*, os estudos científicos da linguagem passaram a se desenvolver consideravelmente com a descoberta do sânscrito, dando início à busca da protolíngua. Para tanto, passou-se a adotar um método que ficou conhecido como *histórico-comparativo*.

Em Portugal, inúmeros filólogos deram início à revisitação dos cancioneiros, marcas indeléveis do passado linguístico do português. Na tentativa de reconstruir a história do idioma, traço marcante do *clima de opinião*, o estágio da língua comum entre lusitanos e galegos precisava de um nome, e daí emergiram os termos *português-galego*, *galego português*, *língua galécio-portuguesa*, entre outros. Assim sendo, os Oitocentos também figuram como período significativo, pois representam o ressurgimento do galego na origem da língua portuguesa, ainda que sob a forma de um binômio.

Estabelecidos os limites temporais da pesquisa e as primeiras indagações, chegamos à delimitação do problema, resumido em duas perguntas, a serem respondidas ao término de nosso estudo:

- a) Por que houve, nos primeiros textos que tratavam da língua portuguesa – mais especificamente da sua origem –, um apagamento do galego?
- b) Quais fatores teriam levado ao ressurgimento desse mesmo galego, sob a forma de “galego-português”, em textos do século XIX?

O objetivo geral do trabalho é analisar, sob uma perspectiva historiográfica, a origem da língua portuguesa, tendo em conta os fatores que levaram ao apagamento do galego e ao seu ressurgimento na história do português. Paralelamente, destacamos outros objetivos, mais específicos, quais sejam:

- 1. Promover o debate de novas teorias capazes de alterar o paradigma vigente, no que se refere aos postulados sobre a história da língua portuguesa;
- 2. Propiciar a ampliação do diálogo entre as diferentes comunidades lusófonas, incluindo a Galícia;
- 3. Contribuir com a divulgação da Historiografia Linguística, por meio da utilização de seus princípios metodológicos;
- 4. Produzir material apropriado para atender às necessidades de outros pesquisadores que se interessarem pelo assunto.

A presente dissertação está dividida em quatro capítulos, nos quais abordamos todos os aspectos a nosso ver essenciais para a consecução de nossos objetivos. Inicialmente, tratamos da metodologia, levando em conta os conceitos de História e Historiografia. Nesse momento, procuramos desenvolver um percurso desde as origens dos termos até os seus significados hodiernos. Por fim, apresentamos a definição e os princípios da Historiografia Linguística, visando a estabelecer o *modus operandi* por nós adotado.

No segundo capítulo, apresentamos o *estado da arte* das discussões sobre a questão do galego e, ao mesmo tempo, revisitamos a história da chamada por nós *Portugalícia*. Com isso, buscamos não só verificar a pertinência dos questionamentos feitos acerca da origem do português por parte dos estudiosos, mas também lançar novas luzes sobre as origens de Portugal e, por conseguinte, do português.

No terceiro capítulo, empreendemos a análise historiográfica propriamente dita do século XVI. Nele, fazemos um levantamento apurado do *clima de opinião*, considerando tanto os fatores da *história externa* quanto os da *história interna* e destacando o conhecimento linguístico produzido na centúria em questão. Posteriormente, analisamos as obras selecionadas a fim de constataremos se houve ou não o apagamento do galego, relacionando a questão ao espírito de época.

No quarto capítulo, repetimos os mesmos procedimentos executados no capítulo anterior, mas considerando o século XIX. Na ocasião, comprovou-se o ressurgimento do galego na história do português, sob o binômio português-galego, língua galécio-portuguesa e galego-português. A multiplicidade de nomes denota tanto a novidade da questão no campo da filologia quanto a tentativa premente de os filólogos não apresentarem a origem da língua portuguesa como vinculada a uma língua de pouca importância, tal qual o galego.

Em seguida, são apresentadas as considerações finais, nas quais sintetizamos os resultados da análise realizada ao longo dos capítulos três e quatro. Nessa parte, exaramos as relações entre o clima de opinião e as ideias apresentadas pelos autores selecionados, estabelecendo as possíveis razões que os levaram a considerar as origens do português do modo como o fizeram.

Capítulo 1

*O ato de perscrutar o passado: a História, a
Historiografia e a Historiografia Linguística*

*“Nada corrige mais facilmente os
homens que o conhecimento do passado”*

(Políbio)

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Perscrutar a história é deparar-se com um caminho nebuloso, em que o passado se encontra esvanecido em sua tão característica bruma. A epígrafe do presente capítulo exalta a importância do conhecimento desse passado a fim de corrigir o homem. Embora a “correção” nos pareça um termo pouco adequado atualmente, devemos ponderar a época em que Políbio teria proferido a frase. Na Grécia helenística, ainda era comum a busca de modelos de virtude e perfeição, pressupondo a existência de “erros” ou “inadequações” a serem lapidados ou combatidos por meio da cultura, em constante expansão aos novos territórios.

Se relevarmos a forma verbal utilizada pelo historiador grego e modificarmos o alvo sobre o qual incide a ação de corrigir, poderíamos dizer que o conhecimento do passado também pode fazer com que o homem, de certa forma, “corrija” seu próprio passado. A correção obviamente não é feita de modo simples, pois muitas narrativas sobre os fatos de outrora são antigas e não se dão de modo “testemunhal”; elas são fruto do trabalho do historiador que, com base em fontes documentais, tenta reconstruir o já ocorrido e, durante o processo, não está isento de receber influências diversas no ato de reconstrução.

Quando admitimos o fato da impossibilidade de o historiador manter-se imune a qualquer influência em seu labor, abrimos espaço para a possibilidade de a história ser revisitada, questionada, abordada criticamente ou, em outras palavras, *historiografada*. Partindo dessa premissa, chegamos às novas teorias mencionadas na introdução; nelas são discutidas as origens da língua portuguesa e a sua “ancestralidade” mais próxima.

A fim de verificarmos a pertinência de tais teorias, propomos a análise de documentos dos séculos XVI e XIX e, para isso, seguimos os princípios postulados pela historiografia linguística. Antes de dela nos ocuparmos, fazemos um breve percurso para melhor compreender dois conceitos que lhe são intrínsecos: o de história e o de historiografia.

1.2 A BUSCA POR UM CONCEITO DE HISTÓRIA

Falar de história não pressupõe uma discussão monotemática, tendo em vista as diversas acepções que o termo apresenta. Todas elas, em certa medida, têm uma fundamentação que reflete as diversas fases pelas quais passou o homem em sua busca por respostas. Todavia, é necessário estabelecer um parâmetro para compreendermos a história como um dos pilares que constituem a historiografia linguística, de quem falamos mais adiante.

1.2.1 DO ÉTIMO ÀS CONCEPÇÕES PRIMORDIAIS DE HISTÓRIA

Inicialmente, precisamos recuperar a etimologia do termo, advindo do grego *ἵστωρ*. Conforme assinalam Markantonatos et al. (1996, p. 180), o *histor* é “aquele que tem conhecimento, experiente, conhecedor”². Além disso, devemos considerar o verbo *ἱστορέω*, cujas acepções são “pesquisar, examinar, narrar”³ (*ibid.*) e também a raiz indo-europeia *wid-*, *weid-*, “*ver*”, da qual o termo possivelmente se origina e adiciona-lhe o sentido de “aquele que vê” (LE GOFF, 2016, p.22).

Levando em conta as acepções apresentadas, é possível depreender pelo menos três conceitos distintos⁴: a história como *pesquisa e observação*, como *narrativa* e como *acontecimentos*. Cada uma dessas concepções faz parte não só do que o homem já escreveu sobre o assunto, mas também permeia o *senso comum* quando se pergunta o que vem a ser a história.

1.2.1.1 A HISTÓRIA COMO PESQUISA E OBSERVAÇÃO

A visão histórica de pesquisa e observação remonta ao seu surgimento com Heródoto, a partir do qual ser historiador e escrever sobre a história é fazer pesquisas, buscar as causas dos fatos observados (POLLINI, 2016, p.47). Devemos mencionar também o fato de ele ter sido o responsável pela introdução de um novo *gênero*, que se distanciava do *literário* tanto pela finalidade – perpetuar a memória dos feitos

²Tradução nossa, do grego: “Αυτός που έχει γνώση. Έμπειρος. Γνώστης.”

³Tradução nossa, do grego: “Ερευνώ. Εξετάζω. Εξιστορώ.”

⁴Cf. LE GOFF, 2016.

humanos – quanto pelos procedimentos adotados, baseados em apurações dos acontecimentos visando ao encontro com a verdade⁵.

Cabe-nos fazer uma ressalva importante quando afirmamos ter a história a finalidade de perpetuar a memória dos feitos humanos. Isso porque não se trata da simples “repetição” daquilo que uma sociedade acredita ter havido em determinada época; ao contrário, a história deve operar justamente a fim de depurar as possíveis distorções dessa memória ou, nas palavras de Le Goff (2016, p. 32),

[...] é desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício, vulgarizada pela escola (ou pelo menos devia sê-lo) e pelos *mass media*, corrija essa história tradicional falseada. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros.

A partir de Heródoto, passou-se à perpetuação de uma memória baseada em aspectos factuais relevantes, possíveis de serem explicados por meio de observações e reconstruções de tempos idos, e não mais esmaecidos numa perspectiva mítica. Para tanto, o novo gênero que se constituía pressupunha o surgimento de uma nova personagem, em substituição ao αοιδός/aedo - cuja função era cantar os feitos dos heróis de antanho, distribuindo-lhes o κλέος/kléos⁶. Nasce o ἱστορ/histor – em substituição às musas e aos heróis – como autor da narrativa, adotando um discurso marcado por certo distanciamento, próprio do *modus operandi* historiográfico (DOSSE, 2012, pp.8-9).

A posição de distância será ainda mais valorizada por Tucídides, pois, isso lhe era essencial ao estabelecimento da verdade, sua maior preocupação como historiador. Nesse sentido, a narrativa tucididiana torna-se mais “confiável e objetiva”⁷, principalmente pelo fato de ele estar mais vinculado à escrita que seu antecessor, considerado por muitos – e pelo próprio Tucídides – como um mitólogo, apesar do seu compromisso de rompimento com a cultura literária das epopeias, baseadas fundamentalmente nos mitos.

⁵Cf DOSSE, 2012, pp. 7-8

⁶ De acordo com Markanonatos et.al. (1996, p.199), a fama, a glória, a admiração – φήμη, δόξα, εκτίμηση (Tradução nossa, do grego)

⁷Cf MAGALHÃES, 2016, p.185

Posteriormente, a “verdade” apresentará outro desdobramento importante: o da busca de explicação para o caos, a uma tentativa de ordenação explicativa⁸ para as causas que desencadearam determinados fatos. Tal característica toma força sobretudo na figura de Políbio, que já na introdução de suas famosas *Histórias* reflete sobre a importância do conhecimento histórico, corroborando a visão de outros de seus contemporâneos, segundo os quais

[...] o conhecimento da História é a forma mais correta de educação e preparo para a ação política, e a lembrança dos desastres, com os quais os outros repentinamente se depararam, nos ensina de um modo unicamente palpável a suportar bravamente os golpes do acaso” (POLÍBIO, 2015, p.48)⁹

É notória a função didática da história, erigida sob uma postura de reflexão acerca dos acontecimentos de épocas anteriores. Entretanto, a obra do sábio grego vai além de uma simples elucubração com vistas a um ensinamento: ela tenta estabelecer uma relação de causalidade entre os fatos, e dela se podem depreender os ensinamentos que servem aos homens como modelo do que se (não) deve fazer.

1.2.1.2 A HISTÓRIA COMO NARRATIVA

Em muitos momentos, temos tangenciado a *narratividade* dos fatos históricos. Isso é essencial para apresentarmos a segunda visão de história, *como narrativa*, imbricada na primeira concepção apresentada. Assim, o ato de pesquisar e observar tem, como desdobramento, a posterior narração dos acontecimentos.

Do ponto de vista conceitual, essa visão pode apresentar um impasse, se associarmos a narrativa ao conceito de “escrita da história”. Isso acontece porque, convencionalmente, a primeira acepção de “historiografia” seria o ato de escrita, levando-nos a pensar em qual seria a diferença entre a escrita histórica e a historiográfica¹⁰ e o porquê da existência de duas diferentes prosas, uma histórica e outra historiográfica.

⁸DOSSE, 2012, p. 41

⁹Tradução nossa, do grego: “[...] η γνώση της Ιστορίας είναι η πιο σωστή παιδεία και προπόνηση για την πολιτική δράση, και η μνήμη των συμφορών, που βρήκαν ξαφνικά τους άλλους, μας διδάσκει με τρόπο μοναδικά χειροπιαστό να υποφέρουμε γενναία τις μεταβολές της τύχης.” (POLÍBIO, 2015, p.48)

¹⁰Abordamos esse aspecto mais detalhadamente no próximo tópico, quando nos ocuparmos especificamente da historiografia.

Apesar disso, é indiscutível a ligação da história com a narração, tanto que, ainda hoje, conforme assinala Le Goff (2016, p. 40), existam estudiosos a reivindicar para a história a alcunha de arte, e não de ciência. A aproximação está intimamente ligada à importância da narrativa para a fixação do discurso histórico que, já na Grécia antiga, nascia de uma dicotomia entre dois conceitos: σημαίνειν/*semaínein* e ιστορείν/*historein*. Sobre eles, Hartog (2003, p.51) afirma:

Semaínein (significar) era uma maneira de lidar com o invisível, de trabalhar na fronteira entre o que se viu e o que não se viu, o que se podia e não podia ver. A outra maneira era *historein*, que não deixava de ser, em um registro diferente, um processo intelectual de lidar com o invisível. Com *semaínein*, era a figura do adivinho que se punha em primeiro plano, apontando para os deuses, lembrando os signos de sua intervenção nos negócios humanos, tornando visível e legível, pela narrativa, o invisível e, em última análise, a estrutura divina do que aconteceu (*ta genόμενα*).

Da fala do autor, devemos abalizar dois aspectos muito importantes: o primeiro é a demonstração clara de que o processo de reflexão operado pelo historiador é, de certa forma, semelhante ao do adivinho, por lidar com fatos visíveis e invisíveis, cabendo aos últimos um processo de inferência que, no *historein*, era executado de modo objetivo, sem a intervenção divina advinda dos mitos. O segundo aspecto é a ligação indissociável entre o ato de reflexão sobre os fatos e a sua posterior *narrativa*, demonstrando a necessidade de registrar ou, em outras palavras, *historiá-los*.

1.2.1.3 A HISTÓRIA COMO OS FATOS

Ao longo de nossa análise, outro termo muito recorrente foram os fatos, que configuram como o terceiro conceito primordial de história. Sob tal perspectiva, ela seria vista como uma sucessão de acontecimentos, embora essa visão deva ser ponderada, por ser reducionista e pressupor uma soberania factual em detrimento de outros aspectos também essenciais para a composição histórica. Além disso, deve-se considerar que cabe ao historiador a seleção dos fatos a serem “historiados”, motivada, muitas vezes, por inquietações do presente. Sobre a questão, Carr (1996 [1961], p. 39) assinala:

Não é exigido do historiador ter a perícia especial que capacita o especialista a determinar a origem e o período de um fragmento de cerâmica ou mármore, a decifrar uma inscrição obscura, ou a fazer elaborados cálculos astronômicos necessários para estabelecer a data exata. Estes tão chamados fatos básicos, que são os mesmos para todos os historiadores, normalmente pertencem mais à categoria de matéria-prima do historiador do que à própria história. A segunda observação é que a necessidade de estabelecer estes fatos básicos repousa não em qualquer qualidade dos próprios fatos, mas numa decisão a priori do historiador. A despeito do moto de C. P. Scott, todo jornalista sabe hoje que a maneira mais eficaz de influenciar a opinião pública é através da seleção e disposição dos fatos apropriados. É comum dizer-se que os fatos falam por si. Naturalmente isto não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto.

Pelas palavras do autor, podemos perceber a relativização da questão factual; apesar de importantes, os acontecimentos não devem ser entendidos sinonimicamente como a própria história e tampouco apresentam uma voz própria a fazer deles “históricos”. Desse modo, a figura do historiador é fundamental para “fazer falarem os fatos”, bem como estabelecê-los de uma maneira coerente com aquilo a que ele se propõe historiar.

A questão está intimamente ligada à objetividade histórica, relacionada também à construção do discurso, ou seja, da narrativa. Conforme assinala Le Goff (2016, p. 34), “o fato não é, em história, a base essencial de objetividade, ao mesmo tempo porque os fatos históricos são fabricados e não dados e porque, em história, a objetividade não é a pura submissão aos fatos”.

Das considerações de Le Goff, podemos depreender que, aprioristicamente, considerar a história como os fatos em si é uma visão equivocada, e também devemos ter em conta, mais uma vez, a questão de eles serem “fabricados”, ou seja, elaborados a partir da visão do historiador. Tal posicionamento é de grande importância para os rumos tomados pela história, quando os seus teóricos passam a compreender a impossibilidade de um discurso isento de influências dos historiadores, seja por questões culturais ou até mesmo de época. Ainda assim, isso não significa afirmar a subjetividade da história, tendo em vista o fato de a objetividade ser-lhe essencial para a visão científica que dela se tem hodiernamente.

1.2.2 DE QUE HISTÓRIA FALAMOS ENTÃO?

Todos os conceitos apresentados são relevantes quando se pretende conceituar o que é história, sobretudo porque, em certa medida, são a ela concernentes. Contudo, o decorrer dos séculos fez com que o seu entendimento fosse sendo modificado e, de acordo com Ariès (2013 [1986], p. 113), somente no século XIX, ela surgiu efetivamente. Nesse momento, a história nasce “com seu método e seus princípios” e aparece “sem nenhum parentesco com as ‘histórias’ do passado, que permaneceram apenas como textos literários, obras de arte, ou como matéria-prima, uma fonte documentária”

Ainda de acordo com o autor, o surgimento deve-se ao despertar da *consciência histórica moderna*, caracterizada pela descoberta “da cor humana através dos tempos” (Ariès, 2013 [1986], p. 174)¹¹. Dessa fala, extraímos dois aspectos muito importantes: o primeiro está na visão que ali se instaurava – a de uma análise de continuidades e descontinuidades, tão cara aos estudos históricos/historiográficos. Isso fica evidente quando o autor se vale do termo “através” para mostrar o despertar de uma consciência que não evocasse apenas o passado pelo passado.

O segundo aspecto a ser depreendido é a questão “*humana*”, pois considera o grande protagonista dos eventos históricos. Partindo de tal princípio, chega-se a uma história “ [...] que não estuda somente os fatos materiais e as instituições; o seu verdadeiro objeto de estudo é a alma humana; a história deve propor-se ao conhecimento daquilo em que essa alma acreditou, pensou e sentiu nas diversas idades da vida do gênero humano. ” (COULANGES, 2006, p. 102). De acordo com Ariès (2013 [1986], pp.278-79), essa visão rompe definitivamente com os padrões clássicos de um protótipo de homem válido para qualquer situação temporal, bem como formula com clareza e precisão o objetivo precípua da história: “a busca da diferença nos tempos”.

O século XX marcará definitivamente os rumos da história, dando início à *nouvelle histoire*. Advinda da França, a *nova história* é legatária dos trabalhos de inúmeros historiadores, que propunham uma abordagem liberta dos moldes tradicionais. Dentre os movimentos de maior influência sobre essa nova concepção,

¹¹ Esse fenômeno estende a consciência adquirida no século anterior, a da continuidade histórica.

devemos destacar aquele que se iniciou em 1929 a partir do surgimento da revista *Annales*. Liderado por Lucien Febvre e Marc Bloch, seus objetivos eram, de acordo com Burke (2010[1990], p.12):

[...]Em primeiro lugar, a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma história-problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a economia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras [...]

A *École des Annales*, no contexto, ganhará força no desenvolvimento de uma abordagem menos *historizante* e mais empenhada naquilo que se chamou de *história total*, ou seja, levando em conta a conjuntura e propondo um diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento. As fases por que ela passou são chamadas de gerações, das quais Fávero & Molina (2006, p.21) destacam: a primeira, que teve como expoentes Febvre e Bloch, marcada pela necessidade de ruptura com o paradigma tradicional, bem como pela heterogeneidade e pela aceitação de novas metodologias; a segunda, cujo expoente máximo foi Braudel, caracterizada por situar a história em três escalões: superfície, meia-encosta e profundidade; e a terceira, representada por Le Goff, Le Roy e Chartier, influenciada pelo estruturalismo, que se valia da metáfora *do porão ao sótão* e se centrava nas mentalidades, no cotidiano e nas representações e interpretações.

Ainda com relação à *nova história*, é importante mencionarmos o fato de a ruptura proposta estar, em grande medida, ligada a uma negação, uma resposta ao modelo histórico vigente nos séculos anteriores. Para Burke (2011 [1992], pp. 10-16), ela apresenta seis aspectos importantes:

1. A preferência por toda e qualquer atividade humana;
2. A preocupação com a análise das estruturas, em detrimento da simples narrativa dos fatos;
3. A necessidade de abordagem de uma história vista de baixo, e não apenas a que se preocupa dos feitos heroicos dos vencedores;
4. A aceitação de documentos não necessariamente oficiais, “emanados do governo e preservados em arquivos” (BURKE, 2011 [1992], pp. 10-16);
5. A preocupação com os movimentos tanto coletivos quanto individuais, bem como com as tendências e os acontecimentos;

6. A desmistificação da objetividade histórica, sem a percepção de que a própria reconstrução dos fatos pelo historiador não se dá de modo totalmente objetivo, pois eles partem de uma seleção prévia, por si só, marcada por algum traço de subjetividade.

Ressaltamos, uma vez mais, a questão das mentalidades, que adquire vigor principalmente na terceira geração dos *Annales*. O estudo da representação de determinada sociedade sobre si mesma é extremamente importante porque revela “como são traduzidas as posições dos indivíduos que compõem a sociedade, como pensam que ela é, como agem, ou como gostariam que ela fosse” (FÁVERO & MOLINA, 2006, p.23). A representação, atrelada ao campo das ideias, será sobremaneira importante para o surgimento da *história das ideias*, em diálogo com diversos campos do saber, como a educação, as ciências sociais e a linguística.

Sendo assim, torna-se mais simples compreender a posição de Bloch (2002 [1993], pp.52-55), ao definir a história como a “ciência dos homens no tempo”. Embora o estatuto científico não seja ponto pacífico, podemos inferir que o autor pretendia atentar para três características a ela concernentes: a primeira, relacionada ao lugar do homem na história, entendido não de modo abstrato, mas como integrado socialmente¹²; a segunda, ligada à negação de Bloch em aceitar a história como “ciência do passado”, tendo em vista o fato de ele manter uma ligação indissociável com o presente¹³; e a terceira, presente no erro em se estabelecer uma ordem cronológica aos fatos históricos, na qual se corre o risco de perder tempo na busca das origens ou nas causas de fenômenos que, à luz da experiência, irão revelar-se talvez imaginários. (id.,ibid., p.67).

Em suma, a *nova história*, conforme assinalam Fávero & Molina (2006, p.19)

[...]dedica-se não somente a recontar o passado, mas a reabri-lo, interpretá-lo, num diálogo constante com o seu presente. O objetivo dessa diferente percepção não é, de acordo com Febvre (s/d:30), apenas reconstituir o passado, mas alargar horizontes, *ligar as ideias e métodos*, reconstruí-lo, fechando fendas.

¹²Cf LE GOFF, 2016.

¹³ “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.” (ibid., p.65)

Apesar das tantas acepções, é possível compreender a *história* como o estudo interdisciplinar que tem o passado como objeto, mas de modo a inter-relacioná-lo com o presente, promovendo a intercompreensão de ambos os aspectos temporais e levando em conta as ações do homem na sociedade em que se insere, baseadas nas ideias que ele tem não só de si como também do próprio meio em que vive. De acordo com Le Goff (2016, p.29), a relação incessante entre o passado e o presente constitui a função social do passado ou da história.

1.2.3 MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA CONSIDERAÇÃO NECESSÁRIA

Outro aspecto importante da História é a sua relação com a memória. De acordo com Le Goff (2016 [1990], p. 435), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual e coletiva [...]” e por essa razão atua de modo significativo na constituição não só dos indivíduos como também dos grupos em que se inserem. Partindo de tal premissa, é lícito pensar de que modo ela é construída e em que medida a história pode recuperar ou até mesmo propor a sua retificação.

Com relação à memória coletiva, é importante destacar sua intrínseca ligação com as relações de poder estabelecidas em alguns tipos de sociedade (principalmente as predominantemente orais ou que estão em construção de uma memória coletiva escrita). Em linhas gerais, as classes dominantes sempre atuam de modo ordenar a construção dessa memória, obedecendo aos seus interesses. Segundo Le Goff (2016 [1990], p.436), até mesmo as sociedades mais desenvolvidas do ponto de vista das técnicas de registro escrito e de tradição não estão isentas de coerção.

Ricoeur (2018 [2007], p. 95) traz reflexões semelhantes no sentido da manipulação da memória. De acordo com o autor, ela ocorre devido à influência da ideologia, imbricada na questão da identidade e das expressões públicas da memória. Os *níveis operatórios* do fenômeno ideológico são capazes de produzir efeitos inúmeros, dentre eles a *distorção da realidade* e a *legitimação do sistema de poder*. Nesse sentido, a legitimação vai ao encontro das considerações de Le Goff (2016 [1990]) concernentes à coerção exercida pelas classes dominantes na tentativa de estabelecer uma memória que lhes seja conveniente ou necessária.

A história tem papel indispensável no registro de determinados aspectos que compõem essa memória, embora eles possam – e em algumas situações devam – ser revisitados ou até mesmo postos em xeque. Isso acontece porque, segundo

Chartier (2015[2007]), a prática dos historiadores está intimamente ligada ao *lugar social* em que determinado discurso histórico se produz. Nas palavras do autor, “em cada momento, a ‘instituição histórica’ se organiza segundo convenções que traçam as fronteiras entre os objetos históricos legítimos e os que não o são e, portanto, são excluídos ou censurados” (*id.*, *ibid.*, p. 18).

Sendo assim, a história pode atuar tanto no sentido de instaurar determinados pontos que se configurarão como memória coletiva quanto para trazer à tona outros aspectos que foram desconsiderados quando da elaboração da mesma memória. Nas palavras de Le Goff (2016 [1990], p. 32), “é desejável que a informação histórica, fornecida pelos historiadores de ofício [...] corrija essa história tradicional falseada”. Para tanto, a historiografia, de quem nos ocupamos no tópico seguinte, é de extrema importância para estabelecer a revisão crítica de determinados aspectos da história tradicional, inexoravelmente ligada à memória dos povos.

1.3 HISTORIOGRAFIA: UM TERMO POLISSÊMICO

Quando se busca a conceituação da história, inevitavelmente se depara com a visão ligada ao seu aspecto narrativo. Seria possível então pensá-la como produto do trabalho de seus autores, remontando à figura dos antigos cronistas, responsáveis pela compilação de fatos, que também não deixam de ser históricos. No entanto, é necessário ponderar como o registro, prioritariamente escrito, pode se relacionar à história ou a partir de quando passa a pertencer à historiografia.

Paul Ricoeur (2018, p. 148) afirma que “a história é, do começo ao fim, escrita”. Ao processo - composto por três fases: a primeira, documental, caracterizada pelo estabelecimento das provas documentais; a segunda, mais hermenêutica, cujo objetivo é explicar/compreender as razões por que os fatos se deram de um modo e não de outro; a terceira, representativa, caracterizada pela escrita, pela reconstrução de um passado - o autor denominou *operação histórica ou historiográfica*. A utilização dos adjetivos “*histórica ou historiográfica*” em posição sinonímica ilustra a questão por nós levantada, pois, nos passos propostos por Ricoeur, o labor *histórico/historiográfico* se funde na busca documental, na explicação e na “materialização” do discurso histórico, por meio da narrativa. Nesse contexto, *história e historiografia* seriam, *ipso facto*, indissociáveis.

Embora seja ponto pacífico a relação entre ambas, não podemos conjecturar tratar-se apenas de termos sinônimos. Até porque, quando Ricoeur se vale dos adjetivos *histórico/historiográfico*, ele não o faz de modo reducionista, ou seja, não reduz a história à sua escrita. A equivalência dos adjetivos dá-se no âmbito da *metodologia* empregue pelo historiador. Em outras palavras, o *historiográfico* relaciona-se ao labor daqueles que da história se ocupam.

1.3.1 AS MULTIFACES DA HISTORIOGRAFIA: DA “ESCRITA DA HISTÓRIA” AOS “ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE A HISTÓRIA”

O exemplo de Ricoeur ilustra a polissemia do vocábulo historiografia, relacionando o termo à própria história. No entanto, a relação de equivalência não é a única mostra da variedade de significados. A fim de comprovar a pluralidade, recorreremos agora a dicionários. De três obras selecionadas, extraímos as seguintes definições:

- I. “O trabalho de estudar e descrever a história, realizado pelo historiador”¹⁴ (CALDAS AULETE)
- II. “A arte de escrever a história, a ciência que estuda os eventos passados”.¹⁵ (MICHAELIS)
- III. “Conjunto de estudos críticos sobre a história”. (DICIONÁRIO UNESP)¹⁶

De cada uma das acepções, podemos extrair um significado distinto ou complementar aos demais. Para o presente momento, interessam-nos sobretudo os dois últimos, que representam – respectivamente – o conceito mais tradicional de historiografia e o conceito mais moderno, dos quais nos ocupamos nos dois tópicos a seguir.

1.3.1.1 A HISTORIOGRAFIA COMO “ESCRITA DA HISTÓRIA”: ALGUNS QUESTIONAMENTOS.

A análise das acepções I e II, aliada à etimologia do termo composto pelos radicais *ἵστωρ* e *γραφή*¹⁷, permite que se chegue, inicialmente, ao conceito de “escrita

¹⁴ Disponível em: <http://www.aulete.com.br/historiografia>. Acesso em 02.07.2018.

¹⁵ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/historiografia/>. Acesso em 02.07.2018.

¹⁶ BORBA, 2004, p. 719.

¹⁷ A saber: *histor* e *graphé*.

da história”. Entretanto, devemos pensar se escrever sobre os fatos históricos, estudá-los ou descrevê-los representaria estritamente o labor historiográfico. Na primeira acepção, temos outra consideração importante: a de que a historiografia é um trabalho do *historiador*. Partindo desse pressuposto, quando se atribui, por exemplo, a alcunha de “pai da história” a Heródoto, seria possível pensar se, na realidade, não teria sido ele o “pai da historiografia”, levando em conta o seu pioneirismo em narrar os fatos memoráveis dos helenos.

Algo semelhante acontece em Portugal com a figura de Fernão Lopes, cujo epíteto é o mesmo do primeiro historiador grego, embora não pela mesma razão. Dizemos isso porque a Lopes não coube a primazia em contar a história portuguesa, mas sim por dar ares de renovo às *crônicas reais*, voltadas apenas à história da realeza e por ela patrocinadas. A sua grande contribuição, conforme assinalam Garmes & Siqueira (2009, p.163), está no fato de o guarda-mor da Torre do Tombo trazer para essa história outras personagens ainda não exploradas por seus antecessores: *a burguesia nascente e o povo português*. Além disso, de acordo com Moisés (1971, p. 37), o seu valor reside também no fato de o cronista dar excessivo valor às fontes documentais, valendo-se de *rigor, objetividade, honestidade e imparcialidade* para analisá-las e, posteriormente, transformá-las nas crônicas¹⁸.

Entretanto, é necessário considerar que o trabalho de Lopes vai além da composição das crônicas, como bem lembram Saraiva e Lopes (1968, p. 113). Para os autores, afora a “compilação de memórias anteriores”, existe uma investigação totalmente original capaz de colocá-lo à frente inclusive da historiografia francesa, “que não passa de uma reportagem feita sobre recordações pessoais ou relatos de testemunhas”. Isso se deve sobremaneira à função desempenhada por Fernão Lopes na Torre do Tombo: como guarda-mor, ele dispunha de um amplo material documental do qual certamente se valeu para fazer “a crítica e a correcção das memórias existentes, segundo um método que antecipa o de dois a três séculos mais tarde”. (SARAIVA & LOPES, 1968, p. 113)

Via de regra, tanto Heródoto quanto Fernão Lopes compartilham a mesma antonomásia, ainda que o façam por questões diferentes *a priori*. No entanto, ambos

¹⁸Conforme bem lembram Saraiva e Lopes (1968, p. 113), a palavra “cronista” tem um sentido diferente do “historiador” hodierno. Para os autores, “cronista vem a ser o homem que ‘põe em crônica’ as ‘estórias’ existentes, isto é, as ordena cronologicamente”.

podem ser considerados, *a posteriori*, pioneiros em seus relatos: o grego rompe com a narrativa puramente mitológica, que submetia o homem às vontades do Fado; o português também subverte a história à guisa das novelas de cavalaria, com gigantes e monstros contra quem lutavam os reis, e os próprios reis passam a dividir o cenário com outras parcelas da população. Apesar disso, não é difícil encontrar menção a ambos como também os precursores da *historiografia* grega e portuguesa.

O deslocamento de “paternidade histórica para historiográfica” não pode ser mensurado com exatidão, tampouco se pode afirmar quando o termo *historiografia* passa a ser usado para os dois historiadores. No entanto, quando Hérodoto e Fernão Lopes são associados à prática historiográfica, certamente se trata do conceito mais primitivo do termo, relacionado ao trabalho de escrita da história, sem levar em conta o fato de ambos terem lançado mão de uma *metodologia* que os diferenciou de seus antecessores.

No cerne da discussão, é possível destacar outra questão de cunho linguístico, relacionada à possibilidade de entendimento da historiografia tanto como “a escrita da História” quanto o resultado dessa escrita, que resultaria na própria história. Tomando a figura de Heródoto como exemplo, podemos pensar em que medida a história da qual ele se tornaria pai seria o dito “factual” ou o “registro” de tais fatos. Sobre isso, Saita (1996, pp.11-12, apud Malerba, 2006, p.18) comenta

A língua italiana, assim como a francesa, unifica no mesmo termo duas realidades completamente diferentes: ‘história’ (histoire) significa tanto a *historia rerum gestarum* como as *res gestae*; ao contrário, em alemão se utiliza a expressão *geschichte* para indicar o complexo de fatos e acontecimentos e o termo *historie* para indicar o pensamento histórico e a elaboração historiográfica desses acontecimentos”

A fala de Saita mostra-nos uma realidade também presente em português. Em certa medida, quando se menciona a história, pensa-se, a princípio, tanto na história *res gestae*, a vivida por determinado grupo social, quanto na *rerum gestarum*, elaborada com base na primeira, ou seja, a sua reconstrução. A ambiguidade, apesar de problemática no sentido de não estabelecer precipuamente a diferenciação entre o fato e o narrado, é seminal para a abertura de dois campos distintos nos estudos históricos: o primeiro mantém-se ligado à visão tradicional da história “vivida pelos agentes”; o segundo ocupa-se dos processos do “pensamento histórico” e dos meios

pelos quais o historiador se vale para a chegar à *história res gestae*. (MALERBA, 2006, p.18)

Diante disso, concluímos que a consideração da historiografia como a “escrita da história” deve-se, primeiramente à questão etimológica da palavra. Aliada a ela, aparece a questão da própria polissemia do termo *história*, muitas vezes utilizada como os acontecimentos e também como a narrativa desses acontecimentos. Assim, a historiografia pode servir, e os exemplos mostrados dão conta de confirmar essa hipótese, como uma desambiguação: ao ser empregue como a narrativa dos acontecimentos, a historiografia separa o trabalho do historiador do seu objeto, ou seja, a história.

1.3.1.2 A HISTORIOGRAFIA COMO OS ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE A HISTÓRIA

Atentemo-nos agora à terceira acepção, do Dicionário Unesp: nela, a historiografia é definida como o “conjunto de estudos críticos sobre a história”. A presença da preposição *sobre* demonstra que a história deixa de ser o produto do trabalho do historiógrafo para se tornar o objeto sobre o qual ele se debruçará criticamente. Apesar de mais próxima da concepção hodierna, ainda é preciso ponderar que a história também é resultado de uma escrita, de uma reconstrução feita pelo historiador. E aqui correríamos o risco de retornar à questão da relação entre a história e à sua escrita e até que ponto a escrita pode ser entendida como historiografia, ou ainda, a partir de quando a história passa a ser historiografia e vice-versa.

Se, por um lado, é difícil mensurar em que momento a historiografia passa a ser usada como “escrita da história”, por outro lado, é possível delinear em que momento o termo deixa de ser pensado como simples registro ou narrativa. Já no início do século XIX, Christian Freidrich Rühs, ligado aos precursores da Escola Histórica Alemã, postulava a necessidade de uma “história compreensiva dos estudos históricos”. Para isso, não se deveria partir de uma mera compilação do trabalho já realizado pelos historiadores, mas de “um trabalho fundamental que expusesse ‘o desenvolvimento e a estruturação da pesquisa histórica’, o qual deveria destacar os ‘fatores externos’ que influenciam o trabalho do historiador”. (SILVA, 2001, p.52)

A necessidade mencionada por Rühs demonstra a preocupação do homem da época não em “escrever a história”, mas em estabelecer uma crítica do que se já tinha escrito sobre ela, levando em consideração os “fatores externos”. Tal posicionamento representa, em grande medida, um ádito para que, no século ulterior, o aspecto crítico fosse incorporado definitivamente ao conceito de historiografia, muito embora ele ainda não consiga se desvencilhar completamente da primeira ideia, que o reduz à narrativa dos fatos históricos. Sobre isso, Malerba (2006, pp.22-23) apresenta as seguintes considerações:

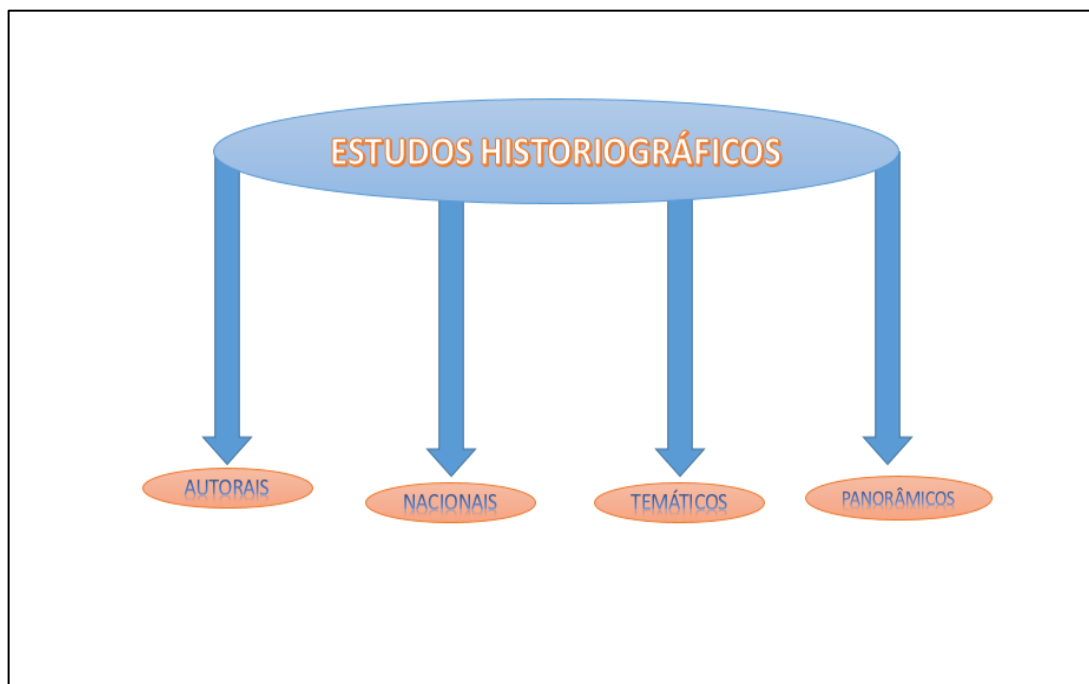
Do que pudemos rapidamente refletir acerca do conceito de historiografia, como produto intelectual dos historiadores, mas antes enquanto *práticas culturais* necessárias de orientação social – portanto, enquanto produto da experiência histórica da humanidade - , podemos concluir que ela se apresenta duplamente como objeto e como fonte histórica. Talvez em função desta mesma interpolação que lhe é inerente, resulta a permanente dificuldade em circunscrever a historiografia como legítimo campo de investigação. Ela estará sempre, dado seu próprio estatuto, vinculada a uma história das ideias e dos conceitos, portanto uma história necessariamente conceitual.”

Das reflexões do autor, extraímos uma que nos interessa no presente trabalho: o vínculo da historiografia a uma *história das ideias e dos conceitos*. Essa fala é importante, pois desloca a historiografia da posição de “registro da história” e a coloca no patamar dos “estudos críticos sobre a história”. Estando a historiografia ligada à história das ideias, que por sua vez, é herdeira da nova história, não é difícil perceber que não se trata aqui de um simples registro à guisa dos antigos cronistas, mas de uma postura crítica, interdisciplinar e global semeada pelos precursores da Escola dos Annales. A conclusão a que chegamos vai ao encontro das considerações feitas por Casagrande (2005, pp.23-24) sobre a relação entre a nova história e a historiografia. Para a autora,

[...] a historiografia passou por um processo de adaptação aos paradigmas que nortearam os estudos históricos. Ora, se a história resumia-se à narrativa dos acontecimentos, a historiografia tinha como papel fundamental o registro desses acontecimentos sem problematizá-los ou questioná-los.[...] É importante ressaltar que, no campo historiográfico, a maior contribuição na busca de um novo método é dada por Lucien Febvre e March Bloch, no início do século XX, com a fundação da revista *Annales*, cujo objetivo maior era o de promover um novo tipo de história e, certamente, de historiografia. Nessa perspectiva científica, a historiografia instituiu-se como método interdisciplinar, pelo fato de considerar a colaboração de outras disciplinas, quais sejam: a sociologia, a psicologia, a economia, a geografia e também a linguística, revelando-se, assim, a intenção de registrar os feitos humanos em sua totalidade.

Feitas as considerações sobre a natureza do conceito, tão polissêmico quanto o da própria história, é lícito delinear quais tipos de estudo são feitos hodiernamente sob a chancela da historiografia, entendida neste trabalho como um estudo crítico *sobre* a história. O quadro a seguir mostra um resumo das possibilidades de estudos historiográficos, conforme Silva (2001, pp.22-23).

Figura 1: Os estudos historiográficos hodiernos com base em Silva (2001)



Fonte: ZILIO, 2019.

Conforme se pode observar, o autor estabelece quatro grandes grupos de estudos com diferentes finalidades, escrutinadas a seguir:

- a) Os estudos *autorais* podem se dar tanto por meio da análise de determinado autor e o conjunto de sua obra, quanto pela comparação de diferentes autores. Objetivam tanto a investigação de aspectos formais e estilísticos quanto o modo com que foram tratados determinados temas pelo (s) autor (es).
- b) Os estudos *nacionais* visam a apresentar a historiografia de um país em determinada época, não necessariamente obedecendo a rígidos critérios cronológicos.

- c) Os estudos *temáticos* buscam a compreensão de como determinado tema vem sendo abordado ao longo do tempo por diferentes autores, épocas, escolas e/ou tendências.
- d) Os estudos *panorâmicos* visam ao estabelecimento de um panorama geral de determinada produção historiográfica, ou seja, uma visão mais global.

O presente trabalho situa-se especificamente na terceira possibilidade mencionada por Silva, pois pretende verificar de que modo a origem da língua portuguesa é contada em dois períodos distintos e por autores distintos, levando em conta o papel do galego em cada um deles. Entretanto, é necessário considerar que a Historiografia Linguística, tema de nosso próximo tópico, pode se realizar de todas as maneiras descritas pelo autor.

1.4 A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: DIÁLOGO DE TEMPOS E SABERES NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

A partir dos anos 1970, inúmeros pesquisadores, influenciados pela noção de paradigma proposta por Thomas Kuhn em sua “*A estrutura das revoluções científicas*”, passaram a se debruçar epistemologicamente sobre questões históricas e historiográficas dos mais diversos campos do conhecimento humano. Entre os campos contemplados estava o linguístico e, por conta disso, costuma-se situar o surgimento da historiografia linguística – doravante HL – nesse contexto.

De acordo com Koerner (2014 [1994], pp.22-23), é nessa época que surge a necessidade de estabelecer um novo tipo de escrita da história da linguística, capaz de apresentar o passado linguístico como parte integrante da própria linguística e orientado por procedimentos metodológicos bem definidos. Em outras palavras, era necessária uma *historiografia* mais próxima dos *estudos críticos sobre a história da linguagem* do que a do *registro da história da linguagem* propriamente dita.

Os anos posteriores foram sobremaneira importantes para o amadurecimento dos princípios delineados nos anos iniciais de vida da HL e, apesar de suas bases teóricas e epistemológicas já se encontrarem bem delineadas atualmente, ainda é preciso considerar alguns aspectos a ela concernentes. Isso porque a HL se encontra em fase de consolidação no âmbito da linguística e também por ser confundida com outras abordagens de viés histórico.

1.4.1 À GUISA DE DEFINIÇÃO: O QUE NÃO É HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Quando nos ocupamos da definição de história e historiografia, propusemos uma análise voltada à polissemia de ambos os termos. Tendo em vista o fato de a HL não apresentar a mesma característica, procedemos, inicialmente, à diferenciação dos estudos historiográficos da linguagem, em comparação com outras áreas do conhecimento linguístico com as quais ela se vê, algumas vezes, confundida.

1.4.1.1 A HL NÃO É HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA

Retomando o pensamento de Koerner (2014 [1994]), a HL surge em um contexto em que os modos de escrever a história da linguística já não satisfaziam plenamente às necessidades da própria linguística, pois estavam mais ligados à *história rerum gestarum*, ou seja, à narrativa dos fatos propriamente dita. Tratava-se, portanto, de uma história aos moldes do paradigma tradicional, a uma *historiografia* entendida como “escrita”, como “registro” factual.

Conforme assinala Altman (2004 [2003], p. 28), “Historiografias não são ‘crônicas’, ou seja, listas de nomes, datas, títulos e eventos ligados às línguas e à linguagem”. Nesse sentido, a HL surge como a “atividade de estabelecer as *res gestae* do estudo da linguagem” (KOERNER, 2014 [1994], p.17) e não como a escrita *rerum gestarum*. Do ponto de vista prático, a mudança de posição denota uma nova perspectiva no registro da história da linguística justamente por não se propor a escrever a *história da linguística*, mas sim à *escrita da história sobre a linguística*.

A posição obviamente deriva da nova abordagem historiográfica posta em marcha desde o surgimento da Escola dos *Annales*. Desse modo, para se escrever a história sobre a linguística, é necessário lançar mão de uma visão *holística*¹⁹ de história, capaz de dialogar com outras áreas do conhecimento humano. Partindo dessa premissa, a HL e a História da Linguística têm, de acordo com Altman (2004 [2003], p. 29), “estatutos e dimensões diferentes”.

Não pretendemos reduzir a história da linguística à simples compilação de fatos, datas, nomes etc, pois a própria história, por si, já se distanciou do paradigma

¹⁹ Cf. BASTOS & PALMA, 2004.

anterior à revolução dos *Annales*. Todavia, também não podemos estabelecer uma relação de equivalência absoluta entre ela e a HL, e dizemos absoluta porque apesar de não serem “coextensivas”, como afirma Altman (ibidem, p. 29), devemos ponderar a existência, *ab initio*, de uma relação entre ambas. Tal relação é atestada pelo próprio Koerner (2014 [1994], p.17), quando afirma ser a história da linguística o produto da atividade historiográfica.

Apesar de a afirmação de Koerner parecer ambígua, principalmente quando nos propomos a afirmar que a HL não é a história da linguística, devemos fazer uma ponderação importante. Quando o autor se refere à história da linguística como “produto” do labor do historiógrafo, devemos ter em conta a nova visão de história, da qual nos ocupamos no início deste capítulo. Assim sendo, a historiografia - compreendida como os “estudos críticos sobre a história” – é capaz de reconfigurar a memória dos estudos linguísticos dando origem a uma “nova” história da linguística.

1.4.1.2 A HL NÃO É LINGUÍSTICA HISTÓRICA

Outra questão advinda da relação entre HL e história é a visão de que ela seria equivalente à linguística histórica. Apesar de as duas disciplinas estarem relacionadas a questões históricas da língua, a constituição de ambas – tanto do ponto de vista epistemológico quanto metodológico – é substancialmente distinta. Conforme assinala Mattos e Silva (2008, p. 8), a linguística histórica é

o campo da linguística que trata de interpretar mudanças – fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais – ao longo do tempo histórico, em que uma língua ou uma família de línguas é utilizada por seus utentes em determinável espaço geográfico e em um determinável território, não necessariamente contínuo.

A definição, por si, já demonstra o objetivo da linguística histórica: a interpretação de mudanças fônicas, mórficas, sintáticas e semântico-lexicais ao longo do tempo histórico. Embora o tempo histórico seja necessário também à HL, não é possível estabelecer-lhe o mesmo escopo, pois não cabe ao estudo historiográfico a interpretação da mudança linguística. Em outras palavras, além da “dimensão interna” do desenvolvimento cognitivo da linguística, o labor historiográfico visa ao estabelecimento da “dimensão externa”, ou seja, sua dimensão social e individual

(ALTMAN, 2004 [2003], p.29). Essa talvez seja a sua mais importante contribuição aos estudos da linguagem.

Apesar disso, devemos fazer uma ponderação importante: embora não seja objetivo precípua da HL, nada impede o historiógrafo da linguística de apresentar, em algum momento de sua análise, aspectos linguísticos também contemplados pela linguística histórica. Em outras palavras, ele pode apresentar a descrição linguística de determinado contexto, mas não com a finalidade de interpretar a mudança, tendo em vista o foco de a HL incidir sobre história *res gestae*, como já mencionamos anteriormente, ao contrário da linguística histórica, que “estuda as mudanças por que passam as línguas humanas no eixo do tempo” (FARACO, 2014 [2006], p. 13).

1.4.1.3 A HL NÃO É (EXATAMENTE) A HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

De todas as negações apresentadas, esta talvez seja a mais complexa. Dizemos isso porque, apesar de partirmos da mesma premissa, não podemos afirmar a inexistência de relação entre a História das Ideias Linguísticas – doravante HIL – e a HL, principalmente se levarmos em conta os conceitos de história e historiografia já apresentados. Por essa razão, optamos por deixar um termo entre parênteses, a fim de demonstrar a impossibilidade de separação absoluta entre ambas.

No contexto brasileiro, diferenciar a HL e a HIL seria uma forma de garantir a identidade entre os diferentes grupos de pesquisa, sob a égide de ambas as vertentes. Diante delas, organizam-se estudos “que se veem como distintos nos percursos e procedimentos que adotam para analisar a história dos estudos sobre línguas e linguagem” (BATISTA, 2013, p.18). Em consulta ao Diretório dos grupos de pesquisa no Brasil²⁰, pudemos extrair alguns exemplos da ordenação das linhas de pesquisa, registrados no quadro a seguir:

²⁰<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>. Acesso em 28/10 às 10h30min.

Quadro 1: Exemplos de grupo de pesquisa sob a chancela da HL e da HIL

| | |
|---|---|
| <p>Grupos orientados sob a chancela da HL</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. Grupo de pesquisas em Historiografia da Língua Portuguesa – PUCSP - Líderes: Neusa Bastos e Dieli Palma. Formação: 1996 2. Grupo de pesquisa Historiografia da Linguística Brasileira – UFF – Líder: Ricardo Cavaliere – Formação: 2004. 3. HGEL: Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas. Líderes: Francisco Eduardo Vieira e Maria del Pilar Roca Escalante – UFPB – Formação: 2017. |
| <p>Grupos orientados sob a chancela da HIL</p> | <ol style="list-style-type: none"> 1. História das Ideias Linguísticas no Brasil. Líder: Eduardo Roberto Guimarães. Formação: 1995. 2. História das Ideias Linguísticas (Brasil e Portugal) e identidade nacional. Líder: Leonor Fávero. Formação: 2002. 3. O cotidiano na História das Ideias Linguísticas. Líderes: Ana Cláudia Ferreira e Carolina Fedatto. Formação: 2018. |

Fonte: ZILIO, 2019.

Do ponto de vista epistemológico e metodológico, diferenciar HL e HIL não parece ser tão simples, principalmente por conta da mudança de paradigma advinda do movimento dos *Annales*, cuja visão crítica sobre a história operou mudanças significativas também na *historiografia*. Além disso, não devemos nos esquecer de que a *história das ideias* e a *história das mentalidades* advêm dessa alteração paradigmática e podem figurar como resultado de um procedimento empenhado pelo historiógrafo.

De acordo com Fávero & Molina (2006, p.24), uma *ideia linguística* “é todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento”. Nesse sentido, estabelecer a história desse saber pode ser o trabalho tanto do *historiador das ideias* quanto do *historiógrafo da linguística*. Isso porque, na maioria das vezes, o resultado de uma análise historiográfica é uma ideia linguística propriamente dita. O próprio Koerner (2014 [1974], p.12, grifo nosso) – um dos proponentes da HL – demonstra a relação entre ambas as vertentes ao afirmar que a

[...] historiografia linguística [...] tem uma missão importante a realizar dentro da disciplina [linguística] como um todo. O facto de a história da linguística poder perfeitamente constituir uma chave muito valiosa para uma melhor compreensão e apreciação da história das ideias em geral só pode reforçar o seu significado.

A HL pode ser usada como forma de compreensão das ideias linguísticas, baseando-se naquilo que se já produziu no âmbito da história da linguística. No entanto, para se chegar a uma ideia linguística, é necessário empreender uma análise de diversos aspectos, e ela pode ser historiográfica, ou seja, valendo-se dos procedimentos concernentes à própria HL, e não à HIL.

Com relação ao *modus operandi* da HIL, destacamos os três princípios preconizados por Aurox (2014[1992], pp. 13-16), quais sejam: a *definição fenomenológica do objeto*, a *neutralidade epistemológica* e o *historicismo moderado*. Segundo o autor, o historiador deve considerar *linguístico* qualquer saber relacionado à linguagem, antes mesmo da abordagem mais *científica* posta em marcha a partir do século XIX. Além disso, devem-se analisar os saberes linguísticos de modo individual, levando em conta o momento em que se produziram. No entanto, é preciso ter discernimento para exarar apenas os fatos mais importantes do contexto, realmente capazes de influenciar determinada concepção linguística.

A individualidade de cada fenômeno não deve presumir a impossibilidade de diálogo com outros saberes, pois os procedimentos cognitivos adotados na construção de um saber linguístico, apesar de variados, não são infinitos e totalmente inéditos. Partindo dessa premissa, o historiador será capaz de mensurar aquilo que Aurox (2014 [1992], p. 12) chama de *horizonte de retrospecção e de projeção*.

Com relação aos horizontes, deve-se considerar a construção do conhecimento sempre como advinda de um passado, embora ele possa ser refutado pelo cientista em determinado momento. Apesar de as novas descobertas inserirem o pesquisador em um “futuro”, não é possível deixar de mensurar a existência de relações com estágios anteriores da ciência. Esse ponto é essencial para diferenciar a HL e a HIL, pois, de acordo com Silva (2018, p. 38), o conceito de *cumulação* é de grande importância para esta última. Já para a HL, importam mais as questões relacionadas às *continuidades*, *descontinuidades* e *rupturas*, o que presume uma visão de história não cumulativa. (BATISTA, 2013, p.83)

Uma análise *a priori* poderia nos dar a impressão de que a diferenciação entre ambas as vertentes se dá por questões puramente identitárias, conforme conjecturamos no início do tópico. Entretanto, um exame mais acurado permitiu-nos estabelecer, do ponto de vista teórico-metodológico, algumas diferenças entre elas, embora também sejam visíveis as semelhanças, principalmente se levarmos em conta a linha tênue que separa a história e a historiografia.

1.4.2 DA NEGAÇÃO À AFIRMAÇÃO: O QUE É E COMO SE FAZ HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

O percurso traçado no tópico anterior mostrou-se apofântico²¹ ao permitir a construção de uma ideia de HL baseada naquilo que ela não é, mas com que se vê inúmeras vezes confundida. Neste momento, tratamos de sua definição, partindo agora de uma premissa oposta: a afirmação de sua identidade no âmbito dos estudos da linguagem.

1.4.2.1 O QUE É E DE QUE SE OCUPA A HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

De acordo com Palma (2013, p. 235),

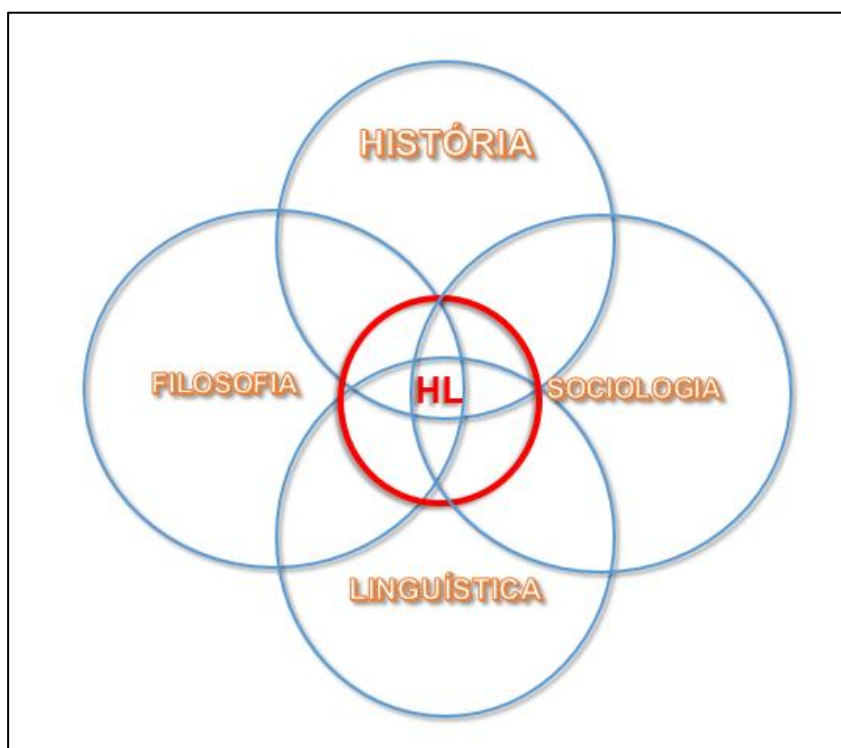
A Historiografia Linguística caracteriza-se como uma disciplina que se debruça sobre o conhecimento linguístico já produzido, reflete sobre ele e o reconstrói, mostrando suas contribuições no passado e sua repercussão no presente e sua projeção no futuro, com vistas a descrevê-lo e a explicá-lo.

A definição traz-nos alguns aspectos importantes, caros à constituição da HL como ramo do conhecimento linguístico. Dentre eles, devemos citar o fato de ela se debruçar sobre o conhecimento linguístico, promovendo tanto a reconstrução de determinado momento do curso dos estudos sobre a linguagem quanto a reflexão sobre tais estudos. Dessa postura reflexiva advêm as contribuições, a repercussão e a projeção dos saberes linguísticos. Ora, a HL, partindo de tal premissa, é capaz de propor o diálogo entre três tempos, embora ela se estabeleça precipuamente entre o passado e o presente dos estudos da linguagem.

²¹ De acordo com o dicionário Caldas Aulete, “na lógica aristotélica, diz-se de qualquer enunciado verbal suscetível de ser considerado verdadeiro ou falso, em relação a uma correta descrição do mundo real”. Disponível em : <http://www.aulete.com.br/apof%C3%A2ntico>, acesso em 03.02.2019, às 10h.

A capacidade de interdiálogo relaciona-se também ao campo dos estudos historiográficos. De acordo com Swiggers (2010, p. 2, grifos do autor), a HL insere-se “na intersecção da *linguística* (e sua metodologia), da *história* (história dos contextos sócio-cultural e institucional), da *filosofia* (desde a história das ideias e *epistêmês* até a história das doutrinas filosóficas), e da sociologia da ciência.” A figura a seguir ilustra a definição do campo de atuação da HL:

Figura 2: A HL e a intersecção dos diferentes campos do saber



Fonte: ZILIO, 2019.

Sobre a filosofia e a sociologia da ciência, Batista (2013, pp. 58-59) faz importantes considerações. Para ele, o auxílio sociológico é importante na medida em que permite a consideração do contexto em que se produziu ou validou determinado conhecimento científico. Com relação à abordagem filosófica, nota-se a importância seminal da problematização e da crítica dela advindas. Ambos os aportes são sobremaneira importantes para a proposta de uma “historiografia de problemas e não de mera reconstrução de dados e fatos”.

Nas palavras de Swiggers (2010, p.2), a interdisciplinaridade é capaz de descrever e explicar como o “*know-how* linguístico foi obtido e implementado” ou, em

outras palavras, a “ história contextualizada das ideias linguísticas”. Certamente, outros ramos do conhecimento também podem tomar parte do diálogo interdisciplinar de que se vale a HL, dentre eles a antropologia, etnologia, teologia, retórica, entre outros (SWIGGERS, 2009, p. 70). Bastos e Palma (2004, p.16) também afirmam que a necessidade de recuperar o passado linguístico não deve descartar a influência linguística em outras ciências, tais como a psicologia e a ciência política.

Antes de nos ocuparmos do objeto de estudos da HL, é necessário compreender a noção de historiografia concernente à disciplina e de que modo ela orienta os procedimentos do historiógrafo da linguística. De acordo com Swiggers (2009, p.68), a historiografia deve ser entendida como “[...] o processo de descrição e de compreensão de todos os produtos assim como do ofício que constituem e caracterizam a (história da) disciplina em questão”.

A fala do autor é importante para circunscrever não só o conceito de historiografia no âmbito dos estudos linguísticos como também para delimitar suas muitas possibilidades. Atentemo-nos sobretudo às propriedades de descrição e compreensão advindas do labor historiográfico. Elas são de extrema importância tanto para a reconstrução do passado dos estudos sobre a linguagem como também para a compreensão do presente e as projeções desses estudos em um futuro.

Sobre o adjetivo *linguístico* que caracteriza a historiografia, é preciso fazer uma ponderação importante. Conforme assinala Nascimento (2005, p. 12), a linguística, “desde seu nascimento, se constituiu como uma ciência histórica”. Tal afirmação é essencial para mensurarmos a estreita ligação entre a língua e os fatores histórico-sociais. Isso porque ela não deve ser tomada em seu aspecto puramente estrutural, sem que seja compreendida como essencial à vida política²², pois a linguística é essencialmente uma ciência humana e social. (KOERNER, 2014, p. 43)

Entretanto, isso não basta para situar o que seja considerado efetivamente linguístico para a HL. De acordo com Batista (2013, p. 15), devem ser levadas em conta as “formas de conhecimento propostas, adquiridas, desenvolvidas mesmo em períodos anteriores ao estabelecimento científico da Linguística”, ou seja, a partir do século XIX. Em suma, qualquer investigação do homem relacionada à linguagem pode ser historiografada, pois, desde os primórdios das civilizações, ela figurou como tema

²² Cf. ARISTÓTELES (2006)

de inúmeros estudos, obedecendo ao espírito de época. Chega-se, portanto, à concepção linguística de Swiggers (2009, p.68, grifos do autor), que a define como o “[...] *corpus* global de conhecimentos e reflexões em relação como o fenômeno (antropológico) da *linguagem* e o feito (histórico) das *línguas*”²³.

Ainda com relação ao objeto da HL, é mister postular que não se deve confundir a questão da linguagem com as línguas propriamente ditas. Sobre isso, ponderam Bastos e Batista (2016, p. 61):

A historiografia a respeito dos estudos da linguagem não toma como objeto as línguas e seus fenômenos, mas o que foi dito e se diz a respeito dessas línguas e suas propriedades, nos diversos ramos da linguística, da filologia e da gramática (entre outras áreas), como a morfologia, a sintaxe, a semântica, a pragmática, os estudos do discurso, entre outros – os trabalhos realizados nessas áreas são estudados pela historiografia, que analisa o que se tratou nesses campos, daí a configuração como uma *metaciência* ou *metadisciplina*.

Na fala dos autores, evidencia-se o compromisso da HL com “o que foi dito e se diz” a respeito das línguas. Assim, ela se situa em um plano discursivo capaz de revelar as concepções linguísticas vigentes em determinada época, manifestadas no momento em que se inserem em determinada investigação linguística. Tal característica também lhe confere um *status* metadisciplinar ou metacientífico, levando em conta o seu objeto ser o linguístico.

Koerner (2014 [1995], p. 46) também menciona a questão discursiva, embora de modo um pouco distinto. Para ele, a HL não pode ser totalmente apartada da visão apriorística de Historiografia como *escrita da história*. Nas palavras do autor,

[...] *historiografia da linguística* – ou ‘historiografia linguística’, como se tornou mais amplamente empregue – é mais do que um termo para descrever a atividade de ‘escrever a História’, embora, com certeza, tenha relação com ela. O seu resultado é, com certeza, História, isto é, o discurso sobre o passado tal como foi produzido pelo historiador, distinto da ‘História’, no sentido de ‘factos do passado’. (KOERNER, 2014 [1995], p. 46, grifos do autor)

No trecho apresentado, fica evidente que as relações entre a história e a historiografia, já discutidas por nós neste capítulo, também se fazem presentes na HL. Ao mencionar a história como produto final do labor do historiógrafo da linguística, o

²³Tradução nossa, do espanhol: “[...] *corpus* global de conocimientos y reflexiones en relación con el fenómeno (antropológico) del *lenguaje* y el hecho (histórico) de las *lenguas* [...]” (SWIGGERS, 2009, p.68)

autor reforça a ligação existente entre ambos os conceitos, e mais ainda, a questão da narratividade histórica. No entanto, ao fazer a ressalva de que essa história não é meramente factual, Koerner a coloca em posição muito mais próxima da nova história, total e problematizadora, à qual se vincula também a **historiografia**. Desse modo, para que haja uma nova história, também se deve pensar em uma nova forma de escrevê-la.

Para que a HL leve a cabo a sua proposta interpretativa e totalizante, é necessário lançar mão de outro diálogo essencial: o das dimensões *interna*, relacionada aos aspectos cognitivos do desenvolvimento da linguística, e *externa*, relacionada a aspectos individuais e sociais (ALTMAN, 2004 [2003], p. 29). De acordo com Batista (2013, p. 59), ambas as dimensões são concernentes ao estudo interpretativo proposto pela historiografia e consideram não só os fatores internos da própria linguística, como campo do conhecimento em constante desenvolvimento, mas também fatores de ordem externa, capazes de fornecer ferramentas importantes para compreendermos as escolhas teóricas e metodológicas feitas pelos intelectuais em determinado momento. Além disso, os aspectos externos também são capazes de influenciar a formação de determinada concepção linguística bem como de continuidades e descontinuidades desse processo.

1.4.2.2 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

As reflexões de cunho teórico-epistemológico acerca da HL são extremamente importantes para a manutenção de seu *status quo* científico, considerando-se o fato de ela ser uma disciplina já bem definida no âmbito das ciências da linguagem. No entanto, afora a discussão teórica, também é necessário delimitar os aspectos procedimentais a serem empregados quando se pretende fazer historiografia linguística. Sobre isso, inúmeros pesquisadores já dedicaram estudos capazes de fornecer o aparato metodológico necessário à HL, embora, conforme assinalam Bastos e Palma (2004, p. 19), ela ainda não apresente “parâmetros metodológicos comuns aos campos de investigação dentro da Linguística”.

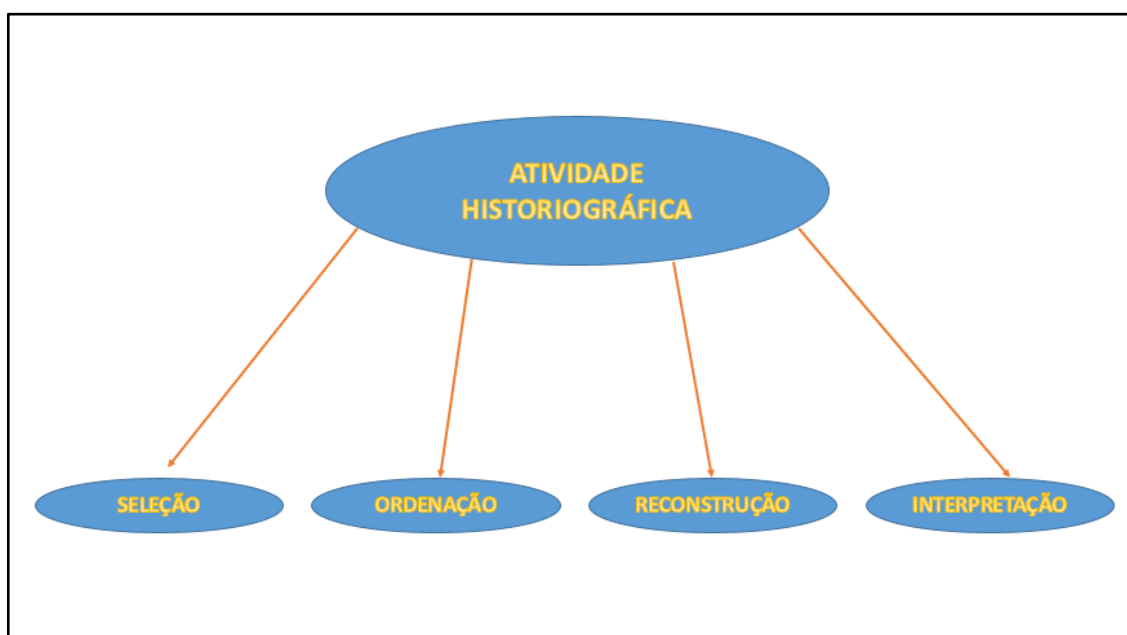
Apesar das diferenças na exposição da metodologia, é possível encontrar traços comuns entre diferentes autores que se ocuparam do lançamento dos possíveis

caminhos para a atividade historiográfica. Inicialmente, levemos em conta a seguinte observação de Altman (2004 [2003], p. 28):

A atividade historiográfica que ambiciona compreender os movimentos em história da ciência, presume, inevitavelmente uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes (*história rerum gestarum*) para o quadro de reflexão que constrói o historiógrafo.

Sinteticamente, a autora apresenta os procedimentos metodológicos básicos concernentes à HL, sem os quais não é possível estabelecer um trabalho desse tipo. Isso porque, para realizar seu trabalho, o historiógrafo deve partir de uma seleção das fontes a serem usadas, a ordenação das publicações, a reconstrução do clima de opinião da época estudada e a posterior interpretação dos fatos levantados. A imagem a seguir ilustra os procedimentos mencionados por Altman.

Figura 3: A atividade historiográfica de acordo com Altman (2004 [2003])



Fonte: ZILIO, 2019.

Uma proposta semelhante é encontrada em Swiggers (2010, pp 2-3), um dos iniciadores dos estudos historiográficos da linguística. De acordo com o autor,

A historiografia linguística tem que partir de uma fase heurística, e avançar através de uma análise "argumentativa" e de uma síntese histórico-comparativa, em direção a uma hermenêutica historicamente fundamentada do conhecimento/*know-how* linguístico. Ela pergunta e tenta responder questões do tipo: como o conhecimento linguístico foi adquirido? como foi

formulado? como foi difundido? (em círculos 'participativos'?) como tem sido preservado? Porque foi preservado (ou perdido), e de que maneira? quais tem sido as relações (em termos de influência, poder, longevidade curta ou ampla, etc.) entre as “extensões” coexistentes ou subseqüentes ao conhecimento linguístico?

Observemos o estabelecimento de um *continuum* que parte de uma fase heurística e chega a uma hermenêutica. Para tanto, estabelecem-se alguns procedimentos tanto de análise argumentativa das fontes quanto de uma síntese histórico-comparativa. Visando à consecução das operações fundamentais ao labor historiográfico, ainda se deve acrescentar que a HL “[...] abarca uma prosopografia de autores (cf. Stammerjohann ed. 1996) e uma documentação (bio)bibliográfica [=epi-historiografia] e, principalmente, uma descrição (analítica e sintética) combinada com uma interpretação²⁴. [...]” (SWIGGERS, 2009, p. 68)

No decorrer do percurso heurístico até o hermenêutico, estabelece-se um *campo*, composto por diversos elementos. Dentre eles estão as *estruturas linguísticas/fatos; a reflexão e descrição linguística; a meta-historiografia; e a epi-historiografia*. Todos mantêm algum tipo de relação com a *historiografia linguística*, que ocupa o centro desse campo.

Como *estruturas linguísticas/fatos*, o autor entende “[...]os fatos (selecionados), ou conjuntos de fatos relacionados às estruturas linguísticas e às situações linguísticas que (no passado) foram objeto de reflexão linguística, ou de descrição [...]” (SWIGGERS, 2010, p. 4). Já a *reflexão e descrição linguística* incluem “[...] uma ampla gama de ‘operações’ (mais ou menos) linguisticamente relevantes sobre estruturas linguísticas”, cujo “ ‘curso histórico’ [...] constitui a *história da linguística*” (id., ibid., grifos do autor).

Essas duas partes do campo devem ser entendidas com relação à descrição do objeto. O trabalho do historiógrafo tem como foco a *reflexão e a descrição linguística* que, por sua vez, se debruçam sobre as estruturas e os fatos. À guisa de exemplificação, tomemos uma gramática produzida no século XVII e façamos um recorte de determinado aspecto da obra. A parte analisada concerne ao fato linguístico

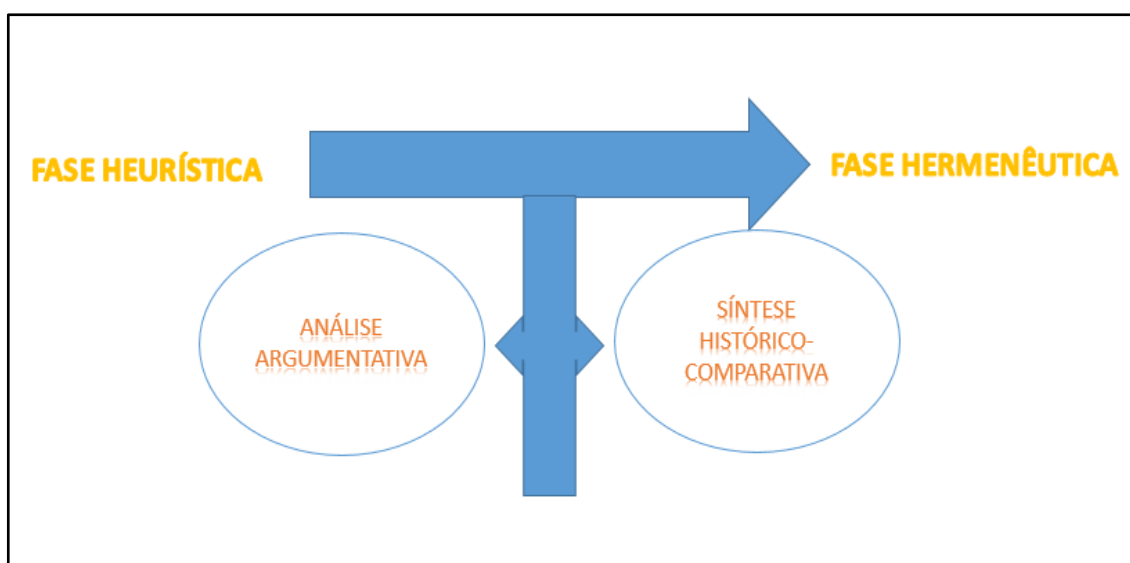
²⁴²⁴Tradução nossa, do espanhol: “[...] abarca una prosopografía de autores (cf. Stammerjohann ed. 1996) y una documentación (bio)bibliográfica [=epihistoriografía], y, principalmente, una descripción (analítica y sintética) combinada con una interpretación. [...]” (SWIGGERS, 2009, p. 68)

que promoveu uma reflexão linguística registrada na gramática, e este seria o objeto da análise historiográfica.

Com relação à meta e à epi-historiografia, é preciso salientar que a primeira abarca “[...] as atividades reflexivas que tomam por objeto as práticas e os produtos historiográficos.” (SWIGGERS, 2010, p. 4), ou seja, o conhecimento produzido sobre a historiografia. Já a segunda relaciona-se à “ história dos ‘agentes’ e ‘materiais produzidos’ ” (id., ibid.); nesse campo entrariam os componentes tanto biográficos quanto os bibliográficos.

A imagem a seguir mostra o *continuum* proposto por Swiggers, bem como os procedimentos envolvidos a fim de promover a mudança de fases ao longo do trabalho historiográfico.

Figura 4: As duas fases da HL, de acordo com Swiggers (2010)

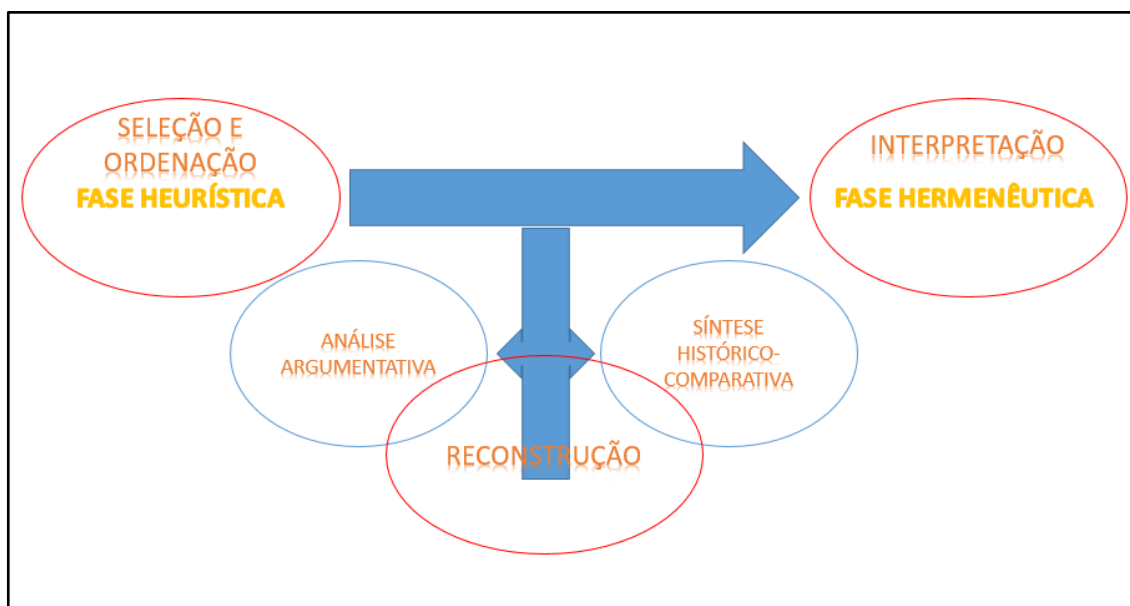


Fonte: ZILIO, 2019.

Em comparação com os postulados de Altman (2004 [2003]), notam-se semelhanças entre as operações propostas por ela e por Swiggers (2010). *Grosso modo*, poderíamos comparar a fase heurística à chamada seleção de que fala a autora. Também nessa fase seria possível ocorrer a ordenação das fontes, tendo em vista o recorte realizado pelo historiógrafo. A fase hermenêutica figuraria como a interpretação, considerando os procedimentos de análise argumentativa das fontes e também a síntese histórico-comparativa. Parte dos dois procedimentos dialogam com

a reconstrução mencionada por Altman, pois, quando o historiógrafo analisa as obras levando em conta o contexto, ele também reconstrói o passado que lhe é objeto. A figura a seguir ilustra a aproximação existente entre as considerações dos autores.

Figura 5: Comparação entre as considerações de Altman (2004 [2003]) e Swiggers (2010)



Fonte: ZILIO, 2019.

Antes de continuarmos nossa exposição metodológica, devemos ressaltar dois aspectos que merecem especial atenção quando se pretende empreender uma análise historiográfica, quais sejam: *o argumento de influência e a metalinguagem*. Ambos se relacionam à parte hermenêutica ou interpretativa do processo e devem figurar como preocupações do historiógrafo.

Com relação à questão do argumento de influência, Koerner (2014 [1987], p. 91) comenta:

o termo 'influência', tal como é frequentemente empregue nos escritos que tratam de história da linguística, é, na melhor das hipóteses, um termo mal definido e, na pior das hipóteses, um argumento conveniente que pode apanhar um opositor desprevenido: pode haver uma desconfiança encoberta de que não se trabalhou bem e de que outros descobriram alguma relação em que não se tinha pensado antes

Nas palavras do autor, é comum alguns historiógrafos fazerem afirmações acerca de possíveis influências sobre determinada ideia linguística. O problema pode

estar relacionado à questão da datação inadequada em determinados trabalhos e gera problemas quando se afirma a influência de uma ideia sobre outra. Isso porque, para que se chegue a tal conclusão, não basta levar aspectos apenas do espírito de época, como se fosse uma premissa válida para conjecturar que determinado pensamento tenha exercido influência sobre uma ideia linguística.

Dentre os exemplos trazidos, está a questão da propalada influência de Durkheim sobre Saussure. De acordo com o estudioso polonês, o fato de Saussure ter mantido algum tipo de contato com as teorias de Durkheim não deve ser suficiente para afirmar que este último tenha influenciado as teorias do primeiro. A ponderação proposta é que se diga ter havido a existência de “noções ‘durkheimianas’” no clima de opinião da época apenas. Para o autor, quando se fala sobre influência, deve haver provas concretas, menções, correspondências que permitam fazer tal tipo de afirmação.

Sobre a questão da metalinguagem, Koerner (2014 [1993], p. 76) assinala:

O historiógrafo não pode fugir à questão, especialmente quando, ao discutir teorias de períodos passados, estiver ao mesmo tempo a tentar torná-las acessíveis ao leitor do presente e a tentar não distorcer a intenção e significado originais. A menos que o único objetivo do historiógrafo seja colecionar antiguidades, isto é, descrever conceitos desenvolvidos há muitos anos atrás unicamente nos próprios termos utilizados, ele será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise. Este procedimento, entretanto, tem levado a inúmeras sérias distorções na historiografia linguística e qualquer historiógrafo perspicaz deve perceber as armadilhas e voltar-se para a questão da ‘metalinguagem’, isto é, a linguagem empregue para descrever ideias passadas sobre linguagem e linguística.

Inicialmente, devemos considerar o entendimento de metalinguagem, definida como a *linguagem empregue para descrever ideias passadas sobre linguagem e linguística*. Essa definição vai ao encontro da de Aurox (2014 [1992]), ao estabelecer os dois níveis de operação linguísticos: o *epilinguístico*, concernente ao conhecimento intuitivo do homem sobre a linguagem e o *metalinguístico*, advindo da reflexão do homem sobre a linguagem.

Desse modo, o uso inadequado da metalinguagem pode oferecer sérios riscos à exegese historiográfica, principalmente quando se faz necessário aproximar as teorias mais antigas das contemporâneas. Isso porque, o historiógrafo pode se ver

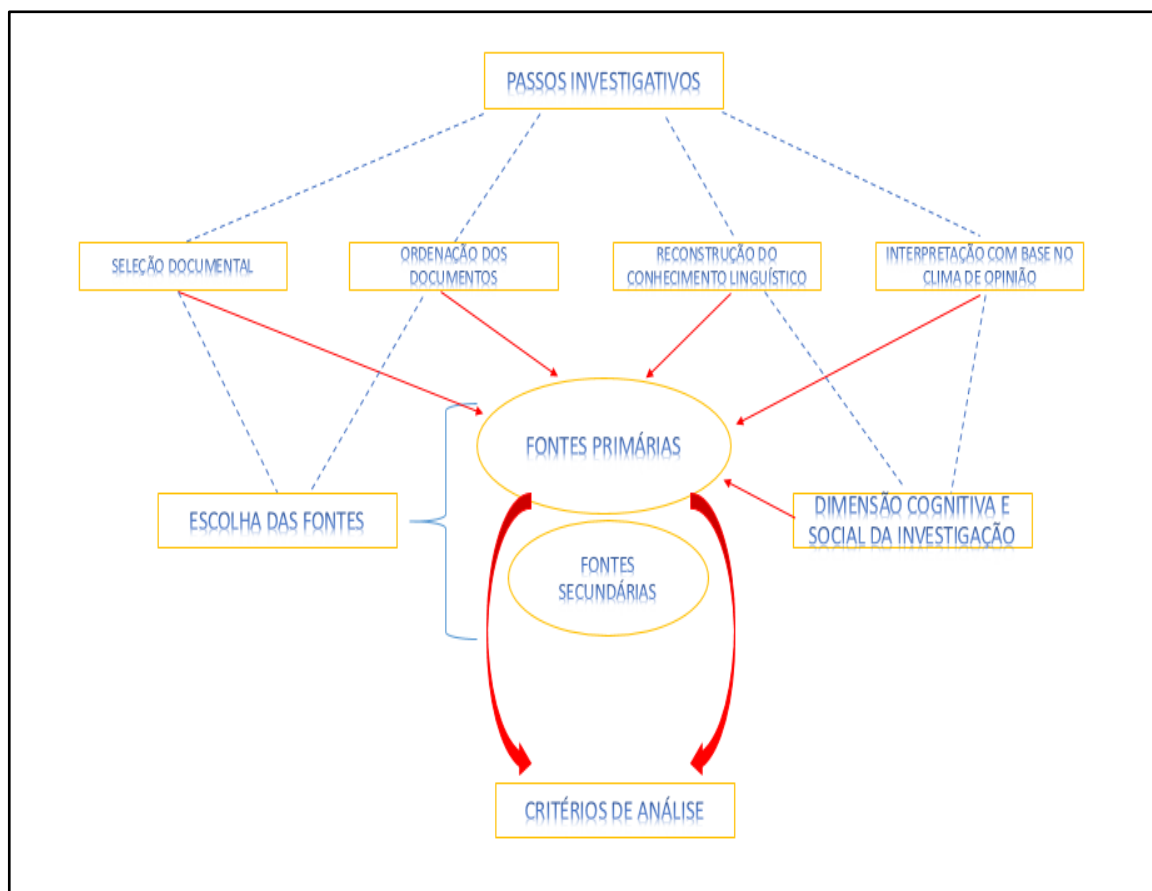
tentado a estabelecer ligações entre conceitos que, embora possam guardar alguma semelhança, não sejam exatamente os mesmos hodiernos.

Ambos os problemas apresentados fizeram com que se estabelecessem alguns *princípios* a serem levados em conta quando da análise historiográfica. De acordo com o próprio Koerner (2014 [1995]), eles seriam capazes de minimizar, por exemplo, os problemas advindos do excesso de uso de uma metalinguagem inadequada ao contexto e à obra analisados e podem ser assim descritos:

- a) O princípio da *contextualização*: baseado no estabelecimento do *clima de opinião* do período que se pretende historiografar. Devem ser levados em conta fatores importantes da época, que teriam influenciado a teoria linguística vigente.
- b) O princípio da *imanência*: relacionado à análise documental sob os mais diversos aspectos, entre eles o *histórico*, o *crítico* e até mesmo o *filológico*. Consideram-se as teorias vigentes na época da produção do documento, sem que se faça qualquer aproximação teórica com o atual estado da arte dos estudos linguísticos.
- c) O princípio da *adequação*: caracterizado pela síntese comparativa entre as concepções registradas na obra e as do momento em que se empreende a análise. Pode ser importante para a compreensão de algumas ideias contidas no documento quando ele apresenta conceitos muito distintos dos ditos mais contemporâneos.

De acordo com Palma (2013), ainda é possível estabelecer outros pontos concernentes à metodologia da pesquisa em HL. A autora sumariza esses procedimentos tendo, como base, as premissas adotadas pelo GPeHLP (Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa, da PUCSP). Em certa medida, os pressupostos metodológicos do grupo sintetizam as considerações apresentadas até aqui. O quadro a seguir ilustra as diferentes etapas da HL, de acordo com tal proposta metodológica:

Figura 6: Procedimentos metodológicos do GPeHLP, segundo Palma (2013)



FONTE: ZILIO, 2019.

Na ilustração, é possível perceber que os retângulos maiores – passos investigativos, escolha das fontes, dimensão cognitiva e social da investigação e critérios de análise – constituem os procedimentos específicos adotados pelo historiógrafo da linguística. Os pontilhados em azul mostram a interligação entre as diferentes etapas, concernentes ao processo de reconstrução proposta pela HL, como acontece, por exemplo, com a escolha das fontes, a seleção documental e a ordenação dos documentos. As fontes primárias, representadas pela forma oval, configuram-se como o alvo de praticamente todos os procedimentos, considerada a necessidade documental do trabalho historiográfico. As setas maiores mostram que o último dos passos ocorre em sentido inverso: a partir das fontes primárias emergirão as categorias de análise das quais o pesquisador lançará mão em seu trabalho.

Apesar das diferentes nomenclaturas e do maior ou menor aprofundamento que determinado autor confere aos seus aspectos metodológicos, notamos a existência de uma ligação entre todas as vertentes procedimentais apresentadas. Isso

porque, em certa medida, todas contemplam os aspectos básicos da pesquisa em HL, que visa à recuperação e a interpretação do passado do conhecimento linguístico, promovendo um possível diálogo com o presente e, em determinados casos, uma projeção para o futuro.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso traçado no presente capítulo permitiu-nos a compreensão dos aspectos concernentes à Historiografia Linguística, tanto do ponto de vista teórico-epistemológico quanto do metodológico. Para tanto, valemo-nos de outros dois conceitos que lhe são intrínsecos: o de história e o de historiografia.

Com relação ao conceito de história, buscamos a compreensão de alguns dos principais aspectos a ela relacionados, sobretudo os estabelecidos após a revolução paradigmática promovida pelo movimento dos Annales. A partir dela, chegou-se a uma visão holística e problematizadora, levando em conta a conjuntura, e não somente os fatos ou datas em uma linha cronológica estanque.

Posteriormente, também buscamos conceituar a historiografia, tão polissêmica quanto a própria história, partindo dos relatos ou crônicas e chegando a uma concepção relacionada aos estudos críticos acerca do que se já escreveu sobre a história. Essa mudança, legatária do novo paradigma histórico, circunscreve a historiografia em outro âmbito, com o qual a HL se relaciona.

A última parte do capítulo destinou-se especificamente à busca das particularidades dos estudos historiográficos da linguística. Inicialmente adotamos uma postura de negação visando à caracterização da HL como um campo independente e, ao mesmo tempo, único entre as ciências da linguagem. Em seguida, procedemos à conceituação da disciplina e também buscamos fazer um levantamento do seu *modus operandi*, capaz de reafirmar o seu *status quo* e a sua relevância para o conhecimento do passado dos estudos linguísticos

No capítulo seguinte, apresentamos o paradigma tradicional da história do português e, em seguida, o *estado da arte* dos estudos que se têm ocupado em lançar novo lume sobre a questão da origem de nosso idioma. Ao mesmo tempo, revisitamos a história de Portugal, a fim de verificarmos os pontos que sustentam as novas teorias,

destacando aspectos de relevância para preencher as lacunas deixadas pelo tempo, cuja análise só é possível por meio dos estudos críticos sobre a história, em outras palavras, por meio da historiografia.

Capítulo 2

*O embate entre dois tempos: antigos e novos olhares
sobre a origem da língua portuguesa*

*Mudam-se os tempos, mudam-se as
ventades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades".
(Camões)*

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A essência investigativa do homem levou-o a percorrer diversos caminhos no decorrer da história. Dos antigos mitos para explicar a natureza indomável ao advento da Filosofia, que norteou o pensamento científico até meados do século XV; da Revolução Científica ocorrida entre os séculos XVI e XVIII ao modelo positivista da ciência, posto em marcha a partir do século XIX e ainda em vigor quando se fala em prática científica, é possível observarmos as mudanças operadas na relação humana com o saber.

Na epígrafe deste capítulo, Camões declara que “todo o mundo é composto de mudança”. Ela, por sua vez, está vinculada a inúmeros fatores: temporais, políticos, sociais, entre outros. As vontades mencionadas pelo poeta português podem ser aqui comparadas à busca por respostas, igualmente variáveis no tempo e no espaço, se não no plano das ideias, mas no *modus operandi* utilizado pelo homem para conseguilas. A ciência, uma vez manejada por seres humanos sempre em constante mudança, também é testemunho indelével das modificações.

Em “*A estrutura das revoluções científicas*”, Thomas Kuhn (1998 [1960], p.40) faz considerações sobre a noção de *paradigma* e sua importância no desenvolvimento da ciência. Para o autor, o termo – embora relacionado a modelos ou padrões – não deve ser compreendido como algo capaz de permitir uma mera reprodução de exemplos, mas sim como uma referência inicial de uma investigação bem-sucedida em determinada área do conhecimento. A *promessa de sucesso* advinda de tal referência deve ser constantemente atualizada pelo cientista, que promove inúmeros estudos a fim de ampliar o conhecimento dos fatos apresentados e correlacioná-los às previsões paradigmáticas.

Ao longo do processo, cuja função é manter o paradigma vigente, defrontamos com situações nas quais ele deixa de operar satisfatoriamente, levando ao surgimento de novas teorias. Elas, por sua vez, funcionam como resposta àquilo que o autor chama de *anomalias*, manifestando um estado de *crise* científica capaz de promover uma mudança paradigmática. Apesar da possibilidade de alteração, ela não acontece repentinamente; ao contrário, os cientistas não tendem a abandonar de

imediatamente o paradigma vigente, mesmo havendo fortes indícios da necessidade de reformulação (KUHN, 1998 [1960], pp.107-108).

Boaventura Santos, já em 1985, denunciava o colapso do então vigente paradigma científico, baseado na racionalidade positivista. Em suas palavras, a crise instaurada constitui um processo irreversível, cujos sinais prenunciam o advento de um *paradigma emergente*. Valendo-nos da nomenclatura do filósofo português, podemos perceber que as novas teorias mencionadas por Kuhn são seminais para o despontar de um novo paradigma.

Partindo dessa premissa, o presente capítulo tem como objetivo apresentar os postulados advindos do paradigma vigente com relação à origem da língua portuguesa, bem como os novos olhares lançados sobre a temática, questionando a mencionada origem. As novas abordagens, reforçadas há pelos menos três décadas, têm-se demonstrado prolíferas para o estabelecimento de uma história do português alicerçada em um paradigma distinto do tradicional. Por conta disso, elas recebem destaque nesta etapa do trabalho.

2.2 UM PARADIGMA QUE SÃO DOIS: O PORTUGUÊS COMO A “ÚLTIMA FLOR DO LÁCIO”.

Quando falamos da existência de um paradigma vigente na história da língua portuguesa, referimo-nos, na verdade, a uma história legatária de dois paradigmas que influenciaram sobremaneira a construção de nosso passado linguístico. O primeiro, histórico, é chamado de “paradigma tradicional” por Burke (2011 [1992]) e compreende a visão tradicional de história. Ela se caracteriza por ser voltada às questões políticas, excessivamente factual e narrativa, preocupada apenas com o feito dos “grandes nomes”, apreendida prioritariamente por documentos oficiais. Pouco atenta ao diálogo entre movimentos coletivos e individuais, está sempre em busca da objetividade, que a limita a narrar o ocorrido, “tal como efetivamente ocorreu”, desconsiderando a impossibilidade de o historiador efetivamente transpor as barreiras temporais que o separam do fato narrado.

Embora o autor se refira ao conceito de história de modo amplo, e não especificamente à do português, podemos dizer que, *grosso modo*, ela sempre foi contada sob a perspectiva do paradigma tradicional. O próprio fato de partirmos da

premissa de um apagamento é prova da visão excludente de registro, pois retira o lugar do galego no processo de constituição da língua portuguesa devido à posição minoritária da Galícia no contexto europeu.

O segundo paradigma, linguístico, é chamado por Vieira (2018) de paradigma tradicional de gramatização - PTG. Segundo o autor, ele “se constituiu a partir de uma ramificação dos estudos oriundos da filosofia grega clássica e se tornou o mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por *gramática*[...]” (id., *ibid.*, p. 10, grifos do autor). Com relação ao fator “socioideológico”, devemos destacar existência de uma motivação ideológica que atribuiu, ao longo da história, grande importância ao grego e ao latim, os modelos de configuração dos manuais de gramática reproduzidos até hoje.

Nossa afirmação, tal como o conceito de PTG, encontra guarida no conceito de gramatização, postulado por Auroux (2014 [1992], p.65, grifos do autor). Em suas palavras, “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever e a instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. No cerne do fenômeno, é inquestionável – por razões óbvias – a presença do elemento latino nas gramáticas das chamadas línguas neolatinas

Ainda de acordo com o autor, “a gramatização (base do latim) de um vernáculo europeu pode igualmente servir de partida para uma outra língua e lhe transmitir sua ‘latinidade’” (AUROUX, 2014 [1992], p.46). Uma vez compreendido o PTG, não é difícil depreender que a *latinidade* mencionada pelo filósofo da linguagem fosse registrada também na história da língua.

Em um primeiro momento, examinar essa história poderia pressupor o encontro com uma série de afirmações tidas como verdades absolutas, sobretudo quando se trata da origem do idioma. Se considerássemos a quantidade de obras que já se ocuparam – e ainda se ocupam – da questão, seria lícito pensar em uma simples revisão de algo já tido como definitivo. Contudo, as páginas seguintes dão conta de demonstrar o quão prolífico pode ser o retorno ao passado do português.

A perífrase do verso destacado no título do presente tópico – “última flor do Lácio” - sintetiza de modo exemplar o construto que perpassa o imaginário do senso comum quando se mensura a procedência da língua portuguesa. Todavia, a ideia não

nasce ao acaso; ela é resultado dos postulados de inúmeros gramáticos e filólogos, baseados tanto no paradigma tradicional de história quanto no paradigma tradicional de gramatização.

2.2.1 A ORIGEM LATINA

O primeiro dos postulados com relação à língua portuguesa é a sua ascendência latina. Para comprovar tal “código genético”, basta, por exemplo, observar a quantidade de palavras provenientes do latim nela presentes. Por essa razão, os adjetivos que se lhe aplicam - *língua neolatina, novilatina ou românica* – dão conta de demarcar a ligação entre ambas as línguas, conforme se pode depreender dos excertos a seguir:

- I. “Segundo Meyer Lübke, dividem-se as línguas românicas em: rumeno, dalmático, retico, italiano, sardo, provençal, francês, hespanhol e português. Cada um destes idiomas compreende por sua vez uma série de dialectos. Todas estas línguas e dialectos originaram-se do latim; não do latim literário, que em muitos pontos era linguagem artificial, e sim do latim vulgar, isto é, da linguagem viva, do latim falado.” (ALI, 1931, pp.1-2, grifos nossos)
- II. “Todas as línguas chamadas românicas apresentam tantas semelhanças entre si que até os leigos na matéria podem desconfiar da procedência comum de tais idiomas. Os estudos comparativos até agora feitos já nos levam à certeza de que todas essas línguas provieram do latim que se dialetou em contacto com diversas outras falas naturais do vasto território romano, em épocas diferentes”. (SILVEIRA BUENO, 1946, p.33, grifos nossos)
- III. “É hoje ponto definitivamente assente e incontroverso, que a língua portuguesa não passa de transformação, lenta e sucessiva, realizada através dos séculos, de uma que tomara o seu nome da região onde se desenvolvera, o Lácio”. (NUNES, 1951, p.3, grifo nosso)
- IV. “Modificação do latim vulgar transportado pelos legionários romanos para a Península Ibérica e aí transformado e grandemente enriquecido no seu léxico, o português é uma língua novilatina que possui documentos literários apreciáveis, através dos quais podemos estudar as várias fases de sua evolução (COUTINHO, 1971, p.14, grifo nosso)
- V. “A língua portuguesa é a continuação ininterrupta, no tempo e no espaço, do latim levado à Península Ibérica pela expansão do império romano, no início do século III a.C., particularmente no processo de romanização dos povos do oeste e noroeste (lusitanos e galaicos), processo que encontrou tenaz resistência dos habitantes originários dessas regiões (BECHARA, 2009, p.23, grifo nosso)

A partir da leitura, notamos que a relação entre o português e o latim pode ser descrita como uma modificação/derivação ou uma continuação ininterrupta do idioma levado pelos romanos à Península Ibérica. A língua mencionada em I e IV correspondia ao *latim vulgar*, falado por aqueles cuja missão era expandir os territórios de Roma. Sobre ele, é importante fazermos algumas observações.

A princípio, destacamos que a língua latina, muitas vezes reduzida à dicotomia *clássico/vulgar*, não compreendia apenas duas variedades. Ao contrário, segundo Silva Neto (1976 [1956], p.35), ela apresentou vários *matizes*, tais como: *a língua escrita literária* (dos grandes escritores), *a língua escrita cuidada* (mantida por pessoas instruídas), *a língua falada por pessoas instruídas* (ligadas à classe média), *a língua falada pelas classes baixas das capitais e grandes cidades* e *a língua falada pelos camponeses* (com características mais arcaizantes).

Com relação ao que se convencionou chamar *latim vulgar*, embora não seja possível mensurar com exatidão, Silveira Bueno (1946, pp.38-41) afirma ter sido uma variedade situada entre o latim arcaico, artificial e fixo, e o falado pelos campônios. Nas palavras do autor, esse é o *latim popular* levado à Península Ibérica pelos colonizadores romanos, submetido à constante variação por que passam todas as línguas, apesar da força conservadora e niveladora das instituições oficiais.

Ainda sobre ele, devemos acrescentar o fato ter apresentado certa uniformidade, apesar da longa extensão da chamada România. Obviamente, a vastidão do território teria exercido influências sobre os falares “vulgares”, o que pode ser compreendido hodiernamente como variação diatópica. Entretanto, a característica de mínima variação que o latim vulgar assumiu parece ser ponto pacífico entre diversos filólogos, como Silveira Bueno (1946, p. 40) e Melo (1951, p.100).

Apesar de não haver, em nenhum dos trechos, menção direta a uma “filiação” latina do português, é possível afirmar que o senso comum vai ao encontro do discurso de gramáticos e filólogos. Observemos os trechos I e II, em que se lê ser o português *originado ou proveniente do latim*: se tomarmos os verbos *originar-se* e *provir* como sinônimos de *descender*, está clara a relação “consanguínea” existente em ambas as línguas.

Consideremos também o fato de os textos selecionados serem, *grosso modo*, do século XX.²⁵ Talvez por isso, os autores tivessem evitado “metaforizar” a origem da língua portuguesa por meio de uma relação filial, conforme se verifica em textos de séculos anteriores²⁶. Ainda assim, não devemos desconsiderar a falta de consenso referente à possibilidade de se tratar “do mesmo idioma” transformado - ou transfigurado - no tempo e no espaço, tal qual se vê em III, IV e V. O ponto de vista de continuidade do latim, como se houvera a perpetuação da mesma língua apenas com algumas modificações, permite-nos depreender a supervalorização do idioma, conferindo ao português uma origem nobre, legatária das glórias dos antigos colonizadores romanos.

2.2.2. O “GALEGO-PORTUGUÊS”

Outro aspecto importante a ser destacado sobre a origem da língua portuguesa está relacionado à sua forma mais “primitiva”. Quando mencionada, chega-se a um estágio denominado *galego-português*, do qual advém outro postulado: em seus primórdios, o português existiu em concomitância com o galego. Houve, portanto, relativa unidade linguística entre Portugal e Galícia, região norte da Espanha, atestada por inúmeros estudiosos, como se verifica nos fragmentos abaixo:

I. “E vivendo entre elles corromperão ainda mais a lingoa mea Gothica e mea Latina que fallauão tomando outros vocábulos dos Mouros, que ainda oje nos durão [...] e quando se apartou, lhes ficou notauel diferença entre ella e a lingoa de Castella e das de Galliza e Portugal, as quaes ambas eram antigamente quase hua mesma, nas palavras e nos diphtongos e pronunciação que as outras partes de Hespanha não tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se auentajou tanto, quanto na copia e na ellegancia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, e corte que he a officina onde os vocábulos se forjão e pulem e donde manão pera os outros homes, o que nunca houue em Galliza. Era a lingoa Portugueza na saida daquelle captiueiro dos Mouros mui rude, e mui curta, e falta de palauras, e cousas [...]” (LEÃO, 1864 [1606], p.21, grifo nosso)

II. “Fazendo estudo scientifico desses documentos, chegam a surpreender-se através das fórmulas alatinadas muitos e valiosos elementos da língua então falada em todo o occidente da península. À medida que se vai aproximando o século XII, também se vai tornando cada vez mais transparente a lingua popular, através do latim bárbaro dos notários e officiais públicos. Era na essência uniforme essa lingua românica, fallada desde a Galliza até ao Algarve.” (VASCONCÉLLOZ, 1900, pp.22-23)

²⁵ A edição de Bechara, embora seja do século XXI, não teve alteração nessa parte do texto, comparada a edições do século anterior.

²⁶ Cf. BARROS (1540)

III. “Na época trovadoresca a língua fora galego-portuguesa, isto é, substancialmente igual (se abstrairmos de algumas particularidades dialectais) à que se desenvolvera paralelamente do outro lado do Minho. Na época da prosa nacional, afastou-se dela mais e mais, ao passo que o galego ou galiziano se ia aproximando, mais e mais, do castelhano.” (VASCONCELOS, 1951 [1911-12], p.20, grifo nosso)

IV. “O português e o galego foram, de princípio, a mesma língua, transformação histórica do romance galaico-português. Com a independência de Portugal, proclamada no século XII, cindiu-se o primitivo território da língua, ficando a parte ao Norte do Minho, a Galiza, com a Espanha.” (MELO, 1951, p.109, grifo nosso)

V. “Se assim se constituía o novo reino, a nova nacionalidade, continuava, porém, a unidade linguística a ser a mesma com a Galiza. É o grande traço de união entre as duas partes. O Minho, separando os territórios, começa a separar também a primitiva unidade, criando o binômio galego-português que será, até o século XV, uma das expressões mais apreciadas do lirismo medieval.” (SILVEIRA BUENO, 1955, p. 61, grifo nosso)

As passagens transcritas permitem a reflexão sobre três aspectos importantes: o primeiro deles consiste na unanimidade em considerar a existência de uma *fase galego-portuguesa*. Ela, por sua vez, é vista em III e IV como sendo uma *língua*. Curiosamente, grande parte das chamadas gramáticas históricas – ao mencionar as línguas ditas românicas – não faz referência a essa *língua galego-portuguesa*, tampouco ao *galego*, relegado à condição de dialeto. Também é importante destacar, nos referidos trechos, a inexistência de distinção entre *romance*²⁷ e *língua* quando se trata de considerar o surgimento do português.

O segundo ponto a ser depreendido consiste justamente no termo empregue para designar a época medieval de nossa língua. A explicação de I não traz nenhum nome à referida fase. Ao contrário, o autor considera os falares galegos e portugueses como “quase” uma mesma língua, apesar de deixar claro tratar-se de dois idiomas distintos. Em que pese o fato de a constituição do reino português só ter se dado no século XII, é importante observar a necessidade de reafirmação de uma identidade lusitana antes mesmo de sua independência, traduzida por meio de uma “língua portuguesa primitiva”, de um Portugal inexistente até aquele momento.

Ainda sobre a ausência de uma nomenclatura específica, no trecho II, o autor não usa nenhum termo para se referir aos primórdios do português. Tendo em vista o

²⁷ O termo romance, também conhecido como romance, é aqui entendido como “o nome convencional englobando múltiplos e variadíssimos falares regionais, em que se diferenciou o latim por toda a România, durante a primeira parte da Idade Média” (CÂMARA JR, 1976, p.17). A origem do nome encontra-se no latim ‘*romanice*’ [falar] à moda de Roma.” (BAGNO, 2017, p.409).

fato de se tratar de uma gramática histórica do século XIX, poderíamos inferir que a nominação do período não fosse unânime entre os filólogos da época.

O terceiro e último aspecto a ser considerado é a “vigência” do *galego-português*. Em I, deparamo-nos com afirmação de o português ter se distanciado do galego, sobretudo pelo fato de haver reis e corte em Portugal, o que nos remete à formação do reino português, em meados do século XII. Em IV, observamos posicionamento semelhante, principalmente por ser mencionada a cisão do território primitivo da língua. Já em III e V, é possível inferir maior durabilidade do período, entre os séculos XIII²⁸ e XV, respectivamente.

Apesar de haver sólidas bases que sustentem o paradigma vigente com relação às origens da língua portuguesa, uma análise mais acurada de textos de diferentes épocas permite depreender alguns pontos capazes de gerar questionamentos. Eles, por sua vez, têm norteados pesquisas com o objetivo de retomar alguns aspectos dessa história tida como “definitiva” e promover debates sobre o papel que caberia ao galego na formação do idioma.

2.3 UM NOVO OLHAR SOBRE A HISTÓRIA: ENTRE O GALEGO E O GALEGO-PORTUGUÊS

Se o paradigma tradicional histórico registrou o português como a língua dos heróis ultramarinos, descendente de outra língua imperial igualmente importante, é lícito presumir que a mudança paradigmática posta em marcha a partir do segundo quartel do século XX com o movimento dos *Annales*²⁹ possibilitasse o estabelecimento de uma nova história da língua portuguesa. Por essa razão, tanto a paternidade latina quanto o lugar do galego passaram a ser questionados, levando em conta não o ponto de vista dos “heróis” e dos “grandes impérios”, mas dando voz a outras personagens pouco ou quase nunca mencionadas, em um tácito processo de apagamento ou esquecimento.

²⁸ Apesar de não mencionar exatamente o século, Vasconcelos afirma ter se dado o afastamento do galego-português à época do surgimento da prosa nacional. Como não há especificação do que seja tal designação, acreditamos que ela possa referenciar os primeiros textos escritos no território português: a Notícia de Torto (1214-1216) e o Testamento de D. Afonso II (1214) (TEYSSIER, 1997, p. 126). Se levarmos em conta a questão literária, os primeiros textos em prosa surgem somente no século XIV (Spina, 1966, p.19), alterando um pouco os limites da demarcação proposta pela filóloga.

²⁹ Essa questão já foi tratada no Capítulo 1, quando nos ocupamos da conceituação de História, Historiografia e Historiografia Linguística.

No cerne da questão, coexistiam aspectos linguísticos, que também mereceram atenção principalmente após o advento da linguística. As novas possibilidades de análise do fenómeno da linguagem operaram uma mudança tanto na visão tradicional gramatical quanto nos estudos histórico-comparativos, pujantes no século XIX. Desse modo, os assuntos históricos passaram a fazer parte da “ordem do dia” dos linguistas, sobretudo porque se podiam denotar as estreitas ligações entre o galego e o português, o que por si só já suscitava o questionamento da origem latina da língua portuguesa, tal qual postulavam gramáticos e filólogos.

A princípio, devemos considerar o fato de a história de Portugal apresentar pontos constantemente questionados por historiadores e historiógrafos desde muitos séculos. De tal condição, pode-se presumir que a história da língua também apresente fatos passíveis de um olhar mais crítico, levando em conta o período compreendido desde a romanização da Península Ibérica até a constituição do reino português.

A fim de verificarmos possíveis inconsistências, analisamos dois pontos primordiais: os relativos à história da língua e à história de Portugal. Concomitantemente, apresentamos os principais teóricos que se ocupam do levantamento de tais inconsistências.

2.3.1 AS ORIGENS DO ROMANÇO

O primeiro aspecto a ser considerado sobre a origem do idioma refere-se à região onde se teria desenvolvido o romance do qual advém o português. Sobre ela, Castro (2011, p. 8) considera:

A língua portuguesa não nasceu ao mesmo tempo em todo o enorme espaço que hoje ocupa, mas num pequeno território no canto noroeste da Península Ibérica, de onde se expandiu na direcção do sul. Foi seu berço a Galécia Magna (que inclui a Galiza actual, parte do norte de Portugal e o ocidente das Astúrias). Não nasceu, como pensavam Alexandre Herculano e Leite de Vasconcelos, no centro de Portugal; não nasceu na Lusitânia, mas mais ao norte, num território que vai continuamente desde a Corunha, no extremo setentrional da Galiza, até à ria de Aveiro e ao vale do rio Vouga, que nela deságua.

Da fala do autor, extraímos dois pontos importantes: o primeiro está relacionado à região que figurou como “berço” da língua portuguesa - a *Galécia Magna*. O segundo

é a negação de a origem do português ter se dado na região da Lusitânia. A questão foi levantada por alguns autores, possivelmente baseados na importância adquirida pela região após a constituição do reino português. Contudo, ela já foi refutada por diversos estudiosos, por razões a serem elencadas oportunamente. Nos próximos subtópicos, tratamos individualmente dos dois pontos destacados da fala de Castro.

2.3.1.1 A GALÉCIA MAGNA

Inicialmente, devemos levar em conta a romanização da Península Ibérica, atentando-nos ao fato de a região não ter sido povoada do mesmo modo e ao mesmo tempo. Segundo Faraco (2016, p. 14), o noroeste peninsular, onde se teria originado o português, foi a última das regiões a receber ocupação romana massiva, na época das Guerras Cantábricas. A mesma posição é defendida por Marques (2003, p. 18):

Após a I Guerra Púnica (264-241 a.C.), os Cartaginenses decidiram conquistar sistematicamente a Península Ibérica. Mas o seu domínio, aliás incompleto no quadro geográfico hispânico, mostrou-se efêmero. A II Guerra Púnica (218-201 a.C.) pôs-lhe termo. E coube aos romanos empreender a sujeição dos povos indígenas, o que fizeram, no Ocidente peninsular, durante os séculos II e I antes da Era Cristã. Em 25 a.C., governando já Augusto, a conquista achava-se terminada.

Ressaltamos também que, no início da romanização, a Península, denominada Hispania, tinha sido dividida em duas províncias: a *Citerior* (a nordeste) e a *Ulterior* (a sudeste). Entre 16 e 13 a.C., reformas administrativas fizeram com que a região fosse reorganizada: a *Hispania Ulterior* foi dividida em duas províncias – a Lusitânia e a Bética – e a *Hispania Citerior* ou *Tarraconense* manteve-se da mesma forma³⁰. O mapa a seguir ilustra a demarcação ocorrida no governo de Augusto:

³⁰Cf MARQUES (2003, p.18)

Figura 7: A Hispânia Romana



Fonte: LABOURDETTE (2003, p.30)

Sobre a divisão do território, alguns autores apontam outras possibilidades. Labourdette (2003, p. 29) afirma que ela ocorreria durante o período da *pax romana*, iniciada por volta de 73 a.C., após o fim da resistência dos lusitanos à dominação dos romanos. Na fala do autor, a *Tarraconense* é apresentada já com o desmembramento em outra província: a Galícia. Como o referido período de trégua se estende de 73 a.C. até 411 d.C., com as invasões germânicas, não é possível mensurar em qual momento a *Tarraconense* teria sido desmembrada.

Para Marques (2003, p. 18), o desmembramento não teria sido contemporâneo do primeiro, mas posterior, por volta de 284 – 288/89 d.C., quando Diocleciano promoveu algumas modificações territoriais e criou duas províncias: a *Cartaginense* e a *Galécia* (*Gallaecia*). Em suas palavras, (2003, p. 18), nesta última, “entrava agora todo o futuro Portugal a norte do Douro”. Salientamos também o fato de o nome da região ter sido escolhido em menção a um dos povos que a habitavam: os galaicos (*gallaeci*). O seguinte mapa permite-nos compreender melhor a nova divisão no tempo de Diocleciano:

Figura 8: As províncias romanas no tempo de Diocleciano



Fonte: BATISTA (2005, p.4)

De acordo com Haury (2011, p.40), antes mesmo da romanização, havia tribos de mesma origem e com dialetos afins, dentre elas os *gallaeci*, que viviam ao sul e tinham como fronteira meridional o rio Douro. Para a autora, os romanos teriam unido toda a região noroeste em uma só província, pois reconheceram a unidade étnica de tais tribos. Assim, a “terra dos galaicos”, cuja raiz se encontra em *Galli*, denominação genérica dada pelos romanos a todos os celtas, teria permanecido unida até o século XI, “quando D. Afonso VI a dividiu entre seus dois genros, D. Raimundo e D. Henrique, depois da conquista de Toledo, em 1085”. (Id., *ibid.*, p.40)

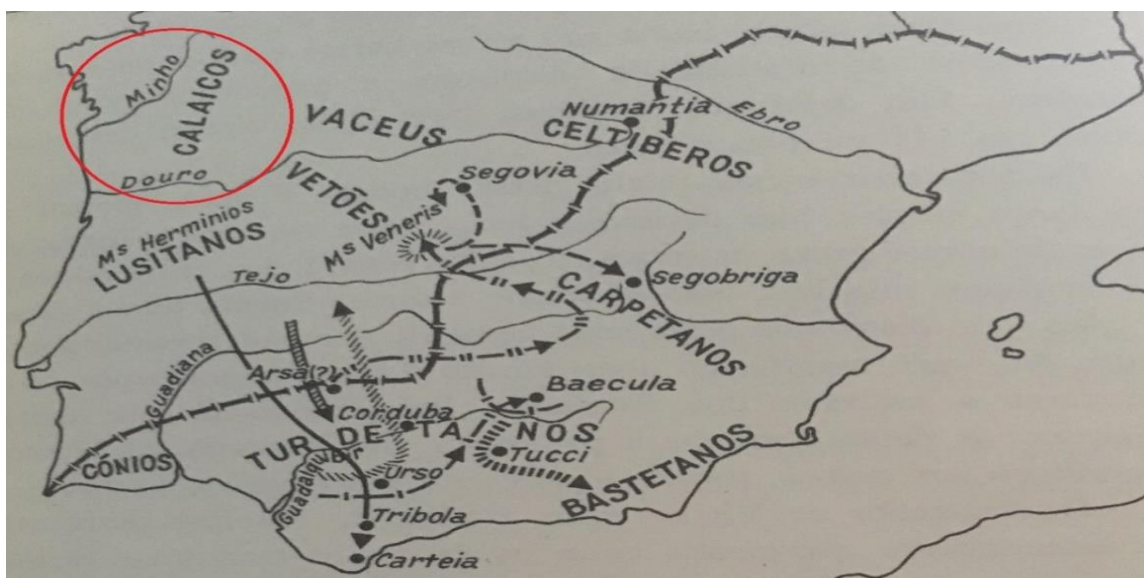
Segundo Barbosa (2005, p. 2), a unificação mencionada por Haury está ligada também aos embates travados entre os romanos e os habitantes da Península Ibérica. Nas palavras do autor, os “povos do norte do Douro” tomaram partido na investida dos romanos contra os lusitanos e, entre 139 e 137 a.C., após uma feroz batalha liderada por Decimus Junius Brutus, mais de sessenta mil soldados galaicos foram mortos

“fazendo com que o rio se tinja de vermelho. São os habitantes da foz do Douro, os Kalaikoi que, a partir de agora, lhe darão o nome de Gallaecia a toda a porção ao norte do rio ‘das Portas’ ou ‘das Portelas’”.³¹ (BARBOSA, 2005, p.2)

Já em Alarcão (1973), encontramos mais informações a respeito dos habitantes da região, bem como do período de estabelecimento da província. O autor afirma serem, depois dos lusitanos, os mais aguerridos. Oriundos das montanhas cantábricas, teriam chegado ao território em meados do século II a.C. e possivelmente dominado os habitantes do noroeste peninsular, “forçando-os ao abandono dos campos e a uma vida de pilhagem que a abundância e excelência do gado cavalar favorecia”. (Id., *ibid.*, p. 22). Quanto ao desmembramento, o historiador acena a existência de uma “Calecia” já à época de Augusto, entre os anos de 2 a 16 a.C. Contudo, não se trataria de uma província, mas sim de uma *diocese*, juntamente com a criação de outras, como a Astúrica, a Cantábrica e a Celtibérica, que figuravam como espécies de cidades da Tarraconense (*id. ibid.*, pp.49-50).

À guisa de ilustração, apresentamos o mapa abaixo, que traz um panorama geral da distribuição dos diversos povos pré-românicos da Península Ibérica. A área circulada mostra a região habitada pelos galaicos.

Figura 9: Os povos pré-românicos



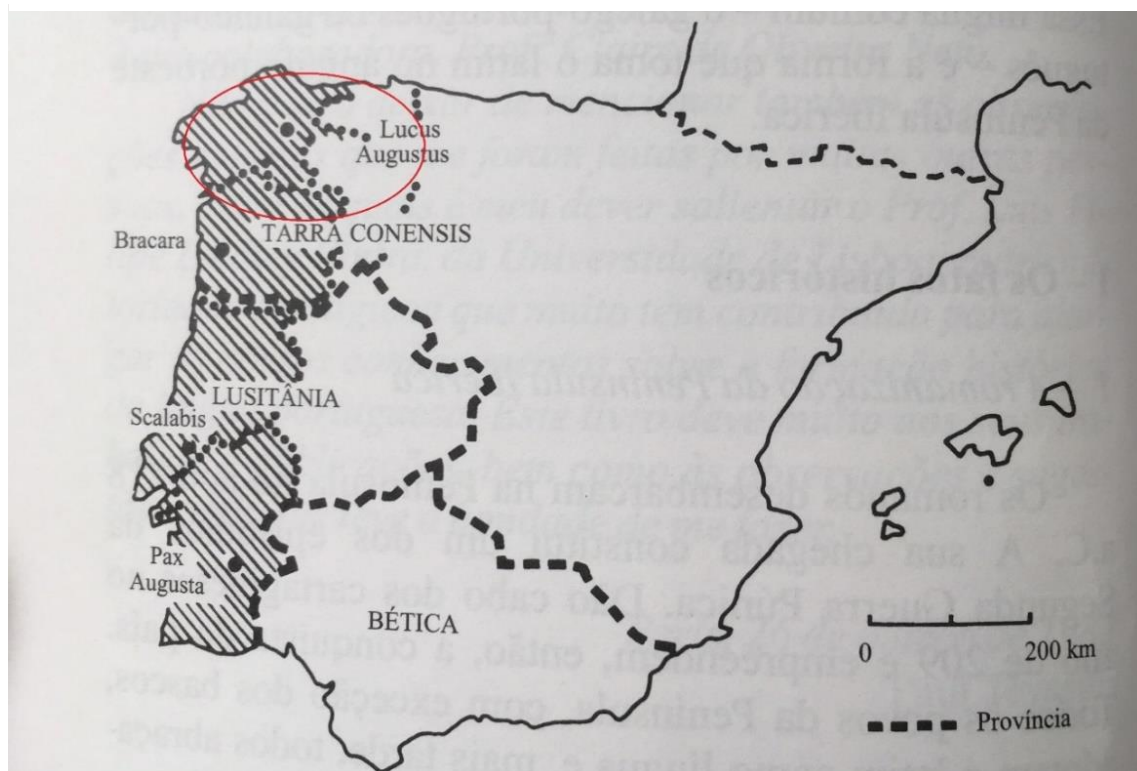
Fonte: ALARCÃO (1973, p.33, adaptado.)

³¹ Tradução nossa, do original em galego: “[...]fazendo que o rio se tinja de vermelho. Som os habitantes da foz do Douro, os Kalaikoi, que a partir de agora lhe darão o nome de Gallaecia a todo o país do Norte do rio ‘das Portas’ ou ‘das Portelas[...]”

Do ponto de vista geográfico, é possível dizer que existe certa uniformidade em identificar a região da *Gallaecia*, conforme se observa nos três mapas apresentados até o presente momento, embora os limites do “galego-português” não sejam tão facilmente delineáveis. Sob a óptica histórica, a formação da região não apresenta a mesma unanimidade entre os autores, tampouco os fatores que teriam levado à sua unificação. Apesar disso, alguns pontos devem ser destacados. O primeiro é o fato de o nascimento de Portugal estar inexoravelmente ligado à região, sobretudo na porção norte, onde se localizava *Portus Cale*, do qual trataremos ainda neste capítulo. O segundo ponto é a menção à relativa unidade territorial predominante até o século XI, quando o Reino da Galícia e o Condado Portucalense se separaram e começaram a se delinear as fronteiras entre os territórios espanhol e português.

Em seguida, apresentamos uma ilustração da *Hispania* romana à época de Augusto, com destaque aos atuais territórios correspondentes à Galícia e a Portugal. Eles estão representados pela parte hachurada, e a região circulada em vermelho nos dá uma ideia parcial da “área comum” abordada ao longo deste subtópico.

Figura 10: *Hispania Romana*, com destaque a parte da área comum Galícia-Portugal

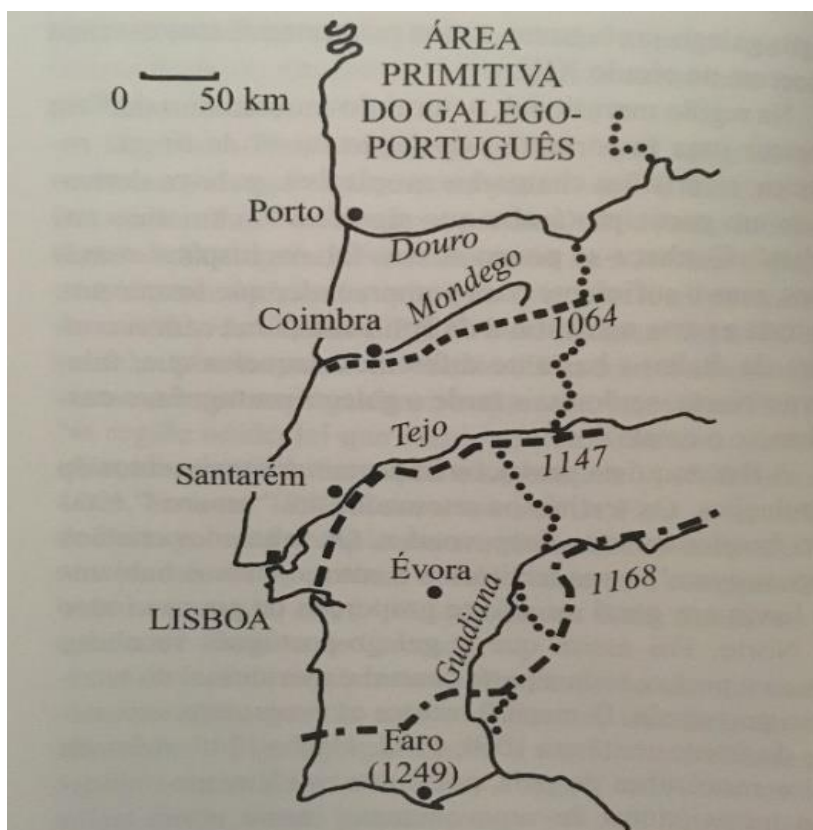


Fonte: TEYSSIER (1997, p.4, adaptado)

Como podemos observar, a parte circulada é referente apenas à área que compreende uma porção dos atuais territórios galego e português e não configura a totalidade da região onde o chamado “galego-português” teria se desenvolvido. As áreas hoje correspondentes a Braga e ao Porto estão fora do círculo em vermelho, pois fazem parte apenas do atual Portugal. Entretanto, elas também estariam inseridas no complexo territorial de origem do romance.

O mapa a seguir apresenta uma visão mais definida do que viria a ser a área onde teria surgido o romance. No entanto, a delimitação nele proposta é um pouco diferente, por exemplo, da apresentada por Castro em 1.2.1. A discrepância entre os limites propostos por cada autor comprova a impossibilidade de se estabelecer com precisão o território onde se teria originado o “galego-português”.

Figura 11: Área primitiva do galego-português



Fonte: TEYSSIER (1997, p.8)

A diferença pode ser notada quando Castro menciona Aveiro, localizada mais ao sul do Porto. No mapa apresentado, a demarcação não abrange tal região,

comprovando não ser possível definir exatamente os limites meridionais do surgimento do romance galego. O próprio Teyssier (1997, p.14), de quem retiramos o mapa analisado, leva em conta a imprecisão e pondera que “o limite oriental da sua área primitiva é facilmente delineável – identifica-se, em linhas gerais, com o limite que separa, ainda hoje, o galego e o português do leonês. O limite meridional é mais impreciso: passava ele entre a linha do Douro e a do Mondego”.

2.3.1.2 A QUESTÃO DO “BERÇO LUSITANO” DO PORTUGUÊS.

Apesar de não ser consensual o estabelecimento dos limites geográficos para o surgimento do romance galego, a sua origem na chamada Galécia Magna já é um ponto assente. De acordo com Barbosa (2005, pp. 3-4), o latim levado pelos romanos à região teria sido paulatinamente adotado pelos nativos, muito embora houvesse coexistido, até a entrada da Idade Média, com a língua autóctone. Essas línguas seriam, portanto, o substrato do galego e, posteriormente, do português. A questão geográfica permitiu certo isolamento da região, promovendo uma dialetação distinta do latim, que passou a ser mais intensa à época das invasões mouriscas. Desse modo, ainda de acordo com o autor (ibidem):

“Surgirá assim nos séculos VIII e IX a língua do Gallaeciense Regnum ou Christianorum Regnum, reino que vai se manter em oposição à *Hispania* árabe e muçulmana [...]. Esse latim, já não ulterior, mas galaico – pois começa a se diferenciar dos outros latins da Península e da România – vai acabar se impondo sobre seu antecessor e sobre a fala dos imigrantes centro-europeus para gerar um protogalaico [...], o qual vai ser a base tanto do galaico-português como do asturo-leonês posteriores. [...] Os limites da língua dos galaicos, a essa altura histórica, seriam os limites desse Gallaeciense Regnum[...]”³²

O protogalaico foi utilizado em toda a região até o século XII pelo menos. Tendo em vista o fato de *Portus Cale* encontrar-se na área onde se teria desenvolvido o romance, não é de espantar que ele fosse levado às demais cidades anexadas ao nascente território português à ocasião da Reconquista. A seguir, apresentamos um

³² Tradução nossa, do original em galego: “Surgirá assim nos séculos VIII e IX a língua do Gallaeciense Regnum ou Christianorum Regnum, reino que se vai manter por oposição à Espanha árabe e mussulmana [...] Esse latim, já nom ulterior, mas galaico – pois começa a se diferenciar dos outros latins da península e da Romania – vai acabar impondo-se sobre o seu antecessor e sobre a fala dos imigrantes centro-europeus para gerar um proto-galaico [...], o qual vai ser a base tanto do galaico-português como do asturo –leonês posteriores [...] Os limites da língua dos galaicos nessa altura histórica seriam os limites desse Gallaeciense Regnum”.

panorama linguístico da Península Ibérica no século X. No mapa, ficam claros alguns aspectos importantes, relativos à disposição dos falares na época da invasão árabe.

Figura 12: Mapa linguístico da Península Ibérica no século X



Fonte: BATISTA (2005, p.6, adaptado)

A área destacada em vermelho corresponde à Lusitânia e, como se observa, houve a predominância de falares árabes e também moçárabes, sendo os últimos o resultado da dialeção do latim em contato com a língua mourisca. Assim, não parece possível a região ter sido o berço do português, como acreditam alguns teóricos. Isso porque o romance galego só foi levado para lá após o século X, na época da expulsão dos mouros.

Podemos supor que a teoria do “lusitanismo” do português foi motivada pela adoção de uma *norma* baseada nos falares da região de Lisboa, o que paulatinamente não só recrudesceu como também desprestigiou os falares do Norte. A respeito desse deslocamento, Teyssier (1997, p. 41) comenta:

Por volta de 1350, no momento em que se extingue a escola literária galego-portuguesa, as consequências do deslocamento para o Sul do centro de gravidade do reino independente de Portugal vêm à tona. O português, já separado do galego por uma fronteira política, torna-se a língua de um país cuja capital – ou seja, a cidade onde geralmente reside o rei – é Lisboa. [...]. É nesta parte do reino que estão implantadas as instituições que desempenham papel cultural mais importante, tais como os Mosteiros de Alcobaça e o de Santa Cruz de Coimbra e a Universidade que, fundada em Lisboa em 1288 ou 1290 [...]

Outro aspecto da fala de Teyssier nos chama a atenção: a consideração da existência de um “centro de gravidade”. A nosso ver, tal centralização está relacionada àquilo que Monteagudo (1999, p. 122) denomina “campo de força”. Para o autor galego, a concomitância linguística existente no Noroeste da antiga *Hispania* deu-se por intermédio da geração do referido campo de força, criado por inúmeros fatores, dentre eles: o enquadramento das comunidades humanas em instituições laicas e eclesiásticas comuns e o intercâmbio socioeconômico.

A hipótese refuta a ideia tradicional da filologia românica de espaços linguísticos já predeterminados quando da gênese das variedades neolatinas; ao contrário, eles foram se constituindo em torno de modalidades de referência, que passaram a atuar como centros de articulação e incorporaram outras variedades. Assim, a diferenciação definitiva entre o português e o galego deveu-se à criação de campos de força. Sobre isso, ainda em Monteagudo (1999, p. 123) encontramos:

[...] a suposta ‘primitiva unidade’ galego-portuguesa aparece como relativamente menos importante que a criação de um ‘campo de força’ em torno de uma modalidade cultivada que teve como base os falares do centro de Portugal (da corte e das camadas cultas de Lisboa especificamente), e ao que o estado português ofereceu um âmbito próprio de desenvolvimento linguístico, geográfico, cultural, social; e à correlativa criação de um ‘campo de força’ galego já na Idade Média, um campo de força frágil que, com efeito, desde o século XV foi satelizado pelo castelhano [...].³³

As considerações de Teyssier e de Monteagudo são de grande valia para a compreensão do fenômeno de deslocamento do “galego-português” para o sul, acompanhando o próprio desenvolvimento da região meridional do nascente reino

³³ Tradução nossa, do original em galego: “[...] a suposta ‘primitiva unidade’ galego-portuguesa aparece como relativamente menos importante cá creación dun ‘campo de forza’ arredor dunha modalidade cultivada que tivo como base os falares do centro de Portugal (concretamente, da corte e das camadas cultivadas de Lisboa), ó que o estado portugués ofreceu un ámbito propio de desenvolvemento lingüístico, xeográfico, cultural, social; e á correlativa creación dun ‘campo de forza’ galego xa na Idade Media, un campo de forza feble, que de feito desde o século XV foi satelizado polo castelán [...]”.

português após a Reconquista. Nesse sentido, percebemos também o período de vigência do romance, cuja diferenciação passa a se acentuar a partir do século XIV, após o fim do período literário trovadoresco.

Postos os limites geográficos do romance desenvolvido no noroeste hispânico e delimitado o momento em que ele começa a se diferenciar do galego para constituir o português, passaremos à consideração de aspectos importantes da história de Portugal e da Galícia. As abonações históricas serão essenciais para procedermos ao questionamento sobre a existência real de um passado “galego-português” de nossa língua.

2.3.2 A HISTÓRIA “MAL CONTADA” DA PORTUGALÍCIA³⁴

A princípio, consideramos o surgimento de Portugal, levando em conta os territórios e os povos que lhe deram origem. Durante muito tempo, alguns historiadores relacionaram a origem do povo português aos lusitanos, habitantes da antiga província Lusitânia. Sobre eles, Alarcão (1973, p.20) comenta:

Os Lusitanos eram sem dúvida os mais numerosos e aguerridos. Estabelecidos entre o Douro e o Tejo talvez já no século VI a.C., eram provavelmente uma tribo céltica vinda das montanhas helvéticas, e não, como pretendia D'Arbois de Jubainville, uma tribo autóctone, primeiro submergida pelos Celtas, contra os quais se teria depois revoltado, recuperando a independência [...] O próprio nome de Lusitanos e os antropônimos, topônimos e teónimos da região entre o Douro e o Tejo inclinam-nos a crer no celtismo dos Lusitanos. É a esta região do Douro ao Tejo que limitamos o território dos Lusitanos [...]

Das palavras do autor, podemos compreender a localização territorial do povo lusitano, na região em que Lisboa está situada hoje, e para onde se teria deslocado o centro de poder português após a constituição do reino independente. No início da ocupação romana, o território teria sido alvo de grandes embates travados entre os

³⁴ O termo aqui é utilizado tal como o faz Bagno (2012) em sua “Gramática Pedagógica do Português Brasileiro”. O adjetivo é usado pelo autor para se referir ao léxico concomitantemente galego e português. No nosso caso, a história apresentada também é concomitante entre os dois territórios, sendo, por essa razão, uma história “portugalega” ou de uma “Portugalícia”.

silvícolas e os romanos, as chamadas Guerras Lusitanas, compreendidas entre os anos de 194 a 147 a.C.³⁵.

As narrativas dos antigos historiadores sempre se ocuparam do enaltecimento da resistência lusitana frente à ocupação dos romanos, tendo, como símbolo maior, Viriato, eleito chefe do exército dos locais após o confronto em Guadalquivir. Sua grande vitória deu-se em 140 a.C., quando promoveu o cerco contra o exército de Fábio Serviliano e, após negociação, foi reconhecido como *amicus Populi Romani*. A partir de então, a Lusitânia passou a ser um território independente.

A situação de independência duraria pouco tempo, e novamente a região seria cercada pelos romanos na sanha de anexarem o território peninsular completamente, culminando com a derrota do lendário líder lusitano. Apesar disso, Viriato é considerado um herói nacional pelos portugueses³⁶. Aqui observamos, mais uma vez, como a história de Portugal – e consequentemente do português – construiu uma *memória coletiva* baseada sob uma ótica prioritariamente lusitanista, para justificar a importância que a região adquiriu no decorrer dos séculos.

Inúmeros autores questionam não só a ascendência estritamente lusitana, mas também destacam ser o nascimento de Portugal muito mais ligado à Galícia que à própria Lusitânia, fato aludido no tópico anterior. Curiosamente, Alexandre Herculano, citado por Castro como um defensor do lusitanismo da língua portuguesa, é um dos que apregoam, já no século XIX, uma versão da história portuguesa não ligada diretamente à Lusitânia:

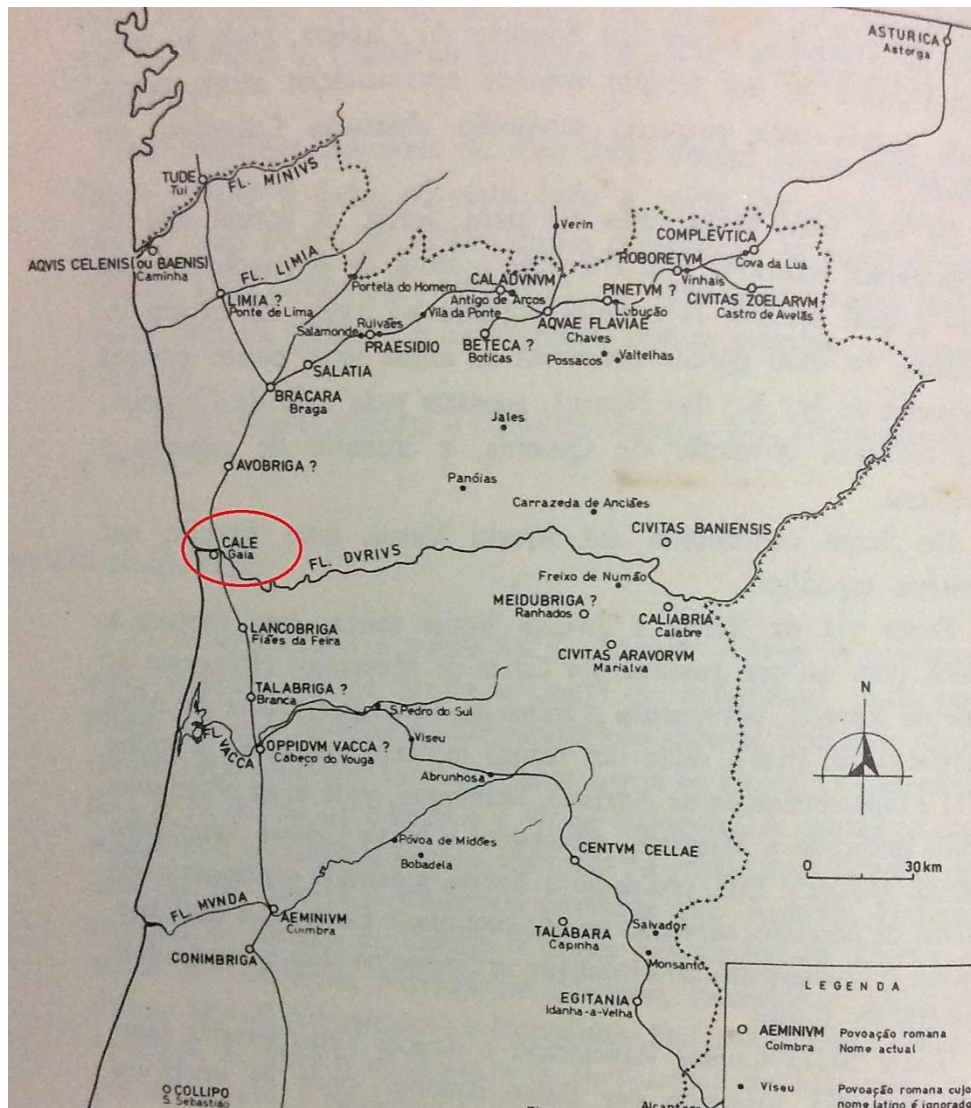
Temos examinado as relações que se poderiam dar entre nós e aquella porção de tribus celtas denominadas os lusitanos. – Qual o resultado de tudo o que fica dito? – Que é impossível ir entroncar com ellas a nossa história ou dellas descer logicamente a esta. [...] Por outra parte é evidente que a antiga raça celtica, não só da Lusitania, mas de outra qualquer parte da Peninsula, se corrompeu, desaparecendo por fim na successão de tantas invasões e conquistas como as que passaram por este solo e, sobretudo em virtude do dominio romano que transformou radicalmente a sociedade. Esses tempos antigos podem ter relação com a historia da monarchia espanhola; nunca, porém, com a nossa. Portugal, nascido no século XII em um angulo da Galliza, constituido sem attenção ás divisões políticas anteriores, dilatando-se pelo território do Gharb sarraceno e, buscando até, como veremos, augmentar a sua população com as colonias trazidas de além dos Pyrenéus, é uma nação inteiramente moderna. (HERCULANO, pp. 46-47, 1875)

³⁵ Cf. ALARCÃO (1973, p.25)

³⁶ Cf. SCOTT (2018, p. 196)

O nascimento “em um ângulo da Galliza” mencionado por Herculano relaciona-se à porção norte/noroeste de Portugal. Abaixo, podemos ver a área representada com os nomes das cidades, tanto na época romana quanto atualmente.

Figura 13: Parte norte do Portugal Romano



Fonte: ALARCÃO (1973, p.84, adaptado)

A parte destacada em vermelho corresponde à cidade conhecida como *Cale*, *Portus Cale*, *Portucale* ou *Portugale*³⁷, em latim “Terras do Porto”, cujo nome daria origem a Portugal (SCOTT, 2018, p. 202). Sobre a região, Castro (2011, p.68) comenta:

³⁷ Atual Vila Nova de Gaia, distrito do Porto

A parte sul deste território, que viria a albergar o condado portugalense, não teve nome próprio até ao séc. IX, indício da falta de identidade dentro do reino de Galiza. Aquilo que 883 não passava de ‘confins da província da Galiza’ [...], já era delimitado pelo rio Minho em 909 [...] e tinha nome em 938 (Portucale). Mas só no final do século seguinte, com o conde D. Henrique (1097), passa a ser visto como uma entidade política autónoma – *Portugalensis província*

Da fala do autor, devemos destacar dois aspectos: o primeiro deles é a ausência de identidade da região até meados do século IX. O segundo é a sua relação de pertença ao reino da Galícia, o que demonstra haver uma sobreposição do domínio galego em relação ao território que daria origem a Portugal. Apesar da falta de identidade inicial, é necessário comentar que a cidade começa a despontar no cenário da época a partir de 868 a.C., após a presúria³⁸ realizada sob o comando de Vímara Peres, à época da Reconquista.

Após a ação de Peres, nota-se o início da formação de uma nobreza local, fortificada quando o galego Diogo Fernandes ali se instalou e deu origem à dinastia dos Mendes. Juntamente à alta nobreza, também despontavam os infanções, proprietários de terras de presúria, controladas pelos condes e autoridades reais. Paulatinamente, os ricos homens da nobreza foram perdendo o seu poder, e os infanções passaram a se impor à sociedade que tomava corpo nas terras portugalenses, sobretudo a partir do século XI.

A tal fato liga-se a crescente manifestação do desejo de autonomia, reivindicado pelas famílias que assumiriam o controle do Condado Portugalense, a partir de 1071. Dentre elas, destaca-se a já mencionada família dos Mendes, cuja linha condal se extingue na Batalha de Pedroso, com a morte de Nuno Mendes, líder da insurreição contra Garcia, o rei da Galícia³⁹.

O ano de 1071 seria palco de outros acontecimentos, dentre os quais se destaca o embate entre o próprio Garcia e seus irmãos, Sancho II de Castela e Afonso VI de Leão, herdeiros de Fernando Magno. Coligados, Sancho e Afonso decidiram tomar o poder do rei galego, anexando a Galícia à coroa de Leão e encarcerando o seu rei em um mosteiro, onde viria a falecer em 1090. No entanto, a incorporação do

³⁸ De acordo com Labourdette (2003, p.35), a palavra presúria “vem do latim *prendere*, ou seja, apoderar-se. São as terras que depois da vitória cristã, foram deixadas de lado sem ocupante legítimo, e das quais qualquer cristão se podia apoderar sem qualquer problema”

³⁹ Cf. GARCIA (1983, p.48.).

reino galego à coroa de Leão não simbolizou definitivamente o fim da questão territorial, como se verá adiante.

Se as relações entre os cristãos demonstravam crises internas, o cenário externo demandava ainda mais atenção. Após a tomada de Toledo (1085) por Afonso VI, inúmeros guerreiros foram trazidos pela dinastia dos almorávidas, reavivando a ocupação mourisca na Península Ibérica. Diante disso, o rei pediu auxílio à França, que enviou cavaleiros ligados aos príncipes capetíngios de Borgonha, dentre os quais estavam Raimundo e Henrique de Borgonha.

Pelos serviços prestados, o rei concedeu a mão de sua filha Urraca a Raimundo, além de ofertar ao nobre borgonhês a tenência⁴⁰ da Galícia, à qual anexara também os condados de Portucale e Coimbra, em 1094. Posteriormente, Afonso VI percebeu que o novo território estaria muito vulnerável aos ataques dos mouros e decidiu, novamente, separar os condados portugalense e conimbricense e entregá-los a seu outro genro, Henrique⁴¹, que teria desposado Tarasia, filha bastarda do rei leonês⁴².

Sobre a divisão, Oliveira (2007, p.) assinala mais especificamente:

Correspondendo a uma reestruturação político-militar da fronteira sudoeste do reino, no sentido de reforçar a sua defesa, esta medida marcava, no entanto, uma viragem importante na política régia em relação à Galiza. Pela primeira vez ela era dividida em dois blocos de idêntica dimensão, separados pela fronteira minhota e governados por dois condes com poderes alargados [...] Na verdade, a partir de 1096, a Galiza passava a ser governada por dois poderes homólogos, e o que senhoreava a fronteira Sul começava a ser identificado a partir do topónimo da sua povoação mais importante, situada na foz do Douro.

⁴⁰ Governo (LABOURDETTE, 2003, p.39)

⁴¹Cf LABOURDETTE (2003, pp.39-41)

⁴² Devemos ponderar as divergências existentes entre alguns historiadores, concernentes a essa divisão. Silveira da Motta (1890, p.11), por exemplo, comenta que ela teria se dado de modo diferente, como se pode observar em: “Ao primeiro [Raimundo] encarregou Affonso VI o governo da Galliza e da terra portugalense [...]; a Henrique [...] o governo do districto de Braga, como condado dependente de seu primo. Em breve, porém, todo o território desde as margens do Minho até as raia da provincia, conhecida entre os arabes pelo nome de Al Gharb, foi destroncado definitivamente da Galliza, para constituir um vasto senhorio, regido pelo conde Henrique, e sujeito á supremacia da corôa leoneza”. Nota-se que o autor não menciona como a “terra portugalense” teria passado às mãos de Henrique, tampouco quão “breve” fora essa incorporação. Provavelmente, o fato teria sido o mesmo citado por Labourdette: a unificação e o posterior desmembramento da Galícia com os condados portugalense e conimbricense por vontade de Afonso VI.

Da fala do autor, depreendemos aspectos que complementam Labourdette (2013, pp. 39-41), dentre eles o fato de, somente após 1096, o poder situado a sul passar a ser identificado especificamente “a partir do topônimo da sua povoação mais importante, situada na foz do Douro”, ou seja, a cidade de *Portus Cale*. Tal informação corrobora a inicial incipiência do condado no contexto do antigo território galego, pelo menos até meados do século XI.

Após a morte de Afonso VI, Urraca, herdeira do trono de Leão, passou a manter relações conflituosas com seu filho, Afonso Raimundo. Aproveitando a instabilidade régia, Henrique adotou uma política apartidária com relação os conflitos reais, garantido, *grosso modo*, certa independência aos seus condados. Após a morte de Henrique, a viúva Tarasia continuou a política adotada pelo marido. No entanto, ela tinha interesse em alargar seus territórios e passou a buscar o apoio da nobreza galega.

Conforme assinala Mattoso (2001, p. 34), a postura de Tarasia era possivelmente semelhante à de seu esposo na tentativa de restaurar o antigo reino da Galícia e de Portugal. Por conta disso, ela teria estabelecido “[...]ligações a Pedro Froilaz de Trava e aos seus filhos, dado o papel daquele como tutor do herdeiro do trono, Afonso Raimundes (futuro Afonso VII)”. O interesse também visava à contenção do avanço de seu sobrinho, Afonso VII, que assumira o trono quando da morte de Urraca.

A atitude de Tarasia gerou o descontentamento da nobreza condal, que “deplorava a crescente influência galega” (Labourdette, 2003, p.41) e, por esse motivo, resolveu persuadir o filho da infanta a insurgir-se contra a situação. Para os nobres, Afonso Henriques deveria tomar as rédeas do governo e, devido à sua pouca idade, eles acreditavam ser mais fácil manipular o jovem, a fim de verem seus interesses atendidos. O ápice da turbulência é a famosa Batalha de São Mamede (1128); nela, o filho de D. Tarasia derrotou o grupo dos aliados de sua mãe, partidário da ligação com a Galícia. O plano dos nobres do condado não funcionou como o esperado pois, embora vitorioso, Afonso Henriques não se demonstrou inocente ou manipulável. Ao contrário, tornou-se o responsável pelo surgimento de Portugal.

O novo governante empreendeu diversas ações para consolidar seus poderes. Dentre elas, destacam-se a investida contra os almorávidas, a construção de um forte

em Leiria para a salvaguarda da linha do Mondego e o ataque à autoridade de seu primo Afonso VII, autoproclamado imperador das Hispânicas. O ápice das empresas de D. Afonso Henriques ocorre em 1139 quando, em nova investida contra os mouros, ele vence a Batalha de Ourique e passa, a partir do ano seguinte, a considerar-se *Portugalensium Rex*, ou seja, Rei de Portugal.⁴³ Apesar desse movimento inicial, o reconhecimento do título por parte de Afonso VII, a quem devia vassalagem, só veio sete anos depois. Com relação ao papa, somente em 1179 houve o reconhecimento de seu estatuto de rei.⁴⁴

A independência portuguesa não representou, a princípio, uma sobreposição do país à região da Galícia, principalmente por conta da importância da cidade de Santiago de Compostela, erigida quando da descoberta dos restos mortais do Apóstolo Iago, o Maior, ainda no século IX. Desde então, a região passou a receber peregrinos de inúmeras partes da Europa, desenvolveu-se economicamente e fez com que ela gozasse de grande prestígio à época medieval.

Prova da importância é o fato de muitos nobres de diversos reinos em formação terem recebido instrução na cidade galega (Hauy, 2011, p. 42). Outra mostra de destaque pode ser encontrada em Risco (1971 [1952], p.108), ao afirmar que, nos países do Norte Europeu, “a Galícia tinha um misterioso prestígio de opulência e vida suntuosa. Nas sagas escandinavas, era chamada de ‘Jakobsland’, ‘terra de Santiago’, sendo constantemente mencionada⁴⁵”.

Como pudemos perceber, o grande símbolo da Galícia era, sem dúvida, a cidade de Santiago, cujo ápice de desenvolvimento se dá no século XII. Na época, ainda segundo Risco (1971 [1952], p. 131):

Compostela converteu-se, na época de Gelmirez, em uma espécie de de capital religiosa da Europa Ocidental, formando com Roma e Jerusalém a tríade das cidades santas do Cristianismo. Era uma cidade cosmopolita, visitada até por pessoas do remoto Oriente, onde nasceu, por conta das peregrinações, um grande tráfego e comércio, tendo ali se estabelecido mercadores espanhóis, franceses, moçárabes, provençais, flamengos, genoveses e lombardos, e também armênios e siríacos.⁴⁶

⁴³ Cf. GARCIA (1983, pp.56-57)

⁴⁴ Cf. FARACO (2016, p. 18)

⁴⁵ Do original em espanhol: “[...]tenía Galicia un prestigio misterioso de opulencia y suntuosa vida. En las sagas escandinavas se le llamaba ‘Jakobsland’, ‘tierra de Santiago’ y se la aludía frecuentemente.”

⁴⁶ Do original em espanhol: “Compostela se convirtió, en tiempo de Gelmírez, en una especie de capital religiosa de la Europa Occidental, formando con Roma y Jerusalén la tríada de ciudades santas de la Cristiandad. Era una ciudad cosmopolita, visitada hasta por gentes del Oriente remoto, donde por efecto de las peregrinaciones

Os aspectos mencionados são importantes para compreendermos a influência que o idioma desenvolvido nessa região exerceu até mesmo no nascente reino português. Nas palavras de Haüy (2011, p. 42), “quando Portugal se separou da Galiza, no século XII, era o galego-português o idioma falado em toda a região da Galiza e da nascente nação portuguesa e, por três séculos ainda, foi o veículo da produção poética trovadoresca em toda a Península Ibérica”. A importância pode ser observada inclusive na literatura, pois a Galícia era o grande centro de irradiação da cultura trovadoresca.

As considerações de Haüy ilustram a questão de que nos ocupamos no tópico seguinte. Para tanto, devemos nos atentar aos trechos em que ela afirma ser o galego-português falado em toda a região da Galiza e da *nascente* nação portuguesa. Além disso, é importante mensurar o período de vigência do romance, nas palavras da autora, corrente em Portugal até o século XV.

2.3.3 GALEGO-PORTUGUÊS ANTES DE PORTUGAL?

O breve percurso histórico aqui apresentado é suficiente para dar conta de alguns aspectos relativos à questão do que se costuma chamar *galego-português*. O primeiro deles relaciona-se intimamente ao surgimento de Portugal como reino independente, no segundo quartel do século XII. Para tanto, é preciso compreender a vigência do referido período linguístico.

A delimitação cronológica do *galego-português* varia entre autores. Em linhas gerais, podemos considerar o seu início entre os séculos VIII e X, e esse período de formação se estenderia até o século XII. Os dois séculos posteriores são marcados pelo surgimento dos textos em prosa e também pelo desenvolvimento da lírica trovadoresca. A partir do fim do século XIV é que se observa a acentuação das diferenças que separariam de vez o português do galego (Cf. TEYSSIER, 1997; HAUY, 2011;).

Com relação à aproximação linguística entre Galícia e Portugal, Maia (1986, p. 891) ainda acrescenta:

naciera un gran tráfico y comercio, habiendo allí establecidos mercadores españoles, franceses, mozárabes, provenzales, flamencos, genoveses y lombardos, y también armenios y siriacos”.

De qualquer forma, parece não poder contestar-se a existência, durante o período medieval, sobretudo nos séculos XIII e XIV, de uma comunidade linguística, de uma unidade linguística fundamental, em toda a vasta zona do Noroeste peninsular que se estendia desde o Douro até ao mar Cantábrico. [...]

Desde o início da tradição escrita em galego-português, verifica-se a existência [...] de várias possibilidades [...]. Os textos de Portugal e da Galiza não só espelham essa riqueza de possibilidades [...] como, ao mesmo tempo, revelam, desde o século XIII – mas mais intensamente a partir do século XV -, a existência de traços distintos que anunciam algumas das diferenças mais expressivas entre o galego e o português.

Monteagudo (2012) desenvolve o tema levando em conta a existência de “ciclos evolutivos”, que podem ser divididos em *macrociclos*, *ciclos* e *microciclos*. A nomenclatura se relaciona ao período de duração – longa, média e curta, respectivamente. Os macrociclos corresponderiam à *gênese e ao desenvolvimento da língua*, em um período que se estende do século VII à atualidade. Dentro deles, haveria os chamados ciclos, assim nomeados: *germinal* – do século VII ao século IX; *de eclosão* – do século X ao século XII; *arcaico, galego ou galego-português* – do século XIII ao século XV; *alto moderno* – do século XVI ao XVIII; e o *contemporâneo* – do século XIX à atualidade.

A divisão proposta pelo autor é mais detalhada, principalmente por evidenciar as diferentes etapas pelas quais o romance teria passado. Além disso, a demarcação considera o período efetivamente “galego-português” somente a partir do século XIII, definindo-o como *formativo ou de emergência*. Embora Portugal já tivesse se consolidado como reino independente, é importante destacar que a base linguística do romance era prioritariamente galega, conforme se constata no trecho a seguir:

No período de formação do romance galego, tanto na fase pré-literária (séculos XI/XII) como na fase literária (séculos XIII/XIV), foi decisivo o peso do elemento galego (inclusive no sentido restritivo, isto é, o galego setentrional). Com relação à fase pré-literária, isso parece evidente, desde que se levem em conta as circunstâncias e a cronologia do processo de ‘reconquista’. Quanto à fase literária, há muito a observar em documentos como o testamento de Afonso II, a própria língua da poesia trovadoresca galego-portuguesa, e ainda na prosa portuguesa da primeira metade do século XIV até a Crônica Geral da Espanha, de Dom Pedro de Barcelos. (MONTEAGUDO, 2012, p.46)

A ressalva é importante, pois nos remete à questão que intitula o presente tópico. Se o autor reiteira a base galega do romance, urge compreender a pertinência

de tratá-lo como “galego-português”. Para melhor compreendermos a questão, partiremos das observações de Esperança Cardeira (2006, p. 36-37):

À entrada do ano mil, no Noroeste peninsular, a Galécia Magna, uma região que se estendia da Galiza a Aveiro, abarcando, ainda, uma faixa das Astúrias, delimitava já um romance com contornos particulares. O léxico, de base latina, que incorpora termos pré-latinos e germanismos latinizados apresentaria uma feição arcaizante, resultado de uma romanização pouco firme e do isolamento geográfico [...] Não é ainda Portugal, não é ainda língua portuguesa. Mas é neste romance falado no canto noroeste peninsular que devemos procurar a resposta à pergunta que formulamos: por que falamos Português? Porque as circunstâncias históricas determinaram que neste canto da Península se desenvolvesse um romance, resultado de um tecido de complexas interações linguísticas, que vai adquirindo personalidade própria. Antes de Portugal, antes do Português, no limiar do século X, já estava constituído um romance [...] (grifos nossos)

A análise do fragmento corrobora o questionamento aludido no parágrafo anterior: ora, se no século X já estava consolidado o reino da Galícia – a quem se ligava o próprio Condado Portucalense – e já havia se constituído um romance, não ficam claras as razões por que se costuma aludir a ele como sendo também português, considerando que a independência de Portugal só se consolida quase dois séculos mais tarde.

Tomada como base a cronologia proposta pelos estudiosos, é relevante o fato de o período anterior ao século XII ser tratado como uma mera fase de formação. O enfoque maior dá-se a partir de 1200, coincidindo não só com o surgimento dos primeiros textos escritos, como também com a constituição do território português, embora o processo de autonomia tenha avançado pelo século XIII e não tenha se dado imediatamente no século XII⁴⁷. Desse modo, o advento de Portugal não seria suficiente para acrescentar o adjetivo pátrio português ao romance inicialmente galego. Tal visão é corroborada por Bagno (2012, p. 226):

Observe-se que D. Dinis é o sexto rei de Portugal e que entre a batalha de Ourique (1139), onde Afonso Henrique se proclamou rei, e a publicação da *Magna Charta Privilegiorum* (1290), transcorre mais de século e meio. Por isso não faz sentido, do ponto de vista cronológico, designar como ‘português’ (mesmo que precedido de ‘galego’, como em *galego-português*) uma língua que já era falada e provavelmente escrita antes mesmo da existência da entidade política que viria a se chamar Portugal.

⁴⁷ Cf. FARACO, 2016, p. 18.

Lembramos também que, antes mesmo do surgimento das designações “português”, “língua portuguesa”, já se delineava uma consciência de que a variedade românica falada além do Rio Minho já não era o mesmo latim ali levado pelos colonizadores. Conforme assinala Metzeltin⁴⁸ (2002), a conscientização existia entre os portugueses desde o século XII. Apesar disso, os termos utilizados para se referir a tal variedade variavam entre *vulgar*, *romance/romanzo*, *linguagem*, *nossa linguagem*.

Do ponto de vista histórico, não é possível afirmar, com exatidão, em que momento surge a designação “português”. Faraco (2016, pp.48-49) aponta o século XV como provável início do uso do termo, tendo, como base, a tradução da obra *De Officiis*, de Cícero, feita pelo Infante D. Pedro, provavelmente entre os anos de 1433 e 1438. No documento, coexistem tanto a forma “*português*”, quanto “*nossa lynguagem*”. No entanto, é somente a partir do século XVI que o adjetivo pátrio “português” se incorpora à língua definitivamente (ibid., pp.48-49). Com relação à *Magna Carta* mencionada por Bagno na citação anterior, Faraco (ibid., p. 23) não a considera como marco da oficialização do português, mas sim como a sistematização do uso da língua românica vernácula e a consequente suplantação do latim.

2.3.4 O BATISMO DO “GALEGO-PORTUGUÊS” E SUAS MOTIVAÇÕES

O fato de ter existido um romance anterior à fundação de Portugal quando já existia o Reino da Galícia exige uma reflexão sobre o advento da denominação *galego-português* e as possíveis razões que motivaram a sua criação. Quanto à origem do termo, parece ser ponto pacífico o seu surgimento no século XIX⁴⁹. Segundo Lagares (2012, pp.13-14),

Na linguística histórica e na filologia, que têm seu momento de apogeu entre as ciências da linguagem, no século XIX, aprecia-se com frequência o compromisso ideológico com os processos de construção nacional do liberalismo burguês, colocando as pesquisas sobre a origem a serviço da delimitação da língua nacional. Um objeto relativamente recente, mas que já se apresenta com os atributos de uma certa eternidade. Assim, o paciente estudo e a descrição de textos do passado à procura dos elementos que permitam delimitar o espaço da língua, isto é, aqueles que fariam possível determinar o que é próprio dela e o que não é, os seus traços “essenciais”,

⁴⁸Apud FARACO (2016, p. 47).

⁴⁹ Cf. LAGARES (2008, p.73); BAGNO (2012, p. 221-222); FARACO (2016, p.38)

vêm contribuir para a delimitação temporal, geográfica e, o que é mais importante, simbólica do território.

De acordo com Bagno, é nessa época que os filólogos portugueses criaram a nomenclatura, tornada uma hipóstase designativa de uma língua cuja origem era apenas galega. O autor também cita a figura de Carolina Michaëlis como a responsável pela instituição do termo nos estudos históricos (2012, p. 223). Sobre tal afirmação, devemos ponderar que a invenção do termo por parte dos filólogos portugueses não é unânime entre os autores⁵⁰. Coseriu (1987, p. 132), por exemplo, comenta de passagem a denominação, e atribui a sua criação a linguistas alemães. Contudo, não menciona nem o século de surgimento da designação, tampouco as fontes nas quais se baseou para fazer suas considerações.

Ainda com relação à nomenclatura, ressaltamos que ela não se apresenta somente sob a forma *galego-português*. De acordo com Faraco (2016, p. 14), desde o surgimento da romanística, o grupo de falares românicos do Noroeste recebeu outros nomes, tais como *galaico-português*, *galécio-português* ou *português-galego*. No presente trabalho, de todas as formas exaradas, registraram-se três: a tradicional, *galego-português*, e outras duas menos comuns: *português-galego* e língua *galécio-portuguesa*.

Apresentadas as demarcações cronológicas inerentes ao “batismo” do romance galego, passamos ao levantamento das hipóteses que o teriam motivado. A esse respeito, Bagno (2012, p. 223) declara que a questão dos nomes dados às línguas transcende o labor filológico e liga-se sobretudo a questões de natureza política, cultural, econômica e ideológica. Partindo de tal premissa, a necessidade de desvencilhar a língua portuguesa de uma relação maior com o galego, registrada por meio da incorporação do “português” ao romance primitivo, foi motivada pelo desprestígio de que a Galícia sempre foi alvo.

À guisa de comprovação, o autor menciona o fato de a palavra *galego* ser um sinônimo de indivíduo rude, grosseiro no português lusitano. Sobre isso, Teyssier (1997, p.47) reflete:

⁵⁰ Cf. LAGARES (2008, p.)

É interessante, a este respeito, analisar a maneira com os falares galegos são percebidos e julgados pelos portugueses. Desde o século XVI o galego é sentido, ao mesmo tempo, como arcaico e provincial. A personagem do galego constitui até o século XIX uma das figuras tradicionais do teatro popular: trata-se do galego de Lisboa, que exercia as profissões de carregador e aguadeiro. Caracteriza-se pela linguagem, cujas particularidades acentuam, até à caricatura, alguns traços dos falares portugueses do extremo norte. E assim é que o galego, que tanto contribuiu para definir a norma literária, veio a encontrar-se no polo oposto desta mesma norma. A rusticidade da Galícia opõe-se, agora, à urbanidade de Lisboa.

Lagares (2008, p.66) levanta a questão da nomenclatura mencionando o fato de o século XIX ter sido marcado por uma premissa ideológica de delimitação da língua nacional. Por essa razão,

[...] quando nas histórias do português se pretende dar conta das origens da língua, procuram-se as fontes, segundo a lógica que acabamos de descrever, na própria origem de Portugal como reino independente, argumentando, nesse caso, sobre o que teria sido o processo de separação ou afastamento entre as variedades galegas e portuguesas.

As considerações de Lagares relacionam-se às de Bagno, exemplificando de que modo os aspectos ideológicos e políticos se manifestam no ato de nominação das línguas. Consideramos aqui uma questão política, pelo fato de se perceber a necessidade de reafirmação da independência do país, não só do ponto de vista territorial, mas também cultural, sobretudo quando se busca uma identidade no idioma antes mesmo do surgimento de Portugal.

2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, notamos a inconsistência relacionada ao modo como foi historiada a origem da língua portuguesa, sobre a qual fazemos duas observações. A primeira consiste em considerar a gênese do português a partir do romance *galego*, e não do latim diretamente, como se apresenta no paradigma vigente mencionado em 1.1.

Tal pensamento pode ser encontrado já em Coseriu (1987, p.132), ao afirmar que “historicamente, o português é o galego da Reconquista e é, até hoje, em todas as suas formas, a continuação desse galego”⁵¹. O mesmo ponto de vista é defendido

⁵¹Tradução nossa, do original em espanhol: “Históricamente, el portugués es el gallego de la Reconquista y es hasta hoy, en todas sus formas, la continuación de ese gallego.”

por Bagno (2012, p.224), ao declarar que “o português era e é a continuação histórica da língua galega, levada cada vez mais para o sul, à medida que os reis portugueses expandiam seus territórios”.

A segunda observação está imbricada na primeira, à medida que se considera ponto pacífico a existência de um *continuum* linguístico de características próprias no território que atualmente compreende Portugal e a Galícia. Se levarmos em conta os aspectos históricos mencionados ao longo deste tópico, é questionável a presença do adjetivo “português”, principalmente pelo fato de o romance ter se originado no mínimo dois séculos antes da soberania portuguesa.

Dessa atitude por parte dos filólogos portugueses depreendemos a tentativa premente de minimizar a presença do galego na história da língua portuguesa quando a ele se chegou, no século XIX, por conta dos estudos da filologia românica. Além disso, tal procedimento, aliado ao fato da reafirmação de latinidade, é um grande indício que corrobora a hipótese de ter havido um *apagamento* daquele que seria o verdadeiro antecessor do português.

Como se pode perceber, os novos olhares lançados sobre a história da língua portuguesa, contada há séculos, partem principalmente de fatos da própria história. Tendo isso em vista, ponderamos que o escopo do presente trabalho não é tentar provar a origem galega da língua portuguesa, mas analisar de que modo essa origem é contada em diferentes recortes temporais e quais fatores contribuíram para que as narrativas assumissem diferentes contornos nas duas centúrias selecionadas.

Para tanto, adotamos o mesmo procedimento dos autores aqui mencionados: a análise crítica dos fatos históricos e da escrita desses mesmos fatos. No próximo capítulo, perscrutamos o século XVI, época em que passaram a circular os primeiros textos de cunho linguístico em Portugal.

Capítulo 3

O século XVI: a ocultação de paternidade na origem da língua portuguesa

*“Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre lusitano
A quem Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo o que a Musa antiga canta,
Que outro valor maior alto se alevanta. ”*
(Camões)

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O termo “ocultação de paternidade”, presente no título da dissertação e também deste capítulo, remete-nos imediatamente a questões do âmbito do Direito. Por essa razão, poderia se pensar em uma pesquisa precipuamente empenhada em um discurso acusatório, cujo corolário seria um veredicto sobre a origem da língua portuguesa que, em grande medida, “incriminasse” os responsáveis por negar ao português – e mais especificamente aos lusófonos – o direito de conhecer o “verdadeiro progenitor” de sua língua.

Também com relação aos termos “paternidade” e “progenitor” seria lícito inferir que partimos de uma premissa linguística geneticista e biologicista. Entretanto, já é ponto pacífico o quão inadequado é esse tipo de referenciação, apesar de seu uso ainda corrente. Isso porque, como bem lembra Bagno (2019 [2013], p. 323), o conceito de língua não é científico, mas sim “[...]sociológico, antropológico e político, ou seja, um conceito inseparavelmente entrelaçado com as crenças, superstições, juízos de valor, preconceitos, representações sociais e ideologias que circulam numa sociedade”.

A visão do autor vai ao encontro também do que preconiza Lagares (2019 [2013], p. 339), ao considerar a existência de uma “continuidade histórica” entre o galego e português, corroborando o ponto de vista da inadequação no trato “científico” da origem da língua. Dessa forma, o modo metafórico como nos referimos ao processo de apagamento do galego figura apenas como forma de recuperar a visão da época – e ainda hodiernamente corrente – de concepção de língua em termos de ascendência, filiação e consanguinidade.

Obviamente, o presente trabalho não se vale nem do direito tampouco das teorias geneticistas para analisar a origem do português, mas sim da HL. Compreendido o aporte teórico-metodológico, cabe-nos a análise historiográfica do conhecimento linguístico produzido no século XVI, levando em conta a premissa de ter havido um apagamento do galego no momento em que a história do português passa a ser sistematicamente registrada.

“*Auctori incumbit onus probandi*⁵²”, diz uma das máximas do Direito. Em que pese o questionamento sobre a origem do português, inúmeros autores, de Coseriu (1987) a Bagno (2012), têm atribuído tal origem ao galego, e não ao latim. Norteados por essas considerações, buscamos o *onus probandi* de um apagamento do galego no *corpus* selecionado.

Concomitantemente, também se perscrutaram as possíveis motivações que levaram os autores selecionados a promover o apagamento. Para tanto, reconstruímos o *clima de opinião* do século XVI, como forma de associar as *concepções linguísticas* exaradas nos textos analisados ao *espírito de época* em que foram produzidos.

Em linhas gerais, seguiram-se os princípios metodológicos da *contextualização* e da *imanência* preconizados por Koerner (1995). De modo mais abrangente, passamos da *fase heurística* à *hermenêutica*, levando em conta a *análise argumentativa* e a *síntese histórico-comparativa*, nos dizeres de Swiggers (2009; 2010).

3.2 AS FONTES PRIMÁRIAS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A BUSCA E A SELEÇÃO DOCUMENTAIS

Partindo das considerações de Swiggers (2010), apresentamos as fontes primárias analisadas neste capítulo. A essa fase inicial o autor chamou *heurística* e, pelo étimo grego *εὕρισκω*⁵³, podemos inferir que se trata da *descoberta* das fontes documentais, a base para a empreitada do historiógrafo. Dos documentos produzidos no século XVI, foram selecionados para compor o primeiro *corpus*:

- I. *A Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, publicada em 1536;
- II. *A Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mádre igreja*, de João de Barros, publicada em 1539 que, na verdade, se tratava da *Cartinha*;
- III. *A Grammatica da lingua portuguesa*, de João de Barros, publicada em 1540;

⁵² Tradução nossa, do latim: “Ao autor cabe o trabalho de provar” ou “Ao autor cabe o ônus de provar”.

⁵³ De acordo com Markantonatos et.al. (1996, p.159), as acepções deste verbo seriam: βρίσκω - encontrar, ανακαλύπτω - descobrir e επινοώ - inventar.

- IV. O *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, também de João de Barros, publicado em 1540.

As duas gramáticas, de Fernão de Oliveira e João Barros, foram retiradas do site da Biblioteca Nacional de Portugal. Para nos auxiliar no processo de interpretação, foram utilizadas, como componente epi-historiográfico: as edições de Buescu (1971; 1975) para as gramáticas de Barros e Oliveira e a edição de Torres e Assunção (2000), prefaciada por Coseriu, para a gramática de Oliveira.

Quanto à *Cartinha*, publicada também como gramática, foi utilizado o exemplar retirado do site da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e também a versão fac-similar de 1995. Concomitantemente, valemo-nos da edição crítica organizada por Araujo (2008), que também apresenta a leitura modernizada e a reprodução fac-similar.

O *Diálogo* analisado consta da edição de Hue (2007), intitulada “Diálogos em louvor e defesa da língua portuguesa”. Nela, além da edição crítica, encontram-se os fac-símiles de ambos os diálogos. Também foi utilizada a edição de Buescu (1971), a fim de dirimir eventuais dúvidas filológicas.

3.3 O SÉCULO DE OURO PORTUGUÊS: O APOGEU CULTURAL QUINHENTISTA

A epígrafe deste capítulo faz parte d’Os *Lusíadas*, a célebre epopeia camoniana, que narra os memoráveis feitos dos portugueses na busca de novas terras, “por mares nunca dantes navegados”. O discurso laudatório de Camões dá conta da grandiosidade do fenômeno, capaz de fazer calar a fama de “Alexandro a Trajano⁵⁴” e de cessar o canto da “Musa antiga”.

O “outro valor mais alto” de que nos fala o aedo português é o império ultramarino lusitano, erigido sobre as ondas e para além delas, que transformou Portugal em uma das maiores potências dos primórdios da Era Moderna. Nas palavras de Labourdette (2003, p.165), “Nenhum dos impérios que lhe sucederam atingiu as dimensões universais do império português, cujos navios iam da Europa ao Brasil e à Ásia passando pela África. ”

⁵⁴ Segundo Silveira Bueno (1968, p.89), a menção é feita a Alexandre, o Grande, e a Trajano, imperador de Roma, que sucedeu a Nerva.

3.3.1 PORTUGAL HUMANISTA: UM RETORNO NECESSÁRIO AO SÉCULO XV

Levando em conta o *horizonte de retrospecção* (Auroux, 2011 [1992]), não podemos deixar de mensurar, antes da busca do *clima de opinião* do século XVI, alguns aspectos essenciais do *Quatrocento*, cujos reflexos foram sentidos na centúria posterior. O mais significativo deles é, certamente, o início da efetiva expansão portuguesa, capaz de transformar o destino de Portugal que, até o fim do século XIV, era um reino sem recursos e com extrema dificuldade em impor sua independência frente a Castela. (SCOTT, 2018, p. 244)

Conforme assinala Labourdette (2003), uma série de fatores externos e internos contribuiu para o advento do espírito expansionista marítimo português. Dentre eles, podemos citar a escassez de ouro na Europa, trazendo sérios problemas à valorização da moeda dos países, e a tomada de Constantinopla pelos turcos, representando o monopólio muçulmano sobre as rotas das especiarias da Ásia.

No contexto português, outros fatores também preponderaram. Entre os principais estavam o déficit de cereais para alimentar a população, cujo crescimento se recobrava após a dizimação da Peste Negra no século anterior; a concorrência exercida pelos estrangeiros mercadores dos portos sobre a nobreza rural lusitana, totalmente empobrecida; e o “espírito cruzadista”, ainda vivo no povo lusitano, dado o movimento da Reconquista.

Além disso, Portugal já se encontrava fixado territorialmente e, desse modo, não tinha mais problemas com o mouro inimigo. A situação motivou o desejo de expansão territorial - iniciada efetivamente com a conquista de Ceuta, ainda no primeiro quartel do século XV - e contou, desde o início, com a bênção da Igreja. Esse fato, de motivação inicial cruzadista, também demonstrou o interesse português pelo ouro transaariano, tendo em vista o fato de Portugal, à época, ainda não ter sequer moeda de ouro nacional. (LABOURDETTE, 2003, p.145)

A partir de então, delineou-se o caminho percorrido pelos portugueses, em um movimento expansionista marcado por três diferentes etapas. De acordo com Scott (2018, p. 225), elas podem ser assim caracterizadas: a primeira, focada na “descoberta e exploração” das ilhas atlânticas; a segunda, marcada pelo reconhecimento da costa africana, cujas consequências foram o acesso ao ouro e o

início do tráfico de escravos; e a terceira, configurada pela exploração das rotas asiáticas, com vistas ao comércio de especiarias e também ao combate contra os muçulmanos.

Indubitavelmente, é a partir do segundo momento que Portugal passa a despontar no cenário internacional. Em 1474, D. João II, um dos grandes responsáveis pelo progresso marítimo português, tornou-se o rei do ouro, tendo em vista o sucesso de sua empreitada em África. Além disso, ele instaurou o *mare clausum*, proibindo quaisquer navios estrangeiros, “e em primeiro lugar castelhanos”⁵⁵, de entrarem nas águas e terras africanas descobertas pelos portugueses.

Convém ressaltar o interesse lusitano em barrar qualquer tentativa de avanço dos vizinhos castelhanos. A atitude denota as relações ora conflituosas, ora necessárias mantidas entre as Coroas. No entanto, as tensões não impediram que, em 1494, se estabelecesse um acordo, o conhecido Tratado de Tordesilhas, firmado após Colombo ter chegado à América. Nas palavras de Labourdette (2003, p.156),

Para D. João II, o tratado representava a certeza de se tornar senhor de uma grande parte do Atlântico, que seus navios podiam explorar à vontade. Quanto aos Reis Católicos, o tratado assegurava-lhes a exploração e o comércio – que se anunciava muito promissor – das novas terras que Colombo descobrira no ‘Oriente’.

. A partir desse evento, ampliaram-se ainda mais as perspectivas de lucro e, embora tenha existido o acordo, nada impediria os destinos português e espanhol de se cruzarem novamente. No curso da história, eles estariam ligados em diferentes momentos, embora Portugal sempre tivesse se preocupado em reafirmar sua soberania e, com isso, a sua identidade.

Do ponto de vista cultural, o século XV é responsável pelo início da introdução de uma nova mentalidade, seminal para o desenvolvimento científico iniciado efetivamente dois séculos mais tarde. Conforme assinala Almeida (2001, p. 108), “São tempos de conhecimento pré-científico que prenunciam o alargamento dos horizontes da compreensão do mundo real, mas sem ultrapassar os quadros impostos pela formulação do olhar empírico”. Levando em conta o contexto das navegações, não é

⁵⁵ (Labourdette, 2003, p.152)

difícil perceber que a grande fonte do conhecimento desenvolvido em Portugal fosse, evidentemente, o mar.

Em 1418, com a nomeação de Fernão Lopes ao cargo de Guarda-Mor da Torre do Tombo, o arquivo do Reino, iniciou-se o período conhecido como *Humanismo*. Sobre ele, Moisés (1971 [1960], pp. 35-36) assinala:

Esta época se caracteriza fundamentalmente por um processo de humanização da cultura. Na verdade, o século XV português corresponde, em consonância com o resto da Europa, ao nascimento do mundo moderno, na medida em que se inaugura um tipo de cultura preocupado com o homem, seja enquanto indivíduo, seja enquanto coletividade. É certo que a concepção teocêntrica de vida, isto é, tendo Deus como escala de valores, continua vigente, mas já começam a despontar atitudes contraditórias diretamente centradas no homem. Contribui para isso a euforia provocada pelas descobertas e pelas conquistas ultramarinas [...]. A cultura torna-se laica em grande parte de suas expressões; e a educação do homem, fidalgo sobretudo, constitui o objetivo da literatura moralista então escrita; nas crônicas de Fernão Lopes, o povo, a massa popular, comparece pela primeira vez. Uma onda de realismo, de terranalismo, de apego à natureza física, eleva-se para se contrapor ao transcendentalismo anterior: as crônicas, a poesia e especialmente o teatro vicentino documentam à saciedade essa mutação histórica identificada como o fato de o acento tônico da cultura se transferir para o homem enquanto homem e não para o homem concebido à imagem e semelhança de Deus.

Da fala do autor, devemos ponderar alguns aspectos relevantes. O primeiro é a grande mudança advinda da revolução historiográfica protagonizada por Fernão Lopes, ao propor a escrita de uma história mais “real” e menos “fantasiosa”, introduzindo personagens sociais até então sem visibilidade nas narrativas. O segundo é a importância da obra vicentina para a compreensão dos ares de mudança instaurados no espírito português, sobretudo pelo lastro de sua obra teatral.

Finalmente, o terceiro aspecto é o fato de o contexto em que se desenvolve o Humanismo, representante da transição do pensamento teocêntrico para o antropocêntrico, não ser completamente aberto ao novo e, sobretudo, ter dificuldade em reservar ao homem da época o centro sempre ocupado por Cristo e, conseqüentemente, pela Igreja. Aliás, em Portugal, a forte influência religiosa fez com que o Renascimento demorasse a se instalar como realidade cultural e, por conseguinte, os avanços científicos tinham dificuldade de vencer a barreira dogmática da religião.

Ainda assim, essas questões não foram suficientes para impedir o desenvolvimento de uma mentalidade cujo ápice seria atingido no século posterior, principalmente por conta do advento da tipografia. Sobre ele, assinala Almeida (2001, p. 109):

Sem dúvida, o aparecimento da tipografia veio acelerar de múltiplas maneiras essa circulação [de saberes], irritantemente restritiva, no tempo em que o suporte da informação era manuscrito. O uso crescente das linguagens *romance* veio alargar, por seu lado, o universo da recepção, acentuando a implantação das ideias científicas na tessitura social, e pondo o conhecimento científico a serviço dos grupos sociais dominantes.

Estabelecida a necessária retrospecção ao século XV, podemos nos lançar ao século XVI, de nosso interesse. O breve percurso percorrido no subtópico anterior será de grande valia para a compreensão do *horizonte de projeção* (Auroux, 2011 [1992]) estabelecido no Portugal quinhentista. Isso porque as mudanças processadas na sociedade local durante o *Quatrocento* terão efeito decisivo para o *espírito de época* da centúria posterior.

3.3.2 PORTUGAL RENASCENTISTA: O CLIMA DE OPINIÃO

O prenúncio alvissareiro do novo século fez-se sentir logo nos primeiros anos. Após a morte de D. João II, D. Manuel inaugurou uma nova política, embora sem um projeto bem definido. De acordo com Labourdette (2003, p. 167), ela

[...] Adaptou-se às circunstâncias e às necessidades do momento. A linha geral estava contudo traçada: a ambição dos Portugueses era substituir-se completamente aos Árabes no comércio do Oceano Índico e, por consequência, privar Veneza do monopólio da redistribuição de especiarias e outras mercadorias preciosas da Ásia

Dentre as ações, podemos destacar a instalação de feitorias na costa oriental da África e a construção de fortalezas em pontos estratégicos que pudessem arruinar as atividades comerciais árabes. Também foi criado o Estado da Índia, recobrindo todas as conquistas - desde o cabo da Boa Esperança até o Timor - governado por membros da nobreza.

Do ponto de vista estratégico, intensificou-se a construção das fortalezas, cuja função era essencial para a manutenção da segurança dos territórios, tendo em vista

o fato de muitos dos ataques serem feitos pelo mar. Além disso, ampliou-se o investimento no poderio naval, tanto com relação ao número de embarcações quanto com o aumento da tonelagem. Vale a pena ressaltar também as inovações realizadas na capacidade de fogo de muitas naus, tornando-as aptas a qualquer situação de batalha naval.

A necessidade de defesa dos territórios conquistados levou a autoridade régia a empreender reformas no exército, antes formado apenas por membros da nobreza. Com a medida, armaram-se também outras classes menos abastadas, porém ligadas aos nobres. Além disso, a nomeação de determinados cargos, cuja função era organizar localmente a defesa de determinados territórios, fez com que o recrutamento passasse a ser feito pelas novas autoridades, e não apenas pelo rei.

Do ponto de vista econômico, a expansão portuguesa trouxe ao comércio “uma gama de mercadoria exótica e cara, antes desconhecida ou só raramente divulgada. Foi o caso de produtos com o ouro, o açúcar, as especiarias, os escravos, certos tipos de madeira, o marfim, matérias corantes, etc.[...]” (MARQUES, 2003, p.158). Por conta disso, Portugal deixou de ser um “mero exportador de matérias-primas” para se tornar “intermediário entre a Europa e a África [...] e, mais tarde, entre a Europa e a América também” (*id.*, *ibid.*).

Entretanto, os produtos que antes figuravam como base da exportação – tais como o vinho, frutas e sal – seguiram seu curso ao lado de consideráveis, e mais atrativos, concorrentes. Isso gerou um período de expansão econômica, abarcando grande quantidade de itens exportados, embora os lucros dos mais caros fossem restritos à nobreza e também a poucos mercadores, na maioria estrangeiros.

No mesmo contexto, foi fundada, em 1503, a Casa da Índia, a segunda mais importante feitoria da administração portuguesa, localizada em Lisboa e que, de acordo com Labourdette (2003, p.177, grifo do autor), era “o maior *emporium* da Europa”. O fato demonstra tanto o destaque de Portugal no contexto europeu quanto outro fenômeno relevante do mundo renascentista: o crescimento das cidades. De acordo com Marques (2003, p. 155), nessa época, elas passaram por notáveis mudanças tanto no planejamento quanto na opulência das construções. Também devemos ressaltar que o crescimento de Lisboa foi essencial para o fortalecimento do Portugal meridional, em detrimento da porção norte.

Com relação às conquistas, Labourdette (2003, p. 176) aponta uma notável mudança no trato com as novas terras. Segundo o autor, o antigo espírito cruzadista foi dando lugar a uma colonização *missionária*, a partir do momento em que Portugal passou a enviar religiosos ao Oriente, já na primeira década de Quinhentos. De todas as ordens religiosas participantes do processo, a mais expressiva seria a Companhia de Jesus. Só no Brasil, por exemplo, ela foi responsável por mais de duzentos anos de obras educacionais e religiosas.

A partir de 1530, houve a necessidade de intensificar o povoamento no Brasil, cujo achamento se deu trinta anos antes. O principal motivo da ação foi o perigo iminente de uma invasão francesa, que se já vinha delineando principalmente na porção norte do território. Diante disso, a Coroa se viu obrigada a recrutar pessoas para darem conta do empreendimento. No entanto, a carência de contingente já era acentuada a essa altura, tendo em vista a necessidade de colonos no Oriente. Assim, a alternativa foi buscar auxílio estrangeiro, das mais diversas partes da Europa.

O contato com diferentes povos e, por conseguinte, novas culturas foi seminal para amadurecer, no espírito lusitano, os frutos já semeados no século XV. Todavia, não devemos pensar que o amadurecimento se deu de modo fortuito. Sobretudo durante a primeira metade do século XVI, o intercâmbio foi constantemente fomentado pela autoridade régia. Nas palavras de Garcia (1983, p. 130),

Este ambiente inovador reflectiu-se na corte portuguesa durante o reinado de D. Manuel I e, já mais claramente, numa primeira parte do reinado de D. João III. O desejo de um prestígio internacional, expresso através de uma superioridade das realizações literárias, e a necessidade de preparar pessoas mais cultas para um melhor exercício de cargos de responsabilidade suscitaram o mecenato régio. Numerosas personalidades nacionais e estrangeiras receberam apoios financeiros e foram concedidas bolsas de estudo para alunos frequentarem escolas superiores, sobretudo em Paris no Colégio de Santa Bárbara e na Universidade, no Colégio de Guiana em Bordéus e na Universidade de Salamanca. Entre 1500-1514 foram dadas 22 bolsas, as quais, entre 1527 e 1530 chegaram a atingir as 64, para depois declinarem até 1550, altura em que se acabaram.

Ressaltamos a existência de outros destinos culturais igualmente relevantes - e decisivos - para a consolidação do Renascimento. Além da França e da Espanha, devemos considerar o grande afluxo de portugueses à Itália, motivados por questões culturais e religiosas, tendo em vista o fato de o papa estar ali instalado. Na história da literatura, por exemplo, o ano de 1527, que corresponde ao retorno do poeta Sá de Miranda, constituiu o início do *Classicismo*. Para Moisés (2010 [1968], p. 81), a partir

de então, houve a efetiva divulgação dos ideais estéticos renascentistas nas letras lusitanas.

Entretanto, é preciso ponderar que os ideais renascentistas já vinham fazendo parte da realidade cultural portuguesa desde a centúria anterior. Marques (2003, p.177) afirma a existência do interesse no passado greco-latino desde o século XV, quando muitos já frequentavam os colégios na Itália e de lá traziam as inspirações culturais. Apesar disso, esse pensamento tomaria vulto nos meios intelectuais do reino somente a partir de 1520, com a reação dos pensadores “contra aquilo que consideravam temas e formas passadas de moda, varrendo a pouco e pouco, com a sua crítica, o meio cultural português” (id., ibid, p.181).

Do ponto de vista literário, o *Classicismo* foi de grande valia para a divulgação desses ideais, em um Portugal desejoso de construir um patrimônio erigido sobre as letras, capaz de legar não só aos nativos como também às colônias um lastro cultural que justificasse sua soberania de colonizador. Sobre o movimento, Moisés (1971, p. 56) assinala:

Foi no ímpeto revolucionário da Renascença, e como desenvolvimento natural do Humanismo, que o Classicismo invadiu as consciências, pois correspondia literariamente ao geral e efêmero complexo de superioridade histórica. Ao teocentrismo medieval vai opor-se uma concepção antropocêntrica do mundo, em que o ‘homem é a medida de todas as coisas’ no redivivo dizer de Protágoras. Ao teologismo de antes contrapõe-se o paganismo, fruto duma sensação de pleno gôzo da existência provocada pela vitória do homem sobre a Natureza e seus ‘assombramentos’: não mais a volúpia de *ascender* para as alturas, mas sim de *estender* o olhar até os confins da Terra. O saber concreto, ‘científico’ e objetivo, tende a valorizar-se em detrimento do abstrato; o notável avanço opera-se no campo das ciências experimentais; a mitologia greco-latina, esvaziada de significado, passa a funcionar apenas como símbolo ou ornamento; em suma: o humano prevalece ao divino.

A educação da época esteve inexoravelmente ligada à atmosfera de renovação. Prova disso foi o aumento no número de colégios existentes, cujos formatos também se viram alterados. De acordo com Marques (2003, p. 178), além do modelo tradicional, que oferecia alojamento a alunos menos favorecidos ou membros de ordens religiosas, houve também a criação de internatos, dedicados especificamente a membros da elite, e divididos em *colégios maiores* – com cursos de nível universitário – e *colégios menores* – com cursos preparatórios para a Universidade.

Ainda para o autor, tal preparação foi de extrema importância para a reconfiguração do ensino superior em Portugal, cujo nível científico aumentou muito no período. Entre os anos de 1530 – 1540, foram fundados mais de vinte colégios, em diversas regiões do país e sobretudo em Coimbra. Um dos que mais se destacaram foi o *Colégio Real*, também conhecido como *Colégio das Artes e Humanidades*, cuja organização esteve a cargo de André de Gouveia e contava com as seguintes disciplinas: Gramática, Retórica, Poesia, Latim, Grego, Hebreu, Lógica, Filosofia e Matemática.

A instituição mantinha profunda relação com a Universidade e, muitas vezes, para o ingresso em determinado curso universitário, era obrigatório tê-lo cursado anteriormente no colégio. Para Garcia (1983, p.131), o colégio foi o ápice do movimento humanista português e conseguiu reunir um grande número de professores de renome, tanto portugueses quanto estrangeiros. De acordo com o autor,

Nele se ensinou durante poucos anos, com enormes sucessos, uma pedagogia humanista. Este organismo foi, no entanto, alvo de divisões internas e de ataques dos jesuítas e da Inquisição que perseguiram alguns dos ‘suspeitos’ professores, que se manifestavam contra os métodos escolásticos ou neo-escolásticos entretanto restaurados pelos elementos da Companhia de Jesus.

A fala de Garcia é essencial para corroborar o pensamento já apresentado linhas acima: apesar de ter havido um grande progresso humanista em Portugal, nunca houve sobreposição do poder laico ao religioso. Aliás, devemos destacar a instituição do *Santo Ofício*, efetivamente posta em curso em 1547. Embora o tribunal estivesse relativamente submetido à autoridade régia, houve um recrudescimento visível do pensamento cristão na sociedade da época. Em síntese, a junção dos poderes eclesiástico e laico foi crucial para potencializar o poder letal da Inquisição.

Com relação à Universidade, houve também mudanças significativas, motivadas pela visão renascentista que se vinha introduzindo no âmbito cultural. Todavia, conforme assinala Marques (2003, p. 179), a reforma universitária não foi exclusivamente humanista: antes, ela atendia muito mais aos interesses reais de centralização política, tendo em vista o fato de a instituição estar, anteriormente, mais subordinada à autoridade papal que a régia propriamente dita.

Do ponto de vista acadêmico, a postura conservadora da Universidade de Lisboa acabou gerando uma defasagem educacional, a ponto de os estudantes portugueses preferirem o estudo fora do país. Há muito ela se deixara estagnar em uma postura escolástica já totalmente obsoleta na ocasião. Por essa razão,

Na década de 1530, eram já tantos os cursos de tipo <<secundário>> e <<post-universitário>> frequentados em Coimbra (em ligação com o mosteiro de Santa Cruz e sob sua orientação) que parecia absurda a inexistência na cidade de uma autêntica universidade. Depois de demorada luta, até a Universidade de Lisboa teve de reconhecer que seus dias tinham chegado ao fim: 1536-37 foi, de facto, o seu último ano lectivo. Alguns dos professores, as insígnias, os arquivos e muitas das tradições e dos privilégios da antiga Universidade foram transferidos para Coimbra. (MARQUES, 2003, p.180)

Como se pode perceber, uma série de fatores tanto políticos quanto educacionais foi seminal para o fim da Universidade de Lisboa e o advento da Universidade de Coimbra. Em suma, no ano de 1537, “por vontade de D. João III, ela tornou-se um dos centros culturais mais prestigiados da Europa”. (Labourdette, 2003, p. 237)

A circulação do saber também foi beneficiada pelos avanços na tipografia, levada a Portugal em meados do século XV. Até 1550, foram publicados cerca de mil títulos, um número pequeno em comparação com outros países do mundo ocidental. De todas as publicações, metade era composta por obras de cunho teológico, e cerca de um décimo era dedicado a temas científicos. O restante dividia-se entre parcas obras classicistas e traduções, abundantes devido ao uso da língua vernácula. No entanto, os manuscritos continuaram a ser produzidos em número maior que as obras tipográficas, tendo em vista a edição impressa só se dar mediante autorização régia, universitária e eclesiástica (Marques, 2003, p. 183).

Em linhas gerais, esses são os fatos mais relevantes da chamada *história externa*, assim considerada por não estar especificamente ligada às questões linguísticas. No entanto, a nosso ver, eles são seminais para o desenvolvimento de determinados conhecimentos linguísticos no contexto português e que certamente refletem o espírito de época. Deles nos ocupamos no tópico seguinte, levando em conta, inicialmente, as *ideias linguísticas* vigentes no século XVI.

3.3.3 O CONHECIMENTO LINGUÍSTICO DO SÉCULO XVI

Conforme assinala Altman (2004, p. 29), à historiografia linguística compete a descrição e a explicação do conhecimento linguístico. Ele, por sua vez, pode ser entendido como o conhecimento produzido sobre a linguagem e as línguas em um determinado contexto sociocultural ao longo do tempo⁵⁶. Partindo dessa premissa, é necessário considerar, precipuamente, que todo saber linguístico está inexoravelmente ligado ao *clima de opinião* em que se desenvolve. Em outras palavras, é ponto pacífico a relação intrínseca entre o contexto de desenvolvimento e o conhecimento linguístico produzido.

Com relação às questões linguísticas, o século XVI foi legatário de uma tendência já em voga em fins da Idade Média. Sobre ela, assinala Borba (1967, p. 20):

No fim da Idade Média reataram-se os estudos do grego, a que se somaram os do hebraico e do árabe. Começa o interesse pelas línguas contemporâneas, contribuição do cristianismo, que derrubou a barreira entre povos cultos e bárbaros. Considerando os homens irmãos, estendeu-se igualmente por todos os povos, sabendo servir-se do idioma deles. [...]

Ainda conforme o autor (ibid., p. 21), o Renascimento assistiria ao ressurgimento de “[...]Cícero e Virgílio, Tito Lívio e Tácito. Voltaram Demóstenes, Platão e Aristóteles. As línguas nacionais⁵⁷ se valorizaram”. Em outras palavras, destacam-se dois aspectos: o retorno ao passado clássico, traduzido sob os modelos greco-latinos, e a emergência das línguas europeias, já distantes dos romances medievais e configuradas como idiomas propriamente ditos.

No que concerne à manutenção da tradição medieval mencionada por Borba, é necessário abalizar como ela se deu efetivamente no mundo renascentista. Para tanto, devemos, antes, considerar as duas linhas de pensamento linguístico comuns na época medieval: a *grammatica speculativa* e a *grammatica positiva*. Apesar de

⁵⁶ Este conceito se assemelha muito ao *de ideia linguística* preconizado pela História das Ideias Linguísticas. De acordo com Fávero e Molina (2006, p.24), uma ideia linguística é “todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento”.

⁵⁷ Aqui devemos ponderar o termo usado por Borba, uma vez que o conceito de *língua nacional* não era vigente no século XVI. A conceituação do termo só se dá a partir do século XIX, quando os ideais nacionalistas emergem no contexto europeu.

ambas estarem ligadas a aspectos teóricos greco-latinos, precisamos destacar as especificidades de cada uma delas.

De acordo com Weedwood (2006 [2002], p. 57), o surgimento da gramática especulativa deveu-se à difusão das ideias aristotélicas por conta das traduções circulantes na Itália e na Espanha. Dentre as obras traduzidas e amplamente divulgadas, estavam a *Metafísica*, cujo escopo era o questionamento da natureza das disciplinas tradicionais, e os tratados de Lógica.

Os maiores expoentes dessa nova abordagem gramatical foram os *modistas*⁵⁸. Eles partiram, no século XIII, da premissa universalista a fim de criarem a primeira gramática de cunho científico da história, o *Tratado sobre os modos de significar*, de Tomás de Erfurt. Segundo Beccari (2017, p.39), a obra se caracteriza por ser “um texto que procura dar uma explicação integral a respeito das línguas e da linguagem, partindo de princípios que se submetem aos procedimentos da lógica e da metafísica aristotélicas”.

Se a primeira concepção de gramática vinculava-se uma ideia mais teórica e universal de língua e linguagem, é natural que existisse também uma visão mais particular e prática. A segunda abordagem ficou conhecida como gramática positiva, cuja característica primordial era o foco naquilo que Weedwood (2006 [2002], p. 57) denominou “acidental e particular”. O seu *modus operandi*, em grande parte ligado à tradição gramatical greco-latina, foi o principal norte do pensamento linguístico renascentista.

Postas as duas vertentes, é preciso destacar o motivo de ter havido uma sobreposição do modelo *positivo* sobre o *especulativo*, principalmente se levarmos em conta o aspecto científico deste último, que poderia ter encontrado guarida no desenvolvimento intelectual posto em marcha a partir do *Quatrocento*. Para Beccari (2017, p. 25), um dos motivos de ter havido uma refutação das teorias modistas teria sido a “[...] repercussão de um crescente descrédito pelo modo medieval, tipicamente escolástico, de pensar a língua por meio da lógica e da metafísica aristotélica”.

⁵⁸ Weedwood (2006 [2002], pp.57-58) define os modistas como “um pequeno grupo de eruditos em atividade na universidade de Paris entre 1250 e 1320. [...] Sua doutrina se baseava na noção dos *modi significandi*, ‘modos de significação, que fornecia um arcabouço para se descrever o processo de verbalização”.

Embora seja um fator considerável, ele não deve ser entendido como o único. Ainda em Beccari (ibid., p. 26), outras causas também são elencadas e se configuram igualmente relevantes. Para o autor, “[...] como grandes cultores da retórica ciceroniana e da literatura latina clássica, não surpreende que os primeiros humanistas se interessem mais pelos estudos literários e filológicos, pela ética e pela história, e menos pela lógica e pela metafísica”.

Entretanto, é necessário ressaltar que a descontinuidade do pensamento *especulativo* não foi absoluta durante todo o período renascentista. De acordo com Weedwood (2006 [2002], pp. 68),

Com nitidez crescente ao longo do século XVI e além, podemos discernir duas abordagens bem diferentes da linguagem: a abordagem ‘particular’, que se concentra nos fenômenos físicos que diferenciam as línguas, e se aproxima muito das recém-surgidas ciências biológicas em seus métodos e resultados; e a abordagem ‘universal’ que, concentrando-se nos princípios subjacentes à linguagem, continuou a buscar muito de sua inspiração e de seu método na filosofia e especialmente na lógica

Das duas abordagens ainda em voga no século XVI, a *particular* foi, incontestavelmente, a mais prolífica para o desenvolvimento dos estudos linguísticos do período. O grande interesse pelos aspectos físicos da linguagem motivou os estudos iniciais de áreas hoje amplamente divulgadas, entre elas a fonética, a fonologia, a morfologia e a filologia. Para Weedwood (2006 [2002], p. 70),

No nível mais básico, as gramáticas descritivas eram uma necessidade premente. Os vernáculos europeus ocidentais estavam se apoderando das áreas outrora dominadas pelo latim: primeiro as crônicas e os estatutos, em seguida manuais populares e obras de entretenimento e, por fim, até mesmo a pesquisa erudita eram registrados no dialeto local ou na recém-padronizada língua nacional. A partir do momento em que a alfabetização já não implicava o aprendizado do latim, a leitura-escrita se tornou uma habilidade acessível a um espectro bem mais amplo da população[...]

Camara Jr (s/d [1975], p. 32) assinala ainda o interesse pelas línguas faladas no mundo, como um reflexo da curiosidade motriz do espírito renascentista, “por tudo que o circundava na natureza e na sociedade”. Tal característica possibilitou o estudo das *línguas estrangeiras*, sob a forma de publicações relacionadas a “línguas orientais e indígenas americanas”. No Brasil, por exemplo, José de Anchieta escreveu a *Arte de Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, publicada em 1595, cujo objeto de estudo era o tupi.

No contexto social de Portugal, o século XVI foi de grande importância para o amadurecimento das questões linguísticas, considerando, por exemplo, o maior contato com povos de diferentes culturas e, conseqüentemente, de diferentes línguas (Buescu, 1978, p. 17). Tal realidade está intimamente ligada à expansão territorial lusitana, e a política de colonização adotada perpassava o ensino do vernáculo.

Se Nebrija, em 1492, já afirmara que “sempre a língua foi companheira do império”, a necessidade de ensinar o português, sistematizado desde o século XIII como língua a ser usada em documentos oficiais, também passou a ser, de certa forma, uma preocupação. Prova disso seria a profusão de *cartinhas*, pois elas visavam “[...] além do ensino dos <<meninos portugueses>>, o ensino da língua portuguesa a estrangeiros”. (Id., ibid., p.18)

Nas palavras de Paiva (2011 [2008], p. 150), até então, “[...] quanto à língua portuguesa, embora convertida em língua oficial desde o reinado de D. Dinis, continuava a ser aprendida espontânea e naturalmente fora dos bancos escolares, através da comunicação usual do dia a dia [...]”. Embora a autora mencione ser essa a realidade também no século XVI, não podemos desconsiderar o fato de haver um constante envio de livros para o Congo, denominados de *doctrina cristã*, mas que provavelmente eram *cartinhas*, considerando que elas também tinham uma parte destinada ao catecismo. (Buescu, 1984, p.46). Se o aumento na produção de cartinhas na ocasião não é suficiente para comprovar que houve um impulso efetivo nas questões linguísticas⁵⁹, valemo-nos do fato de a gramatização do português também ter ocorrido no mesmo século, em 1536, com a publicação da *Grammatica da lingoagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira.

A partir da primeira publicação, outras tantas surgiram na sequência. De modo geral, elas podem ser divididas em *gramáticas*, como a *Grammatica da lingua portuguesa* (1540), de João de Barros; *diálogos*, como o *Diálogo em louvor de nossa linguagem*, também de João de Barros, e o *Diálogo que adiante se segue em defesa da mesma língua* (1574), de Pero de Magalhães de Gândavo; e *manuals de ortografia*, como as *Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia portuguesa* (1574), também de Gândavo, e a *Orthographia da lingoa portuguesa* (1576), de Duarte Nunes de Leão (1576).

Certamente, a preocupação com o ensino nas colônias não era a única motivação dos autores da época. Antes disso, devemos considerar o próprio desenvolvimento das instituições educacionais portuguesas. Em um momento em que se firmava uma política educacional visando à formação de eruditos, era necessário dispor de uma série de instrumentos linguísticos capazes de sistematizar o vernáculo, com que se já produziam textos não só literários a mancheias, como também se traduziam obras do latim, escreviam-se documentos oficiais, entre outros.

O contexto renascentista, culturalmente ligado à tradição greco-latina, será de grande importância para a configuração dos moldes assumidos no empreendimento. Para Spina (2011[2008], p. 287, grifo nosso), como efeito da valorização da cultura clássica, “[...]nasce o desejo de disciplinar e aprimorar língua portuguesa, numa tentativa de *afeição-la à mãe latina*”.

Esse desejo também não deve ser compreendido como algo fortuito, de motivação estritamente renascentista. Para melhor o entendermos, levemos em consideração as palavras de Labourdette (2003, pp. 230-231):

Até 1536, a maior parte das suas peças [de Gil Vicente] foram escritas em castelhano, de tal forma que os meios intelectuais portugueses se inquietaram com o facto, no momento em que o país fazia a conquista dos oceanos e eregia [sic] a maior talassocracia do mundo. Daqui resultou a preocupação de fazer de uma língua vernácula uma língua de cultura que nada tivesse a invejar ao idioma predominante.

As considerações do autor, conjugadas às de Spina, permitem-nos concluir que o processo de regularização da língua portuguesa tinha motivações também políticas. Ora sendo Portugal o maior império, não deveria estar o seu idioma subjugado culturalmente a nenhum outro idioma, principalmente o espanhol. Partindo da premissa de valorização clássica advinda do clima de opinião renascentista, somente uma língua igualmente imperial como o latim seria capaz de servir de “progenitora” àquela falada pelos heróis ultramarinos, descobridores do novo mundo e senhores absolutos de “mares nunca dantes navegados”.

Embora se reconhecesse o prestígio advindo pela “genética” latina, não devemos deixar de mensurar a postura paradoxal assumida pelos gramáticos renascentistas. Sobre isso, Buescu (1978, p. 17) afirma serem

[...] os humanistas do Renascimento, tão devotamente apaixonados pelas línguas e culturas clássicas, aqueles, precisamente, que vão abrir o caminho para o estudo mais intenso das línguas vernaculares, que entrarão em competição com o prestígio cultural do latim, do qual, finalmente, sairão vencedoras.

Assim, apesar de a filiação latina ter sido ponto pacífico entre os gramáticos e ortógrafos portugueses, ela não foi a única questão abordada ao longo das obras. Ao contrário, é muito comum encontrar, entre os diversos escritos, uma postura de sobrevalorização do vernáculo, até mesmo em relação ao latim. Isso porque, conforme assinala a própria Buescu (ibid., p.15), “Não se trata, portanto, no Renascimento, de tentar reviver e admirar passiva e acriticamente o passado clássico. Trata-se, principalmente, de revestir esse legado duma arte nova”.

O “novo” da arte era, indubitavelmente, a língua que passou a ocupar lugar de destaque na análise empreendida. Ela, por sua vez, não estaria isenta do padrão gramatical tradicional, traduzindo uma postura prescritivista e normativista. O parâmetro de normatização era o falar dos “barões doutos”, o modelo de erudição da sociedade da época. Aliás, a disseminação das obras impressas foi um fator decisivo para o recrudescimento dessa postura, pois era estritamente necessário um padrão capaz de uniformizar, principalmente do ponto de vista ortográfico, a língua empregada na redação dos textos.

Como pudemos observar, o conhecimento linguístico do século XVI, sobretudo em Portugal, confirma a estreita ligação do saber produzido sobre a linguagem e o *clima de opinião* em que ele se desenvolve. O momento vivido pelos lusitanos foi crucial para o advento da gramatização portuguesa e, partir de então, iniciou-se uma vasta produção ocupada das questões linguísticas. A nova sociedade, em busca de um modelo de erudição a ser passado tanto aos povos conquistados quanto aos próprios lusitanos, contribuiu para o desenvolvimento dos estudos linguísticos que, por sua vez, foram ao encontro dos ideais renascentistas vigentes à época.

Feitas essas considerações, passamos, no próximo tópico, à caracterização dos precursores do processo de gramatização do português. Tal procedimento é de grande importância para mensurarmos, com precisão, como se inseriram os dois autores no clima de opinião apresentado e em que medida o espírito de época renascentista foi capaz de influenciá-los em suas produções, dados os principais fatos de sua biografia.

3.4 OS PROTOGRAMÁTICOS DA LÍNGUA PORTUGUESA

3.4.1 FERNÃO DE OLIVEIRA: UM HOMEM TRANSGRESSOR, O GRAMÁTICO PRECURSOR

De acordo com Buescu (1978, p.51), Fernão de Oliveira foi um aveirense nascido provavelmente em 1507, filho do juiz de órfãos de Pedrógam. Por conta disso, sua infância deu-se na Beira, de onde sairia, aos treze anos, rumo a Évora a fim de iniciar-se na vida religiosa como noviço no convento dos Dominicanos. Ali permaneceu por doze anos essenciais para sua formação cultural, tendo sido discípulo de André de Resende, no intervalo entre sua chegada da Espanha e sua partida para Paris (TORRES & ASSUNÇÃO, 2000, p.14).

Em 1532, aos vinte e cinco anos, abandonou a vida sacerdotal e partiu para a Espanha, onde ficou até 1535⁶⁰. A partir de então, dedicou-se à instrução de jovens fidalgos, dentre os quais destacam-se os filhos do Barão de Alvito, de D. Fernando de Almada e de João de Barros, autor da segunda gramática da língua portuguesa. Na mesma época veio a lume sua primeira obra intelectual, que também seria a primeira gramática do português, impressa em 1536.

Entre os anos de 1540/41, partiu para a Itália, aonde “nunca chegou, ficando pelo sul da França” (Loureiro, 2006, p. 354). A motivação para a viagem teria sido uma missão régia a respeito dos cristãos novos e, em 1543, já estava de retorno a Portugal, enfrentando dois anos de penúria e abandono por parte de seus confrades. A situação levou-o a se incorporar, em 1545, a uma armada francesa. Em Londres, passou a frequentar a corte de Henrique VIII, cuja postura de dissidência em relação a Roma agradou sobremaneira a Fernão de Oliveira, também dissidente de uma ordem religiosa, que denunciou uma série de aspectos ritualísticos e conceptuais da doutrina cristã católica (BUESCU, 1978, p. 53).

Mais uma vez de volta a Portugal, em 1547, foi preso por ordem da Inquisição. Os motivos dessa medida não são muito claros. Buescu (id., ibid., p.53) aponta como possíveis causas a sua atitude considerada herética, a apologia à postura dissidente de Henrique VIII ou mesmo o ressentimento dos dominicanos por ter abandonado a

⁶⁰ De acordo com Loureiro (2006, p. 354), o ano de retorno teria sido 1536. Entretanto, considerando a publicação da gramática em janeiro de 1536, essa afirmação é questionável, se levarmos em conta, inclusive, o tempo em que Oliveira se teria dedicado à função de preceptor de jovens portugueses.

vida religiosa. O período do cárcere varia entre autores, mas gira em torno de três ou quatro anos⁶¹. Em 1552, já liberto, participou da expedição em auxílio ao rei de Velez, no norte da África, como capelão real e, no ano seguinte, retornou a Lisboa para negociar o resgate de seus companheiros que, como ele, tinham sido presos na empreitada (TORRES & ASSUNÇÃO, 2000, p. 15).

Em 1554, foi denunciado como cismático e recebeu nova ordem de prisão, dessa vez não executada. Durante alguns meses, empregou-se na Universidade de Coimbra como revisor tipográfico e também como professor de Retórica por ordem de D. João III. Entretanto, no ano seguinte, voltou ao cárcere, onde permaneceu até 1557. De acordo com Loureiro (2006, p. 354), até 1565, quando D. Sebastião concedeu a Oliveira uma tença de vinte mil reais, nada se sabe acerca da vida do autor. No ano seguinte, recebeu uma proposta para regressar a França e, após este fato, os últimos anos de sua vida, que se finda entre 1580/81, são totalmente desconhecidos.

Dentre os inúmeros escritos do polígrafo Fernão de Oliveira, Buescu (1984, p. 23) cita: *Arte da Guerra e do Mar (1554)*, *Livro da Fábrica das Naus (manuscrito publicado somente em 1898 por Henrique Lopes de Mendonça)*, *Arte da Navegação (obra perdida, escrita em latim)* e a *Gramática da língua portuguesa (1536)*. Além destas obras, Torres e Assunção (2000, pp. 15-16), mencionam: *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino de Portugal (1581)*, manuscritos da Biblioteca Nacional de Paris, cujos sete primeiros capítulos são faltantes, *História de Portugal (pós-1581)*, manuscritos de três livros, mais três capítulos relativos a D. Sancho I, entre outras.

O breve excurso biobibliográfico do precursor da gramática portuguesa nos mostra toda a atividade de um espírito inquieto, questionador e, até certo ponto transgressor. Religioso dissidente, aventureiro, autor de obras de temática diversa, atento às diferenças, patriota e, sobretudo, visionário, estas são algumas das alcunhas que poderíamos atribuir a Fernão de Oliveira, cuja gramática foi notável não apenas por ter sido a primeira de Portugal, mas sim pelo fato de representar uma ruptura com o pensamento linguístico mais comum da época, embora não se desvencilhasse totalmente dele, como veremos adiante.

⁶¹ Para Buescu (1978, p. 53), o período teria durado três anos. Já para Torres e Assunção (2000, p. 14), o cárcere teria durado quatro anos.

3.4.2 JOÃO DE BARROS: UM HOMEM DE MUITAS LETRAS, ERUDITO DE MUITAS FACETAS

Nas palavras de Buescu (1971;1978;1984), João de Barros era natural de Viseu, nascido provavelmente a 1496. Filho bastardo de Lopo de Barros, descendia de uma família de fidalgos e, por essa razão, foi criado nos Paços da Ribeira a pedido de seu pai. Lá teve a oportunidade de ganhar esmerada instrução, como costumava acontecer aos jovens fidalgos da época. Tendo sido moço de guarda-roupa do futuro rei D. João III, dele recebeu incentivo às primeiras tentativas literárias.

Ao longo de sua vida, desempenhou consideráveis cargos, dentre eles: o de governador do forte de São Jorge da Mina, em 1520; o de tesoureiro da Casa da Índia, Mina e Ceuta, de 1525 a 1528; e o de feitor da Casa da Índia, iniciado em 1532. Os anos de atividade junto à Casa da Índia foram-lhe essenciais para reunir vasta compilação documental, de grande valia para a elaboração de suas obras históricas. Ao longo de toda a sua produção, também se evidencia a sua personalidade autodidata, registrada pelo amplo conhecimento dos autores clássicos bem como dos preceitos escolásticos e patrísticos.

Em 1535, organizou uma expedição ao Brasil, juntamente com Aires da Cunha e Fernão Álvares de Andrade. Na ocasião, Barros teria sido nomeado donatário de uma das capitanias e, para tanto, reuniu cerca de novecentos homens de armas e cento e treze cavaleiros em uma frota de dez navios, que objetivava à exploração aurífera do Maranhão. Apesar do grande investimento, a empreitada não obteve sucesso e, no ano seguinte, organizou nova expedição, levando dois de seus filhos. Após cinco anos de buscas, além do fracasso financeiro, a empresa trouxe-lhe um grande abalo pessoal, com a morte de seus dois descendentes.

A desditosa peripécia de Barros não o impediu de ressarcir todos aqueles que, de alguma forma, se viram prejudicados. Por isso, apesar de todo o fausto de que gozara como funcionário real até 1567 - quando pediu baixa do cargo ocupado na Casa da Índia, o fim de sua vida foi em quase total penúria, comprovada no testamento, que listava uma série de dívidas a serem pagas pelos seus herdeiros. A sua morte aconteceu entre 1570/71 em sua quinta na Ribeira de Litém, tendo sido sepultado na Capela de Santo Antônio, fundada por ele.

A sua obra revela não só erudição como também multiplicidade de interesses. Grosso modo, esse homem de muitas letras era também um intelectual de muitas faces: poeta e novelista, na *Crônica do Imperador Clarimundo* (antes de 1520); filósofo erasmico na *Rópica Pnefma ou Mercadoria Espiritual* (1531/32); historiador nas *Décadas*; moralista nos diálogos *da viciosa vergonha e sobre preceitos morais* (1540); pedagogo com a *Gramática, a Cartinha e o Diálogo em louvor da nossa linguagem* (1540); panegirista no *Panegirico da Infanta D. Maria e o de D. João III* (1655), dentre outras (BUESCU, 1971, p.10).

De todas as alcunhas, certamente a que mais nos interessa é a do *pedagogo*. Aliás, é interessante mencionarmos o fato de esse epíteto ser mais significativo que o de *gramático* propriamente dito. Isso porque a obra pedagógica barroiana deve ser analisada como um todo: do primeiro livro didático, que seria a *Cartinha*, passando pela *Grammatica* propriamente dita até se chegar aos *Diálogos*, “como conclusão e textos de leitura formativa”. (BUESCU, 1969, p. 12).

Os fatos do *homem* João de Barros, aliados ao clima de opinião em que ele se inseriu, permitem-nos compreender a extensão de sua obra, como um claro reflexo das muitas inquietações que motivaram o espírito renascentista, do qual o autor não é somente legatário como também expoente. O fato de ele estar inserido na plêiade dos maiores pensadores do Renascimento é prova da relevância de sua produção no contexto cultural português.

3.5 A BUSCA PELO GALEGO EM FERNÃO DE OLIVEIRA E JOÃO DE BARROS: ANÁLISE DAS OBRAS

Finda a parte concernente à *contextualização*, levando em conta também aspectos biobibliográficos dos autores – o chamado componente *epi-historiográfico* - passamos à etapa da *análise argumentativa e síntese histórico-comparativa* (Swiggers, 2010)⁶². Antes disso, devemos ter em conta as considerações feitas por Ivo Castro (1996), que nos levaram à busca pela comprovação do apagamento do galego na origem do português e, por extensão, à busca de razões que teriam motivado o processo.

⁶² Esta etapa relaciona-se à *imanência* nos dizeres de Koerner (2014 [1995])

Para o linguista, uma revisão da literatura filológica portuguesa permite-nos compreender dois movimentos empreendidos com relação à Galícia e, consequentemente ao galego. Em suas palavras,

Duas atitudes que se opõem mutuamente: uma de *identificação* entre portugueses e galegos, de recusa ou apagamento das diferenças, atitude que se pode revestir de várias modalidades da simpatia, da solidariedade, da cumplicidade, mas também do predomínio; e outra atitude de *distanciamento* social e cultural, que oscila entre a indiferença e a menor consideração, mas também pode ter uma vertente desapaixonada e equânime. (CASTRO, 1996, p. 2, grifos do autor)

Baseados nessas observações, optamos por analisar as obras do século XVI com vistas a demonstrar que, no contexto, predominou a segunda postura por parte dos autores. Além disso, embora o linguista português aluda à questão do apagamento de diferenças, optamos por utilizar o mesmo termo para caracterizar o movimento de “ocultação de paternidade” do português, processo explicado inclusive pelo espírito de época em que se produziram as obras em questão.

Aliás, o próprio Ivo Castro, no mesmo trabalho, menciona o silenciamento dos autores quando se lhes apresentava uma oportunidade de fazer referência ao galego e também faz algumas considerações sobre o modo como ele é citado, nas raras vezes em que isso ocorre. Tais observações serão apresentadas ainda nesta parte do trabalho, tão logo chegemos à *análise argumentativa* das obras.

Ainda com relação a questões metodológicas, destacamos que os trechos selecionados das obras foram transcritos em consonância com os princípios da Filologia – entendida aqui como Crítica Textual. Tecnicamente, optamos pela transcrição nos moldes *diplomáticos* de edição, ou seja, uma transcrição praticamente idêntica à apresentada nos textos originais (MARCOTULIO et.al, 2018, p. 41). Utilizamos esse modelo justamente para garantir maior fidedignidade aos registros selecionados, embora algumas questões vocabulares tenham sido resolvidas por meio de edições críticas e de dicionários específicos. Ao realizarmos a descrição das obras, também nos valem de termos correntes no campo da Crítica Textual. A fim de facilitar o entendimento, eles foram explicados em nota de rodapé a cada primeira ocorrência.

3.5.1 A GRAMMATICA DA LINGUAGEM PORTUGUESA, DE FERNÃO DE OLIVEIRA

A fim de procedermos à busca por menções ao galego, não poderíamos propor outra leitura à obra de Oliveira que não a integral. Isso porque, no decorrer de suas explanações, o autor acaba por tangenciar temas que permitiriam aludir à língua da Galícia. Portanto, traçamos um percurso que vai desde a dedicatória até chegar a capítulos específicos, atentando-nos às possibilidades de ter se dado efetivamente o apagamento.

Cronologicamente, a gramática de Fernão de Oliveira inaugura o processo de gramatização do português. No contexto lusitano, o fenômeno foi impulsionado por uma série de fatores, dentre eles: o crescente uso do vernáculo em detrimento do latim na documentação oficial, pressupondo uma uniformização da escrita; o surgimento da tipografia; as mudanças educacionais processadas na sociedade portuguesa, agora mais voltada à valorização das letras, e a política de colonização, que presumia o ensino do idioma aos povos conquistados.

A nova realidade demandava uma língua que se encontrasse, de certa forma, padronizada ou normatizada, e tradicionalmente a instrumentalização dava-se por meio da produção de gramáticas e dicionários. Na Europa, a tendência toma força sobretudo a partir do século XV, com o surgimento das gramáticas do francês (1409), do italiano (1437-1441), do espanhol (1492), e Portugal não deixou de acompanhar o movimento ainda em pleno vigor no século XVI e de cuja obra inaugural nos ocupamos neste primeiro momento.

3.5.1.1 ASPECTOS GERAIS DA EDIÇÃO *PRINCEPS*⁶³

Conforme assinalam Torres e Assunção (2000, p. 18), a *grammatica da linguagem portuguesa* teve, ao todo, seis edições (1536, 1871, 1936, 1954, 1975 e 1981), colocando-a em posição dianteira com relação aos outros estudiosos da plêiade dos gramáticos renascentistas. No presente trabalho, foram utilizadas a edição *princeps*, de 1536, e as edições críticas de 1975, de Buescu, e de 2000, de Torres e Assunção.

⁶³ A primeira publicação de uma obra (MENDES & AMBROSOLI, 2015, p. 63)

A edição *princeps* contém trinta e oito fólhos⁶⁴, a contar do frontispício ao cólofon⁶⁵. Do ponto de vista estrutural, a obra está dividida em cinquenta capítulos – numerados, mas não intitulados uniformemente⁶⁶. A paginação é feita por meio de letras, dispostas de A a E. A primeira marcação é encontrada no terceiro fólho, com a inscrição Aiii – A3. Notamos também a ausência de *reclamos*⁶⁷ ao fim de cada página.

Além dos cinquenta capítulos, há ainda uma espécie de dedicatória, que ocupa duas páginas. Nela, podemos ler, logo no início:

Esta he a primeyra anotação que Fernão doliueyra fez da lingua Portuguesa. Dirigida ao mui manifico senhor: e nobre fidalgo o senhor dom fernando Dalmada. Filho herdeiro do muy prudente e animoso Senhor Dom Antão. Capitão geral de Portugal. ec.

O frontispício apresenta uma ilustração retangular, cujas bordas são adornadas por arabescos e em cujo centro se observa uma figura humana encimando um brasão que contém duas águias e duas cruzes florenciadas. Na parte inferior ao brasão, está o título da obra e, entre os arabescos da borda inferior, lê-se “*Germam Galhard*”, o nome do tipógrafo.

Figura 14 Frontispício da gramática de Fernão de Oliveira



Fonte: OLIVEIRA, 1536.

⁶⁴ “A folha de um livro, ou seja, as duas páginas de uma folha” (IBID, p. 34)

⁶⁵ Também chamado de colofão, corresponde à nota final de um livro.

⁶⁶ Conforme bem assinalam Torres e Assunção (2000, p. 73), somente os capítulos XIX, XXVIII, XXX e XL são intitulados

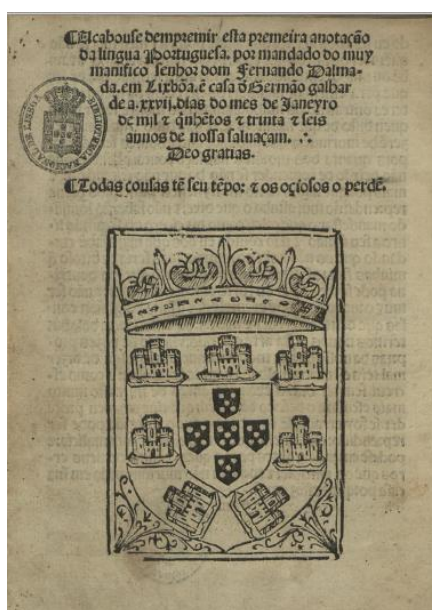
⁶⁷ Os reclamos são letras (palavras ou partes de palavras) que antecipam as primeiras letras (palavras ou partes de palavras) do fólho seguinte.

O cólofon é encimado por um pequeno texto, com os seguintes dizeres:

Acabouse de empremir esta primeira anotação da lingua Portuguesa, por mandado do mui manifico senhor dom Fernando Dalmada. em Lixbõa. ã casa d Germão Galharde a xxvij. dias do mes de Janeyro de mil qnhêtos e trinta e seis anos de nossa saluaçam. Deo gratias. Todas cousas tẽ seu tẽpo: e os oçiosos o perdẽ.

Abaixo deles, encontra-se um brasão, certamente o de armas de Portugal, conforme se observa na imagem a seguir:

Figura 15: Cólofon da gramática de Oliveira



Fonte: OLIVEIRA, 1536.

3.5.1.2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SÍNTESE HISTÓRICO-COMPARATIVA DA GRAMÁTICA OLIVEIRIANA

Na breve biografia de Fernão de Oliveira, evidenciou-se o seu espírito transgressor, capaz de fazê-lo desertar da vida religiosa, criticar o sistema vigente e, por conta de seus posicionamentos, enfrentar o cárcere por duas vezes. Tal inquietude levou-o a se aventurar por diferentes mundos e, por conta disso, produzir uma obra variada. Além disso, os infortúnios com que se deparou ao longo da vida fizeram-no desenvolver uma série de atividades, dentre elas a de preceptor de jovens fidalgos.

Muito já se especulou sobre o momento de produção da gramática. Para Buescu (1971, p.16), ela teria sido concebida em Lisboa e, portanto, no ano de 1535⁶⁸. Nesse período, o religioso dissidente tornara-se preceptor, e tal fato permite-nos pensar em uma possível ligação entre o nascimento da obra e a dificuldade sentida por ele ao ensinar português sem dispor de parâmetros específicos⁶⁹.

Diante disso, o gramático teria surgido a partir do mestre, e assim o encontramos na dedicatória ao se dirigir a Fernando D'Almada, de cujo filho se ocupava da educação⁷⁰. Também nessa parte, é possível perceber que não tinha grandes pretensões, deixando claros os seus objetivos com a publicação daquela “primeira anotação” do português: “em dizer não tudo mas apontar alghũas partes neçessarias da ortografia: acento: ethimologia: e analogia da nossa linguagem em comuũ” (Oliveira, 1536, A2^{r71}) *. Assim, a gramática figuraria apenas como um estudo introdutório, a ser desenvolvido “para outro tempo e obra”.

Ao enumerar as partes consideradas “necessárias”, Oliveira mostra-se atento às necessidades de seu tempo, pois cita logo de início a ortografia, um dos assuntos mais recorrentes da época, devido à preocupação com as questões de escrita. Como já mencionamos, a nova configuração política, social e cultural de Portugal passou a exigir o uso do vernáculo e, para tanto, urgia a necessidade de ele estar, de alguma forma, padronizado a fim de facilitar a circulação de informações nas distintas esferas da sociedade.

O autor também segue a tendência do clima de opinião valendo-se de um discurso laudatório e patriótico, perceptível quando se refere tanto ao português quanto aos portugueses: “a lingua de tam nobre gente e terra como he Portugal”. (ibid. A1^v) Aliás, essa mesma língua “viuera contête e folgara de se estender pollo mundo”

⁶⁸ Conforme assinala a própria autora, alguns autores consideram a possibilidade de a gramática ter sido escrita na Espanha, no período em que Oliveira deixou Portugal após abandonar a vida religiosa. No entanto, Buescu vale-se de trechos da própria gramática para comprovar a hipótese de ela ter sido concebida em Lisboa, e não na Espanha.

⁶⁹ De acordo com Hue (2007, p. 22), o ensino de português na época dava-se por meio de textos de tabeliães. A situação foi duramente criticada por João de Barros, que propunha uma reforma no ensino “das primeiras letras”. Considerando o fato de Barros e Oliveira serem contemporâneos, é lícito pensar que este último, na qualidade de preceptor, vivenciou a ausência tanto de método quanto de material e, por conta dela, teria se motivado à escrita da gramática.

⁷⁰ Na dedicatória, Oliveira se apresenta na condição de preceptor do filho de Fernando D'Almada. No colofon, lê-se inclusive que a obra fora impressa por ordem do próprio fidalgo.

⁷¹ Devido às questões de paginação, mantivemos os sinais ^r (reto) e ^v (verso) a fim de facilitar a localização dos trechos nos fólhos.

(ibid. A1^v), em clara menção à política expansionista lusitana. Para se estender “pelo mundo”, obviamente ela precisava ser aprendida pelos povos conquistados, o que demandava a existência de instrumentos capazes de normatizá-la e, desse modo, torná-la “ensinável”. Nesse sentido, a gramática, apesar de seu caráter assumidamente introdutório e incompleto, figuraria como resposta a tal necessidade.

Os cinco primeiros capítulos constituem uma espécie de preâmbulo e representam uma alteração no formato gramatical clássico, tão caro aos renascentistas. A inovação coloca em evidência o espírito transgressor de Fernão de Oliveira, ao romper parcialmente com a rigidez do modelo greco-latino. Nessa parte da obra, ele

[...] define a linguagem [...] e expende considerações, apoiado na autoridade dos filósofos antigos, sobre a formação das línguas. Seguem-se algumas páginas sobre ‘o modo de falar dos Portugueses’ e a formação do reino. Só depois de se referir à origem dos nomes de Lisboa, Lusitânia e Portugal, de fazer um breve resumo da história dos primeiros reinados, de tomar como exemplo a perdurabilidade da glória romana, devido à imposição da língua aos vencidos, se propõe definir gramática. (BUESCU, 1975, p.20)

A nosso ver, o aspecto mais original da primeira parte da gramática é a presença do componente histórico. Consciente de seu papel de “primeiro anotador” do português, o autor não se exime de sua responsabilidade na construção de uma memória. Isso se evidencia justamente quando ele se vale de uma perspectiva histórica para situar o povo português no tempo e no espaço.

No capítulo 1 deste trabalho, discutimos a relação entre a memória e a história e de que modo a “memória coletiva” pode estar sujeita ao poder das classes dominantes. Na ocasião, mencionamos que, hodiernamente, cabe ao historiador – e sobremaneira ao historiógrafo - revisitar a memória coletiva e, de certo modo, esclarecê-la, corrigi-la ou corroborá-la. No entanto, não podemos nos esquecer de que, no século XVI, o cronista tinha função um pouco distinta. A ele cabia, muitas vezes, a compilação de memórias anteriores tornando-as, em grande medida, a “história” de um determinado povo.

Assumindo o papel de cronista, Fernão de Oliveira também acaba submetendo a memória às classes dominantes, pois delas se mostrava dependente, dada a inferioridade de sua posição social. O próprio clima de opinião também exigia uma história que eternizasse os feitos dos heróis ultramarinos e se ocupasse do

enaltecimento da nação portuguesa, conferindo-lhe lugar de destaque entre as demais nações, bem como uma origem nobre.

No segundo capítulo, por exemplo, Portugal é colocado acima das demais terras, desde a romanização da Península Ibérica: “A Antiga nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha: *cuja sempre melhor parte foi Portugal*” (Oliveira, 1536, A3^r, grifo nosso), até o momento em que vive o autor: “[...]agora com a virtude da gente muyto ãnobrecido e cõ muitos bos tratos e cõuersações assi em armas como em letras engrandeçido”. (ibid, A3^v)

Ao afirmar que Portugal sempre foi a “melhor parte” da região da “Espanha”, Oliveira apresenta a sua terra como se já existisse desde os primórdios, ignorando, entre outros, o fato de ela ter feito parte da *Gallaecia* romana ou ainda de o Condado Portucalense só passar a ter visibilidade a partir do século XI. A desconsideração do passado revela a proposta de se estabelecer uma memória considerando apenas o elemento português, um claro reflexo da tendência patriótica imperante. Para tanto, assume-se o compromisso de apagar quaisquer vestígios de presença estrangeira, sobretudo a dos vizinhos espanhóis.

No terceiro capítulo, chega-se à expulsão dos romanos pela lendária figura de Viriato, e Portugal - que “teue sempre bādeyra nūca sogeyta a mouros Mas muytas uezes controlles vitoriosa” (ibid, A3^v) – continua a ser enaltecido. Além disso, menciona-se sempre ter havido “capitão christão” entre os líderes lusitanos, e essa menção é justificada da seguinte forma:

Apontey isto para que desta nossa propria e natural nobreza nos prezemos e nam fabulizemos ou mintamos patranhas estrangeyras: e muyto menos nos louuemos dos godos porque eles perderão o q a virtude desta terra ensinou a gaynhar aos nossos. (OLIVEIRA, 1536, A4^r)

A caracterização da nobreza lusitana como “própria e natural” reforça o empenho de Oliveira na construção de uma memória precipuamente portuguesa, enaltecendo os feitos de seu povo, nunca subjugado pelo inimigo não cristão. Isso pode ser comprovado quando também se preconiza a necessidade de não “fabulizar ou mentir patranhas estrangeiras”. A advertência opera duplo movimento: por um lado, o autor dá a entender a existência de passagens fantasiosas com figuras estrangeiras, e o seu discurso se presta à desconstrução dessas falhas; por outro, quando reafirma o lugar dos portugueses como os verdadeiros protagonistas, ele

promove a história dos heróis, aquela que realmente se deve perpetuar na memória coletiva.

O *modus operandi* oliveiriano de recontar o passado de Portugal e conferir-lhe seu devido lugar na história deve ser compreendido sem perder de vista o fato de estarmos diante de uma gramática. O próprio autor, como já vimos, deixa claros os objetivos de sua obra, e eles são “linguísticos” e não “históricos”. Nesse sentido, pressupõe-se que o retorno ao passado também estivesse a serviço da construção de uma memória da língua portuguesa.

Partindo de tal premissa, a língua de um império tão grandioso deve ser retratada como símbolo de glória e perpetuação dos feitos de seu povo. A caracterização obedecerá à mesma orientação patriótica, valendo-se da negação de quaisquer elementos estrangeiros. Ao considerarmos o galego como parte do passado linguístico do português, o seu apagamento é parte relevante do processo de representação.

A partir do quarto capítulo, mais especificamente, Fernão de Oliveira passa a se ocupar de questões linguísticas. Nos primeiros momentos, ele não abandona a óptica histórica e inicia o seu discurso com uma reflexão acerca das razões de o grego e o latim ainda serem línguas utilizadas à época:

O Estado da fortuna pode cõceder ou tirar fauor aos estudos liberaes: e esses estudos fazẽ mais durar a gloria da terra em q florecem. Porque Greçia e Roma so por isto ainda vivẽ: porq quãdo senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes a elles sogeytas aprender suas linguas; e em ellas escreuião muytas boas doutrinas e não somête o que entendião escreuião nelas: mas tambem traslatauam parellas todo o bo que lião em outras. (OLIVEIRA, 1536, A4r)

A menção às línguas clássicas vai muito além da simples influência que o pensamento greco-latino exerceu no espírito renascentista. Como se pode observar, o autor atribui aos estudos liberais - dentre os quais a gramática estava inserida - a “glória da terra em que florescem”. Assim, a perpetuação da memória de um povo estaria intrinsecamente ligada ao seu desenvolvimento cultural, e a língua desempenharia papel fundamental no processo.

O fato de as “doutrinas” escritas nas línguas clássicas circularem tanto por meio de textos exegéticos - “o que entendiam escreviam nelas” - quanto por meio de

traduções - “mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras” - comprova o amplo uso do grego e do latim como línguas de erudição na época. Por isso, elas ainda gozavam de grande prestígio entre os intelectuais. Sobre essa realidade, Oliveira assim se pronuncia:

E desta feyção nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu [idioma] esquecendo nos do nosso não façamos assy mas tornemos sobre nos agora que he tempo e somos senhores porque melhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma: ainda que ella agora teuera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homens fazem a lingua/e não lingoa os homens. E e manifesto que as linguas Grega e Latina primeiro forão grosseiras: e os homens as poserão na perfeição q agora tem. [...] E pois grammatica e arte q ensina a bem ler e falar: saybamos quem primeiro e onde e como: porq també agora a possamos vsar na nossa antiga e nobre lingua [...] (OLIVEIRA, 1536, A4^r-A4^v)

O primeiro aspecto que devemos destacar de suas considerações é a falta de atenção dada ao português, justamente devido à sobrevalorização dos clássicos. O autor se opõe a isso dizendo que, naquele momento, seria preferível ensinar à Guiné a língua portuguesa a continuarem sendo “ensinados de Roma”. Em outras palavras, era hora de Portugal ocupar-se do ensino de sua língua em vez de continuar a promover o estudo do grego e do latim.

Tal postura não só ilustra a tendência de valorização das línguas vernáculas comum à época, como também corrobora a política de dominação adotada, cujo êxito estava ligado à adoção da língua do colonizador. Em 1492, Nebrija registrou esse pensamento em sua gramática, por meio da célebre frase de que “sempre a língua foi companheira do império”. De acordo com Lagares (2011, p.177), a língua “[...] segundo a perspectiva do primeiro gramático do castelhano, acompanharia o percurso de construção de reinos e impérios, floresceria com a escrita [...] e se perderia irremediavelmente com a deterioração do poder político e a desagregação do reino”. O fato de Fernão de Oliveira ter vivido alguns anos na Espanha é sobremaneira relevante para considerarmos uma possível influência do gramático espanhol em sua obra.

O segundo aspecto a ser considerado é a afirmação de que “os homens fazem a língua e não a língua os homens”. Partindo desse pressuposto, considera-se o uso como um fator capaz de modelar a língua, colocando-a em um patamar de perfeição. Se o grego e o latim tinham alcançado o patamar de prestígio, o engenho humano era o responsável por tê-las feito passar de uma condição “grosseira” à “perfeição”; e o

mesmo teria se passado com o português. O estágio de desenvolvimento em que a nação se encontrava, seja pelo seu destaque no cenário internacional, seja pelo desenvolvimento intelectual, já era suficiente para colocar o idioma lusitano em pé de igualdade com os clássicos.

O terceiro aspecto digno de nota é a conceituação de gramática, entendida como a “arte que ensina a bem ler e falar”. De tal definição, depreende-se um juízo estritamente valorativo, expresso pelo uso do advérbio “bem”, evidenciando uma concepção linguística claramente greco-latina. Isso demonstra que, embora Oliveira seja inovador em alguns aspectos, não se desvencilha totalmente da tradição clássica, de cunho normativo e prescritivo. Também devemos considerar o fato de ele não mencionar a questão da escrita, o que reafirma a estreita ligação da gramática com a Retórica, renascida em Quinhentos.

Também a palavra *arte* merece nossa atenção e corrobora a prevalência do paradigma greco-latino na gramática oliveiriana. Segundo Fávero (2008, pp.5-6),

Ars é tradução do grego. Aristóteles, na Metafísica atribui ao termo o sentido de ofício, habilidade para se fazer algo; artesão é o que possui essa habilidade e conhece as coisas pelo efeito, não pelas causas. Dionísio chamou sua obra de arte gramatical, por não ser ela especulativa, mas prática. A Gramática, a Retórica, a Poética, a Lógica, a Geometria, a Aritmética e a Astronomia são artes; a Matemática e a Física não o são, pois seu objeto é o necessário e elas não são instrumentais. É no sentido de gramática como uma das Artes Liberais da Idade Média (própria dos homens livres), que vamos ter do Renascimento até o século XVIII, obras intituladas Arte de Gramática, Arte e Gramática.

O quarto e último aspecto é a proposta assumida por Oliveira: informar quem primeiro ensinou a gramática, onde e como. Na ocasião, o retorno se dá ao passado greco-romano demonstrando, mais uma vez, a sua importância para o contexto da época. No entanto, devemos nos atentar à afirmação feita ao fim do excerto: a partir daquele momento, já se dispunha de uma gramática a ser usada na “antiga e nobre” língua portuguesa, e assim ela será retratada. Em outras palavras, a sua memória será construída dessa forma.

No quinto capítulo, segue-se uma digressão que remonta à Grécia e à Roma antigas, visando a informar os precursores no ensino do bem ler e bem falar. Seres mitológicos, poetas, gramáticos e oradores são evocados até chegar a Portugal.

Curiosamente, o autor não busca definir as origens do português. Sobre a realidade lusitana, o autor comenta:

Isto nũa fez a nossa terra: mas se cõ a neçessidade dos tempos alghũa ora se nam acupou tanto em letras por se defender de seus imigos: logo como teue paz em tẽpo do mui nobre rey dõ Dinis tornou a os estudos paraq cria os milhores juyzos q todas as terras nossas vezinhas. Estes no tempo do poderoso nosso senhor e rey dom Johão o terçeiro deste nome: a quẽ deos quis dar aqlla bem-aventura de viver e senhorear sem sangue: q diz chillo philosopho de Laçedemonia. Estes digo estudos neste tempo deste nosso glorioso príncipe muytos mays fauoreçidos q em nenhum outro tempo nem terra auiuemos com gloria de nossos tempos [...]: e como tudo apliquemos nosso trabalho a nossa lingua e gente e ficara com mayor eternidad'a memoria delle: e nam trabalhemos em lingua estrangeira/mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas q a possamos dellas ser louuados e amados porq a semelhança e causa do amor e mays em as linguas. [...] (OLIVEIRA, 1536, A5^r-A5^v)

Oliveira justifica o estado de guerra vivido por Portugal como um dos motivos para a ausência de dedicação às letras. Contudo, ele menciona que, a partir de D. Dinis, a realidade passa a se modificar, fortalecendo-se sob a figura de D. João III. Se considerarmos o início do governo de D. Dinis em 1279, devemos destacar a existência de unidade linguística entre Portugal e a Galícia, como comprova a vasta literatura trovadoresca produzida à época⁷². Aliás, é ponto pacífico entre muitos autores o fato de o “galego-português”⁷³ ter vigorado no território lusitano pelo menos até meados do século XIV (TEYSSIER, 1997; HAUUY, 2011).

Nessa parte, percebemos uma oportunidade de o autor ter abordado a questão, que o levaria ao passado “galego” do português. Entretanto, opta apenas por falar sobre o nascimento do interesse pelas letras sem fazer qualquer referência à produção literária do período, tampouco ao idioma em que ela foi escrita. Tal atitude reflete uma das características mais marcantes dos gramáticos do período: a de considerarem as línguas vernaculares *como línguas sem passado*. (BUESCU, 1978, p. 16).

⁷² É necessário ponderar que o Trovadorismo tem início em 1189/98, ou seja, quase cem anos antes do reinado de D. Dinis. Tendo isso em mente, a justificativa dada para o “descuido com as letras” não é historicamente comprovável, principalmente se considerarmos uma literatura em plena atividade antes do recorte temporal proposto por Oliveira.

⁷³ O termo é colocado entre aspas justamente por ser referenciado pela maioria dos autores. A nosso ver, como já mencionado no capítulo 1, a língua era apenas galega, considerando o seu surgimento e o surgimento de Portugal, quase três séculos depois.

Levando em conta os aspectos históricos levantados até o momento, o fato de o português ser apresentado por Fernão de Oliveira como uma “língua sem passado” significa muito mais que a simples reprodução de uma concepção linguística vigente. Desconsiderar o passado da língua portuguesa implica o tácito apagamento do galego para construir a imagem de um português de origens remotas, nobres e puramente lusitanas, como já observamos.

Ao aludir à importância dos estudos empreendidos durante o reinado de D. João e exortar o retorno desses tempos “muito mais favorecidos que em nenhum outro tempo nem terra”, o autor preconiza que o trabalho seja aplicado “a nossa língua e gente”, ou seja, em português e sobre o seu povo. Como resultado, a medida seria capaz de eternizar a “memória” lusitana, pois as doutrinas produzidas no vernáculo tornariam os portugueses “louvados e amados”. Desse modo, fica claro o compromisso do autor com a preservação da memória de seu povo, e o português seria o modo de favorecer tal preservação.

Finda a parte “menos convencional” da obra, inicia-se a gramática propriamente dita. Oliveira discorre sobre a “primeyra partição que fazemos em qualquer lingua e sua grammatica [...] Letras Sylabas e Vozes[...]” (OLIVEIRA, 1536, A5^v). Do capítulo sexto ao capítulo vinte e nove, desenvolve-se um vasto estudo empírico de aspectos fonéticos que constitui, de acordo com muitos estudiosos, um dos grandes contributos da gramática oliveiriana: o registro da pronúncia do século XVI.

Apesar de se tratar de um diferencial, sobretudo pela extensão e pelo detalhamento dos aspectos fonéticos do português, devemos ponderar que o interesse pelos aspectos físicos da linguagem era uma característica dos Quinhentos. Na época, os estudos fonético-fonológicos, morfológicos e filológicos passaram a ter destaque, e a motivação deu-se sobretudo pela curiosidade que movia o espírito renascentista⁷⁴. Além disso, a preocupação em detalhar a fonética do português demonstra a influência da *grammatica positiva*, preocupada mais com a análise do “acidental e particular⁷⁵” de cada língua.

Nessa parte do texto, não encontramos aspectos que pudessem fornecer sinais concretos de possibilidade de menção ao galego, constatando o seu apagamento.

⁷⁴ Cf. Camara Jr, s/d [1975]

⁷⁵ Cf. Weedwood, 2006 [2002]

Ainda assim, é preciso ressaltar que o autor menciona outras línguas no decorrer de sua análise, dentre elas o latim, o grego e o castelhano. Diante disso, poderíamos pensar ter havido aí uma possibilidade de alusão à língua da Galícia. Todavia, lembramos que, ao longo desses vinte e três capítulos, Oliveira se ocupa da pronúncia do português de seu tempo, não sendo necessárias à sua argumentação quaisquer digressões que o levassem a estágios mais antigos do idioma.

A partir do capítulo trinta, intitulado “das dições”, o autor passa a abordar outros aspectos linguísticos. Nesse momento, ele elabora um percurso que parte

“[...] Primeyro de seu naçimêto [das dições] a q chamão os gregos etimologia e depois da analogia q quer dizer proporção: ou semelhança cõ a qual se mistura també a diferença q tẽ antre si as vozes: e por derradeiro diremos hũ pouco do conçerto q tẽ as partes da oração hũas cõ outras”. (OLIVEIRA, 1536, C4^r)

No capítulo trinta e um, definem-se as dições portuguesas como “aquellas que naçerão ãtre nos ou são ja tam antigas que não sabemos se vierão de fora” (id., ibid, C4^v). Nele, Oliveira considera apenas dois tipos: as efetivamente portuguesas e as antigas, de étimo não identificado. A nosso ver, caso o autor estivesse disposto a recuperar esse passado, certamente deveria mencionar algumas dições do período “galego-português” da língua, que ainda faziam – e fazem – parte dos falares do norte de Portugal.

Apesar disso, ele prefere partir da premissa de as palavras “portuguesas” serem nascidas efetivamente do idioma, como se o português tivesse existido desde sempre, ou seja, desconsiderando o estágio em que houve uma língua comum entre lusitanos e galegos - antes mesmo da formação de Portugal - e reiterando a já mencionada postura de uma “língua sem passado”. Tal afirmação se comprova mais adiante, quando a origem de algumas palavras é questionada:

Poys se alguem me dixer q podemos dizer como temos muytos vocabolos latinos e que isto alcanção os homens doutos q sabem lingua latina: como candea q vem de candela vocabulo latino [...]. E não só latinos mas gregos/arábigos/castelhanos.frãçeses: e toda qnta outra immundiça poderem ajuntar. Perguntarlhey então que nos fica a nos?ou se temos de nosso alghũa cousa?e os nossos homens pois são mais antigos q os latinos nessa conversação q teuerão cõ os latinos: porq tâbem não ensinarião? [...] mas sempre afirmarey q pois Quintiliano no primeyro liuro confessa q os latinos vsauão de vocabolos emprestados quãdo lhos seus faltauão que tâbẽ da nossa lingua tomarão alghũs/como nos tomamos da sua[...] (OLIVEIRA, 1536, C5^r)

No trecho, fica claro o seu descontentamento quanto à atribuição de origem “estrangeira” a inúmeras palavras do português, sobretudo quando se refere aos outros idiomas como “imundícies”, considerando-os uma mácula à pureza do vernáculo. Ao indagar o que efetivamente restaria à sua língua, menciona-se o fato de seu povo ser “mais antigo que os latinos” e, por essa razão, os portugueses também lhes teriam emprestado alguns de seus vocábulos.

A consideração é muito significativa, pois demonstra não só uma posição de igualdade – ou até mesmo superioridade – do português em relação ao latim, como também desestimula qualquer metáfora de parentesco entre ambas as línguas, como se verifica, por exemplo, em João de Barros. Mais uma vez, evidencia-se o compromisso de Oliveira em conferir a sua língua uma origem exclusivamente lusitana e, portanto, constatamos que qualquer menção ao galego nessa parte da obra – apesar de possível – não seria aplicável. Isso porque se argumenta em favor da independência do português: se ele não era dependente do latim, muito menos o seria do galego.

Em suma, observam-se dois movimentos muito claros no *modus operandi* dos gramáticos quinhentistas. O primeiro consiste no afastamento do castelhano, promovido por meio da reivindicação de autonomia do português; ela fica evidente na gramática oliveiriana principalmente quando o autor busca as origens do idioma dentro dos próprios limites de Portugal. O segundo movimento, embora menos marcado em Fernão de Oliveira, é o de identificação com o latim, o que promove ainda mais o afastamento de qualquer ligação com a Espanha e, por conseguinte, com a língua galega.

No capítulo trinta e três, discorre-se sobre as *dições comuns* e novamente fica evidente o tom de protesto não só contra a atribuição de origem estrangeira às palavras do português, como também ao uso de outras línguas em território nacional. Nas palavras de Oliveira (1536, C6^v):

[...] e de tal feyção se aleuantão contra a nossa lingua: e a fazem pobre e toda emprestada q lhe não deyxo nada proprio como se não ouuera homens na nossa terra antigos e nobres: e sabedores: [...] porque desfazem muito na gloria do çetro e coroa do nosso reyno. estes assi como também cortão a perpetuidade delle os que de nouo trazem noua lingua a terra: porq a lingua e a unidade della he muito certo apellido do reyno do senhor e da irmandade dos vassalos: e o rey ou senhor ainda q fosse estrangeyro e viesse de fora senharear em algũa terra hauia de apartar sua lingua e não na deyxo

corrôper com alghũa outra: assi parelle viuer em paz como também porque seu reyno fique e perseuere em seus filhos: quanto de minha parte segundo eu entendo eu juraria q quem folga douuir lingua estrangeyra na sua terra não e amigo da sua gente[...]

O autor considera os empréstimos como agentes empobrecedores e também discorda da quantidade de palavras que teriam sido emprestadas ao português, pois também houvera “homens antigos e sabedores”, em Portugal. Partindo desse princípio, as palavras consideradas *alheas* seriam as do romance falado remotamente, que mais uma vez não foi mencionado.

Ora, se em Portugal havia antigos sabedores, todos eles se comunicavam, pelo menos até o século XIV, na língua que se convencionou chamar “galego-português”, e não em português, como se houvera uma identidade linguística delineada à ocasião. Conforme assinala Buescu (1978, p. 16), essa atitude – comum tanto a Fernão de Oliveira quanto a João de Barros – é marcadamente presencialista, baseada exclusivamente na observação direta da realidade atual e visível.

Se por um lado a atitude presencialista encontra guarida no espírito do Renascimento – aberto à curiosidade da exploração e da observação dos fenômenos circundantes -, por outro lado ela reforça ainda mais a tendência de registrar o português como uma língua originária de si mesma. Em outras palavras, estando o clima de opinião amplamente propenso a promover uma dissociação do passado das línguas, a premissa de ter havido um efetivo apagamento do galego quando da constituição da memória do português é totalmente aceitável.

Ao citar a o exemplo do rei estrangeiro que senhoreava determinado território, o autor promove um claro manifesto em favor do uso do português visando à manutenção da unidade territorial. Isso se verifica sobretudo na parte final do trecho, quando se emite um juízo de valor: aqueles que folgavam de “ouvir língua estrangeira em sua terra” não poderiam ser considerados “amigos de sua gente”, reiterando a postura contrária ao elemento estrangeiro, visto como altamente nocivo à soberania.

Obviamente, o discurso não se dá apenas por conta do espírito patriótico imperante no Portugal de Quinhentos. Mais do que isso, devemos considerar o fato de o castelhano ser amplamente utilizado em conjunto com o latim como língua de erudição no século XVI. Por isso, podemos inferir que o reiterado interesse no uso do português em detrimento das línguas estrangeiras indica uma defesa por parte dos

portugueses, com vistas à diminuição da importância do idioma de Castela em Portugal. A postura reforça a necessidade de distanciar o português de qualquer relação com o espanhol e, por conseguinte, o galego.

Do capítulo trinta e quatro ao quarenta e dois, segue-se um estudo das *dições* e, a partir do quadragésimo terceiro, passa-se ao estudo dos *artigos*, dos *nomes* e *seu gênero* e do *número*. Deste último, extraímos o seguinte trecho, em que Oliveira discorre sobre a questão do plural de alguns nomes:

[...]porq estes nomes todos os q se acabão em .ão.ditongo acabauãose em.om.como liçõ.podom.melõ. e acreçetando .e.e.s.formauão o plural .lições.podões: e melões: como ainda agora fazê: e outro tanto podemos afirmar dos q fazê o plural em.ães. como pães.cães.dos qes antigamête era o seu singular.pã.cã.cujo testemunho aindagora da antredouraminho. (OLIVEIRA, 1536, E2^v)

Para Castro (1996, p. 3), esta parte da obra figura como mais uma oportunidade de menção ao galego. Segundo o autor, quando Oliveira “[...] classifica os singulares pã e cã, terminados em vogal nasal não ditongada, como arcaísmos minhotos, podendo ter acrescentado que eram também formas galegas[...]” uma vez mais nos deparamos com o apagamento. Isso porque os “arcaísmos minhotos” eram, na verdade, a continuidade da língua galega, revelando inclusive a origem galega do Minho português⁷⁶.

A última parte de relevância para nosso estudo encontra-se alguns capítulos adiante, mais precisamente no quadragésimo sétimo. Na ocasião, Fernão de Oliveira ocupa-se dos verbos e, em determinado momento do texto, lemos:

[...]no parecer da premeira pronunçiação cõ.o.e.m. q diz som.he o mui nobre johã d’barros e a rezão q da por si e esta: q de som.mais perto vê a formaçã do seu plural o qual diz.somos.com tudo sendo eu moço pegno fui criado em são domingos Deuora onde fazião zõbaria de my os da terra porq o eu assi pronũciava segũdo q o aprendera na beira [...] (OLIVEIRA, 1536, E4^r)

Do ponto de vista histórico, o trecho é significativo porque mostra aspectos biográficos do autor, dentre eles o lugar onde teria sido criado, bem como a menção a João de Barros, autor da segunda gramática do português e de cujo filho fora preceptor. Do ponto de vista linguístico, ao aludir à sua origem beirã, Oliveira

⁷⁶ A própria menção à região do Entre-Douro-e-Minho é uma forma indireta de Oliveira demarcar as falas galegas ainda presentes em Portugal.

demonstra ter ciência dos diferentes falares existentes em Portugal. Sobre isso, Ivo Castro (1996, p. 4) conclui

Oliveira, menino nascido em Pedrogão que se viu forçado a dobrar a língua e a disfarçar as suas origens setentrionais devido à pressão de colegas alentejanos, sentiu na pele o processo de formação da *koinê* em que assentaram os dialectos do centro-sul português e sem relutância assumiu aquela atitude de modernidade e progresso que, em Portugal, sempre se associa aos movimentos para sul, costas viradas ao norte.

Ora sendo setentrionais as origens de Fernão de Oliveira, não seria difícil pressupor que ele tivesse consciência da forte influência galega nos dialetos do norte de Portugal justamente pelo fato de ser oriundo da região. Todavia, mesmo ele tendo vivenciado o processo de formação do português assentado nos falares meridionais e, por conta disso, tendo de “dobrar a língua e disfarçar suas origens”, a experiência não lhe teria sido suficiente para considerar outras variedades. Tal postura, visível em sua obra, denota a mesma atitude de desvalorização do norte em detrimento ao sul, comum aos seus coetâneos.

Analizada a obra inaugural do processo de gramatização do português e exarados todos os aspectos capazes de justificar a premissa de ter havido o apagamento do galego, passamos ao segundo momento desta etapa da pesquisa. Nele, ocupamo-nos de João de Barros, considerado cronologicamente o segundo gramático da língua portuguesa.

3.5.2 A TRÍADE LINGUÍSTICA BARROSIANA: A CARTINHA, A GRAMÁTICA E O DIÁLOGO

Levando em conta o objetivo deste capítulo, mantivemos o mesmo procedimento de busca integral de menções ao galego na obra de João de Barros. No entanto, diferentemente do que ocorre com Fernão de Oliveira, ela é composta por três títulos - a *Cartinha com os mandamentos da santa madre igreja*, a *Gramática da língua portuguesa* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* - que compõem a por nós chamada “tríade linguística barrosiana”.

O epíteto *linguística* foi escolhido por conta de as obras se ocuparem, cada uma à sua maneira, de questões relacionadas à linguagem. De modo mais amplo, elas constituem um projeto pedagógico do autor para o ensino de português, iniciado nas primeiras letras com a *Cartinha*, desenvolvido na *Gramática* e finalizado por meio do

Diálogo. De acordo com Hue (2007, p. 22), é justamente nesta última parte da obra que se evidencia a sua proposta didática.

A fim de nos mantermos mais próximos do escopo de nosso trabalho, optamos por realizar a busca pelo galego em cada um dos títulos, individualmente. No entanto, em respeito à proposta do autor, procuramos, sempre que possível, não perder de vista a noção de conjunto. Aliás, a opção de considerarmos os três títulos baseou-se justamente na preocupação em manter a unidade do ideal pedagógico do autor, certamente convencido da importância do ensino da língua na formação dos cidadãos, bem como na consecução da política expansionista portuguesa.

3.5.3. A CARTINHA COM OS MANDAMENTOS DA SANTA MADRE IGREJA

3.5.3.1 ASPECTOS GERAIS DA EDIÇÃO *PRINCEPS*

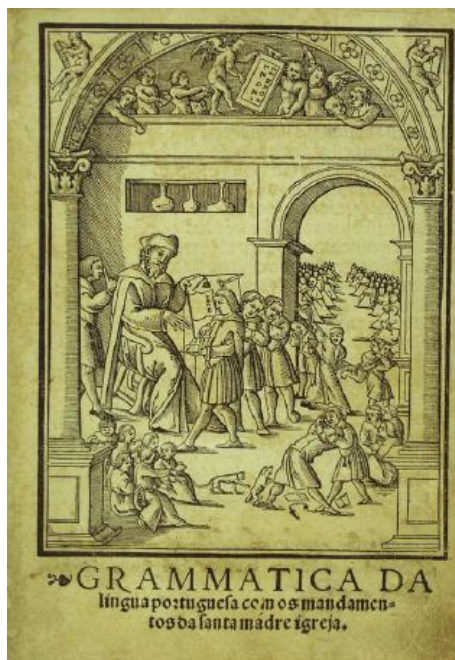
A edição *princeps* data de 1539 e, de acordo com Buescu (1984, p. 47), um dos únicos exemplares encontra-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Embora não trate especificamente da gramática, o livro - ao qual tivemos acesso por meio de edição *fac-símile* publicada em 1995 pela Fundação Biblioteca Nacional – foi intitulado *Grammatica da lingua portuguesa com os mandamentos da santa mádre igreja*, o que nos leva a supor ter havido um desmembramento da obra, levando em conta o fato de a gramática propriamente dita ter sido publicada no ano seguinte (Araujo, 2008, p. 7).

O documento apresenta vinte e oito fólios, cuja numeração se estende de A a C e se inicia a partir do segundo fólio. O intervalo para a troca de letras acontece a cada oito fólios – entre as letras A e B – e os doze restantes pertencem ao grupo C, embora não haja marcação nos últimos. Também observamos a ausência de reclamos ao fim de cada página.

O frontispício apresenta uma cena basicamente escolar, onde se identificam as figuras de um professor e de diversos alunos. Dentre as principais ações retratadas, nota-se o mestre apontando algo a um discípulo em um livro, crianças em uma aparente luta corporal, bem como animais brincando entre livros espalhados. Na parte superior, verifica-se a presença de figuras semelhantes a anjos, e um deles segura

uma placa com a expressão em latim *libros lege* (BUESCU, 1984, p. 47). O título da obra encontra-se abaixo do retângulo que traz a cena descrita.

Figura 16: Frontispício da cartinha de João de Barros



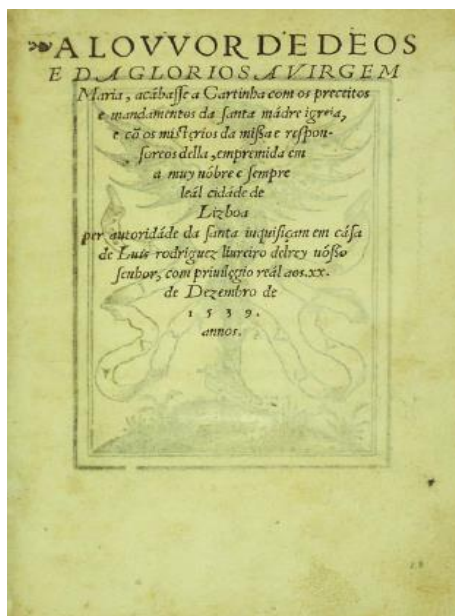
Fonte: BARROS, 1539.

No cólofon, lê-se a seguinte inscrição:

A louvor de Deos e da Gloriosa Virgem Maria, acabasse a Cartinha com os preceitos e mandamentos da santa mãe igreja, e cõ os mistérios da missa e responsoreos della, empremida em a muy nóbre e sempre leál cidade de Lizboa per autoridade da santa inquisição em cása de Luís rodriguez, com priuilegio real ao 20 de dezembro de 1539 annos

. Nessa parte, é conveniente destacar o fato de o editor referir-se à obra como *cartinha*, contrariando o título de gramática presente no frontispício.

Figura 17: Cólofon da cartinha de João de Barros



Fonte: BARROS, 1539.

Destacamos ainda a existência de uma *tauoa* – após o frontispício - com o conteúdo da cartinha, transcrito a seguir:

Introduçám pera brèvemente aprender a ler.
Pater Noster e Ave Maria em latim e em linguagem.
Credo em latim e linguagem.
Divisám destes artigos da fé.
Salve regina em latim e linguágem
Os X Mandamentos da Lei e os V da Igreja.
Os sete sacramentos da Igreja.
As XIV obras da misericórdia.
As virtudes teologaes e moraes.
O dões e frutos do espírito Santo.
Os imigos da alma e os V sentidos.
Os pecádos mortáes e as virtudes contra eles.
A bênçam das mesas e as graças.
Tratádo da missa.
Ôráçám à hostia e ôráçám ao caliz.
As orações Obsecrote e Juste Judex.
Evangélho de sam Joám: e o Quicumque vult.
Os dias de jejuar e guardar: com as iiii temporas.
Gramatica da lingua portuguesa: e ortografia com que se á descrever
Hum dialogo em louvor da nossa linguagem
Hum diálogo da viciosa vergonha.

A parte em que Barros se ocupa do ensino das primeiras letras é, obviamente, a primeira. Os tópicos seguintes concernem à parte evangelizadora da obra, de maior extensão. Os três últimos tópicos da *tauoa* – a gramática propriamente dita e os

diálogos – embora mencionados, não são contemplados na edição, como já aludimos. Mais uma vez, conforme assinala Araujo (2008, p. 10), a menção a tais partes demonstra que Barros desejava a publicação integral de sua obra pedagógica.

3.5.2.2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SÍNTESE HISTÓRICO-COMPARATIVA

Antes de executarmos os passos metodológicos, é necessário fazermos algumas ponderações. A primeira delas concerne à originalidade da obra: embora figure como uma das mais antigas, não podemos dizer que tenha sido a primeira *cartinha*. De acordo com Buescu (1984, p.46), inúmeros cronistas darão conta de diferentes datas para o surgimento das cartilhas em Portugal.

Apesar da inconsistência de datas, devemos considerar que a produção desse tipo de material se evidencia sobretudo no século XVI. O fato é de extrema relevância, pois denota a preocupação com o ensino do português, mesmo antes do advento da gramatização, obedecendo ao projeto de colonização de Portugal em pleno vigor nos Quinhentos. Para Cortês Pinto, a primeira cartinha teria sido impressa em 1534. Contudo, admite a possibilidade de ter havido publicações, levando em conta haver documentos que sinalizem reedições de livro de *doctrina cristã* em 1504. (BUESCU, 1984, p.46).

Mesmo não sendo a primeira, o seu caráter marcadamente inovador está na grande quantidade de ilustrações. De acordo com Araujo (2008, p.8), ela pode ser considerada o primeiro livro didático ilustrado da história. Inclusive, o autor aponta que os demais materiais com a mesma característica só surgiriam efetivamente no século posterior à publicação da obra de Barros.

Encontrar qualquer menção ao galego em um documento de finalidade tão específica – o ensino de primeiras letras - certamente presume busca infrutífera. No entanto, a análise de alguns pontos da obra permite-nos depreender não só as concepções linguísticas que nortearam o pensamento barrosiano como também o seu projeto pedagógico, pioneiro no ensino de português.

No prólogo, dedicado ao “mvito alto e excellent príncipe Dom Felipe⁷⁷”, já notamos a influência do elemento greco-latino, comum ao clima de opinião, pois João de Barros inicia seu discurso citando um trecho da vida de Esopo, fabulista grego, em que se discute a razão de a terra germinar melhor as sementes menos beneficiadas pela agricultura. A explicação de tal feito estaria no fato de a terra figurar para as sementes como mãe, pondo “sua virtude e força na criação das próprias” (Barros, 1539 A2^r), enquanto às outras – denominadas *alheas* – a mesma terra figuraria como madrastra.

A essa razão denominada “filosofal”, o autor acresce outro argumento, agora de ordem biológica, para explicar aspectos da “criação dos mininos”: “que mayór beneficio e mais nutrimento reçoem do leite de suas próprias mãres que das amas, posto que mais grósso e de milhór compleissam seia”. Como prova dos “segredos e força da natureza”, estaria o fato de as crianças “em menos de dous anos” já saberem “toda alinguagem que mammaram no leite” e, ainda que aprendessem outras línguas, elas “assim lhe ficam em lugar de madrástas, que sempre na pronunciaçam tráuam da mádre” (Ibid, A2^v).

Todo o percurso argumentativo, que por si demonstra a forte influência da Retórica no Quinhentismo, presta-se a aproximar, por meio de uma metáfora de consanguinidade, a língua portuguesa à figura da mãe e, como tal, atribuir-lhe lugar de destaque na criação adequada dos “meninos”. Por isso, era essencial que as crianças aprendessem a língua portuguesa, cujos preceitos lhes soavam “doces e naturaes: que com deleitação os aprêdem, com amor os recebem, e com uiua memoria em toda a vida os retem”. (Ibid, A2^v)

Além do fator “consanguíneo”, outras razões são elencadas para justificar a necessidade de aprendizado do português, dentre elas o seu prestígio. Ao caracterizar a língua portuguesa, Barros vale-se das seguintes palavras: (1539, A2^v)

Aquella que em Europa æ estimada, em Africa e Assia por amor, armas e leys tam amáda e espantósa: que per iusto titolo lhe pertence a monarchia do mar e os tributos dos infiaes da taerra. Aquella que como hũ nouo apóstolo, na força das mesquitas e pagódes de todalas feitas e idolátrias do mundo, despræga prægãdo e uençêdo as reaes quinas de Christo: com que muitos pouos da gentilidade sam metidos em o curral do Senhor

⁷⁷ No texto original, há uma rasura sobre o nome Felipe e, ao lado, lê-se, manuscrito, o nome Joam. Isso se deve à morte prematura do rei Felipe, embora ela se tenha dado antes da publicação da cartinha.

No trecho, o autor atribui importância à língua portuguesa sobretudo por sua soberania, advinda do poderio ultramarino logrado pelos lusitanos ao longo do século e meio de conquistas a que se lançaram. A supremacia de Portugal, relacionada ao título da “monarquia do mar”, também apresenta uma premissa estritamente religiosa, legatária do espírito cruzadista em voga até a expulsão dos mouros da Península Ibérica: os “infiéis da terra” pagam seus tributos aos conquistadores portugueses que, por sua vez e por meio de sua língua, trazem os nativos não cristãos ao “curral do Senhor”.

Com relação ao clima de opinião, podemos afirmar que João de Barros parte da mesma premissa patriótica, motivada pelas conquistas do império português, e se vale do mesmo tom laudatório já destacado em Oliveira. Entretanto, a menção ao uso da língua como instrumento de conversão não tinha sido feita pelo seu antecessor. Uma das possíveis razões é o fato de a cartinha estar vinculada aos “mandamentos da santa madre igreja”, servindo como um instrumento destinado à catequese.

Também não devemos desconsiderar que, embora o Renascimento promovesse um retorno ao passado clássico, ele não foi capaz de minimizar o poder da igreja na sociedade lusitana. Prova disso seriam tanto a criação do Santo Ofício no século XVI como o fato de a educação do país e de suas colônias estar majoritariamente a cargo de instituições religiosas, sobretudo a Companhia de Jesus.

Mais adiante, Barros apresenta outra razão relevante para o aprendizado do português: o fato de ele funcionar como um preparo para o estudo posterior das gramáticas grega e latina. Com isso, o aluno teria facilidade em estudar essas duas línguas devido à “conformidade que antre ellas á”. Nesse aspecto, já se nota uma característica marcante do autor: a aproximação do português ao latim, como veremos mais nitidamente na análise da gramática e do diálogo.

A insistência em demonstrar a relação de conformidade, em alguns momentos metaforizada em relações consanguíneas como já mencionamos, demarca uma diferença entre a obra barrosiana e a oliveiriana. Ao passo que Fernão de Oliveira procura caracterizar o português como uma língua “sem passado” ou ainda de passado originalmente lusitano, João de Barros promove um movimento de aproximação de sua língua com a latina.

Embora em ambos os discursos seja notória a valorização do vernáculo, devemos destacar as nuances assumidas por cada um deles. Em Oliveira, verifica-se a necessidade do uso do português como modo de perpetuar a memória lusitana, sobretudo por meio do desenvolvimento intelectual, como acontecera com os gregos e com os romanos. Em Barros, o português figura como meio de facilitar o estudo posterior do latim, o que reitera a sua preocupação didática e valida o seu projeto pedagógico. Além disso, a língua também teria papel fundamental no processo de colonização, servindo de instrumento à catequização dos povos conquistados.

O discurso barrosiano demonstra a valorização do passado clássico, como parte do clima de opinião, bem como da cultura letrada, veiculada por meio do grego e do latim. A defesa do aprendizado do português como meio de facilitar o posterior aprendizado da língua latina corrobora tal visão, ou seja, pressupõe a continuidade dos estudos. Além disso, a própria associação com o latim será de grande importância para considerarmos que Barros também se vale do apagamento do galego quando caracteriza a língua portuguesa.

A menção ao preparo para o posterior aprendizado de outras línguas é reiterada na parte final da cartinha, quando o autor justifica “o proueito que tem saber muitas syllabas” (ibid, A8^r). Para ele, o aprendizado de muitas sílabas – mesmo daquelas não muito comuns em português – é de grande valia, tendo em vista o fato de todas elas servirem “assi no latim como en outras linguágêes” (ibid, A8^r). Essa consideração reitera, uma vez mais, a preocupação pedagógica de João de Barros, baseado em uma premissa linguística iniciada com o português e estendida a outros idiomas.

Embora já tivéssemos mencionado o fato de não esperarmos encontrar qualquer oportunidade de menção ao galego nesta obra, a análise do proêmio da cartinha, por si, já nos permite compreender de que modo o autor concebia o português e, nas poucas linhas dedicadas a ele, percebe-se o discurso laudatório e patriótico, bem como a sua aproximação com a língua latina. Tais características se mantêm ao longo da Gramática, o nosso próximo objeto de estudo.

3.5.3 A GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

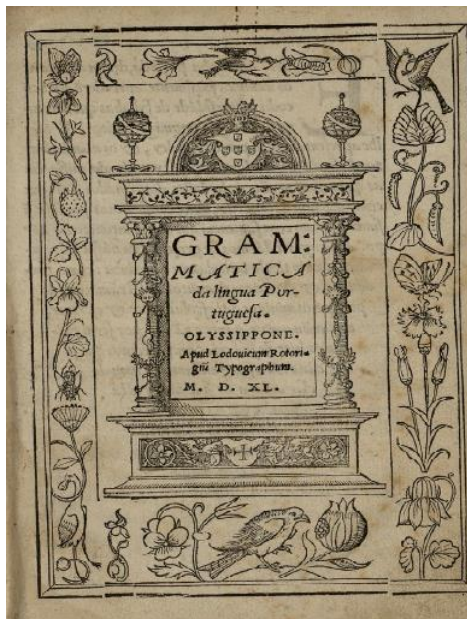
3.5.3.1 ASPECTOS GERAIS DA EDIÇÃO *PRINCEPS*

Publicada em 1540, a *Gramática da língua portuguesa* é cronologicamente considerada a segunda gramática do português. Contudo, muitos estudiosos consideram-na como a primeira, levando em conta a sua organização e sua finalidade preceitativa – muito mais próximas do modelo greco-latino que a de seu antecessor Fernão de Oliveira.

A edição *princeps* encontra-se na Biblioteca Nacional de Portugal e está disponível para download no sítio eletrônico da biblioteca. O livro é composto por sessenta e um fólhos, numerados a partir da folha de rosto. A marcação dos algarismos aparece somente a partir do numeral dois, quando o autor inicia efetivamente a obra. Nota-se a presença de reclusos ao fim de cada página, e também uma numeração baseada em letras que vão de A até H, em intervalos de oito fólhos.

De acordo com Buescu (1970, p. 28), o frontispício é ilustrado por uma “portada encimada pelas armas de Portugal e contendo o título e a indicação do lugar, do editor e da data”. Além disso, nota-se a presença de “duas esferas armilares” e “uma vinheta que apresenta, como elementos ornamentais, pássaros, plantas exóticas, borboletas e uma granada”. No cólofon, não há nenhum texto de encerramento; apenas a continuação do texto da página anterior, seguida por uma ilustração da marca do impressor Luís Rodrigues.

Figura 18: Frontispício da gramática de Barros



Fonte: BARROS, 1540

Figura 19: Cólófon da gramática de Barros



Fonte: BARROS, 1540

Apesar do título de gramática, ela não é a única parte que compõe a obra. A partir do quinquagésimo fólio inicia-se o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, seguido do *Diálogo da viciosa vergonha*. Todas as páginas recebem um título em

destaque na parte superior e central, a fim de localizar o leitor com relação ao tópico a ser abordado. Na parte dos diálogos, é possível verificar somente a palavra “diálogo” ao longo de todas as páginas subsequentes, sem especificação de qual dos dois se trata.

3.5.3.2 ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SÍNTESE HISTÓRICO-COMPARATIVA

Diferentemente do que ocorre com Fernão de Oliveira, João de Barros não dedica nenhuma parte da gramática às questões históricas, apesar de seu amplo conhecimento nesse campo, atestado pela vastidão de sua obra de cunho histórico. Por essa razão, o número de ocorrências de situações em que poderia ter mencionado o galego é bem menor, embora isso não signifique ausência de interesse do autor em contribuir com a construção de uma memória do português. Pelo contrário, todas as ocorrências são de grande valia para o construto da imagem da língua e pode-se dizer que ainda hoje muitos a ela se referem nos mesmos termos barrosianos.

Fazemos a ressalva por serem claros e distintos os papéis de cada um dos gramáticos em questão. Como já aludimos, na qualidade de “primeiro anotador”, Oliveira faz as vezes de cronista ao relembrar aspectos da formação do povo e do território português e, assim, constrói uma memória da língua portuguesa partindo sobretudo da história. Na qualidade de idealizador de um projeto pedagógico, Barros se vale da condição de gramático para “pôr em arte” a sua língua visando à consecução de seu objetivo educacional; o seu compromisso com a construção de uma memória apresenta-se principalmente em suas explanações, ou seja, de modo menos nítido que o de seu contemporâneo, mas nem por isso, menos significativo.

De todos os aspectos mencionados da vida do autor, a erudição certamente figura entre os mais notáveis. Fato comprovado por ele ainda ser considerado um dos maiores intelectuais de seu povo. A copiosidade de seu engenho reflete-se na opulência da obra, até hoje revisitada e estudada por inúmeros pesquisadores.

A parte linguística de seu legado, objeto de nossa análise, revela não só o compromisso com a educação, como também reflete o espírito visionário. Tal afirmação valida-se no mencionado projeto pedagógico com vistas ao ensino de

português. Já na apresentação da gramática, é possível verificar o enfoque dado por Barros às questões de cunho didático:

Em a cartinha passáda, demos árte pera os mininos fáçilmente aprenderê aler, cõ toda a diuersidáde de syllabas que a natureza de nóssa linguágẽ padêçe. E assy lhe apresentamos os preçeitos daley, e os mandamentos da santa mádre Igreja: cõ o tratado da missa em quáes cousas cõuem serê elles doutrínados por que como diz Sam Bernárdo, non ẽ cousa menos piadósa ẽsinar o animo com sapiencia que dar mantimẽto ao corpo. Fica agora dármos os preçeitos da nossa Grãmatica de cuió titolo intitulamos acartinha: como fundamẽto e primeiros elementos da Grãmatica. E por que os mininos das escolas de ler e escreuer, tomarã a outra parte ẽ nã ẽsta, por ser o primeiro leite de sua criaçam: pareçenos que ficáua esta sem fundamento nam declarando a ós que uirem esta sómẽte que na primeira he o princípio onde está dedicáda ao príncipe nosso senhor (BARROS, 1540, A1^v)

Um aspecto a ser destacado do trecho é a justificativa dada pelo autor para o fato de a cartinha ter sido publicada com o título de gramática. Em suas palavras, à cartinha caberia tal título por se tratar dos “primeiros elementos” gramaticais. Desse modo, ela era vista como uma gramática rudimentar a ser entregue às crianças “das escolas de ler e escrever”⁷⁸.

A observação revela a preocupação de Barros com um ensino gradual, obedecendo ao estágio em que os alunos se encontravam. Prova disso está na continuação do texto, ao afirmar que, “por ser o primeiro leite de sua criação” – ou seja, pelo fato de os alunos serem ainda crianças -, ensinar-lhes o conteúdo da gramática propriamente dita poderia deixá-la “sem fundamento”, e “o princípio” deveria ser, efetivamente, a cartinha.

O pioneirismo do autor ao conceber um projeto pedagógico encontra guarida no próprio contexto em que sua obra se desenvolveu. Afirmarmos isso pelo fato de Portugal ter passado por um processo de reformas educacionais, tanto com a criação de Universidades quanto de colégios. Tais mudanças implicavam uma reformulação de método, visando a atender ao novo modelo de ensino inclusive da língua, que passou a ser amplamente utilizada em conjunto com o latim.

No primeiro capítulo, apresenta-se a definição de gramática como “çiençia de leteras” e “hũ modo certo e iusto de falar, e escrever, colheito do uso, e autoridade

⁷⁸ Aqui devemos fazer uma ponderação. Quando nos ocupamos da cartinha, mencionamos o fato de Barros ter interesse na publicação integral de sua obra. Diante disso, a postura de justificar o título de Gramática atribuída à cartinha poderia parecer controversa. De todo modo, o autor se vale da situação para reafirmar a sua preocupação “metodológica” com o ensino de português.

dos barões doutos” (ibid, A2^r). Nesta parte já se evidencia o caráter prescritivo da obra gramatical, sobretudo pela expressão “modo certo e justo”, demonstrando a forte influência da gramática greco-latina e a manutenção de seu caráter elitista, pois o modelo de correção foi “colhido do uso e autoridade dos barões doutos”. Além disso, notamos a preocupação do autor tanto com a fala quanto a escrita, demarcando uma diferença básica entre esta gramática e a de seu antecessor. Embora Oliveira demonstrasse preocupação com a ortografia, ele não alude à escrita quando se ocupa da definição de gramática.

Mais adiante, serão apresentadas as partes constituintes de sua obra, deixando marcadamente claro o modelo latino de “imitação”, pelo fato de o português ter “as suas mesmas partes”. Assim, serão contemplados os seguintes aspectos: ortografia – “que trata de letera”; prosódia – “que trata de syllaba”; etimologia – “que trata da diçam”; e sintaxe – “a que respõde a cõstruçã” (ibid., A2^v). A postura, de acordo com Buescu (1978, p. 62), é uma característica tanto de João de Barros quanto de seus coetâneos, que se valem do latim como “ponto de referência, modelo de codificação gramatical, fonte de empréstimos vocabulares”.

Justamente pelo fato de seguir fielmente o modelo gramatical greco-latino, a obra não apresenta traços de originalidade tão marcantes quanto a de Oliveira, que inova ao introduzir um preâmbulo de cunho marcadamente histórico e ao se dedicar à descrição pormenorizada da pronúncia do português. Apesar disso, a submissão de Barros aos moldes clássicos fará com que percorra um caminho distinto na construção da memória do português: ela se dará marcadamente por meio de laços de consanguinidade, atestados pela semelhança de que ele nos fala.

Ao considerar a parte da “letera” como o início de seu estudo, Barros declara seguir uma ordem que não convém à da “Gramatica especulativa, mas como requêre a preceitiva” (ibid., A2^v). A afirmação demonstra, mais uma vez, a sua fidelidade ao modelo latino – originalmente preceitivo – e atesta importância adquirida pela *grammatica positiva* no Renascimento, levando em conta o interesse dos intelectuais da época pelo “acidental e particular”⁷⁹.

João de Barros justifica o uso dos termos da gramática latina dizendo “[...]cuios filhos nós somos, por nam degenerar della” (ibid., A2^v). Esta constitui a primeira

⁷⁹ Cf. WEEDWOOD, 2006 [2002]

menção explícita à “paternidade latina”, marcando o início da construção da “memória” da língua portuguesa no período inicial de seu processo de gramatização. Aliás, o modo metafórico de associar o português ao latim ainda é corrente hodiernamente, quando nos deparamos com o questionamento sobre a origem mais remota do português.

Ao tratar da *diçam*, o gramático faz uma advertência com base no significado da palavra etimologia – “que quer dizer naçimêto da diçam” (Barros, 1536, A4^v). Partindo dessa premissa, ele considera infrutífera a busca pelas raízes de onde teriam vindo os vocábulos portugueses, sendo necessário buscá-las nas “fôtes do Nilo”. Nas palavras de Buescu (1978, p. 16), a atitude barrosiana denota a opinião dos autores da época sobre os estudos etimológicos: “um conhecimento altamente duvidoso e inextrincável”.

A nosso ver, tal postura vai além do presencialismo destacado por Buescu (id., *ibid.*) - característica dos gramáticos da época, que consideravam as línguas românicas como sendo “sem passado”, como já aludimos. Ao sugerir a busca tão distante das raízes das palavras, Barros afasta qualquer possibilidade de estabelecer um diálogo com o galego, muito mais próximo e palpável que as distantes “fontes do Nilo”. Nesse ponto, o pensamento barrosiano se aproxima do de Fernão de Oliveira, também não predisposto a perscrutar o passado da língua em busca da etimologia.

Levando em conta os fatores essenciais ao surgimento da gramática portuguesa, a atitude pouco afeita a encontrar as raízes do idioma pode ser justificada. Devemos lembrar que, na ocasião, houve a necessidade de uma língua padronizada e normatizada para facilitar tanto o trabalho de escrita e impressão de diferentes tipos de material usando o vernáculo quanto o ensino de português dentro e fora de Portugal. Tendo isso em mente, é possível conjecturar que o desinteresse por questões etimológicas se deveu à necessidade imperante de um manual capaz de preencher essas lacunas, muito mais ligadas a questões de ordem prática da língua.

Embora não aprofunde a questão, o autor julga ser suficiente saber que há, no português, vocábulos “[...] latinos, aráuigos, e outros de diuersas nações que conquistamos e com quem temos comércio: assy como elles tem outros [vocábulos] de nós” (Barros, 1540, A4^v). Aqui, notamos a necessidade de reforçar o fato de os

empréstimos acontecerem tanto em português quanto nas outras línguas, postura semelhante à adotada por Fernão de Oliveira em sua gramática.

Também merecem destaque as línguas citadas por Barros: o latim, o árabe e outras com as quais Portugal mantivera contato. Considerando o clima de opinião, mencionar o latim significa manter-se fiel à postura de valorização do passado clássico e, de certo modo, aproximá-lo do português. Ao citar os idiomas das nações conquistadas, reforça-se a atitude presencialista, pois alude-se à política expansionista empreendida naquele momento pelos portugueses.

Buescu (1978, p. 62) faz uma relevante ponderação sobre a constante aproximação barrosiana entre o português e o latim. Para a autora, tal característica deve ser ressaltada, pois não reflete especificamente uma submissão. Apesar da origem comum sempre enfatizada, a postura do gramático está mais calcada em revelar as diferenças entre as línguas do que em reafirmar suas semelhanças.

Do ponto de vista da organização da obra, a postura é vista frequentemente quando Barros se ocupa de diferenciar o “nós”, a quem corresponde o português. No entanto, do ponto de vista da construção da memória de origem do português, a filiação representa uma sobrevalorização do latim, capaz de conferir origens nobres ao português e mitigar qualquer aproximação com a língua dos vizinhos galegos.

Na parte dedicada aos “cásos do nome”, o latim é mais uma vez usado como “modelo de codificação gramatical”, agora em razão dos casos, definidos como “[...]os termos per onde os nomes pronomes e partiçipios pódem andar[...]” (Barros, 1540, B3^r). Para justificar o uso do paradigma latino, o autor assim se pronuncia: “E porque (como ia disse) por sermos filhos da lingua latina, temos tanta conformidáde com ella, que conuẽ usármos dos seus termos: principálmente em cousas que tem seus próprios nomes, dos quaes nã deuemos fogir [...]” (ibid., B3^r). Neste trecho, novamente verificamos o reforço da ideia de “filiação” latina do português, como prerrogativa para o uso do modelo latino de gramática proposto na obra.

Mais adiante, João de Barros se ocupa da “formaçam dos nomes em o plurár”. Na ocasião, critica-se o fato de os “nomes que se deuiam acabár ã , am”, serem grafados como “razão, razões”:

E se o uso nam fosse ã contrario que tem gram força açerca das cousas, nam me pareceria mal desterármos de nós esta prolaçam e orthografia galega. Por que ameu uer quando quisérem quardár a uerdadeira orthografia destas dições , se deue dizer, Razam, e no plural, razões. Ca este, m, final nósso tem aly o oficio do mem çerrádo dos hebreos, que é hũa das leteras que elles chamam dos beijos: aquál lhos fáz fechár quando acábam nella, de maneira que se uay fazendo aquella uariaçam ocandose a uóz. E este é hũ módo de afrutár como se frutam os instrumentos da musica. E entam os que pouco sentem querem remediár o seu desfalecimento escreuendo agalegadamente: poêdo sempre, o finál ã totalas dições que acábam ã, am[...] (BARROS, 1540, B6r)

O autor rejeita esse uso, caracterizado como “prolação e ortografia galega” e afirma que ele deve ser “desterrado” do português. Aqui notamos a primeira – e única – menção efetiva ao galego, o responsável pelo uso inadequado do plural em questão. Embora ele seja mencionado e inserido no contexto do português, o tom de animosidade apresentado é visível, sobretudo pelo uso do termo “agalegadamente”. Considerando o clima de opinião, o “contraste de atitudes face ao galego” (Castro, 1996, p.5) pode ser compreendido como uma postura de defesa do português frente ao inimigo espanhol, representado, nesse contexto, pela língua da Galícia.

Além disso, ressaltamos o modo como Barros promove a imagem dessa língua. Conforme já aludimos no capítulo 2, o português foi se formando com base nos falares setentrionais, gerando uma postura de desvalorização dos falares do norte⁸⁰, fato comprovado, por exemplo, pelo uso do adjetivo galego como sinônimo de “rude, tosco, ignorante”. Partindo de tal pressuposto, a atitude do autor ao atribuir-lhe um uso equivocado reforça a imagem negativa conferida ao idioma.

A análise do restante da gramática barrosiana não demonstrou outros pontos relevantes em que se tangenciou o galego ou poderia tê-lo feito. No entanto, as passagens registradas dão conta do pensamento do autor com relação às origens do português e seus inexoráveis laços com o latim. Além disso, como se pode notar, tem-se a primeira menção explícita à língua galega, em um tom claro de reprovação e depreciação, o que lhe confere um lugar de desprestígio na história do português.

⁸⁰ Falares que inclusive figuram como prova da continuidade dialetal do galego.

3.5.4 O DIÁLOGO EM LOUVOR DA NOSSA LINGUAGEM

3.5.4.1 BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE O GÊNERO DIÁLOGO

De acordo com Campos (2011, p.220), os diálogos – chamados por Aristóteles de σοκρατικοί λόγοι⁸¹ – constituíram um gênero literário muito comum principalmente nos primeiros anos do século IV. Entre os mais famosos autores do gênero, figura Platão, cujos escritos até hoje são alvo de análises de estudiosos dos mais variados ramos do conhecimento humano.

Apesar do destaque dos diálogos platônicos, é necessário lembrar que não se trata de uma criação específica do filósofo grego. Sobre a questão, Tannery (2008, p. 19) assinala:

O diálogo não foi invenção dele, embora nunca o tenha abandonado. Todos os socráticos o adotaram e esta modalidade perdurou mais de um século. Sua origem deve ser mesmo ateniense. Provavelmente, oriunda da necessidade de conservar e reproduzir as palestras de Sócrates. O hábito dos atenienses de discutir em forma jurídica, em sua vida pública, utilizando-se de palavreado preciso, como o empregado nos tribunais, com certeza contribuiu para assentar esta voga.

De toda forma, a importância de Platão na perpetuação do gênero através dos tempos é incontestável. E se assim o é hodiernamente, não é difícil percebermos que atmosfera vigente de retorno ao passado greco-latino no período renascentista incentivou o reaparecimento de alguns dos gêneros clássicos, e os diálogos figuravam entre eles. Por conta disso, João de Barros opta por encerrar a sua tríade pedagógica por meio do *diálogo em louvor da nossa linguagem* e no *diálogo da viciosa vergonha*. Devido ao escopo linguístico do presente trabalho, ocupamo-nos apenas do primeiro deles, analisado a seguir.

3.5.4.2. ANÁLISE ARGUMENTATIVA E SÍNTESE HISTÓRICO-COMPARATIVA

Nas palavras de Buescu (1978, pp.41-42), um dos aspectos mais evidentes do Diálogo é o tom patriótico. Para a autora, ele se manifesta através de duas características mais marcantes: a defesa e a ilustração apologética da língua e o

⁸¹ *Sokratikoi logoi*, a saber, diálogos socráticos.

expansionismo linguístico, ou seja, a visão da língua como fator essencial ao fenômeno da colonização. Em ambos os casos, é visível a tendência da época em promover a língua portuguesa por meio de um tom patriótico, legatário da posição de destaque ocupada por Portugal no cenário internacional do século XVI.

O texto é marcado pela presença de duas personagens principais, denominadas pai e filho⁸². É este último quem inicia a fala, informando o fato de o príncipe ter iniciado aulas de leitura com o frei João Soares. A partir de então, o pai – na verdade, o próprio João de Barros – passa a falar de seu trabalho na composição da cartinha e do desejo de que [...]sendo táes que póssam aproueitar os mininos, mandará que se leam em as eschólas[...] (Barros, 1540, G2^v). Aqui fica claro o intento do autor de que sua obra fosse utilizada no ensino de português, atendendo, em grande medida, à necessidade de ensino do vernáculo tanto na metrópole quanto nas colônias.

Em seguida, o pai continua a apresentar os seus feitos citando a gramática e os diálogos, bem como manifestando o interesse em compor outros dois diálogos “[...]por serẽ matẽrias cõueniẽtes a tres idádes do hómẽ” (ibid., G3^r). Mais adiante, ele menciona uma “grande questam” que circulava nas escolas da época sobre qual teria sido “[...]a primeira linguágem do mundo”, em clara menção ao engenho questionador quinhentista.

Para tentar elucidá-la, traça-se um longo percurso, demonstrando duas correntes vigentes no clima de opinião português: uma de tradição clássica, citando pensadores gregos e romanos, e outra de orientação religiosa, valendo-se de passagens como a da Torre de Babel e de personagens do mesmo universo, tais como Adão. A ação ilustra a forte presença do cristianismo no espírito renascentista lusitano, apesar de sua proposta antropocêntrica.

Todo o excursus percorrido pelo pai chega invariavelmente ao latim e, dele, ao português. Aliás, antes mesmo de tentar responder à questão, menciona-se a relevância da discussão “[...]pois nella está todo nósso edificio[...]”. Diante disso, fica evidente, também no diálogo, a postura barrosiana de estabelecer ligações com a língua latina, considerada a base do português. Isso se comprova quando o pai cita as “linguágẽes, a que podemos chamár princesas do mundo” - a saber o grego, o

⁸² Apenas no fim do diálogo será mencionado o nome do filho: Antônio.

hebraico e o latim - e, em seguida, conclui que a língua latina foi “[...] aderradeira que teue a monarchia, cuios filhos nós somos [...]” (ibid., G5^v), reafirmando a relação consanguínea entre o português e o latim.

Levando em conta o objetivo de nossa análise, aqui nos deparamos com a primeira oportunidade de, no diálogo, ter havido menção ao passado galego da língua. No entanto, devemos ponderar que o objetivo dessa parte da obra era precipuamente louvar a língua portuguesa. Obedecendo ao clima de opinião de valorização do passado greco-latino, obviamente o louvor deveria se dar por sua relação com o latim, e não com o galego, já depreciado por Barros na gramática.

Em continuação, o pai cita três línguas também de origem latina: o italiano, o francês e o espanhol, e o filho então pergunta qual delas seria a “melhór e mais elegante”. Como resposta, lê-se “a que se mais confórma com a latina”. Por isso, o espanhol e o italiano estariam em vantagem e, no quesito ortográfico, a vitória seria espanhola.

Diante da resposta favorável ao espanhol, o filho menciona o fato de muitos dizerem que “[...]a lingua espãhól ẽ desfaleçida de uocábulos: e que quanta uantáge tem a italiana á castelhana, tão excede esta a portuguesa, e q ẽ seu respeito se póde chamár elegãte[...]” (ibid., G6^r). Nesse momento, observa-se um movimento digno de nota: ao perceber a posição de destaque do castelhano, o filho imediatamente se vale de um questionamento que coloca o português em posição dianteira. Se levarmos em conta a já mencionada importância da língua de Castela, de largo uso em Portugal como língua de erudição, a atitude do filho reflete a necessidade de afirmação do português diante da “ameaça” representada pelo uso do espanhol.

Curiosamente, a resposta do pai não promove um enfrentamento direto entre as duas línguas. Pelo contrário, ele coloca a espanhola em posição de destaque com relação a outros falares, como o dos ciganos de Sevilha e o dos bascos. Por meio dessa artimanha retórica, inicia-se o discurso efetivamente “em louvor” da língua portuguesa e, naturalmente, todos os seus atributos a colocarão em posição de destaque.

O primeiro dos fatores que tornam o português digno de louvor é a sua “conformidade com a latina”, característica mencionada por Barros já na Cartinha. Para demonstrar a semelhança, o pai utiliza um poema, e o filho se lembra de uma

situação escolar, na qual se viu em dúvida com relação a origem latina de um trecho em “linguagem⁸³”, que lhe fora dado para tradução. Diante disso, o pai conclui que o filho só compreenderá o “louvor da nóssa linguágẽ” quando perceber toda essa semelhança. Por fim, ele coloca o português em destaque “sobre totalas linguágẽes presentes” por apresentar “magestáde pera cousas gráues e hũa eficácia baroil que representa grandes feitos” (ibid., G6v).

Posteriormente, passa-se à discussão da riqueza vocabular do português, e enumeram-se inúmeros vocábulos de outras línguas que fazem parte do léxico, dentre eles os mouriscos e alguns de origem asiática. A nosso ver, aqui também haveria a possibilidade de ser mencionado o galego, sobretudo pelo fato de ter sido citado o árabe, revelando, de certa forma, um retorno ao passado da língua.

Na sequência, o filho questiona se, em caso de carência de vocábulos, a criação de palavras era legítima. A resposta do pai é favorável, desde que se mantivesse o étimo latino. À guisa de exemplificação, ele cita a grande quantidade de vocábulos latinos incorporados ao francês, ao italiano e ao espanhol por conta das “treladações”. Nesse momento, há uma clara menção à importância da tipografia para a profusão das traduções, o que corrobora a visão de o advento da imprensa tipográfica ser extremamente relevante para a produção intelectual da época.

Em continuação, o pai destaca o papel do tempo em conferir abundância ou pobreza de vocábulos a uma língua. Para exemplificar a sua afirmação, ele menciona a ação temporal capaz de “trazer e levar da terra” “as cantigas cõpostas do pouo, sem cabeça, sem pões, sem nome, ou uerbo que se entẽda[...]” (ibid., H1r) e cita, novamente, os vocábulos de origem mourisca. Mais uma vez, o retorno não dá qualquer margem à menção do galego. Ao contrário, destaca-se que o tempo foi capaz de conferir ao português “a elegância latina”.

Como podemos perceber, até o presente momento, um dos motivos de louvor da língua portuguesa é, indubitavelmente, a origem latina. Buescu (1978, p.43) já apontara o fato de a “conformidade com a língua latina e filiação nela” ser uma das características mais evidentes do diálogo, e tal postura é reiterada ao longo de todo o texto. No entanto, o discurso laudatório não se restringe apenas a essa

⁸³ Conforme já mencionamos no Capítulo 1, o termo “linguagem” era muito comumente usado para se referir ao português até o século XVI.

particularidade. Outros aspectos são apresentados de modo a construir uma imagem de superioridade do português em relação às outras línguas e, no caso do diálogo, estabelecer implicitamente o seu lugar de destaque frente ao castelhano.

O outro motivo de louvor, que já destacamos no início desta análise, é o expansionismo linguístico. A característica fica mais evidente no fim do diálogo, a partir do momento em que o pai faz uma digressão sobre a relevância da imposição do latim aos povos dominados:

E nesse cuidádo forã tam solícitos [os latinos], que [...]nã consentiam que falassem, senam a sua lingua latina, por demostrar o imperio que tinhã sobre todas as outras nações. E o mais certo final que o Romano pôde dar ser Espãha súdita ao seu imperio, nã serã suas corónicas e escrituras, cá estas, muitas vezes sã fauoráuees ao senhor de quẽ fala: mas a sua linguágẽ q nos ficou em testemunho de sua uitoria. E quanto antre as cousas materiães, e de mayor excelencia aquella que máis dura: tanto acerca das cousas da honra sam de mayor glória que as que a memória mais retẽ. Exẽplo temos em todas as monarchias, cá se perderã cõ a uarietade do tẽpo, e fortuna das cousas humanas: però leixou a lingua latina este final de seu imperio, q durará eternamente [...] (BARROS, 1540, H1^v-H2^r)

No trecho, destaca-se o tom laudatório do discurso, ao caracterizar a indelével presença latina, inicialmente feita por meio da imposição da língua aos povos colonizados e, posteriormente, reiterada por sua sobrevivência entre as línguas que dela descendiam. A atemporalidade latina, também como marca de seu prestígio e prova de seu poderio, fica sobremaneira visível na parte final do excerto, com a afirmação de a língua latina figurar como legado do império romano, “que durará eternamente”.

Em um primeiro momento, a sobrevalorização do idioma latino promove a sua permanência como parte da memória do português. Em outras palavras, estabelece-se o passado da língua ligando-o exclusivamente ao latim, língua tão imperial quanto a portuguesa era na ocasião. Em um segundo momento, o fato de se aproximar duas línguas igualmente notáveis presume a adoção da mesma postura de colonização, e o português gozaria do mesmo prestígio da língua latina nos tempos do império romano. Isso se evidencia quando, um pouco mais adiante, o pai faz a seguinte reflexão:

Certo ẽ que nã á hy glória que se póssa comparár, a quádo os mininos Ethiope, Persianos indos da quẽ e dalẽ do Gange, em suas próprias terras, na força de seus tẽplos e pagódes, onde nunca se ouuio o nome romano: per esta nossa árte aprenderem a nossa linguágem, com que póssam ser doutrinaos em os preceitos da nossa fé, que nella uãm escritos. (BARROS, 1540, H2^r)

No excerto, é notório que a verdadeira “glória” do império consiste na imposição da língua portuguesa aos povos colonizados. Por meio dela, “vão escritos” “os preceitos da nossa fé”, e aqui também se observa o objetivo premente de conversão dos gentios, mantendo vivo o espírito missionário das conquistas lusitanas. Para tanto, era necessário dispor de método para ensinar o português e, com vistas a esse objetivo, João de Barros colocava à disposição do rei o seu grande projeto pedagógico linguístico.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o texto analisado é fiel ao seu propósito de louvor ao português e, para tanto, vale-se de uma premissa exclusivamente latina. A postura de valorização, inexoravelmente ligada ao clima de opinião, pressupõe o tácito apagamento do galego, principalmente se levarmos em conta como ele fora retratado na gramática. Como corolário da proposta de ensino barrosiana, o diálogo sintetiza as premissas observadas já na cartinha e contribui sobremaneira para a construção de uma memória incontestavelmente latina do português.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise historiográfica empreendida no presente capítulo permitiu-nos o levantamento de pontos relevantes acerca da premissa de apagamento da qual partimos inicialmente. Isso porque a análise dos textos de Fernão de Oliveira e de João de Barros, aliada à reconstrução do clima de opinião do século XVI, demonstrou a ocorrência desse apagamento.

Levando em conta o espírito de época, alguns aspectos são evidentes: a necessidade de legitimação do império ultramarino português, a atitude de defesa de Portugal ante o prestígio que o castelhano ainda tinha como língua de erudição, a postura de valorização do passado greco-latino advinda do momento renascentista vivido, bem como o desenvolvimento da erudição no país, impulsionado pelo uso da tipografia. Todos eles são decisivos no processo de gramatização da língua

portuguesa, em um momento áureo de sua história, fazendo com que isso se reflita nas obras analisadas.

Em Fernão de Oliveira, notamos um empenho na construção de uma memória tanto do povo quanto de sua língua, o que o faz assumir o papel de cronista e empreender um movimento de ruptura com a rigidez do modelo gramatical greco-latino por meio do preâmbulo de sua obra. Nele, o autor busca situar Portugal no tempo e no espaço, e a construção da imagem do português deve estar à altura de sua gente.

Para tanto, o autor parte de uma premissa totalmente presencialista, nos dizeres de Buescu (1978), que o faz desconsiderar qualquer estágio anterior do português, ainda que ele revisite constantemente o passado. Nesse movimento, ele se mantém firme no propósito de conferir origens puramente lusitanas ao português e nem mesmo o latim, tão prestigiado à época, toma parte na constituição histórica da língua.

O fato de se valer da história por diversos momentos fez com que percebêssemos inúmeras oportunidades de ter se referido ao galego. No entanto, o discurso patriótico, uma característica forte do clima de opinião presente na obra oliveiriana, fez com que novos rumos fossem tomados, e o mais visível deles é a já mencionada negação de qualquer elemento estrangeiro na história do país e, por conseguinte, de sua língua.

Embora muitos não o considerem o primeiro gramático, por conta de sua ruptura com a tradição gramatical clássica, a nosso ver, é justamente tal fato que torna a sua obra original. Aliás, levando em conta a premissa deste trabalho, constatamos ser a *Grammatica da lingoagem portuguesa* muito mais capaz de demonstrar a ocorrência do apagamento do galego, pelas inúmeras oportunidades de ele ter sido mencionado.

Com relação a João de Barros, mantivemos a mesma proposta de busca por oportunidades de menção à língua galega. No entanto, o espectro de nossa ação teve de se estender à por nós chamada “tríade linguística barrosiana”, ou seja, ao conjunto de suas obras de preocupação linguística: a *Cartinha*, a *Gramática* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Isso porque os três títulos formam o projeto didático do

autor com vistas ao ensino de português e, para manter a visão de conjunto, não acreditamos ser profícua uma análise fragmentada.

Diferentemente do que acontece com seu antecessor, Barros não assume em nenhum momento o papel de cronista. Ao contrário, vale-se de todo o seu espírito erudito para assumir o papel não só de gramático como também de pedagogo e, justamente por isso, a sua obra, como um todo, apresentou menos possibilidades de menção ao galego como parte constituinte da história do português. Entretanto, a única menção direta é encontrada justamente em sua gramática, feita de modo claramente pejorativo, como símbolo de algo que se devia “desterrar” da língua portuguesa.

Justamente por não assumir uma posição histórica, o seu compromisso com a construção de uma memória do português torna-se menos perceptível em um primeiro momento. Contudo, a visão de conjunto permite-nos afirmar que ele também se empenha no propósito, e o faz de modo distinto de seu contemporâneo Oliveira, mas nem por isso, deixa de ser significativo.

Desde a Cartinha, observa-se a postura de demonstrar ao público a “conformidade” existente entre o português e o latim, cujo corolário é o louvor empreendido ao português no Diálogo, centrado justamente nessa semelhança. A relação é traduzida em uma metáfora de consanguinidade até hoje presente na memória do português quando se questiona a origem de nossa língua.

Grosso modo, João de Barros se mostra menos inovador com relação à concepção de sua gramática e se mantém fiel à tradição greco-latina, tão cara ao engenho de seus contemporâneos. Já com relação à cartinha, é preciso destacar o seu pioneirismo, sobretudo pela possibilidade de ela figurar como o primeiro livro ilustrado da história, conforme atesta Araujo (2008). Também com relação ao seu projeto de ensino, ele pode ser considerado um visionário, pelo fato de ter concebido um curso completo dentro daquilo que considerava relevante ao ensino de português.

Considerados todos os aspectos levantados ao longo de nossa análise, podemos concluir que, no século XVI, período inicial do processo de gramatização do português e, por conseguinte, o início da construção de sua memória, houve um apagamento do galego no passado de nossa língua. Também podemos concluir que

o clima de opinião foi seminal para a ocorrência desse processo, que se apresentou de modo distinto em cada um dos autores selecionados.

Uma vez detectada a “ocultação de paternidade” do português, passaremos à análise historiográfica de outro século igualmente relevante: o XIX. Nesse momento, serão sentidos os efeitos da referida ocultação, sobretudo com o advento da Filologia, trazendo o passado das línguas à tona e fazendo com que os estudiosos da época procedam a uma “filiação ilegítima” da língua a um “galego-português” inexistente.

Capítulo 4

O século XIX: A filiação ilegítima ao galego-português

*“Ninguém sabe que coisa quer.
Ninguém conhece a alma que tem.
Nem o que é mal nem o que é bem.
(Que ânsia distante perto chora?)
Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...
É a Hora!
(Fernando Pessoa)*

4. 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No capítulo 3, propusemo-nos à busca pelo galego nas obras inaugurais do processo de gramatização do português, partindo da premissa de ter havido um apagamento do idioma da Galícia nos textos responsáveis pela construção da memória de nossa língua. Para tanto, valemo-nos de um termo do âmbito jurídico, a ocultação de paternidade, devido ao fato de as relações entre as línguas portuguesa e latina terem sido ilustradas, no século XVI, em termos de consanguinidade.

Mantendo a mesma proposta, este capítulo se vale de uma expressão jurídica, embora já em desuso desde 2002: a filiação ilegítima. *Grosso modo*, ela designa aqueles que foram concebidos por meio de relações extramatrimoniais. Obviamente, não é nosso mister nos ocuparmos da confecção de uma árvore genealógica aprofundada do português. Até porque, como já mencionamos no capítulo 3, o paradigma hodierno já refutou a visão biologicista do surgimento das línguas, considerando-as um processo de continuidade histórica, sobre as quais incidem os chamados “campos de força”, organizados em torno de aspectos prioritariamente políticos e sociais.

Entretanto, mantendo a visão do espírito de época presente no recorte temporal proposto neste trabalho, constatamos a “ocultação de paternidade galega” do português. Já no século XIX, embora o latim ainda seja visto como “pai” da língua portuguesa, chega-se ao conhecido “galego-português”, que acaba fazendo as vezes de estágio primitivo da língua portuguesa, ora como se fosse ela própria, ora como se fosse dele descendente mais direto.

Se considerarmos a primeira opção - a de o português ser apenas uma continuidade do “galego-português” -, a “paternidade latina” mantém-se incólume. E é isso que o senso comum tende a repetir quando se pergunta fortuitamente “de onde vem o português?”. Ao levarmos em conta a segunda opção, a de ter havido uma língua “galego-portuguesa”, como apregoam alguns filólogos, podemos considerar que a “paternidade latina” se esboroa: o “pai” se converte em “avô” de um “neto” cujo progenitor fora “criado” – ou batizado com um outro nome – apenas nos Oitocentos.

Postas as questões inerentes à nova delimitação temporal de nossa pesquisa, passamos à análise de textos produzidos na centúria em questão, a fim de perscrutarmos o movimento de ressurgimento do galego – sob a alcunha de “galego-português”⁸⁴. Além disso, verificaremos em que medida a língua galego-portuguesa figura como ascendente direta do português e também buscaremos, no clima de opinião, as razões pelas quais os filólogos estudados adotaram esse tipo de postura frente ao passado do idioma lusitano.

A metodologia seguida nesta etapa mantém-se a mesma do capítulo anterior, ou seja, continuamos a nos valer dos pressupostos de Koerner (2014 [1995]), relacionados à *contextualização* e à *imanência*, e mais especificamente aos de Swiggers (2009;2010), sobretudo com relação à *análise argumentativa* e à *síntese histórico-comparativa*. No que concerne às questões filológicas, tendo em vista o fato de os textos serem mais acessíveis, não se notaram grandes dificuldades no seu estabelecimento. Ainda assim, eles foram transcritos obedecendo ao modelo diplomático: sem quaisquer modificações ou modernizações. A descrição física das obras foi descontinuada neste capítulo, cedendo lugar a informações de outra ordem, explicitadas oportunamente.

4.2 AS FONTES PRIMÁRIAS: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A BUSCA E A SELEÇÃO DOCUMENTAIS

Partindo uma vez mais dos postulados de Swiggers (2010), apresentamos os documentos que servirão de base para a análise empreendida, procedimento metodológico concernente à fase *heurística*. A escolha das fontes deu-se, sobretudo, após a leitura da tese de doutoramento intitulada “Ideas sobre o galego e as orixes do português na linguística lusa do século XIX. Xénese e impacto em Galicia da hipótese celtista”, da autoria de Beatriz Garcia Turnes e desenvolvida na Universidade de Santiago de Compostela, sob a orientação do Prof. Dr. Henrique Monteagudo., que nos foi enviada pelo Prof. Dr. Marcos Bagno, da Universidade de Brasília. Na ocasião, tivemos contato com uma série de autores e excertos compilados pela autora, dos quais foram selecionados:

⁸⁴ Refazemos aqui uma ressalva já apresentada no Capítulo 1: O binômio galego-português não era unânime. Isso poderá ser observado quando da análise dos textos que perfazem o corpus deste momento da pesquisa.

- I. O artigo “Historia de la literatura gallega, por Augusto G. Besada, da autoria de José Leite de Vasconcellos, publicado na Revista Lusitana, entre 1887-1889.
- II. O capítulo “Portuguez e gallego”, que consta na terceira edição da obra “A língua portuguesa: noções de glottologia geral e especial portuguesa”, da autoria de Francisco Adolpho Coelho, publicada em 1896.
- III. A “Lição I (= XIII) ” que faz parte da obra intitulada “Lições de Filologia Portuguesa, segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das Lições práticas de português arcaico”, publicada em nova edição no ano de 1956 pela Revista de Portugal, e cuja autora é a filóloga alemã Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

O primeiro texto foi encontrado, após longa busca na internet, em um dispositivo de armazenamento que trazia quatro tomos completos da Revista Lusitana, cada um com mais de quatrocentas páginas. Para encontrar o artigo em questão, foi necessária a procura no primeiro tomo, que continha justamente as publicações dos anos de 1887 a 1889.

O segundo texto apresentou duas etapas de consecução. Na primeira, foram-nos enviadas cópias digitalizadas do capítulo pelo Prof. Dr. Fernando Venâncio, da Universidade de Amsterdã. Após contato feito pelo Facebook, o pesquisador, que também já se ocupou da temática galega em seus estudos, gentilmente nos cedeu o material de que dispunha da obra de Adolfo Coelho. No entanto, estávamos diante de um impasse: até aquele momento, tínhamos apenas o trecho da referida edição de “A lingua portuguesa”, e isso poderia ser um problema por não nos permitir uma análise global da edição, a fim de descrevê-la com mais propriedade. Posteriormente, encontramos-la no site da biblioteca da Unesp, de onde pudemos baixar o livro completo, facilitando nosso trabalho.

O terceiro e último texto que compõe o segundo *corpus* de nossa pesquisa foi extraído da obra física “Lições de filologia”, encontrada em uma loja de livros usados. Devemos ressaltar que ela já tinha sido adquirida antes mesmo do início da pesquisa, devido ao nosso interesse por questões de cunho filológico, tema do livro de Carolina Michaëlis de Vasconcellos.

Estabelecidas as fontes documentais, fazemos algumas observações sobre os componentes *epi-historiográficos* (Swiggers, 2010). As informações biográficas dos autores foram obtidas por meio de obras, tanto físicas quanto em pdf: as de Adolfo Coelho advieram de uma separata intitulada “Francisco Adolfo Coelho e a Filologia Portuguesa”, de autoria de Serafim da Silva Neto; as de Leite de Vasconcellos foram colhidas de dois livros: “José Leite de Vasconcellos: livro do centenário”, com artigos de vários autores, de 1960 e “Vida e obras de José Leite de Vasconcellos”, de autoria de Orlando Ribeiro, com data de 1962. Os três títulos foram obtidos por meio de compra em um site especializado em livros novos e usados.

Para as informações biográficas de Carolina Michaelis de Vasconcelos, foi utilizado o livro eletrônico “Carolina Michaelis de Vasconcellos”, organizado por Condé et.al, publicado em 2015 e disponível no site da Universidade de São Paulo. Além dele, contamos com uma edição especial intitulada “Glosas marginais ao cancionero medieval português”

Devido à escassez de material bibliográfico específico que desse conta da análise das obras cujos textos foram selecionados nesta parte do trabalho, recorreremos a autores que se tenham ocupado da questão do galego-português no século XIX, dentre eles Bagno, Garcia Turnes e Lagares. Além deles, também nos valem das informações contidas no material biográfico aludido no parágrafo anterior, pois também são fornecidas informações sobre as obras dos autores, embora de modo menos pormenorizado como ocorreu no capítulo 3.

4.3 O SÉCULO XIX EM PORTUGAL: A BUSCA POR NOVOS CAMINHOS

Os versos destacados na abertura deste capítulo captam, em profundidade, o sentimento imperante no Portugal dos Oitocentos. Embora Fernando Pessoa os tenha concebido no primeiro quartel da centúria posterior, o clima de incerteza e de “nebulosidade” já se fazia sentir no século anterior, em que o autor nascera, no ano de 1888. O espírito de fragmentação, de dúvida e dispersão evidente no trecho traduz com propriedade o período de turbulência enfrentando pelos portugueses do século XIX.

Os “bons ventos” que levaram os portugueses a serem considerados uma das maiores potências do início da Idade Moderna não foram capazes de mantê-los à

frente de outras nações que emergiram no incessante percurso da história. Uma série de crises políticas, atreladas às dificuldades financeiras e ao parco desenvolvimento tecnológico, impingiram ao país grandes desafios, dentre eles “o de tentar livrar Portugal da pecha de país arcaico e atrasado”. (SCOTT, 2018, p. 276).

4.3.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTUGAL DA “ERA DAS LUZES”

Antes de nos lançarmos ao recorte temporal proposto nesta etapa da pesquisa, devemos considerar alguns aspectos importantes do século XVII, partindo uma vez mais da premissa do *horizonte de retrospectção* preconizado por Auroux (2011 [1992]). Dentre os inúmeros acontecimentos dos Setecentos, é importante ressaltar a falsa impressão de fausto da época, mantida sobretudo pela intensa exploração do Brasil, que “sustentou a independência portuguesa diante da Espanha depois de 1640” (SCOTT, 2018, p.263).

Apesar de verdadeira, a afirmação da autora deve ser ponderada, sobretudo se considerarmos os primeiros anos após a independência portuguesa. Pelo menos até a década de 80 do século XVII, Portugal encontrava dificuldades em estabelecer no mercado europeu o tabaco e o açúcar brasileiros, pois os seus maiores compradores – a Holanda e a França – já dispunham desses produtos, advindos de suas colônias nas Antilhas e Guianas.

No fim dos Seiscentos, foi possível notar certa superação da crise comercial, principalmente com o aumento no preço dos produtos vindos das colônias e também pelo crescimento nas produções de azeite e vinho, que chegaram a ocupar parte considerável das exportações. No entanto, o problema econômico só foi resolvido com a descoberta das minas de ouro no Brasil e, em 1699, “[...] Lisboa dava as boas-vindas aos primeiros 514kg de ouro, enviados directamente do Rio.” (MARQUES, 2003, p. 361).

Assim, o auspicioso século XVIII iniciou-se com a intensificação da exploração aurífera do Brasil, e a empreitada apresentou resultados satisfatórios para a metrópole. Até 1720, a quantidade de ouro trazida a Portugal acompanhou um movimento crescente, chegando a 25 000kg (Garcia, 1983, p.147). A partir daí o

número foi decrescendo progressivamente, mantendo-se sempre abaixo dos 20 000kg (MARQUES, 2003, p. 361)

A partir do reinado de D. João V (1706-1750), ares de fausto sopraram sobre os portugueses, principalmente os mais abastados e, embora ele tenha assumido em meio a um novo confronto entre Portugal e Espanha, o armistício firmado no Tratado de Utrecht trouxe um período de tranquilidade. Do ponto de vista administrativo, o monarca lusitano manteve o sistema de seu pai, entregando o governo a secretários de Estado e outros protegidos, “que governavam de fato enquanto ele se ocupava das artes e das letras, despendendo somas enormes. ” (SCOTT, 2018, p. 263)

Os últimos anos de seu reinado já davam sinais de problemas, principalmente por conta de diminuição drástica da quantidade de ouro vindo do Brasil. Além disso, a subordinação aos interesses ingleses também contribuiu para a fragilidade da economia, que não sofreu transformações significativas nas primeiras décadas dos Setecentos. O incentivo inicial à produção industrial do fim dos Seiscentos foi descontinuado nos anos posteriores e, mais uma vez, Portugal incorreu no erro de depender exclusivamente dos proventos das colônias, sobretudo do Brasil. Do ponto de vista social, também não houve mudanças significativas, mantendo-se uma aristocracia cada vez mais afeita ao luxo e aos gastos desnecessários.

A partir de 1750, inicia-se uma nova fase, cujo expoente foi Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal – nomeado ministro no reinado de D. José I e o precursor do *despotismo esclarecido ou iluminado* em Portugal. Sobre essa forma de governo, Marques (2003, p. 375) assinala:

[...] o Despotismo Iluminado tendia a nivelar todas as classes sociais perante o poder real, a abolir quaisquer privilégios baseados na hereditariedade e na tradição, a rejeitar todos os organismos políticos e sociais de controle à administração social, e a fomentar o surto de uma Igreja nacional independente de Roma. Havia de favorecer o industrialismo e as novas técnicas, no seu combate às importações do estrangeiro; apoiaria monopólios e protecctionismos económicos; desenvolveria a burocracia. No campo cultural, tinha de adoptar a secularização mediante uma intervenção directa no ensino público e no sistema cultural, e mediante uma censura do Estado. Favoreceria igualmente a assistência pública organizada, em oposição à caridade religiosa.

Baseado em tais preceitos, Pombal adotou uma política visando ao fortalecimento do poder real e, para isso, passou a mitigar quaisquer vestígios de

ameaça à autoridade régia, quer fossem da nobreza, quem fossem do clero. Aliás, uma de suas medidas mais polêmicas foi a expulsão dos jesuítas, a fim de promover uma laicização do ensino, há séculos monopolizado pelos religiosos.

Com relação à economia, o ministro aumentou a arrecadação de impostos por meio de incentivos à produção agrícola, ao comércio e às manufaturas, permitiu a criação de companhias de comércio, sobretudo ligadas à vinicultura e à piscicultura, e concedeu inúmeros privilégios à Real Fábrica de Sedas e à Cordoaria Nacional. O mesmo movimento foi observado nas colônias, sobretudo no Brasil, onde foram criadas companhias de comércio, visando à diminuição da influência inglesa e à facilitação do recolhimento dos impostos (SCOTT, 2018, pp. 265-268).

Após a morte de D. José I, a sucessora D. Maria I promoveu uma alteração política significativa que recebeu o nome de *Viradeira*. A primeira ação da rainha foi afastar o Marquês de Pombal de suas funções e, posteriormente, inúmeras mudanças foram postas em curso. Dentre elas, destacam-se: a renovação do alto escalão do governo; a retomada de poder da nobreza e da Igreja; a extinção de alguns monopólios mercantis e a manutenção de outros; o crescimento do número de fábricas, apesar do atraso tecnológico do país, entre outras. (SCOTT, 2018, p.270)

Com relação à política externa, Portugal assumiu uma postura de neutralidade, ciente de sua fragilidade diante das novas potências europeias. No entanto, o advento da Revolução Francesa despertou certa animosidade por parte das autoridades e, em 1794, soldados portugueses foram enviados para se juntarem aos ingleses e espanhóis na Campanha do Rossilhão contra os franceses. A ação não trouxe benefício algum aos lusitanos e acabou por suscitar a reação da França que, aliada mais tarde à Espanha, declarou guerra a Portugal em 1801. (GARCIA, 1983, p.153)

Do ponto de vista cultural, o “século das luzes” em Portugal também se apresentou igualmente dual. A primeira metade do século XVIII ainda estava sob o controle dos jesuítas e, apesar disso, alguns avanços já se notavam, motivados inicialmente por D. João V. Apesar de seus gastos considerados supérfluos, o monarca também atuou como mecenas, incentivando a cultura do país. Conforme assinala Garcia (1983, p. 157), ele concedeu “[...]inúmeras bolsas de estudo que permitiram a alguns portugueses estudar no estrangeiro, sobretudo na Itália, ao mesmo tempo que daí atraía muitos artistas [...]”.

Também durante o seu reinado foi fundada a *Academia Real da História*, seguindo o modelo francês e italiano, mas com o diferencial de se ocupar especificamente de questões históricas. Ela teve um importante papel na compilação de documentos dispersos, além de promover a publicação de obras importantes - como a *Bibliotheca Lusitana*, de Diogo Barbosa Machado, a primeira bibliografia geral portuguesa – e estimular a conclusão de outras – como o *Vocabulário Portuguez e Latino*, de Rafael Bluteau, o primeiro dicionário desenvolvido da língua portuguesa. (MARQUES, 2003, 379)

A partir da década de 1740, a crise que se instaurava em Portugal motivou a reflexão dos “estrangeirados”⁸⁵, e os adeptos do iluminismo defendiam veementemente o fato de o atraso do país ser resultado direto da carência cultural. Por essa razão, urgia a necessidade de lançar “as luzes da razão” sobre os portugueses e, a partir de então, iniciou-se uma fase de maior penetração das ideias iluministas.

Dentre os intelectuais da época, destaca-se Luís Antônio Verney, autor de *O verdadeiro método de estudar*, uma publicação de grande relevância para época tanto pelas críticas às práticas pedagógicas jesuíticas quanto pelas propostas de reforma no ensino. A obra, composta por 16 cartas, trazia uma análise das disciplinas ensinadas em Portugal, e as diretrizes nela contidas foram de grande valia para as reformas pombalinas no âmbito da educação, após a expulsão dos jesuítas. (SCOTT, 2018, p. 265)

A laicização no ensino motivou a criação de escolas de ensino básico e de colégios de nível médio de relevância para época, como a Aula de Comércio e o Colégio dos Nobres. A educação superior também sentiu os reflexos da reforma pombalina, e assistiu-se ao fechamento da Universidade de Évora, e a Universidade de Coimbra, há muito desatualizada, passou por profundas mudanças.

Outro aspecto importante foi o declínio na influência espanhola, substituída pelas influências francesa, inglesa, italiana e alemã. Essa alteração também foi sentida no âmbito linguístico, e o espanhol deixou de ser “a segunda língua do país” (Marques, 2003, p. 378). Em substituição, o francês passou a ganhar prestígio entre

⁸⁵ Conforme assinala Garcia (1983, p. 157), trata-se de “[...]homens cultos que adquiriram a sua formação intelectual em várias regiões europeias, sobretudo em França[...]”

as letras lusitanas, e também se observou um declínio no uso do latim, em consequência do declínio da influência da igreja.

De modo geral, esses são os aspectos mais relevantes da sociedade portuguesa do século XVIII. Eles são essenciais para nos lançarmos ao *horizonte de projeção* (Auroux, 2014 [1992]) concernente ao século XIX, considerando o incessante fluxo da história. Em outras palavras, o breve retorno aos Setecentos é indispensável para compreendermos as mudanças processadas em Portugal já no início dos Oitocentos.

4.3.2 PORTUGAL OITOCENTISTA: O CLIMA DE OPINIÃO

A participação de Portugal na Campanha do Rossilhão, colocou-o na linha de fogo da França, que lhe declarou guerra em 1801. Diante disso, o governo português optou por, mais uma vez, manter neutralidade ante o conflito entre ingleses e franceses. Todavia, era impossível adotar esse tipo de postura, sobretudo por conta de Portugal ser consideravelmente dependente de suas relações comerciais com a Inglaterra. Sendo assim, o Bloqueio Continental imposto por Napoleão – que determinava o fechamento de todos os portos europeus às embarcações inglesas – não foi cumprido, culminando com a primeira invasão francesa, em 1807.

A ação não representava somente a perda de autonomia de Portugal. Além disso, configurava uma divisão do território entre diferentes casas reais e, embora à de Bragança fosse confiada a parte central – onde ficava Lisboa -, o domínio ficaria sob o protetorado do rei da Espanha, o que seria um grande golpe à monarquia local e talvez representasse o seu permanente fim. Por isso, a família real decide deixar o país e rumar para o Brasil ainda no mesmo ano, um dia antes de as tropas inimigas chegarem a Lisboa. (LABOURDETTE, 2003, p.475)

Conforme assinala Garcia (1983, p.154), a primeira invasão não obteve êxito, pois os portugueses conseguiram derrotar os franceses alguns meses depois, com a chegada das tropas inglesas. Apesar do fracasso, Napoleão não se deu por vencido e enviou novos soldados em mais duas tentativas: uma em 1809 e a outra em 1810-1811. Embora com dificuldades e com o imprescindível apoio dos ingleses, o exército luso conseguiu expulsar as tropas inimigas. (SCOTT, 2018, p.270)

O povo português saiu muito fragilizado dessa situação. De acordo com Garcia (1983, p. 154), as invasões francesas deixaram “milhares de vítimas, entre mortos e feridos, culturas e fábricas destruídas”, e as consequências nefastas tanto para a sociedade quanto para a economia foram seminais para a revolução que sucederia em 1820.

Além das dificuldades enfrentadas pelos portugueses em razão das investidas francesas, as medidas adotadas por D. João VI provocaram ainda mais o descontentamento da população. Dentre elas, destacam-se: o fim do monopólio português sobre os portos brasileiros; a assinatura de tratados garantindo privilégios alfandegários aos produtos ingleses; e a equiparação do Brasil com a metrópole, devido a sua elevação a Reino Unido. Tais fatores, somados à insatisfação com a regência do lord Beresford, fizeram com que o povo exigisse o retorno da família real.

A situação motivou o surgimento de grupos partidários dos ideais liberais, introduzidos na sociedade portuguesa desde o reinado de D. Maria I. Conforme assinala Homem (2001, p.341), “a chamada ‘conspiração’ de Gomes Freire de Andrade, ocorrida em 1817 e punida com o enforcamento dos implicados” era o primeiro sinal do movimento revolucionário de 1820, que deflagrou “[...] o complexo processo da afirmação do liberalismo. ” O cenário obrigou o regresso do monarca português, deixando seu filho D. Pedro no Brasil, na condição de príncipe regente.

Além da conclusão do texto constitucional, o ano de 1822 traria outro grande impacto a Portugal: a independência do Brasil. Desde a chegada da família real, inúmeras medidas foram tomadas visando ao desenvolvimento econômico da colônia, cuja elite passou a requer mais autonomia. Em determinado momento, as ações do então príncipe regente passaram a incomodar a metrópole e, diante do ultimato dado pelo rei português, a situação tornou-se insustentável, culminando com a independência, reconhecida oficialmente em 1825.

Por meio da Carta constitucional, de princípios marcadamente liberais, introduziram-se inúmeras medidas que foram ao encontro dos interesses das elites tradicionais, dentre elas: a diminuição do poder régio frente às liberdades individuais; a extinção da Inquisição; o fim de privilégios; a independência dos três poderes; o decreto da liberdade de imprensa, entre outras. (Scott, 2018, p. 271). Diante disso,

instaurou-se um processo de polarização política, protagonizado pelos *conservadores* e pelos *liberais*.

A maior parte da população estava efetivamente alheia a essas questões e se queixava constantemente das dificuldades enfrentadas. Aproveitando-se da situação, os conservadores trataram logo de incentivar a contestação das mudanças constitucionais e, desse modo, “[...] graças à falta de apoio do povo, à pressão vigorosa dos conservadores e às pregações antiliberais dos padres católicos”, (id., *ibid.*, p.282) a Constituição foi derogada em 1823, por meio de um golpe conhecido por *Vilafrancada*, liderado por D. Miguel, filho do Rei D. João VI.

Com a morte de D. João VI, instaurou-se um impasse quanto à sucessão, uma vez que o herdeiro legítimo era D. Pedro I, imperador do Brasil. Conforme assinala Scott (2018, p. 284), os brasileiros jamais aceitariam a união das Coroas e, por pressão popular, o imperador do Brasil abdicou em favor de sua filha D. Maria da Glória, então com sete anos. Apesar de acatar a vontade do povo, a decisão não deixava de ter um viés político: a ideia seria casar a herdeira com D. Miguel, que governaria até a maioridade da menina e, posteriormente, a regência lhe seria entregue, garantindo, de alguma forma, o poder de D. Pedro I. Isso facilitou o retorno do irmão exilado que, embora tivesse jurado fidelidade ao então regente, à sua filha e à Constituição, promoveu a convocação das Cortes e foi aclamado rei. Tal fato desencadeou uma nova onda de protestos dos liberais, que se tornaria uma guerra civil entre “miguelistas” e “pedristas”. O conflito durou até 1834, resultando na vitória de D. Pedro I e no exílio definitivo de seu irmão.

Nesse ínterim, afora o clima de guerra instaurado, inúmeras leis foram criadas visando à renovação do país, tanto do ponto de vista social quanto econômico. De acordo com Garcia (1983, pp.210-211), foi graças a Mousinho da Silveira que se estruturou “[...] uma [sic] vasto e estruturado conjunto de leis que visaram acabar realmente com a ordem vigente, mas caduca, do Antigo Regime.” A partir de então, as ideias liberais passavam a entrar efetivamente em Portugal.

A situação do país, contudo, estava longe de mudar para melhor. Até o fim da década de 1840, as dificuldades aumentaram tanto do ponto de vista econômico – com a perda do Brasil e a precarização do setor industrial – quanto do político – agitado pelo grupo liberal, dividido entre os progressistas e os moderados, e os

conservadores. O cenário piorou quando os progressistas, também chamados de *vintistas*, ganharam mais poder no governo e incitaram um movimento denominado *Revolução Setembrista*, ainda na década de 1830.

Com o enfraquecimento do poder dos *setembristas*, a década de 1840 assistiu a um novo golpe de Estado liderado por António Costa Cabral, que contou com o apoio de alguns setores dos moderados, cujo objetivo era promover um desenvolvimento acelerado da economia do país, ainda abalada diante dos acontecimentos e da falta de modernização. Afora as propostas econômicas, o movimento *cabralista* promoveu a perseguição de todos os opositores, e isso estimulou, a médio prazo, uma série de revoltas. A última delas terminou em 1847 e, quatro anos mais tarde, Costa Cabral foi afastado definitivamente, dando início à fase da *Regeneração*.

O período é conhecido por efetivamente instaurar o capitalismo em Portugal, em uma fase politicamente marcada por um governo alternado entre dois partidos – o Histórico, formado pelos liberais, e o Regenerador, formado pelos conservadores. Conforme assinala Scott (2018, p. 288), ambos estavam de acordo com a necessidade de modernização do país, embora até a década de 1870, nada efetivo tivesse sido feito. Em outras palavras, Portugal continuava em posição periférica e, apesar das tentativas dos governantes, o atraso do país ainda era grande, em comparação com outras nações europeias. A indústria caminhava a passos lentos, dominada por alguns grandes proprietários, e submetida aos valores religiosos. Em suma,

Do império construído à época dos Descobrimentos e do comércio internacional, muito pouco havia restado. O que sobrara aos lusos, no final das contas, era o pequeno território e, ali, quase tudo estava por fazer. O país continuava na dependência da importação de produtos industrializados e com uma balança comercial muito desequilibrada. Para mudar, dizia-se na época, seria necessário implantar uma nova agricultura, um novo comércio e uma nova indústria. (SCOTT, 2018, p.288)

Inúmeros foram os esforços para tentar reverter os efeitos de séculos de atraso na sociedade e na economia portuguesas, agravados pela instabilidade política das primeiras décadas dos Oitocentos. Dentre as principais medidas, destacam-se os investimentos na agricultura e na produção de produtos como o trigo, o aumento da malha ferroviária e a instalação de tecnologias como o telégrafo e o telefone. Entretanto, as ações não foram suficientes para reverter os problemas de Portugal,

além de agravarem o seu endividamento, pois os recursos para o financiamento das obras públicas advinham de empréstimos externos, sobretudo da Inglaterra.

Desse modo, a partir da década de 1870, a crise atingiu seu ápice, e a monarquia constitucional dava sua última mostra de inadequação. Conforme assinala Marques (2003, p. 464),

A sua ideologia deixara de exercer qualquer apelo sobre as gerações mais jovens. Em vez dela eram o socialismo e o republicanismo que lhes apontavam a rota a seguir. As revoluções espanhola e francesa dos anos 1870 tiveram papel de relevo no surto de uma consciência política nacional oposta ao rotativismo dos partidos e ao enriquecimento despreocupado da burguesia.

A conscientização foi motivada por inúmeros fatores, que agiram como catalizadores do sentimento de insatisfação. Os reflexos da crise motivaram a emigração das classes mais baixas, cuja situação não se viu modificada apesar da aparente expansão econômica. Além disso, devemos mencionar o desenvolvimento de um sentimento anticlerical, que também motivava a revolta contra as instituições até então organizadas.

Diante de tal situação, encontramos um país em busca de um caminho e, mais uma vez, o sentimento colonialista fez com que Portugal olhasse para as suas possessões. Dessa vez, o foco foi a África e, nas palavras de Scott (2018, pp. 290-291), “ocupar espaços africanos deixou de ser apenas um projeto para receber, a partir de então, um forte e concreto apoio político. Com isso, se enxergava a possibilidade de fazer renascer as glórias passadas, com a construção de um ‘império africano’”. Para tanto, os portugueses precisavam impor novamente sua soberania histórica nos territórios, a despeito das constantes investidas inglesas e francesas.

No ano de 1887, a Câmara dos Deputados discutia a concretização de um projeto antigo de estabelecimento lusitano nos territórios que ligavam Angola e Moçambique, com base nas decisões do Congresso de Berlim. Todavia, a ação desagradou sobremaneira aos ingleses, desejosos de estender seus domínios do Cairo à cidade do Cabo ininterruptamente. Com isso, instaurou-se um impasse, que culminou com um ultimato inglês, exigindo não só a retirada dos portugueses da área como também a renúncia a qualquer pretensão sobre ela. Não tendo alternativa, o governo lisboeta cedeu às imposições e evacuou o território.

O fracasso do projeto foi um duro golpe ao orgulho nacional luso. Em consequência, assistiu-se a uma reação radicalmente anglofóbica, vituperada tanto na imprensa quanto nas ruas (SCOTT, 2018, p. 295). Consequentemente, o sentimento de insatisfação estendeu-se também à autoridade régia e à monarquia em geral, que eram acusadas “[...]de não haverem prestado atenção suficiente aos territórios ultramarinos e, assim, de terem comprometido os interesses da Nação [...]”. Esse fato foi sobremaneira importante para insuflar o desejo republicano em algumas camadas da população, a ser consolidado na centúria seguinte. (MARQUES, 2003, p.464)

Aliás, é necessário considerar a relevância dos ideais nacionalistas na conjuntura política de Portugal, levando em conta o fato de os séculos XIX e XX terem sido considerados os séculos do nacionalismo (VOSSLER, 1949, p.1 apud DE PAULA, 2008, p. 219). Por conta disso, todas as revoluções deflagradas nos Oitocentos são um claro reflexo da vivacidade do ideal de desejo nacional no espírito lusitano, que se vai estender nas questões linguísticas, como se verá no próximo tópico.

Do ponto de vista cultural, apesar das dificuldades, o século XIX foi de grande importância e, nas palavras de Scott (2018, p.298), a “vida intelectual e cultural portuguesa foi fecunda, deixando uma rica herança para os séculos seguintes”. Estimulados pelas próprias condições do país, os pensadores da época empenharam-se não só na reflexão sobre os problemas enfrentados como também contribuíram para a disseminação das ideias em voga.

Do ponto de vista educacional, houve grande reforma no sistema de ensino, já iniciada no século anterior. A revolução liberal foi acompanhada de uma política de instrução dos cidadãos, o que demandava o preparo e a valorização dos professores e também a construção de escolas. No período, assistiu-se à abertura de inúmeras instituições de primeiras letras, embora o maior avanço tenha sido observado no ensino secundário com a fundação dos liceus, de clara influência francesa. Outra inovação foram as escolas técnicas, devido à “[...]necessidade de dotar o País com pessoal apetrechado, sobretudo para os ramos da indústria e do comércio[...]” (Marques, 2003, p. 510). Apesar de todas as inovações, a universidade não apresentou grandes mudanças, sobretudo pelo caráter tradicional e absolutista da Universidade de Coimbra, a principal instituição de ensino superior.

Nas letras, a centúria é marcada por dois movimentos literários de grande importância: o *Romantismo* e o *Realismo*. Conforme assinala Moisés (2004 [1960], p.112), o espírito romântico floresceu sobretudo a partir da *Regeneração*, quando se notou certa calma nas questões políticas. O fim de sua vigência liga-se sobretudo a uma nova fase tanto intelectual quanto política, cujos maiores expoentes foram os intelectuais da chamada Geração de 70. Entre os pensadores que faziam parte desse grupo encontravam-se, além dos escritores, “[...]artistas, cientistas, professores, jornalistas e aristocratas, que contribuíam com a efervescência cultural nas décadas finais dos anos oitocentos” (Scott, 2018, p. 299).

O brilhantismo da geração deve-se sobretudo à abertura do país às correntes intelectuais em voga, pois os governos liberais “[...] começaram a abolir a censura a livros e a periódicos, por proclamar e efectivar a liberdade de palavra e imprensa, e por estimular a livre discussão a todos os níveis e sobre quase todos os assuntos [...]” (MARQUES, 2003, p. 512). Como efeito dessa política,

Ao ambiente do burgo cultural de Coimbra chegam os livros de Michelet, Proudhon, Renan, Heine, Feuerbach, Büchner, Hegel, entre outros. Os jovens intelectuais que então estudavam na cidade do Mondego tomam conhecimento de um mundo novo, onde a «religião da ciência e a fé no progresso indefinido do espírito humano» invade as diversas áreas do saber. De lugar de destaque e quase rei da criação, o homem passa para simples parte de um todo em que o mundo e a história passam a ser encarados como uma universal necessidade. Deus deixa de ser encarado pela transcendência para tornar-se em categoria de ideal e em que a crença maior é a do progresso. A evolução do cosmos e da história em que tanto se acreditava visava a consumação de um ideal de justiça. (NATÁRIO, 2008, p.106)

Ainda no século XIX, assistiu-se ao aumento considerável no número de publicações que circulavam no país. Dentre elas, figuravam inúmeros livros e opúsculos, além de inúmeros periódicos – tanto jornais quanto revistas. Aliás, eles foram seminais não só para a divulgação de textos de grandes nomes da literatura como também para a disseminação de ideias dos estudiosos da época (MARQUES, 2003, pp.512-513).

4.3.3. O CONHECIMENTO LINGUÍSTICO DO SÉCULO XIX

Com relação ao conhecimento linguístico, os Oitocentos representaram um avanço significativo nos estudos da linguagem, essencial para o advento da Linguística propriamente dita na centúria posterior. De acordo com Weedwood (2006 [2002], p.105), o século XIX foi marcado pelo

[...] desenvolvimento do método comparativo, que resultou num conjunto de princípios pelos quais as línguas poderiam ser sistematicamente comparadas no tocante a seus sistemas fonéticos, estrutura gramatical e vocabulário, de modo a demonstrar que eram ‘geneticamente’ aparentadas.

A mudança nos estudos linguísticos foi motivada, em grande medida, pela descoberta do sânscrito. Conforme assinala Borba (1967, p.26), “[...] o entusiasmo pelo sânscrito [...] levou os estudiosos a tomar essa língua como mãe das demais europeias, opinião que durou pouco, pois logo se esclareceu que o grego, o latim, o sânscrito etc. eram formas divergentes de uma língua pré-histórica. [...]”. A fim de estabelecer esse parentesco, institui-se o método comparativo.

Segundo Camara Jr (s/d [1975], p. 45), o primeiro grande estudo foi publicado já em 1808 por Friedrich von Schlegel, estudioso motivado pelo movimento do Romantismo, do qual “[...]captara o conceito de um desenvolvimento orgânico a dominar todo o mundo físico e humano[...]”. De todos os seus contemporâneos, ele foi o primeiro a conjecturar a existência de uma origem comum entre o grego, o latim e o alemão e também lhe é atribuída a primazia no emprego do termo *gramática comparativa*.

Já de acordo com Borba (1967, p. 26), o verdadeiro precursor da *linguística comparada* foi Bopp, que publicou, em 1816, o Sistema de conjugação do sânscrito em comparação com o grego, latim, persa e germânico. Nas palavras do autor,

[...] Bopp apresenta-nos, nesta obra, uma comparação dos idiomas enunciados no título. Em geral parte do sânscrito para ir explorando os diversos aspectos. Secciona as formas linguísticas com grande agudeza e variedade de combinações; expõe as transformações sofridas pelas formas e esforça-se por buscar-lhes a origem. O objeto de sua investigação é o aspecto genético na evolução das línguas. Apoiando-se no material fornecido pelas gramáticas hindus, conclui que as palavras do nosso tronco linguístico derivam de raízes monossilábicas [...]. (Op.cit., p. 27)

Ainda na primeira metade do século XIX, um grande avanço nos estudos linguísticos veio com a publicação da segunda edição da gramática comparativa do germânico, cuja autoria é de Jakob Grimm. Ele estendeu as comparações a aspectos fonéticos das línguas, demonstrando “[...] correspondências sistemáticas entre os sons do germânico e os sons do grego, do latim e do sânscrito em palavras com sentido semelhante”. (WEEDWOOD, 2006 [2002], p. 104). As suas observações ficaram conhecidas como “lei de Grimm”, embora o autor nunca tivesse se valido de tal nomenclatura para se referir aos seus postulados.

Apesar de todos os estudos serem designados genericamente sob a alcunha de *filologia*, devemos fazer algumas ponderações. No que concerne à *filologia clássica* - entendida aqui como “[...] o interesse nos textos das literaturas antigas [...]” (Ilari, 2018, p. 24) e consequentemente o seu estudo, visando ao estabelecimento dos documentos baseado em princípios de ecdótica e diplomática, bem como de amplo conhecimento histórico – a crítica textual avançou bastante na época, por meio da comparação de diversos manuscritos “[...] para descobrir interpretações, omissões e erros de copistas[...]” (CAMARA JR, s/d [1975], p. 47).

Ainda nesse campo, é importante ressaltarmos que a abordagem filológica se estendeu às línguas medievais europeias, principalmente pela importância atribuída a essa época histórica no cerne do Romantismo. O marco para tais estudos é a publicação de August Schlegel, cujo foco recaía sobre a poesia e a língua da Provença, região do sul da França. De acordo com Camara Jr (id., ibid., pp.47-48), a “[...] linguística histórico-comparativa tinha diante de si línguas vivas modernas para relacionar a uma língua original bem conhecida – o latim [...]”.

Partindo desse pressuposto, seguiram-se outros estudos, que culminaram com o desenvolvimento da *filologia românica*, hodiernamente conhecida como *linguística românica*, cujo marco inicial é a publicação da gramática histórico-comparativa das línguas românicas de Friedrich Diez, entre 1833-1844, e de um dicionário etimológico dessas mesmas línguas, em 1854. Sobre a disciplina, Faraco (2014 [2006], p. 137) afirma o seguinte:

A filologia românica teve um papel fundamental no desenvolvimento dos estudos histórico-comparativos. Enquanto em outras subfamílias só se alcançam os estágios mais antigos por reconstrução hipotética, em razão da inexistência dos registros escritos, na subfamília românica, a documentação em latim é extensa, o que permitiu um importante refinamento metodológico dos estudos históricos: com uma situação em que as formas ascendentes são atestadas, foi possível reforçar a confiabilidade nos procedimentos do método nos casos em que isso não ocorria.

Nesse sentido, observa-se o caráter estritamente “genealógico” assumido pelos estudiosos. Visando à reconstituição do passado linguístico românico, as semelhanças observadas entre as línguas são explicadas levando em conta a sua mesma origem. Igualmente, os traços comuns aos idiomas latinos são “[...] o melhor indício de como pode ter sido a forma originária.” (ILARI, 2018, p. 27)

A partir da segunda metade dos Oitocentos, os estudos linguísticos receberam outras influências. Os ares românticos esvaíram-se e deram lugar a um espírito fortemente ligado aos avanços das ciências naturais. Um exemplo pode ser encontrado na obra de Schleicher, que se valeu dos princípios da teoria evolucionista de Darwin para formular um conceito de língua vista como um “[...] organismo vivo, com existência própria fora de seus falantes, sendo sua história vista como uma ‘história natural’, isto é, como um fluxo que se realiza por força de princípios invariáveis e idênticos às leis da natureza”. (FARACO, 2014 [2006], p.137)

Com base nessa premissa, ele propôs uma “tipologia linguística” bem como uma “classificação genealógica” dos idiomas advindos do indo-europeu. Valendo-se dos princípios de representação comuns aos estudos da Biologia, promoveu uma divisão das línguas em ramos menores até chegar a um idioma comum. Assim, o seu trabalho figura como uma síntese de todos os estudos até então realizados, e a sua orientação, marcadamente ligada às ciências naturais, abriu espaço para o surgimento de outros modos de análise linguística. (FARACO, 2014 [2006], p. 138)

Na mesma época, mais precisamente a partir da década de 1870, um grupo de estudiosos conhecidos - *ab initio* de modo pejorativo – como *neogramáticos*, passou a questionar o ideal de se chegar à *protolíngua* por meio dos estudos histórico-comparativos. Eles se tornaram uma referência na pesquisa histórica sobre as línguas e postulavam que as conjecturas de reconstrução do passado deviam dar lugar à observação das línguas vivas, baseando-se nos princípios de regularidade das leis da evolução fonética. (ILARI, 2018, p. 25)

No âmbito dos estudos romanísticos, um dos maiores representantes da nova abordagem é William Meyer-Lübke, autor da *Gramática das línguas românicas* e do *Dicionário etimológico românico*. Esses trabalhos, tal como os dos demais neogramáticos, “[...] refinaram o método de Diez, isto é, o método histórico-comparativo, que é fundamental nos estudos de Linguística Histórica em geral, e nos estudos românicos em particular”. (ILARI, 2018, p.26)

Com relação a Portugal, tanto os aspectos da *história externa* quanto os da *história interna* são responsáveis pelo desenvolvimento de uma série de nuances refletidas no conhecimento linguístico ali produzido. Inicialmente, devemos levar em conta a questão do nacionalismo, tão cara à sociedade da época. Sobre essa questão, Lagares (2008, p. 65) comenta que

Na linguística histórica e na filologia, que têm seu momento de apogeu entre as ciências da linguagem no século XIX, aprecia-se com frequência o compromisso ideológico com os processos de construção nacional do liberalismo burguês, colocando as pesquisas sobre a origem ao serviço da delimitação da língua nacional. Um objeto relativamente recente, mas que já se apresenta com os atributos de uma certa eternidade. Assim, o paciente estudo e descrição de textos do passado à procura dos elementos que permitam delimitar o espaço da língua, isto é, aqueles que fariam possível determinar o que é próprio dela e o que não é, os seus traços “essenciais”, vem contribuir para a delimitação temporal, geográfica e, o que é mais importante, simbólica do território.

Tendo isso em mente, devemos, a princípio, considerar dois grandes “golpes” ao sentimento nacionalista português. O primeiro foi a independência do Brasil, ocorrida em 1822; o segundo foi o ultimato inglês, em 1887. Apesar de separados por um considerável espaço de tempo, podemos afirmar que a construção da “língua nacional” obedeceu ao sentimento de reafirmação da identidade lusitana, principalmente pelo fato de se ter instituído no país uma cultura da “[...]arte de bem escrever e bem falar [...]” (Marques, 2003, p. 513). Com relação ao Brasil, eram comuns as críticas dos filólogos e gramáticos portugueses à variedade da ex-colônia, resultando em polêmicas discussões nas quais o purismo era o foco principal⁸⁶.

Levando em conta o contexto romântico de retorno ao passado medieval, os estudiosos da época também se mostraram sensíveis a essa característica marcante do clima de opinião. O lastro literário trovadoresco serviu como objeto de estudo de

⁸⁶ Cf. PINTO, 1978.

inúmeros filólogos que propuseram uma revisitação dos cancioneiros e produziram uma série de edições críticas dos antigos documentos.

Dentre elas, podemos citar a edição diplomática do Cancioneiro da Vaticana, sob a responsabilidade de Ernesto Monaci, em 1875; a edição parcial do Cancioneiro da Biblioteca Nacional, realizada por Enrico Molteni, em 1880; e a edição crítica do Cancioneiro da Ajuda, organizada por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, que veio a lume em 1904. (Souza, 2012, p.568). Além delas, também destacamos o trabalho de Teófilo Braga, que publicou em 1878, o *Cancioneiro Portuguez da Vaticana*, um claro reflexo da prolífica atividade dos filólogos, motivados pelo espírito de revisitação do passado das línguas.

Além disso, sob a chancela da filologia portuguesa, estavam outros estudos da língua, além dos de crítica textual. Nas palavras de Michaëlis de Vasconcellos (1956, p. 136),

[...] filologia portuguesa é o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em tôda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia e sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional.

O posicionamento da filóloga está, em grande medida, ligado às restrições que ela apresentava com relação a outro termo também em voga na época, inicialmente introduzido por Adolfo Coelho: a *glotologia*, compreendida como “ciência da linguagem”. Nas palavras do autor,

Glottològia é a sciencia que tem por objecto a expressão do pensamento por meio de signaes e especialmente por meio de movimentos acústicos (glottica), considerada emquanto aos seus elementos, condições de producção, evolução e ás relações dos diversos systemas (linguas) em que se apresenta no tempo e no espaço. A glottologia distingue-se 1) do estudo practico das linguas, que, quando muito extenso num indivíduo, se chama polyglottica, mas não tem por fim mais do que a aquisição da capacidade de entender e falar uma ou mais linguas extranhas; 2) da philologia.

Do excerto, podemos perceber a tentativa de se estabelecer uma diferença nos limites entre a *glotologia* e a *filologia*, reservando à primeira um *status* científico propriamente dito, por se ocupar especificamente da *glótica*. Em suma,

No sentido estricto em que nos occupamos aqui da glottologia a que se chamou tambem lingüística, glottica, philologia comparada, não tem ella por fim o estudo practico das linguas para as entender, fallar ou escrever, nem o estudo das linguas como meio para o estudo das litteraturas: a glottologia estuda as linguas por ellas mesmas, para resolver as innumeradas questões theoricas que suggerem e só subsidiariamente l chega a deducções d'alcançe practico, taes como o methodo para o estudo elementar das linguas, a solução dos problemas orthographicos, o ensino da linguagem aos surdos-mudos. Só ha philologia propriamente dicta ella no dominio das linguas que servem de instrumento a litteraturas; qualquer dialecto barbaro que não possua o menor monumento litterario poderá ser objecto da glottologia. (COELHO, s/d, p.12)

Comparando a fala dos dois estudiosos, percebe-se que Michaëlis de Vasconcelos parte de uma premissa mais abrangente do escopo filológico, do qual não aparta os aspectos linguísticos além dos literários. Já com relação a Coelho, existe uma divisão entre os estudos filológicos e os glotológicos, sendo estes estendidos a qualquer forma de linguagem, e não apenas àquelas com um lastro cultural considerado. De todo modo, a filologia portuguesa foi amplamente cultivada, e todos os estudiosos da língua eram conhecidos como filólogos.

Em linhas gerais, esses são os aspectos mais significativos de um século de muitas mudanças na sociedade portuguesa. A atmosfera de transformação foi sentida também no âmbito linguístico, que se manteve ligado aos avanços das ciências da linguagem na época. A filologia portuguesa atinge o seu ápice com a revisitação dos cancioneros, e o espírito nacionalista – legatário das revoluções iniciadas ainda no Setecentos – norteará algumas decisões tomadas pelos estudiosos do português para se referirem às suas origens.

4.4 OS GRANDES NOMES DA FILOLOGIA PORTUGUESA

4.4.1 JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS: UM ETNÓGRAFO E ARQUEÓLOGO DA LINGUAGEM

Conforme assinala Ribeiro (1962), José Leite de Vasconcellos nasceu em Ucanha, no antigo concelho de Mondim da Beira em 1858. Desde pequeno demonstrou interesse pelos estudos tendo, ainda jovem, aprendido latim e francês. Aos 18 anos mudou-se para o Porto, onde iniciou uma série de estudos que lhe seriam profícuos às suas produções futuras. Seu primeiro estudo etnográfico, datado de 1878, trata de uma “freguesia minhota onde fora refugiar-se para investigar, nas férias

do Entrudo” (Id., ibid., p.5). Em 1881, formou-se em Ciências Naturais e, posteriormente, ingressou no curso de Medicina, concluído em 1886.

Sua carreira na filologia iniciou-se com um marco na literatura específica da área. Por meio de um colega, ele conhece um falante do mirandês, até então pouco estudado. Após entrevistas com o falante, Vasconcellos publicou, em 1883, *O dialeto mirandês*, cuja aceitação foi tão grande que ganhou, no mesmo ano, o único prêmio remunerado da *Société des Langues Romanes*, na França.

Além de seus interesses por etnografia e filologia, passou também a estudar arqueologia “completando-se assim a tríade científica a que se dedicou” (Id., ibid., p.9). Após o término do curso de Medicina, chegou a clinicar por seis meses em Cadaval. No entanto, seu interesse pelas humanidades levou-o a ser nomeado conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa e, posteriormente, professor da cadeira de numismática do mesmo estabelecimento.

Por volta dos trinta anos, em 1889, lançou a Revista Lusitana, um marco nos estudos de viés histórico em Portugal. No periódico, o erudito compilou uma série de pesquisas de sua autoria sobre etnografia e filologia, além dos textos de outros autores de renome na época. Toda essa vastidão fez da revista um significativo meio de divulgação do conhecimento científico dos Oitocentos.

Apesar do prestígio como intelectual, foi somente aos 53 anos que ele conseguiu ingressar efetivamente no Ensino Superior, na recém-criada Universidade de Lisboa. Ali foi professor das seguintes disciplinas: língua e literatura latina, língua e literatura francesa medieval, gramática comparada das línguas românicas e, posteriormente, filologia portuguesa. Além delas, também foi regente de algumas cadeiras do curso de história, dentre elas arqueologia, numismática e epigrafia.

Mesmo com a aposentadoria, em 1929, sua produção intelectual continuou vigorosa. No período, lançou as bases para sua maior publicação: *Etnografia portuguesa*, da qual se ocupou até o fim da vida, embora não tivesse chegado à quarta parte. Devido à piora no seu estado de saúde, já agravado por uma série de problemas enfrentados em seus últimos anos de vida, culminando com sua morte em 1941.

Como podemos perceber, José Leite de Vasconcellos deixou uma vultosa obra à cultura portuguesa. O seu autodidatismo, aliado a seu espírito de pesquisador,

fizeram-no produzir uma série de estudos de três principais áreas das humanidades, e seu legado no campo da filologia é de grande importância, seja pelo pioneirismo em analisar o dialeto mirandês, seja pela criação da Revista Lusitana. Sua formação em Ciências Naturais e em Medicina também foi de grande importância para o trato científico dado por ele aos objetos de estudo, sempre tratados com rigor e, sobretudo, explorados em profundidade.

4.4.2 ADOLFO COELHO: UM GLOTÓLOGO NA FILOLOGIA PORTUGUESA

Apesar da vastidão de sua obra, poucos são os registros biográficos de Francisco Adolfo Coelho. De acordo com Silva Neto (1949), Coelho teria nascido em Coimbra, em 1847, e falecido em Lisboa, em 1919. Sobre sua formação, faltam-nos dados concretos. No entanto, sabemos que, já aos 21 anos, o brilhantismo de seu intelecto se afigurou com a publicação de sua primeira obra, denominada *A língua portuguesa*. Com ela, “surpreendia e aterrava o meio intelectual português” (Id., *ibid.*, p.3) porque, contrariando o modelo filológico vigente, o jovem romanista apresentou os princípios de Diez, até então desconhecidos em Portugal.

Na ocasião, a obra motivou a crítica de muitos intelectuais, uma ação comum sempre que algum novo discurso pode colocar em risco o paradigma científico vigente. De acordo com Silva Neto (1949, p.4), a estranheza causada pela obra deveu-se sobretudo à falta de uma Faculdade de Letras, onde se poderiam discutir questões linguísticas propriamente ditas e, por conseguinte, ter acesso às novas teorias.

Pensando nessa questão, o deputado Júlio de Vilhena trabalhou pela criação de uma cadeira de Linguística indo-europeia no Curso Superior de Lisboa, em 1878. Surpreendentemente, quando os intelectuais se reuniram para indicar um nome para ocupar a nova cadeira, o escolhido foi Adolfo Coelho, em clara demonstração do reconhecimento de seu intelecto por parte de seus confrades que outrora o questionaram.

Entre os seus trabalhos mais conhecidos estão *Teoria da Conjugação* (1871), *Questões da Língua Portuguesa* (1874). Contudo, ainda conforme Silva Neto (*ibid.*, p.5) a sua maior contribuição ao conhecimento linguístico lusitano foi a análise dos

falares crioulos, cujo marco é a publicação de *Os dialetos românicos ou neolatinos na África, Ásia e América*, em 1880.

Ainda que se trate de uma obra relevante por seu pioneirismo, o maior expoente dessa vertente de estudos de Coelho foi o título “Os ciganos de Portugal”, publicado em 1882. Nele, Coelho “[...] atinge a plena posse de suas faculdades: larga capacidade para ajuntar materiais, vasta cultura glotológica para poder tirar conclusões gerais, agudeza de engenho para interpretar os factos de linguagem. [...] Com este livro, a Filologia Portuguesa alçou-se ao plano europeu, situação que ia repetir-se, alguns anos mais tarde, com os *Estudos de Filologia Mirandesa (1900/1901)* e a *Esquisse d’une dialectologie portugaise (1901)*, do Mestre José Leite de Vasconcelos” (SILVA NETO, 1949, p.8)

Pouco tempo antes de sua morte, ainda em atividade docente, o glotólogo produziu inúmeras obras. Além das questões filológicas, também se ocupou do ensino, por meio da publicação de inúmeras análises e críticas sobre as práticas pedagógicas em Portugal. No entanto, sua grande preocupação sempre foi acompanhar o desenvolvimento das ciências da linguagem, esforçando-se para se manter inteirado das teorias vigentes. O seu último grande projeto foi o estudo do romance moçarábico, que não foi levado adiante por conta da falta de documentação.

Das breves considerações biobibliográficas acerca da vida de Adolfo Coelho, podemos depreender o seu grande contributo aos estudos linguísticos do português, não somente como filólogo. Embora muitas vezes ele tenha caído na tendência vigente de análise da língua sob uma perspectiva filológica, o seu grande valor está na introdução das teorias mais modernas da linguagem em Portugal, relacionadas à glotologia, como ele próprio considerava.

4.4.3 CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELOS: A GRANDE ENTRE OS GRANDES

Dentre os grandes nomes da filologia portuguesa, o de Carolina Michaëlis de Vasconcelos figura como referência incontestada, sobretudo por ela ter sido a única presença feminina, em um ambiente – como tantos outros da época – dominado por homens. Nascida em Berlim a 15 de março de 1851, viveu em uma família aristocrática e de seu pai herdou o exemplo de erudição, estendido também a seus irmãos, dos

quais um se tornou um célebre pedagogo e uma, lexicógrafa. Dos sete aos dezesseis anos, completou seus estudos na *Luisenschule* e, estimulada por um professor, passou a se dedicar aos estudos hispânicos. (BASSETTO, 2015)

Ainda jovem, aos 21 anos, já dominava as línguas da península ibérica, a ponto de escrever uma carta a José Leite de Vasconcellos tecendo-lhe, em português, uma série de elogios pela crítica do filólogo a Antônio Feliciano de Castilho. Na ocasião, Leite de Vasconcellos teria feito uma série de comentários negativos à tradução da obra *Fausto*, de Goethe, feita por Castilho, evidenciando, sobretudo a “imbecilidade” do trabalho do tradutor. (REAL, 2011, p.51)

Alguns anos mais tarde, impossibilitada de frequentar a universidade pelo simples fato de ser mulher, tornou-se ‘intérprete oficial do Ministério Interior para os assuntos da Península Ibérica’ (Op.cit., p.52). Na mesma época, ela conheceria o musicólogo e historiador de arte Joaquim António da Fonseca Vasconcelos, com quem se casou em 1876, adquirindo a cidadania portuguesa e transferindo-se para o Porto (BASSETTO, 2015, p. 14).

No mesmo ano, publicou um pequeno livro intitulado *Studien zur romanischen Wortshöpfung*, que constituiu uma grande surpresa para o campo da filologia. Em primeiro lugar, pelo fato de se tratar de autoria de uma mulher, em um meio que não permitia o seu acesso aos estudos superiores. Em segundo lugar, porque, na obra, “[...] havia a ciência mais severa, perfeitamente à altura do seu tempo; revelavam-se conhecimentos profundos, ciência baseada em saber, alheia a especulações mais ou menos espirituosas; e imperavam um critério seguro e uma opinião formada [...]” (MEYER-LÜBKE, 1927, p. 18)

A partir de 1877, passou a se ocupar dos estudos portugueses propriamente ditos e publicou na revista *Ensaio* três artigos intitulados *A Cartilha Portuguesa e em especial a do Sr. João de Deus*. Na sequência, seguiram-se inúmeras publicações, que contabilizadas em 1933, perfaziam um total de 170 estudos, “[...] inferior em quantidade à obra de Teófilo Braga, mas, ao nível da filologia histórica, superior em qualidade[...]” (REAL, 2011, p. 53)

Grosso modo, podemos afirmar que grande parte de sua obra está a serviço prioritariamente da filologia como *crítica textual*, ou seja, preocupada especificamente

com aspectos históricos e textuais, no que concerne ao estabelecimento, à edição de textos antigos. Em suma,

Com efeito, provinda da escola positivista alemã, o amplo e esforçado trabalho desta autora está destinado todo ele para a preparação de edições críticas histórica e filologicamente irrepreensíveis e não para a exaltação de elementos linguísticos e literários de caráter estético. Pela sua obra publicada, mais do que a formulação de sínteses especulativas sobre o valor propriamente literário da obra, evidencia-se ser aquele o seu grande objetivo, o da crítica textual. Importava-lhe definir rigorosa e inabalavelmente um corpus definitivo da obra literária. (REAL, 2011, p.53)

Todo o seu mérito como filóloga foi reconhecido pelos portugueses não só pelo prestígio adquirido por seus trabalhos como também por ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de professora na Faculdade de Letras de Lisboa, com a instauração da República, em 1910. Entretanto, no ano seguinte, foi transferida, a seu pedido, para a Faculdade de Letras de Coimbra, por considerá-la mais próxima à sua casa no Porto, onde permaneceu até a morte, em 16 de novembro de 1925.

As informações aqui apresentadas são de grande relevância para compreendermos o papel de Carolina Michaëlis de Vasconcellos para as letras portuguesas, cujo legado ainda se mantém perpetuado em Portugal. Assim sendo, podemos afirmar que, a seu modo, ela também foi pioneira não só na moderna crítica textual portuguesa como também por ter sido a única mulher a se destacar entre os filólogos, demonstrando sua força em se impor em um meio que sequer permitia o acesso das mulheres à educação superior.

4.5 EM BUSCA DA LÍNGUA PRIMITIVA: O ADVENTO DO GALEGO-PORTUGUÊS

No capítulo 2 desta dissertação, ocupamo-nos em apresentar, entre outros aspectos, o *estado da arte* com relação aos pesquisadores que se têm ocupado em estabelecer o lugar do galego na origem da língua portuguesa. Com isso, buscamos também justificar a pesquisa empreendida, levando em conta as candentes discussões sobre o tema, apesar de ele ainda ter pouco relevo no contexto acadêmico brasileiro.

Conforme pudemos atestar na reconstrução do *clima de opinião*, o século XIX demonstrou-se crucial para os destinos das ciências da linguagem, e o advento da

gramática comparada motivou um retorno ao passado das línguas. No contexto português, os aspectos da *história externa* foram essenciais para realçar algumas características do *conhecimento linguístico* produzido no país.

O nacionalismo trazido no bojo das transformações sociais impregnou sobremaneira o pensamento sobre a língua, em um Portugal que buscava novos caminhos, diante da situação enfrentada: há muito o império ultramarino se tinha esvanecido sob as brumas de um atraso nos mais diversos setores. Além disso, a independência do Brasil e, anos mais tarde, a questão com os ingleses intensificaram a postura de tentar proteger, de todas as formas, a nação, que há muito perdera o prestígio de outrora. Da mesma forma, a língua também deveria ser resguardada e figurar como símbolo dessa nacionalidade.

4.5.1 A RESPOSTA DE LEITE DE VASCONCELLOS A AUGUSTO G. BESADA, EM 1887: O “PORTUGUÊS-GALEGO”

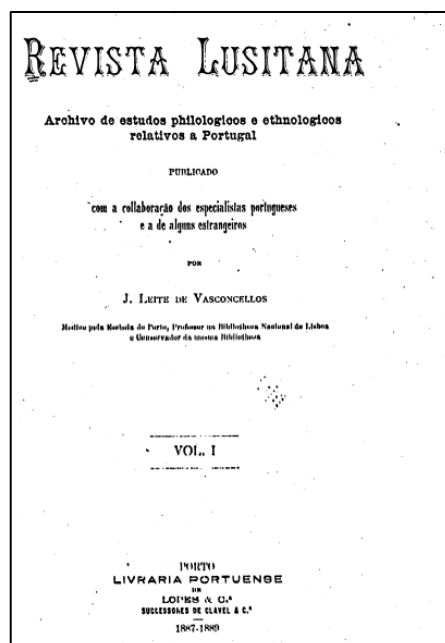
4.5.1.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A REVISTA LUSITANA

O primeiro texto que compõe o *corpus* deste momento de nossa pesquisa faz parte do periódico denominado *Revista Lusitana*, publicado a partir de 1887 sob a chancela do próprio Leite de Vasconcelos. A publicação, conforme se verifica no prólogo do primeiro número, teria como escopo precípua a divulgação de estudos especificamente filológicos e etnológicos, levando em conta “[...] renovação intellectual, por que o presente seculo está passando” (VASCONCELOS, 1887, p. 1). Nesse sentido, seria atingido um fim “[...] ao mesmo tempo theoricos [sic] (sciencia pura) e práctico (ensino escholar, etc.). (Op.cit., p.2)

Mais amplamente, todos os estudos serviriam unicamente à formação de uma “consciência da nacionalidade”, levando em conta a intersecção dos temas de interesse com a história. Nesse sentido, os elementos constituintes do nacionalismo encontrariam guarida “no estudo das linguas, das tradições populares e o das raças” (Op.cit., p.2) ao qual seriam dedicadas as páginas dos intelectuais da época que, embora poucos – como reconhecia o próprio Leite de Vasconcelos -, estavam “[...] consagrados de alma e coração a trabalhos philologicos e ethnologicos”. (Op.cit., p.2)

Como podemos observar, a questão da nacionalidade está presente já na concepção da revista, um claro reflexo do clima de opinião, motivado pelos inúmeros movimentos populares que eclodiram no século XIX. Além disso, notamos o compromisso com a divulgação dos saberes científicos, em consonância com o pensamento da época, visivelmente influenciado pelo desenvolvimento da ciência.

Figura 20: Frontispício da Revista Lusitana



Fonte: REVISTA LUSITANA (1887-1889)

4.5.1.2 A RESPOSTA DE LEITE DE VASCONCELOS

O texto publicado na Revista Lusitana encontra-se na parte denominada *Bibliographia*, destinada à crítica de obras recentemente lançadas. O título *Historia de la literatura gallega* foi um grande marco na bibliografia sobre o assunto, em uma época de revitalização do idioma galego, denominada *Rexurdimento*. O autor, Augusto Gonzalez Besada, era galego da cidade de Tui, formado em Direito e de grande erudição. Chegou a ocupar cargos públicos, inclusive o de Ministro da Fazenda, dada a importância de sua família, de muito prestígio em Pontevedra.

Logo no início do artigo, Vasconcelos critica algumas afirmações de Besada, atribuindo-lhes falta de bases tanto filológicas quanto de crítica literária. Segundo o

filólogo português, “[...] a forma preocupa-o um pouco, do que resulta dar-nos elle ás vezes, em lugar de ideias novas ou factos ou factos bem averiguados, apenas phrases rhetoricas que só satisfazem o ouvido”. (VASCONCELOS, 1887, p. 183)

Diante de tal constatação, critica a afirmação do autor galego sobre a impossibilidade de estudar o passado bárbaro das línguas, por não haver regras nele. O filólogo português manifesta-se contra esse posicionamento, valendo-se, para refutar o argumento, do fato de as línguas serem “[...] em parte produtos naturaes, em parte produtos sociaes”.

Aqui notamos a forte influência dos estudos da época, e provavelmente os posteriores a Schleicher, que relacionavam a língua às ciências naturais. Certamente, a concepção interessava muito ao autor, devido à sua formação precípua em Ciências Naturais e em Medicina. Aliás, conforme assinala Nemésio (1960, p. 102), já no curso de medicina, Vasconcelos buscou a aproximação entre os estudos científicos e os linguísticos, como se observa na tese defendida para receber o título de médico-cirurgião, intitulada *A Evolução da Linguagem*.

Apesar de não haver nenhuma menção específica a Schleicher, outros estudiosos são claramente citados no texto, dentre eles Diez e Adolfo Coelho, para questionar o modo como Besada apresenta a origem e o desenvolvimento do galego. De acordo com Cidade (1960, p. 40), “[...] foi a Epifânio e a Adolfo Coelho que [Vasconcelos] tomou como mestres, no seu vasto campo de actividade que empenhou todos os seus esforços”, atestando a grande influência de Coelho na obra de Vasconcelos.

Para o filólogo português, o autor galego “[...] deixa-se ás vezes levar pela phantasia, attribuindo ao celta [sic], ao grego, etc., influencias mais que duvidosas sobre a linguagem da Galliza[...]”. Dessa fala, podemos extrair a preocupação dos autores da época em estabelecer ligações entre as línguas, como resultado dos estudos da filologia e da glotologia, influenciados pelo avanço nos estudos da gramática histórico-comparativa. Também merece destaque a menção à língua celta como sendo uma influência do galego. Garcia-Turnes (2008, pp.33-34) afirma que tal hipótese deveu-se ao “[...]celtismo antropológico e histórico que os galegos tomaram

fundamentalmente dos franceses”⁸⁷. Por conta disso, os estudiosos galegos estenderam a influência ao seu idioma. Apesar das influências dos falares estrangeiros, “[...] nunca puderam submeter o espírito e a essência do povo originário”⁸⁸.

O grande foco da crítica, no entanto, é o capítulo V da obra de Besada, o qual, segundo Vasconcelos “[...] interessa mais a nós portugueses, porque o A. pretende provar, fundando-se apenas em passagens de vários escriptores, que o gallego gerou a nossa língua, e que esta se deve considerar como um sub-dialecto d’aquella[...]”. Esta é a grande polêmica contra a qual o autor português se vai manifestar, e o que surpreende é a discussão já ser levantada no século XIX. Observemos também a questão da genealogia, evidenciada por meio do uso do termo “gerou”. Além disso, é interessante destacar que ele não menciona os autores dos quais Besada teria se valido para sustentar sua posição. A seguir, transcrevemos como o autor português apresenta a refutação da teoria apresentada pelo autor galego:

[...] Eu já disse algures que a questão de linguas, dialectos, co dialectos e sub-dialectos, é uma questão prática, vindo tudo a ser a mesma cousa em theoria. O A. foi levado aqui por um espírito de nacionalidade; de facto eu tenho como exato o seguinte: a lingua dos Romanos, trazida para a Lusitania (que comprehendia a Gallaecia), transformou-se cá em um idioma que chamarei *português-galego*, que, apesar de variedades ou ao menos tendencias dialectaes que havia de apresentar desde a origem, mantinha uma tal ou qual unidade como se observa nos primitivos documentos escritos; depois, em virtude de condições communs a todos os idiomas, e de outras particularidades a este (como a vida historica de Portugal, a absorção da Galliza na Hispania, etc) o *português-galego* diferenciou-se cada vez mais, constituindo de um lado o *gallego* (com os seus dialectos) e do outro lado o *português* (com os seus dialectos e sub-dialectos). Vê-se pois que estão ambos nas mesmas relações com o latim e que não se deve dizer nem que o gallego provém do português, nem este d’aquelle. Mas, na vida social e litteraria, qual das duas linguas é mais importante? A que se tornou órgão de um povo independente e pregressivo, senhor de uma litteratura riquissima, collaborador activo e fecundo da civilisação, ou a que pouco mais serve do que para os usos domésticos de uma provincia annexada a um reino, e cuja litteratura, vida e influencia social se não podem comparar com a da outra? Evidentemente a primeira. E’ por isso que eu digo que o português é propriamente uma *lingua* e o *galego* um *co-dialecto*⁸⁹ do português, pois na classificação dos idiomas romanicos da peninsula estes dois idiomas hão de forçosamente ficar juntos e numma certa relação, que não pode de modo

⁸⁷ Tradução nossa, do galego: “[...]” celtismo antropológico e histórico que os galegos tomaram fundamentalmente de autores franceses.” (GARCIA-TURNES, 2008, p.33)

⁸⁸ Tradução nossa, do galego: “[...]” nunca puderam someter o espírito e a essência do povo originário”.

⁸⁹ Aqui devemos ressaltar que a visão de codialeto está calcada em aspectos sociais e não históricos. Sobre a questão, Bagno (2019 [2013], p.324) postula ser puramente política a diferenciação entre língua e *dialeto*, embora os linguistas se tenham empenhado em encontrar, sem sucesso, critérios para estabelecer tal distinção. No texto de Vasconcelos isso se evidencia quando o autor menciona a importância “literária e social” do português frente ao galego.

algun deixar de ser aquela. Attendão de mais a mais os escriptores gallegos á acção absorvente da lingua e da litteratura castelhanas sobre a sua, o verão claramente que não devem pertender para o gallego o nome de *lingua* e para o português de *sub-dialecto*. Nesta exposição não entrei em consideração com outros idiomas raianos que, numa classificação glottologica, ficão igualmente ao lado do *português-gallego*. Não cuide o snr. Besada que me cega o amor da patria; eu até concedo-lhe muito mais do que varios philologos romanistas que considerão o gallego como dialecto português. Mas eu entendo que a sciencia está superior a todos os preconceitos.

Inicialmente, devemos destacar a menção de Vasconcelos ao “espírito de nacionalidade” que teria levado o autor galego às considerações refutadas no artigo. Em outras palavras, as afirmações de Besada teriam sido motivadas por um nacionalismo, do qual também não escapa o filólogo lusitano, embora tente deixar claro, em alguns momentos, não ter tal motivação. A primeira mostra de não ser essa afirmação tão acertada é a própria divisão apresentada sobre as origens de Portugal. Quando ele diz que a Lusitânia “compreendia a Gallaecia”, está claramente submetendo o território galego ao português, e isso, na realidade, não ocorreu.

No capítulo 2, quando também nos ocupamos de estabelecer um panorama histórico da região a que chamamos *Portugalícia*, ficou evidente a divisão proposta pelos romanos da chamada *Gallecia Magna* e, em nenhum momento, se pode dizer que ela pertencia à Lusitânia. Além disso, os próprios contemporâneos de Vasconcellos, como Alexandre Herculano, já diziam estar o nascimento de Portugal submetido a “[...] um ângulo da Galliza”, demonstrando a imprecisão histórica da afirmação do filólogo português.

O fato de o autor denominar a língua comum entre os dois povos de *português-galego* também suscita alguns questionamentos, dentre eles o de não existir, entre os estudiosos da época, uma homogeneidade na denominação do romance. Ao mesmo tempo, o fato comprova como o tema teria sido debatido no Oitocentos, em claro reflexo dos estudos filológicos, que voltaram ao passado das línguas e, no caso do português, se depararam com esse estágio, até então sem denominação específica. Outro aspecto importante é o fato de o adjetivo português anteceder o galego, colocando aquele em posição de destaque com relação a este, como se pode confirmar na leitura do próprio texto.

Vasconcelos também afirma a existência de diferenças entre ambos os idiomas desde a origem do *português-galego*. No entanto, essa afirmação contraria a própria postura científica assumida por ele, pois não há documentação suficiente para

comprovar as diferenças primordiais entre ambas as línguas. Em seguida, não descarta a uniformidade do romance e atribui ao desenvolvimento de Portugal o fato de ter havido uma definitiva ruptura da unidade inicial.

Mais adiante, ao estabelecer uma relação de igualdade na origem latina de ambos os idiomas, o autor manifesta a continuidade do pensamento da filologia românica, empenhada na reconstrução do passado histórico das línguas levando em conta suas relações com a língua latina. Assim, aceitar a origem do português como sendo galega, subverteria o paradigma filológico e, do ponto de vista genealógico, ambas descenderiam do mesmo ancestral. Logo, o português e o galego são idiomas filhos do mesmo progenitor, o latim.

Embora o autor também afirme ser a ciência “superior a todos os preconceitos”, fica evidente o tom laudatório dedicado a Portugal e o consequente menosprezo à história da Galícia, submetida ao jugo castelhano e, por isso, de pouca ou nenhuma expressão histórica até aquele momento. Por essa razão, atribuir ao português, em um momento tão delicado para o seu senso nacionalista, uma origem “provinciana” – levando em conta a situação da Galícia – seria certamente inconcebível. Sobre a questão, Bagno (2012, pp. 223-224, grifos do autor) considera:

Por causa de sua localização afastada com relação aos centros políticos, econômicos e culturais do resto da Espanha, a Galiza sempre foi (e até hoje é) a região mais pobre e menos desenvolvida do país. Sua população e sua língua viveram marginalizadas e sempre sofreram forte discriminação por parte dos demais povos que habitam a Espanha [...]

A situação marginalizada do galego decerto contribuiu para que os filólogos portugueses do século XIX não sentissem grande estímulo em reconhecer e assumir a evidência de que *o português era e é a continuação histórica da língua galega*, levada cada vez mais para o sul, à medida que os reis portugueses expandiam seu território. Não seria digno de um povo soberano e conquistador, responsável pelas aventuras marítimas que revelaram o resto do mundo aos europeus, ter como ancestral uma língua de campônios rudes, uma língua sem prestígio.

Vasconcelos cita uma série de autores que classificaram o galego como dialeto do português, embora não concorde com tal classificação. A seu ver, aquele seria um codialeto deste, o que, de certa forma, reflete uma posição mais ponderada ou, pelo menos, mais cientificamente possível. Também devemos levar em conta a menção à “classificação glotológica”, em clara referência aos estudos científicos da linguagem da época, ocupados em estabelecer as relações entre as línguas. Nesse ponto,

notamos uma certa equivalência entre os argumentos de ordem filológica e os de ordem glotológica. Portanto, quando se alude à filologia, certamente parte-se do princípio de uma filologia românica, já distante da crítica textual e relacionada às teorias vigentes.

Na parte final da argumentação, o filólogo reitera que sua postura não está baseada em nenhum tipo de nacionalismo. Contudo, como pudemos constatar, ele mesmo incorre em alguns desvios – até mesmo do ponto de vista histórico, que lhe eram tão caros – para diferenciar ambos os idiomas e, sobretudo, não permitir uma aproximação filial entre o português e o galego.

4.5.2 ADOLFO COELHO E A LÍNGUA “GALLECIO-PORTUGUEZA”

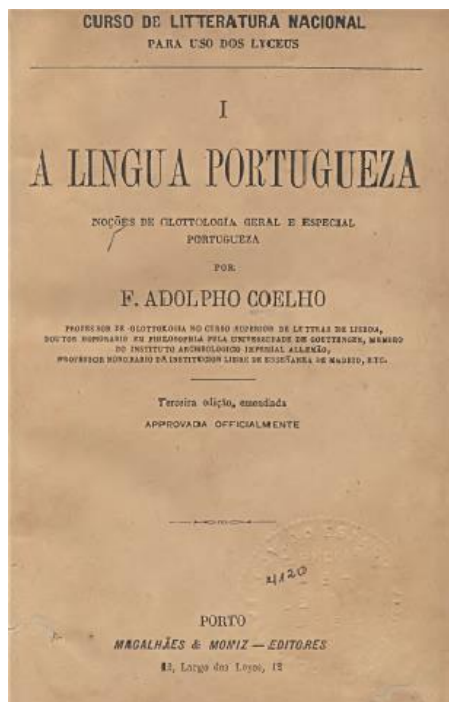
4.5.2.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A OBRA

No cerne da discussão sobre o português e o galego e a origem comum a ambos, chegamos às considerações de Adolfo Coelho, outro filólogo de relevância à época. Encontramos os seus postulados em um capítulo destinado especificamente à questão, parte da obra *A lingua portuguesa: noções de glottologia geral e especial portuguesa*.

A primeira edição data de 1881 e, se comparada às posteriores, apresentou consideráveis mudanças a partir da segunda, em 1887. Neste trabalho, tivemos acesso à terceira edição, provavelmente de 1896. De acordo com Silva Neto (1949, p.8), “[...] de todos os seus livros de síntese, é este o que se apresenta melhor, tanto pelo método revelado no plano, como pela segurança da doutrina que, salvo num e noutra [sic] ponto, ainda hoje se pode manter”.

A obra está dividida em três seções, assim dispostas: “Secção I: Noções gerais”; “Secção II: O latim e as línguas românicas”; “Secção III: Formação do léxico português”; e Secção IV: Noções de história da língua portuguesa escrita”. Na segunda seção, desde a segunda edição, foi acrescentado um pequeno capítulo denominado “Português e galego”, no qual se discute brevemente a relação entre ambas as línguas.

Figura 21: Frontispício da obra de Coelho



FONTE: COELHO, 1896.

4.5.2.2 UMA ANÁLISE GLOTOLÓGICA DO GALEGO

Coelho, pioneiro em introduzir as ideias de Diez em Portugal, mantém-se fiel à sua proposta de estabelecer a glotologia em seu país. Por conta disso, esteve sempre atento às questões linguísticas e talvez essa característica o teria levado a introduzir o capítulo sobre o português e o galego. O acréscimo, em grande medida, comprova como a discussão tornou-se candente em sua época, levando em conta os estudos histórico-comparativos.

Logo de início, ele afirma ter havido uma “quasi completa identidade de linguagem entre o reino de Portugal e da provincia do noroeste da Hispanha”. Para sustentar a posição, vale-se justamente da *comparação* de documentos escritos, dentre eles o *Cancioneiro de Afonso X de Castella*, escrito em galego, e os cancioneros medievais portugueses *do Vaticano, da casa Brancuti e o da Ajuda*. Além deles, são citados também os documentos de Lugo e outros de Santiago de Compostela, já de séculos posteriores ao período de vigência da língua comum. Todo

esse movimento corrobora o *modus operandi* dos estudiosos oitocentistas, a incessante atividade comparatista.

No que concerne à relação entre ambas as línguas, Coelho mantém a mesma postura de Leite de Vasconcelos, e não considera que houve dialeção nem do galego para o português, nem do português para o galego. Diferentemente de seu contemporâneo, Adolfo Coelho considera que ambas tenham saído “[...] d’uma mesma base commum, a lingua gallecio-portuguesa dos seculos XII a XIV”.

Aqui notamos uma mudança nas questões genéticas: partindo da premissa do autor, o português teria advindo dessa língua galécio-portuguesa e, por isso, a filiação latina se modifica. Houve um estágio anterior, que gerou o português, e ele seria então descendente menos direto do latim. Além disso, observamos o estabelecimento de um período específico de dois séculos, que coincide com o surgimento de Portugal. Talvez por isso, o termo português tenha sido acrescentado, pois a essa altura o país já estava, de certo modo, consolidado.

Também diferentemente de seu contemporâneo, Coelho faz uma análise comparativa do galego de sua época, a fim de explicitar as diferenças entre ele e o português. O recurso utilizado pelo autor demonstra, mais uma vez, a forte influência da gramática comparada, tão cara aos estudos da ocasião. As principais particularidades elencadas seriam: a conservação de algumas formas arcaicas, descontinuadas em português; a mudança de outras formas medievais, mantidas em português; o uso de palavras castelhanas; a existência de vocábulos desconhecidos em português; e as diferenças no significado de algumas palavras em relação ao português.

O modo como o glotólogo compara as línguas ainda revela outra característica considerável: a influência clara da escola dos *neogramáticos*. Isso porque eles postulavam um estudo das línguas vivas, partindo de comparações menos arcaicas e sem a preocupação de estabelecer o ideal da protolíngua. Nesse sentido, Adolfo Coelho se mantém claramente fiel a tal pressuposto, pois se vale da comparação de duas “línguas vivas”, sem necessidade de correspondê-las com o latim.

Apesar da brevidade da exposição, podemos notar claramente a influência do clima de opinião no *modus operandi* do glotólogo, sobretudo ao estabelecer uma comparação entre os dois estágios mais modernos das línguas, deixando um pouco

a questão filológica dos textos antigos e se aproximando mais da *glotologia*. A mudança na nomenclatura do binômio utilizado para se referir ao estágio mais primitivo do qual o português se originaria também corrobora a tese de ela ser algo novo para a época, advindo da revisitação do passado das línguas, característica marcante do século XIX.

4.5.3 CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS E O “GALEGO-PORTUGUÊS”.

4.5.3.1 AS LIÇÕES DE FILOGIA PORTUGUESA

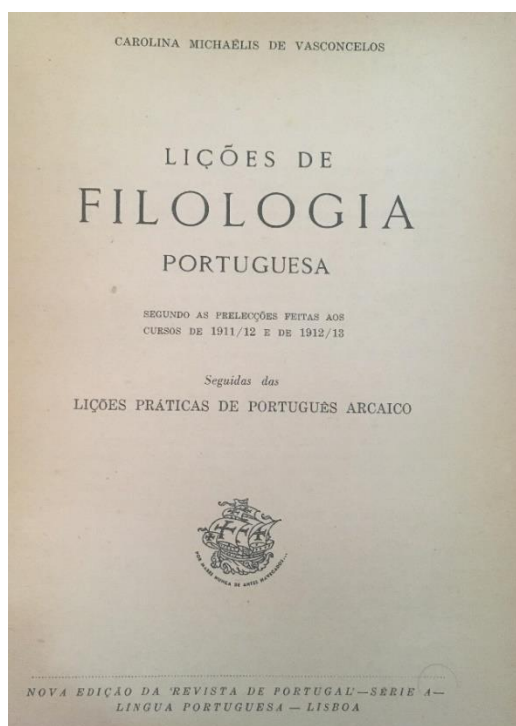
De todos os textos selecionados, o único que não pertence efetivamente ao século XIX é da filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Contudo, devemos ponderar o fato de as suas ideias serem marcadamente ligadas ao Oitocentos, refletindo o espírito de época da filologia românica, à qual a autora esteve inexoravelmente ligada ao longo de toda a sua carreira, dedicada principalmente à edição crítica de textos antigos portugueses.

Conforme assinala Bassetto (2015), o livro não consta da bibliografia oficial de Michaëlis de Vasconcellos justamente por ela não o ter escrito para publicação. Tratava-se de um “guia para exposição oral” para as aulas ministradas na Universidade de Coimbra entre os anos de 1911 a 1913. A disciplina, que tinha o mesmo título do livro, foi procurada por inúmeros estudantes, revelando o prestígio da filóloga no meio acadêmico.

A obra se inicia com o discurso lido pela autora na Sala dos Capelos quando de sua apresentação oficial na Universidade de Coimbra, conforme se lê em nota de rodapé, de autoria desconhecida, mas que remete à Revista da Universidade de Coimbra. Posteriormente, seguem as lições, divididas em quatro partes: a primeira, com as preleções feitas ao curso de 1911/1912, acrescida de um apêndice sobre a ortografia nacional; a segunda, intitulada *Filologia Portuguesa*, com as preleções feitas ao curso de 1912/1913; a terceira, de título *Filologia Portuguesa II*, que não faz nenhuma menção sobre a origem dos textos; e a quarta, nomeada *Lições práticas de português arcaico: leitura e explicação de textos dos séculos XIII e XIV (em fac-símiles de manuscritos antigos)*.

O texto por nós selecionado encontra-se na terceira parte da obra, na qual a autora se ocupa da filologia portuguesa. Apesar de não haver menção à data, como ocorre nas duas partes anteriores, certamente trata-se de uma aula dada entre os anos de 1912 e 1913. Observando a ordem disposta entre parênteses no título (XIII), chegamos à conclusão de se tratar da continuação das aulas exaradas na parte II, correspondentes ao referido período.

Figura 22: Frontispício das Lições de Filologia Portuguesa



FONTE: VASCONCELLOS, 1956

4.5.3.2 O “NASCIMENTO” DO GALEGO-PORTUGUÊS

No texto, o intuito de Michaëlis de Vasconcellos é dar noções de *lexicologia*. Para tanto, ela se vale de um recurso muito próprio de seu estilo: a explicação do termo, ou seja, a busca pela origem do vocábulo. A partir daí, traça um percurso desde o étimo *léxicon* até chegar ao conceito efetivo de *lexicologia*, como “[...] a ciência que se ocupa dos vocábulos que constituem uma língua[...]” (p. 263).

Em continuação, faz referência a alguns nomes essenciais ao estudo do léxico, considerando ser ele a matéria-prima da glotologia. A menção à ciência da linguagem

denota não haver, entre os autores da época, uma distinção muito rígida entre ela e a filologia. Aliás, a própria filóloga considera a glotologia como parte integrante dos estudos filológicos, em sua visão, mais amplos.

Dentre os autores mencionados, destacam-se Diez – caracterizado como o fundador da Romanística – e Meyer- Lübke – considerado o “grão-mestre” à época em que o texto é produzido. A menção é importante para corroborar a pertinência da decisão de termos colocado a autora como pertencente ao século XIX, embora tivesse produzido o texto selecionado no início do século XX. Além disso, a menção aos grandes nomes da chamada gramática histórica é essencial para reafirmar a importância de Vasconcellos para os estudos linguísticos portugueses, por ter sido uma das primeiras a se valer das teorias científicas da linguagem, embora se mantivesse mais filiada à filologia que a glotologia propriamente dita.

A análise lexicológica inicia-se com uma afirmação importante: “Em primeiro lugar é preciso compenetrarmo-nos do facto amplamente provado que a língua portuguesa é filha da latina” (p.264). Com base nessa observação, percebemos o compromisso da autora em estabelecer uma filiação direta do português ao latim, em termos muito comuns à época, levando em conta a preocupação em estabelecer relações “genéticas” entre os idiomas.

Na sequência, são apresentados outros membros da família neolatina, dentre eles o espanhol/castelhano, considerado “gêmeo” do português, bem como do provençal, francês, italiano, romeno, ladino e sardo. A filóloga lança mão desse recurso justamente para reforçar a questão das semelhanças entre as línguas não só entre si, como também “às feições maternas” (p. 264). O artifício serve também para a digressão posterior, que trata especificamente do latim. Em determinado momento, passa a se ocupar efetivamente em Portugal e chega, invariavelmente, ao estágio de vigência da língua *galego-portuguesa*. Considera-a o idioma da poesia trovadoresca e faz inúmeras menções aos seus estudos críticos do *Cancioneiro da Ajuda*, publicado em 1904.

Mais adiante, apresenta a justificativa por que se valia da nomenclatura *galego-português* para se referir à “[...] língua e literatura do 1º período (arcaico), da civilização neo-latina em Portugal”. Inicialmente, considera questões geográficas, esclarecendo que a Galiza abrangia um território muito maior do que o posterior à demarcação do

Condado Portucalense. Além disso, destaca a relevância da região até mesmo após a fundação do Condado, cujo domínio esteve ligado a famílias galegas. Também alude à designação *galego* ser dirigida não só aos nativos da região propriamente dita, mas também a todos os cristãos reconquistadores “[...] Portucalenses, Asturianos, Leoneses e Castelhanos”.

Para não parecer depreciativa com a história portuguesa e o papel do seu povo de adoção no cenário da época transcrita, a autora passa a falar sobre a origem da palavra Portugal e a demonstrar que a região também era conhecida em outros lugares. Essa atitude revela traços do nacionalismo vigente, acentuado nas últimas décadas do Oitocentos (Garcia-Turnes, 2008), justamente o período em que se produziram os textos analisados neste trabalho.

Continuando a sua justificativa para o uso do binômio *galego-português*, apresenta uma síntese. A fim de melhor compreendermos, optamos por transcrevê-la a seguir:

Galego representa *galaico*, *calaico*, vocábulo em que tanto o radical como o sufixo são provavelmente célticos. *Gallaecia*, *Callaecia*, designava um país de densas florestas, sempre verdes, florestas que também circundavam o Pôrto até às margens do Douro.

Resumindo, *galego-português* é portanto designação historicamente exacta daquele *romance* ou língua neo-latina, que se desenvolvera vagarosamente (durante o império romano o dos Suevos e Visigodos, e durante o domínio árabe, mas sobretudo nos séculos da Reconquista) do latim vulgar dos primeiros séculos da era cristã, em toda a faixa ocidental da península ibérica, desde o Guadiana até o mar Cantábrico.

Originariamente, nas regiões *setentrionais*, nas duas margens do rio Minho, do mar até ao Douro, no condado (temporariamente reino) da Galiza e no condado e futuro reino de *Portugal*. [...]

Apesar da desunião política, houve unidade lingüística.

Unidade completa, ou quási completa, quanto à linguagem culta, empregada com admirável destreza por todos os poetas líricos da península, quer fôsem Galegos e Portugueses, quer nascessem no centro, no oriente ou no sul da península, ou poetassem em Jaen ou Sevilha no período trovadoresco.

Unidade também quanto a textos em prosa, elaborados no mesmo período, mas êsses somente, se eram redigidos por verdadeiros Galizianos ou Portucalenses. (VASCONCELLOS, 1956, pp.274-275, grifos da autora)

Da fala da autora, devemos destacar alguns aspectos importantes. O primeiro deles é o fato de se mencionar uma designação “historicamente exata” da língua falada na região. Levando em conta o surgimento do reino da Galícia e o surgimento de Portugal – mesmo com a fundação do Condado – a classificação não é tão exata do ponto de vista histórico, principalmente se considerarmos o destaque do reino

galego frente ao inexpressivo território português, como já aludimos no capítulo 1 deste trabalho.

O segundo aspecto é o fato de a autora considerar o galego-português como “romanço ou língua neo-latina”. Ora, se se tratava de uma língua propriamente dita, a filóloga se contradiz, ao iniciar sua preleção afirmando ser o português filho da língua latina. Como vemos, não fica claro em que termos essa língua galego-portuguesa se relaciona com o português: nem se afirma serem ambos a mesma língua, nem se considera o romanço a verdadeira origem da língua portuguesa.

O terceiro aspecto é a concordância com a ideia de unidade linguística entre os portugueses e os galegos. Considerando os dois autores analisados anteriormente, chegamos à conclusão de ser ponto pacífico entre todos eles o fato de o romanço ser uma língua comum entre os povos. Isso é importante para percebermos como o surgimento do binômio está atrelado aos estudos da filologia românica: o retorno ao passado do português e a consequente constatação do período de concomitância linguística fizeram com que ele fosse nomeado obedecendo ao nacionalismo da época. Além disso, o próprio estudo científico, preocupado em estabelecer ligações genéticas entre as línguas, demandava a sua categorização em famílias e, para tanto, urgiria a necessidade de uma designação para cada uma delas, ou seja, um nome.

Ainda nessa parte, serão destacados alguns aspectos da língua galega da época dos cancioneiros, enfocando a presença dos *galeguismos*, termo que a autora sugere ser substituído por arcaísmos. No fim da seção, conclui que as divergências “outrora mínimas”, assumiram proporções maiores, como “[...]conseqüência natural da evolução independente, e diversa de um lado da língua portuguesa [...] e pelo outro lado das evoluções vulgares dos dialectos galegos, sem cultura consciente durante séculos. Esta consideração denota a forte presença dos ideais evolucionistas, sobretudo pelo uso dos termos “natural” e “evolução”, em grande medida relacionados a Schleicher. Além disso, o modo como o galego é caracterizado nos permite, mais uma vez, compreender o motivo por que o português não poderia ser a ele associado diretamente em uma relação de ascendência.

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise historiográfica empreendida nesta última parte de nossa pesquisa levou-nos à constatação de outro movimento importante na história da língua portuguesa, sobretudo no que concerne à demarcação de sua origem. A leitura dos textos mostrou a ligação do clima de opinião com a revisitação do passado do português, levando os estudiosos a considerarem o estágio mais primitivo do idioma.

Por conta da ausência de uma nomenclatura para a fase do romance comum tanto em Portugal quanto na Galícia, os filólogos da época optaram por utilizar um binômio, que variava entre os autores. Aqui, observamos a ocorrência de três diferentes nomenclaturas: *português-galego*, *língua gallecio-portuguesa* e *galego-português*.

O fato de o adjetivo português ser comum a todos revela, sobremaneira, a preocupação em não marcar uma origem não latina à língua, e sobretudo galega, o que ligaria a língua portuguesa não só ao inimigo espanhol – reativada a rivalidade no início do século XIX com a invasão espanhola anterior à francesa – como também a um idioma de um povo provinciano, ultrajando o passado lusitano de conquistas e de prestígio no cenário mundial.

Dos três autores apresentados, somente Adolfo Coelho e Carolina Michaëlis de Vasconcellos se preocupam em demarcar o período de vigência dessa língua comum entre os dois povos, e as datas mencionadas – do século XII ao XIV – demonstram que ambos consideravam o surgimento de Portugal para poderem justificar o adjetivo português no binômio utilizado para designar a língua do período. De certa forma, embora seja uma atitude coerente com o espírito científico do momento, não podemos deixar de questionar o fato de o idioma comum ser vigente antes mesmo do surgimento do Estado português propriamente dito.

O *modus operandi* dos estudiosos também revela claramente as influências das teorias linguísticas da época. Leite de Vasconcelos e Michaëlis de Vasconcellos, por exemplo, demonstram estarem muito mais ligados aos princípios da filologia – entendida como crítica textual – principalmente pelo fato de ambos terem, inclusive, lançado-se à edição crítica de textos do cancioneiro medieval português, embora percebamos uma postura pós-dieziana nas colocações de Leite de Vasconcelos e

uma influência schleicheriana em Michaëlis de Vasconcellos, além de ela citar autores como Meyer-Lübke no texto analisado. Já Coelho, responsável pela introdução das ideias de Diez em Portugal, opta por uma análise mais “glotológica”, enfocando a comparação entre o galego moderno e o português. Além disso, essa atitude liga-o inexoravelmente à escola dos neogramáticos, que propunham a análise comparativa das línguas vivas.

Se por um lado os autores mostram-se preocupados com a visão comum a todos os estudiosos do Oitocentos – a de estabelecer um cientificismo no trato da linguagem -, por outro lado não conseguem fugir à tendência nacionalista. Isso levaria Leite de Vasconcellos, por exemplo, a subverter algumas questões históricas para demarcar uma Galícia já subordinada à Lusitânia ainda nos primórdios do vindouro povo português.

Em grande medida, tal postura será crucial não só para o advento da denominação da língua comum como também para modificar as relações genéticas entre o português e o latim. Se observamos as considerações de Coelho, por exemplo, a paternidade latina – tão comum no século XVI – pode ser questionada, pois o autor preconiza a “língua galécio-portuguesa” como sendo a origem da portuguesa. Dos três autores, apenas Michaëlis de Vasconcellos mantém claramente a postura de considerar a filiação latina do português. No entanto, em seu texto, alguns pontos podem suscitar dúvidas quanto à paternidade, pois ela se refere ao galego-português como sendo um romance ou língua neolatina, não esclarecendo se se trata da mesma língua ou de outra.

Apesar de o latim ainda figurar como um possível “pai” da língua portuguesa, a falta de clareza na caracterização da língua falada até o século XIV nos leva à conclusão de a ilegitimidade na filiação ser motivada justamente pela preocupação em defender o idioma lusitano da influência espanhola – advinda via galego. Por conta disso, percorrem-se dois caminhos: manter a paternidade – ou até mesmo maternidade como em Michaëlis de Vasconcellos – do latim ou atribuí-la ao galego-português e suas variantes.

CONCLUSÃO

O presente trabalho, cujo título traduz metaforicamente o espírito de época dos dois séculos que compõem o recorte temporal proposto, objetivou à análise da origem da língua portuguesa contada em dois momentos distintos da história, de grande relevância ao cenário linguístico de Portugal. Para tanto, operamos com duas premissas: a do apagamento do galego e a do seu ressurgimento.

Ambas se traduziram por meio de dois conceitos do âmbito jurídico, respectivamente, *a ocultação de paternidade e a filiação ilegítima*. A escolha dos termos reforça a visão de língua tão cara aos protogramáticos do século XVI e aos filólogos do século XIX. Para eles, as relações entre os diferentes idiomas traduziam-se por meio de metáforas de consanguinidade e parentesco. Embora sejamos conscientes da mudança ocorrida nessa visão após o advento dos estudos linguísticos, a discussão, introduzida em termos de “paternidade” e “filiação”, permitiu ilustrar com mais clareza o ponto de vista adotado pelos autores dos períodos selecionados.

Inicialmente, traçamos um percurso que partiu do (s) conceito (s) de história, passou pela historiografia e chegou à historiografia linguística, a base teórica utilizada para a execução das análises. Na ocasião, buscamos não somente apresentar a disciplina e seu método, mas também inseri-la e ressignificá-la no âmbito dos estudos históricos e linguísticos. Isso porque, para entender a historiografia linguística, consideramos ser necessário, antes de mais nada, compreender a qual conceito de historiografia ela está vinculada e, por sua vez, em qual visão de história ela se baseia.

Assim, chegamos à nova história, advinda do movimento dos *Annales* e, posteriormente, estabelecemos as relações entre ela e a nova visão de *historiografia*, compreendida como “os estudos críticos sobre a história”. A partir dele chegamos à historiografia linguística, buscando, a priori, diferenciá-la de outras disciplinas linguísticas de viés histórico, numa proposta apofântica que garantisse a sua individualização no campo das ciências da linguagem.

Em um segundo momento, buscamos apresentar a visão tradicional que se tem sobre a origem do português, e constatamos ser ela legatária de dois paradigmas também tradicionais: um histórico e outro linguístico. Para isso, valemo-nos de

trechos retirados de gramáticas diversas a fim de ilustrar o modo como os autores de diferentes séculos se ocuparam da questão do surgimento do português.

A partir de então, procedemos à apresentação do *estado da arte* das discussões sobre a questão do galego, trazendo a voz de inúmeros autores que se ocupam de lhe reivindicar a origem mais próxima de nossa língua. Do mesmo modo, pudemos justificar a pertinência de nossas conjecturas iniciais, levando em conta a novidade do tema no âmbito dos estudos historiográficos. Concomitantemente, efetuamos uma revisão da história de Portugal, levantando alguns pontos de inconsistência no modo como ela é contada e que, por conseguinte, refletem na história de nossa língua.

Os dois capítulos subsequentes destinaram-se especificamente a responder às duas perguntas que nortearam esta pesquisa: a) Por que houve, nos primeiros textos que tratavam da língua portuguesa – mais especificamente da sua origem -, um apagamento do galego?; b) Quais fatores teriam levado ao ressurgimento desse mesmo galego, sob a forma de “galego-português”, em textos do século XIX?

Com relação à primeira, imbricada na premissa inicial de apagamento do galego, chegamos à conclusão que o espírito de época foi crucial para que os gramáticos da época optassem pela postura. Estamos diante da fase de apogeu do império ultramarino lusitano, e a nova realidade demandava uma série de ações administrativas que perpassavam também questões linguísticas.

As mudanças educacionais por que Portugal passara, somadas ao advento da tipografia e à necessidade de estabelecer um lastro cultural capaz de situá-lo como um reino digno de ocupar um lugar de destaque na época foram cruciais para o advento da gramatização do vernáculo, que já vinha sendo utilizado em documentos oficiais pelo menos dois séculos antes. Além disso, a questão da colonização foi um fator preponderante para que se passasse a pensar no ensino de português aos povos conquistados, fato comprovado pela profusão de cartinhas no século XVI, enviadas às possessões lusitanas, sob a alcunha de *doctrina cristã*.

Nesse contexto, despontam tanto a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira quanto a *Tríade linguística barrosiana* – a *Cartinha*, a *Gramática* e o *Diálogo em louvor da nossa linguagem* –, por serem as responsáveis por instituir um discurso fundador da memória sobre a origem do português. Em Oliveira, nota-se uma

ruptura com o paradigma tradicional greco-latino a partir do momento em que ele opta por iniciar a obra fazendo um longo percurso histórico, em que se evidenciam o tom patriótico e a tentativa de estabelecer uma origem puramente lusitana a sua língua. Em Barros, a valorização do elemento latino e a relação de “conformidade” entre a língua dos romanos e a dos portugueses dão conta de construir uma metáfora de consanguinidade entre ambas, até hoje em voga quando nos remetemos aos primórdios de nossa língua.

Em ambos os casos, tanto Fernão de Oliveira quanto João de Barros tiveram inúmeras oportunidades de tangenciar o galego. Entretanto, em quase nenhum momento isso ocorre – exceto quando Barros a ele se refere de modo pejorativo como se fora uma influência nefasta a ser desterrada do português –, e a análise empreendida buscou evidenciar todas as ocasiões em que se poderia mencionar a língua da Galícia. Essa atitude defensiva revela as relações conflituosas entre Portugal e Espanha, não só do ponto de vista político – se levarmos em conta o fato de o reino português ter sido anexado ao espanhol ao fim da mesma centúria – como também do linguístico, considerando que o espanhol era usado como língua de erudição nas terras portuguesas, ao lado do latim.

Desse modo, todos os aspectos mencionados permitem-nos concluir que a ausência de menção ao galego nas obras inaugurais do processo de gramatização do português não se dá de modo fortuito e tampouco se justifica única e exclusivamente por uma premissa patriótica advinda do fenômeno das navegações. Mais do que isso, silenciar o galego na história do português era, antes de tudo, uma atitude de reafirmação da soberania lusitana, constantemente ameaçada politicamente e linguisticamente pelos vizinhos castelhanos.

Com relação à segunda pergunta, mais uma vez, são os aspectos da *história externa e da história interna* os responsáveis pelo ressurgimento do galego na origem do português. Do ponto de vista linguístico, os Oitocentos foram o terreno onde germinaram as primeiras sementes das ciências da linguagem, após a descoberta do sânscrito, que motivou a busca pelas relações de parentesco entre as línguas e culminou com o advento do método histórico-comparativo.

Ainda na primeira metade do século XIX, desenvolveu-se a Filologia Românica, cujo objetivo era restaurar as relações entre as línguas oriundas do latim, reafirmando

a postura dos estudiosos da época em reestabelecer a origem comum. A ela se ligam, em grande medida, os três autores selecionados para essa etapa da pesquisa: Leite de Vasconcellos, Adolpho Coelho e Carolina Michaëlis Vasconcellos.

No contexto português, os reflexos da nova abordagem linguística refletem-se na busca dos estágios mais primitivos do vernáculo e, diante disso, chega-se a um estágio ainda sem nome, mas largamente documentado nos cancioneiros, que também passaram a ser revisitados e receberam inúmeras edições críticas. Diante do impasse em nomear essa língua que existiu concomitantemente na Galícia e em Portugal, os filólogos optaram por tratá-la de modo binomial, utilizando termos como *português galego*, *língua galécio-portuguesa* ou a forma mais comumente empregue, *galego-português*. A variedade, por si, já mostra a inconsistência na definição do período e a novidade da questão para a época.

Se o ressurgimento do galego, ainda sob a forma de um binômio, é ponto assente, as razões que contribuíram para que se lhe fosse acrescido o adjetivo português vão além da história interna da linguística. Em outras palavras, outros aspectos devem ser levados em conta, agora com relação à chamada história externa. Tendo em mente o advento das noções de Estado e de nação, torna-se evidente que os estudiosos buscassem definir a origem das línguas respeitando os limites de seu próprio espaço geográfico. Desse modo, a língua portuguesa não poderia estar filiada a uma origem puramente galega e, diante disso, urgiu a necessidade de adicionar ao galego o gentílico português.

Também não se pode deixar de mencionar que, desde o fim dos Setecentos, as relações entre Portugal e Espanha voltaram a assumir contornos conflituosos, desde a Revolução Francesa e com a consequente invasão espanhola ao território português. Tendo isso em mente, uma vez mais matiza-se a necessidade de afirmação da soberania lusitana e, conseqüentemente, a sua postura defensiva. Entretanto, o espírito científico da época não permitiu que, tal como o fora no século XVI, o galego fosse apagado da origem do português; optou-se por se referir ao estágio mais primitivo do idioma como sendo galego-português, embora hodiernamente se parta de uma visão de origem da língua como sendo claramente ligada ao galego, e que a nomenclatura não faz sentido considerando o período de vigência do romance, surgido antes mesmo da formação de Portugal.

Retomando o objetivo geral deste estudo – a análise historiográfica da origem do português considerando os fatores que levaram ao apagamento e ao ressurgimento do galego em sua história –, acreditamos tê-lo cumprido, sobretudo pelo fato de termos elencado satisfatoriamente a estreita ligação entre o modo como essa origem é narrada e o clima de opinião de cada um dos séculos escolhidos. Dessa maneira, evidencia-se a relação entre o conhecimento linguístico produzido e o espírito de época em que ele se teria concebido.

Com relação aos objetivos específicos, também podemos considerá-los atingidos, posto que, por meio da análise, pudemos promover uma discussão seminal para subverter o paradigma vigente no que se refere à história da língua portuguesa e, conseqüentemente, à sua origem. A partir disso, a presente dissertação pode servir como forma de ampliar o debate com relação a essas questões e, por conseguinte, o diálogo entre as diferentes comunidades lusófonas, nas quais se deve incluir a Galícia.

O uso da metodologia concernente à historiografia linguística igualmente funciona como forma de divulgá-la no âmbito acadêmico, demonstrando a sua relevância quando se pretende adotar uma postura crítica sobre a história da língua portuguesa e, conseqüentemente, da linguística em geral. Em última instância, este trabalho, que não se quer definitivo, pode servir de ponto de partida a outros pesquisadores empenhados na discussão sobre a origem “galega” do português, opinião por nós compartilhada. Nesse sentido, a pesquisa pode servir como uma das muitas possibilidades de comprovação dessa origem, levando em conta a premissa de apagamento e ressurgimento que orientou o estudo que ora finalizamos.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias (século XVI)

BARROS, João de. *Gramática da lingua portuguesa*. Lisboa: Olyssipone, 1540

BARROS, João de. *Gramática da lingua portuguesa com os mandamentos da santa madre igreja*. Lisboa: Olyssipone, 1539.

OLIVEIRA, Fernão de. *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Olyssipone, 1536.

Fontes primárias (século XIX)

VASCONCELOS, José Leite de. Historia de la literatura gallega, por Augusto G. Besada. In.: *Revista Lusitana*. Vol I. Porto: Livraria Portuense, 1887-1889.

COELHO, Francisco Aldolpho. Português e gallego. In.: *A língua portuguesa: noções de glottologia geral e especial portuguesa*. 3.ed. emendada. Porto: Magalhães e Moniz editores, 1896.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. Lição I (=XIII). In.: *Lições de Filologia portuguesa, segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das Lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Revista de Portugal, 1956.

Fontes secundárias

ABAURRE, M. Bernadete.; PFEIFFER, Claudia.; AVELAR, Juanito. [orgs]. *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009.

ALARCÃO, Jorge de. *Portugal romano*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.

ALI, M. Said. *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

ALMEIDA, António Augusto Marques de. Saberes e práticas de ciência no Portugal dos descobrimentos. In.: TENGARRINHA, José. (org). *História de Portugal*. 2.ed. Revista e ampliada. Bauru: EDUSC; São Paulo: Unesp; Portugal: Instituto Camões, 2011.

ALTMAN, Cristina. *A pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. 2.ed. São Paulo: Humanitas, 2004 [2003].

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. São Paulo: Editora Unesp, 2013 [1986].

ARISTÓTELES. *Arte Poética*. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2006. (A obra-prima de cada autor, 151).

AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 3. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014 [1992].

BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de Sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.

_____. Do galego ao brasileiro: história da nossa língua. In.: _____. *Gramática pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012

_____. Do galego ao brasileiro, passando pelo português: criouliização e ideologias linguísticas. In.: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2019 [2013].

BARBOSA, José Manuel. *Uma história da língua*. Portal Galego da Língua: 2005. Disponível em: <http://www.agal-gz.org/corporativo/>

BARROS, João de. *Cartinha com os preceitos e mandamentos da Santa Madre igreja. Edição crítica, leitura modernizada e reprodução fac-similar de Gabriel Antunes de Araujo [org.]*. São Paulo: Humanitas – Paulistana, 2008.

_____. *Gramática da língua portuguesa: Cartinha, Gramática, Diálogo em louvor da nossa linguagem e Diálogo da viciosa vergonha. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1971.

_____. *Textos pedagógicos e gramaticais de João de Barros. Introdução, selecção, notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Editorial Verbo, 1969.

BASSETTO, Bruno Fregni. Breves considerações sobre *Lições de Filologia Portuguesa* de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. In.: CONDÉ, Valéria Gil; MONGELLI, Lênia Márcia; VIEIRA, Yara Frateschi (org.). *Carolina Michaëlis de Vasconcelos: uma homenagem [livro eletrônico]*. São Paulo: NEHiLP, 2015. Disponível em: <http://www.nehilp.org>

BASTOS, Neusa Barbosa; BATISTA, Ronaldo de Oliveira. Entre a história e a ciência: a constituição da Historiografia da Linguística como área de pesquisa e ensino nos estudos sobre a linguagem. In.: SÁ JÚNIOR, Lucrécio Araújo de.; MARTINS, Marco Antonio (org.). *Rumos da linguística brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino*. São Paulo: Blucher, 2016, pp. 57-70

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (org.). *História Entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira. *Introdução à Historiografia da Linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.

BECCARI, Alessandro Jocelito. *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa de Tomás de Erfurt*. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002 [1993].

BORBA, Francisco da Silva. (Org.). *Dicionário Unesp do Português Contemporâneo*. São Paulo: Unesp, 2004.

_____. *Introdução aos Estudos Linguísticos*. 1.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

BUENO, Silveira. *Estudos de filologia portuguesa*. Vol.1. São Paulo: Saraiva, 1946.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

_____. *Historiografia da Língua Portuguesa: Século XVI*. 1.ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. 2.ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010 [1990].

_____. *A nova história: seu passado e seu futuro*. In.: _____ (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp: 2011 [1992]

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. *História da Linguística*. 6.ed. São Paulo: Vozes, s/d [1975].

_____. *História e estrutura da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. Edição crítica de Francisco da Silveira Bueno. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968.

CAMPOS, Antônio Queirós. Os diálogos de Platão e os gêneros literários da Antiguidade clássica. *O que nos faz pensar* nº30, dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnf/article/view/351>

CARDEIRA, Esperança. *O essencial sobre a história do português*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996 [1961].

CASAGRANDE, Nancy dos Santos. *A implantação da língua portuguesa no Brasil do século XVI*. São Paulo: Educ, 2005.

CASTRO, Ivo. Galegos e Mouros: a língua galega vista pelos filólogos portugueses. *Página de Ivo Castro (FLUL/CLUL)*, 1996. Disponível em: http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/1996_Galegos_e_Mouros.pdf

_____. *Introdução à história do português*. 2.ed. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015 [2007].

CHRISTOPOULOS, Menelaos; VERTOUDAKIS, Vassilios; BAZOU, Athina. *Antologia de textos do período helenístico e greco-romano*. Atenas: Associação das Bibliotecas Acadêmicas Gregas, 2015.

CIDADE, Hernani. Leite de Vasconcelos. In.: UNIVERSIDADE DE LISBOA. *José Leite de Vasconcelos: o livro do centenário (1858-1958)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960.

COSERIU, Eugenio. El gallego y sus problemas. *Separata de Lingüística Española Actual*. Madrid, IX, 1987.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

DE PAULA, João Antônio. A ideia de nação no século XIX e o marxismo. *Estudos avançados* 22 (62), 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a15v2262.pdf>

DOSSE, François. *A história*. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

_____. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola, 2014 [2006].

FAVERO, Leonor L. A política Linguística na América Latina Colonial e as Línguas Gerais. *Apresentação de Trabalho na Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, 2008. Disponível em: <http://elvira.illf.uam.es/clg8/actas/pdf/paperCLG64.pdf>

FÁVERO, Leonor; MOLINA, Márcia. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GARCIA, José Manuel. *História de Portugal: uma visão global*. 2. ed. Lisboa: Presença, 1984.

GARCIA-TURNES, Beatriz. Ideas sobre o galego e as orixes do portugués na lingüística lusa do século XIX : xénese e impacto en Galicia da hipótese celtista. Tese doutoral (Tese em filologia). USC. Santiago de Compostela, 2008.

GARMES, Hélder; SIQUEIRA, José Carlos. *Cultura e memória da Literatura Portuguesa*. Curitiba: IESDE, 2009.

HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

HAUY, Amini Boainain. Séculos XII, XIII e XIV. In.: SPINA, Segismundo (org.). *História da Língua Portuguesa*. 1.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

HERCULANO, Alexandre. *História de Portugal*: Tomo I.5.ed. Lisboa: José Bastos, 1875.

HOMEM, Amadeu Carvalho. Jacobinos, liberais e democratas na edificação do Portugal contemporâneo. In.: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2.ed. Bauru: EDUSC. São Paulo: UNESP, 2001.

HUE, Sheila Moura. *Diálogos em louvor e defesa da nossa linguagem*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. São Paulo: Contexto, 2018.

KOERNER, E.F.K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Vila Real: Publito, 2014.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1960].

LABOURDETTE, Jean-Françoise. *História de Portugal*. 1.ed. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

LAGARES, Xoán Carlos. Continuidades e rupturas linguísticas na península ibérica. *Revista da ABRALIN*, v. Eletrônico, n. Especial, p. 123-151. 2ª parte 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/32426>

_____. Galego-português-brasileiro: os desafios de uma perspectiva histórica integrada. In.: LAGARES, Xoán Carlos; MONTEAGUDO, Henrique. (orgs.). *Galego e português brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

_____. Minorias linguísticas, políticas normativas e mercados: uma reflexão a partir do galego. In.: LAGARES, Xoán Carlos; BAGNO, Marcos. (orgs.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.

_____. O galego e os limites imprecisos do espaço lusófono. In.: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico*. São Paulo: Parábola, 2019 [2013]

_____. O galego em seu labirinto: breve análise glotopolítica. *Letras*, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 97-128, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12173>

_____. Sobre a noção de galego-português. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Patrimônio cultural e latinidade*, no 35, p. 61-82, 2008. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1399/Biblioteca/LAGARES_SobreANocaoDeGalegoPortugues.pdf

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 7.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

LEÃO, Duarte Nunes do. *Origem, e orthographia da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia do Panorama, 1864 [1606].

LOUREIRO, Vanessa. O Padre Fernando Oliveira e o Liuro da Fabrica das Naos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. volume 9. número 2. 2006, p. 353-367. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/9_2/4/18-p.353-368.pdf

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. O escritor Tucídides e seu leitor. In.: VARGAS, Anderson Zalewski; MAGALHÃES, Luiz Otávio de; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org.) *Heródoto e Tucídides: história e tradição*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016, pp. 181-200.

MAIA, Clarinda de Azevedo. *História do galego-português: Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno)*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In.: _____ (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, pp.11-26

MANIATOGLLOU, Maria da Piedade Faria. *Dicionário grego-português português-grego*. Porto: Porto Editora, 2013.

MARCOTULIO, Leonardo Lennertz; LOPES, Célia Regina dos Santos; BASTOS, Mário Jorge da Motta; OLIVEIRA, Thiago Laurentino de. *Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval*. São Paulo: Parábola, 2018.

MARKANTONATOS, Gerasimos; MOSCHOPOULOS, Theodosios; HORAFAS, Efstathios. *Pequeno dicionário de grego antigo*. Atenas: Gutenberg, 1996.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Breve história de Portugal*. 5.ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOSO, José. A formação da nacionalidade. In.: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal*. 2.ed. Bauru: EDUSC, 2011

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Simões, 1951.

MENDES, Marlene Gomes; AMBROSOLI, Silvana dos Santos. *Crítica textual*. Vol.I. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2015.

MEYER-LÜBKE, W. Carolina Michaëlis e a Filologia Românica. In.: *Lusitania Revista de Estudos Portugueses. In memoriam de D. Carolina Michaëlis de Vasconcellos*. Lisboa. Fasc.X, 1927.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1971.

_____. *A literatura portuguesa*. 30.ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MONTEAGUDO, Henrique. Galego, português e brasileiro no tempo: achegas para unha diacronia comparada. In.: LAGARES, Xoán Carlos; MONTEAGUDO, Henrique. (orgs.). *Galego e português brasileiro: história, variação e mudança*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

_____. *História social da língua galega*. Vigo: Galaxia, 1999.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas do. Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística. In.: _____ (org.). *A Historiografia Linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Edições Pulsar / Terras do Sonhar, 2005.

NATÁRIO, Celeste. A situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: a Geração de 70. *Revista Estudos Filosóficos* nº 1 /2008 – versão eletrônica. Disponível em: <http://www.ufsj.edu.br/revistaestudosfilosoficos>

NEMÉSIO, Vitorino. Leite de Vasconcelos. In.: UNIVERSIDADE DE LISBOA. *José Leite de Vasconcellos: o livro do centenário (1858-1958)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1960.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 4.ed.Lisboa: Livraria Clássica, 1951.

OLIVEIRA, António Resende de. Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal (1065-1143). *Revista de História das Ideias da Faculdade de Letras de Coimbra*, v.28, p. 17-37, 2007. Disponível em: [https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41618/1/Do Reino da Galiza ao Reino de Portugal.pdf](https://digitalisdsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41618/1/Do_Reino_da_Galiza_ao_Reino_de_Portugal.pdf)

OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975.

_____. *Gramática da Linguagem Portuguesa. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção com um estudo introdutório do Prof. Eugénio Coseriu*. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000.

_____. *Grammatica da linguagem portuguesa*. Lisboa: Olyssipone, 1536.

PAIVA, Dulce de Faria. Século XV e meados do século XVI. In.: SPINA, Segismundo (org.). *História da Língua Portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011 [2008].

PALMA, Dieli Vesaro. Lições de português e a formação de futuros professores: a proposta de Souza da Silveira para o ensino da língua materna na perspectiva da Historiografia Linguística. In.: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. *Anais do IV Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários* [recurso eletrônico]. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA, 2013, pp.224-233.

PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos 1 – 1820/1920 – Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1978.

POLLINI, Aírton. Heródoto: historiador, etnógrafo, geógrafo. In.: VARGAS, Anderson Zalewski; MAGALHÃES, Luiz Otávio de; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (org.) *Heródoto e Tucídides: história e tradição*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016, pp. 41-70

REAL, Miguel. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925): a primeira professora da Faculdade de Letras de Lisboa. *Dossiê temático CLEPUL, 2011*.

RIBEIRO, Orlando. *Vida e obras de José Leite de Vasconcellos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1962.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

RISCO, Vicente. *Historia de Galicia*. 2.ed. Vigo: Editorial Galaxia, 1971

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 4.ed. Porto: Porto Editora, 1968.

SCOTT, Ana Silvia. *Os portugueses*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da filologia portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

_____. Francisco Adolfo Coelho e a Filologia Portuguesa. In.: *Miscelânea de Filologia, literatura e história cultural*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1949.

SILVA, Alexandre José da. História das Ideias Linguísticas: história, ideias e caminhos. *Revista Verbum*, São Paulo v. 7, n. 1, p. 23-39, mai.2018.

SILVA, Rogério Forastieri da. *História da Historiografia*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVEIRA BUENO. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.

_____. *Estudos de filologia portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 1946.

SILVEIRA DA MOTA. *Quadros de historia portugueza*. 4.ed. Lisboa: A. M. Pereira, 1890.

SOUZA, Risonete de. Dos cancioneiros miscelâneos aos Liederbücher: problemas de edição da lírica profana galego-portuguesa. In.: LOBO, T.; CARNEIRO, Z.; SOLEDADE, J.; ALMEIDA, A.; RIBEIRO, S. (orgs). *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA, 2012,

SPINA, Segismundo. *Presença da Literatura Portuguesa I: Era Medieval*. 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1996.

_____. Segunda metade do século XVI e Século XVII. In.: _____. *História da Língua Portuguesa*. Cotia: Ateliê Editorial, 2011 [2008].

SWIGGERS, Pierre. História e Historiografia da Linguística: *Status*, Modelos e Classificações. *Revista Eutomia* - Ano III - Volume 2 - Dezembro/2010.

_____. La Historiografía Lingüística: apuntes y reflexiones. *Revista argentina de historiografía lingüística*, I, 1, 67-76, 2009.

TANNERY, Paul. A vida, a obra e a doutrina de Platão. In.: PLATÃO. *Apologia de Sócrates / Banquete*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de Filologia portuguesa, segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13, seguidas das Lições práticas de português arcaico*. Lisboa: Revista de Portugal, 1956.

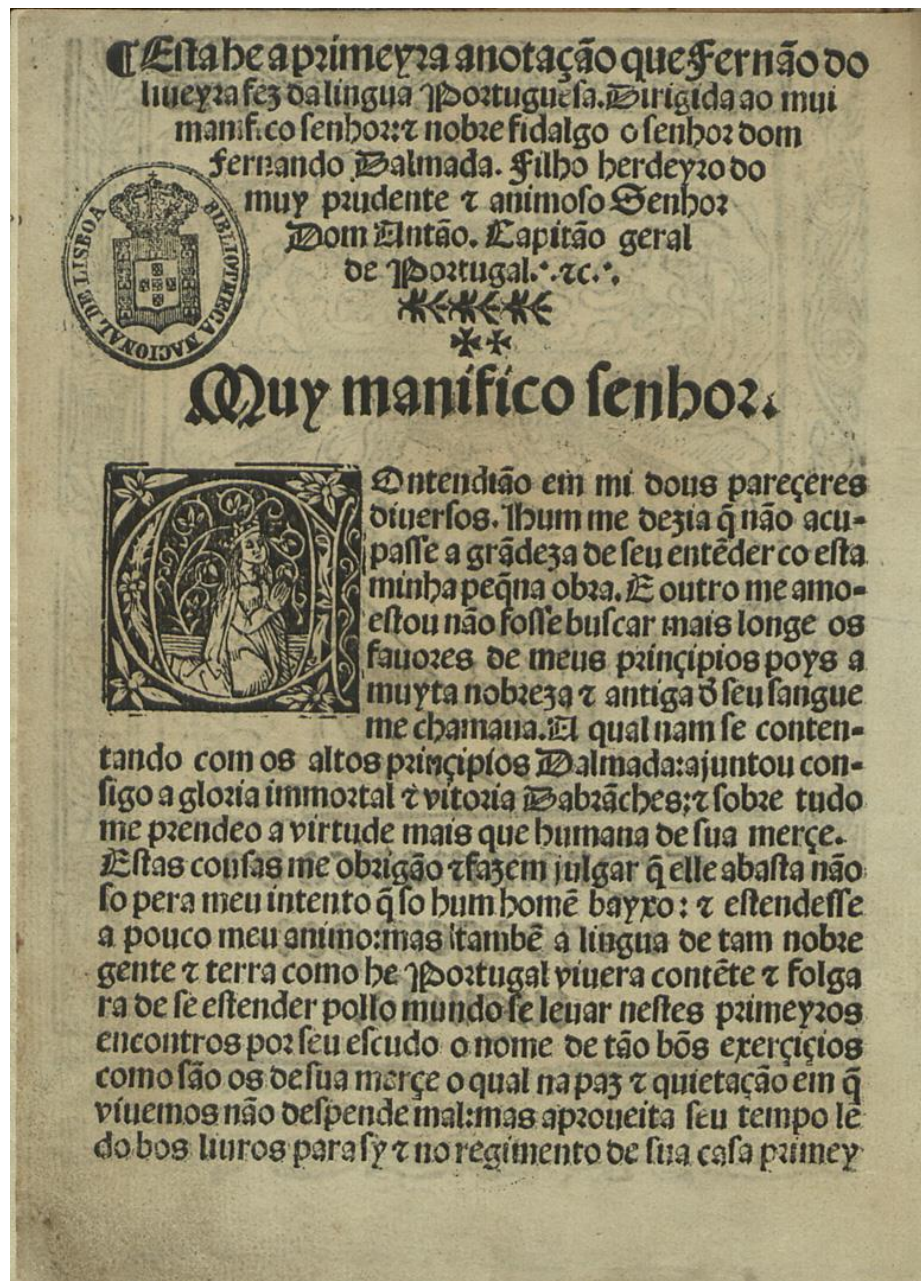
VASCONCELLOZ, António Garcia Ribeiro de. *Grammática Histórica da Língua Portuguêsa*. 1.ed. Paris/Lisboa: Allaud & Cia, 1900.

VASCONCELOS, José Leite de. Prólogo. In.: *Revista Lusitana*. Vol I. Porto: Livraria Portuense, 1887-1889.

VIEIRA, Francisco Eduardo. *Gramática tradicional: história crítica*. São Paulo: Parábola, 2018.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da Linguística*. 5.ed. São Paulo: Parábola, 2002 [2006].

ANEXO I – DOCUMENTOS DO SÉCULO XVI: TRECHOS DA GRAMÁTICA DE FERNÃO DE OLIVEIRA



ro cria com muyto cuydado dom Elntão seu filho quem
 deos guarde z prospere: para cuja doutrina com muyta
 despeja me trouxe a sua casa z graciosa z cõpridamete me
 conserua nella: poyz quanto carregõ tem de sua gẽte ser
 bem ensinada: z a fazenda milhor repartida e mays ma-
 nifesto a todo o mundo do q̃ o eu posso dizer. E fim tãto
 resplandece em sua merçe o lume da prudẽcia do senhor
 Capitão seu pay. z a sua louuada velhice afremosenta em
 todos seus filhos a noua idade tanto com saber que com
 muita firmeza quero q̃ minhas obras se pubriquem so o
 titolo de seu nome: z dellas seja a primeyra esta como pro-
 logo das outras a notação em alghũas cousas do falar.
 Portugues: na qual: ou nas quaes eu não presumo ensi-
 nar aos q̃ mays sabem: mas notarey o seu bo costume pa-
 ra q̃ outros muitos aprendão z saybão quanto prima e a
 natureza dos nossos homẽs porq̃ ella por sua vótade bus-
 ca z tem de seu a perfeycão da arte q̃ outras nações aqui
 rem com muyto trabalho: z nestas cousas se acabara esta
 primeira anotação em dizer não tudo mas apontar al-
 ghũas partes necessarias da ortografia: acento: ethimo-
 logia: z analogia da nossa linguagem em comuõ z parti-
 cularizando nada de cada dição: porq̃ isto ficara para ou-
 tro tempo z obra. E porem agora primeiro diremos que
 cousa he linguagẽ z da nossa como e principal antre mui-
 tas. O q̃ peço a sua merçe ouça com muyta atencão z vó-
 tade porque nisso fauorecera o partido de meu trabalho.



Primeyro capitulo.



Lingoagem e figura do entendimento: e
 assi e verdade q̃ a boca diz q̃nto lhe man-
 da o coração: não outra cousa: antes não
 deuia a natureza criar outro mais disfor-
 me monstro do q̃ são aq̃lles que falão o q̃
 não tem na vontade. porq̃ se as obras são
 proua do hoimẽ. Como diz a suma verdade Jesu xpo nos-
 so ds: e as palauras são ymagem das obras: segũdo dio-
 genes laercio: escreue q̃ dizia Solon sabedor de Grecia:
 Cada hũ fala como quẽ e: os bons falão virtudes e os mali-
 ciosos maldades: os religiosos p̃gão d̃sprezos do mũdo
 e os caualeiros blasonão suas facanhas: e esses sabẽ falar
 os q̃ etẽdẽ as cousas: porq̃ das cousas naçẽ as palauras: e
 não das palauras as cousas: diz misõ filosofo: e outra vez
 cicerõ a bruto e quintiliano no oitauo liuro õde tãbẽ disse
 que falar e p̃nũciar o q̃ entẽdemo: este so e hũ meyo q̃ ds
 quis dar as almas racionaes para se poderẽ comunicar
 antresi: e com o q̃l sendo spirituaes sãõ sentidas dos cor-
 pos. Porẽ nã e tã espiritual a lingua q̃ não seja obrigada
 as leys do corpo. Mas segũdo a disposiçãõ da lingua
 corporal assi vemos formar diuersas as vozes hũas çeçio-
 sas: outras tartaras: e muitas cõ muitos defeitos e tãbẽ
 cõ suas perfeições. Porq̃ como este orgão da lingua e bo-
 ca he mais e melhor disposto assi cumpre melhor seu ofi-
 cio: bẽ ou mal disposto pode ser em calidades e feiçãõ: cali-
 dades como seco ou humedo: feiçãõ como dẽtes grãdes
 ou desuiados: e tambem muitos falão muito mal: so com
 mau costume não mais. E e muito de culpar este defei-
 to das calidades serem diuersas: nas quaes tem domi-
 nio as condições do çeo e terra em que viuem os ho-
 mẽs vem que hũas gentes formão suas vozes may: no

papo como caldeus/ e arabigos/ e outras nações cortão vozes apilando-se mais em seu falar: mas nos falamos com grande repouso como homens assentados: e não somente em cada voz per se mas também no ajuntamento e no som da lingoagem pode auer primor ou falta entre nós: nam somente nestas mas e muitas outras cousas tem a nossa lingoagem vantagem: porque ella e antiga ensinada/ prospera/ e bẽ cõuersada: e também exercitada em bons tratos e officios.

¶ Segundo capitulo.

Antiga nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha: cuja sempre melhor parte foi Portugal: ainda q̃ agora nam e mayor depoyz do diluuiõ geral q̃ e o mais antigo tempo de q̃ se os homens lembrão. Aceo de noe e de Tubal diz Beroso estorizador de Babilonia e noe edificou e esta terra noela e noela cidades e da primeira destas faz Plinio menção aos vinte capitulos do quarto liuro da sua estoria natural: poyz nam menos de tubal seu neto afirma pōponeo mela que fudou gibraltar. E estes ja então ordenarão boas leys e ensinarão letras nesta terra cõ muitas outras nobrezas e bons costumes que nela deixarão: depoyz destes Ihercoles lybio filho de osiris rey do egipto veo morrer em esta terra desejado de viuer sua velhice descãfada em ella por a virtude q̃ della conhecia: e os socessores deste edificarão em memoria e honrra do nome de seu capitão. Libisona. Libisosa. Libunca. Libura. e Libisoca/ cidades desta derradeira chamada Libisoca/ apõta somete Plinio no terceiro liuro aos tres capitulos: e Ptolemeu na tauoa da espanha põe Libisoca e Libura: e esta derradeira libura põe junto do rio tejo abaixo de toledo da parte do sul quasi mostrando ser Euora q̃ agora cha-

namos. E se també quizeremos mais antiguar a edifi-
 cação da nossa Lixboa podemos dizer qe aquella das
 cinco cidades ja ditas a que elles chamarão Libisfona.
 Lusio que també ennobreceo esta terra não foy Grego:
 mas de portugal nacido e criado filho de Lixeleu: e este
 recebeu em seu reyno a el Rey Dionisio ou Dinis: com
 festas de sacrificios e deuacões porq ja desdentão os por-
 tugueses sabem conhecer e servir e louuar a ds. E deste
 rey Lusio se chamou a terra em q viuemos Lusitania a q
 despoys chamarã Turdugal: e agora mudãdo alghũas le-
 tras Portugal: nã do porto de gaya como quer Duarte
 galvão na estoria del rey dõ Alfonso anriquez: mas dos
 Turdolos e Galos/duas nações dhomẽs q vierã morar
 em esta terra: segundo conta Estrabão no terceyro liuro
 da sua geografia. E assi desta feyção ja també este nome d
 Portugal e antigo e agora com a virtude da gente muy-
 to enobrecido e cõ muitos bos tratos e cõuersações assi
 em armas como em letras engrandeçido.

Terceyro capitulo.

Tanta a nobreza de nossa terra e gente q so ella
 com seu capitão viriato pode lançar os romã-
 nos da espanha e seguiolos ate a sua ytalia. E so
 esta nossa terra Portugal na espanha quãdo os
 godos com seus costumes barbaros e viciõsos perderão
 a Espanha teue sempre badeyra nũca sogeyta a mouros.
 Mas muytas vezes contrelles vitoriosa: como foy a do
 sancto Abade dom Joam de Adõte mozo: o qual confessão
 todos q corria a terra dos mouros como d imigos e nã
 como de senhores. E esta e a verdade q em Portugal se
 pre ouue lugares e terras proprias dos christãos porq
 se assi nam fora q na estremadura não ouuera lugares de
 christãos. não se atreuera o abade Joam q era homẽ pri-

dente a faya tras seus inimigos por suas terras desses inimigos por espaço de jornadas com pouca gente. E os lugares de portugueses que ficarão em Portugal posto q as vezes fossem vencidos como também as vezes erão vencedores: porq allí passa onde ha continuoa guerra. Todavia sempre teuerão capitão christão ate o Conde dom Elmirri que e el rey dom Elfonso Elmirriquez seu filho: o qual por autoridade apostolica foy feyto rey nam deuendo uada a alguém: como com muyta verdade afirma Ruy de pina na estorea del rey dom Sancho oprimeiro deste nome. Apontey isto para que desta nossa propria e natural nobreza nos prezemos e nam fabulizemos ou mintamos patranhas estrangeyras: e muyto menos nos louuemos dos godos porque elles perderão o q a virtude desta terra ensinou ganyhar aos nossos. Quarto capitulo.

Questo da fortuna pode cõceder ou tirar fauor aos estudos liberaes: e esses estudos fazẽ mais durar a gloria da terra em q florecem. Porque Grecia e Roma so por isto ainda viuẽ: porq quando senhoreauão o mundo mandarão a todas as gentes a elles sogeytas aprender suas linguas: e em ellas escreuião muytas boas doutrinas e não somente o que entendião escreuião nellas: mas também trasladauam parellas todo o bo que lião em outras. E desta feyção nos obrigarão a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo nos do nosso não façamos assy mas tornemos sobre nos agora que he tempo e somos senhores porque melhor he que ensinemos a Guine ca que sejamos ensinados de Roma: ainda que ella agora teuera toda sua valia e preço. E não desconfiemos da nossa lingua porque os homẽs fazem a lingua e não a lingua os homẽs. E e manifesto que as linguas Gre-

ga e Latina primeiro foram grosseiras: e os homens as
 posaram na perfeição que agora tem. Antes se quisesdes ou-
 nir as fabulas que elles contão eu vos farey parecer que pri-
 meiro souberão falar os homens da nossa terra: por que vitru-
 uio diz no segundo liuro dos seus edificios que ajuntado
 se os homens a hum certo fogo o qual por acerto com grã-
 de vento se acendeo em matos e ali conuersando huns com
 outros souberão formar vozes e falar. E não dizendo elle
 onde foy este fogo. Conta diodoro siculo no seisto liuro
 da sua biblioteca que foy nos montes pireneus os quees são
 antre França e Espanha. E pois gramatica e arte que ensi-
 na a bem ler e falar: saybamos quem primeiro a ensinou
 e onde e como: por que também agora a possamos usar na nos-
 sa antiga e nobre lingua.

Quinto capitulo.

Ercurio primeiro em Egipto ensinou a ler e fa-
 lar diz diodoro siculo. E despoys também em gre-
 cia onde lhe chamarão Ihermes que quer dizer
 interpretador: e isto confirma marçiano capella
 no terceiro liuro nomeando o rey e terra que diodoro diz
 ainda que esse Diodoro no quarto liuro torna a dizer cad-
 mo e não o primeiro dos que põe xenophonte ser o que pri-
 meiro trouxe letras a greçia: e pode ser que dambos seja
 verdade em diuersos tempos antre metendosse alghũa
 aduersidade que a terra padeceo: na qual os estudos do pri-
 meiro por ventura perecerão: ou e diuersas terras como
 vê a saber Mercurio em Atenas e Cadmo em Thebas.
 O homero diz que Archiloco foy o primeyro que despoys da
 qilles emendou as escreturas e letras em greçia: e xeno-
 phonte diz que nessa terra palamedes e simonides ajuda-
 rão os principios desta nossa arte. plinio diz que apolodoro
 floreceo em ella. E podemos entender que antre os primey

ros em Italia: diz Beroso comero gallo ensinou letras e
leis: e muito depois Alcostrata e Euandro seu filho
porq̃ ja a primeira doutrina nessa terra esquecia: ainda
porẽ q̃ diz merfio q̃ de Ihetruria tem a Italia as letras
e doutrinas dando a entẽder q̃ sempre alli perseverarã
onde noẽ morreo: mas ao cõtraio diz Catão nos liuros
dos naçimẽtos antigos q̃ os hetruscos aprẽderã as le-
tras latinas: e cõ tudo como quer q̃ seja Salustio ainda
em tẽpo de Eneas troyano: e depois acha a Italia muy
grossẽra e mal mesturada. E muito depois veo o pri-
meiro grãmatico Crates melotes segũdo diz Suetonio
tranquillo no liuro dos grãmaticos antigos.

¶ Não seria nada se estas terras Grecia e Italia de que
falamos somẽte soubessem pouco em seus começos: mas
com isto achamolas q̃ deffauorecem o bo saber q̃ e pior.

¶ Porq̃ diz Suetonio tràquillo no liuro dos grãmaticos
antigos q̃ lançauão dantre si os philosophos e oradores
e assi o afirma aulo gellio no quinto decimo liuro e cice-
ro quasi o mesmo q̃r sentir no prologo do primeiro liuro
da inuencão oratoria: e na primeyra tosculana e outras
vezes se pode nelle bem sentir. E não e muito seguir Ita-
lia o q̃ ja Grecia atẽs teue por ley na republica d socrates
¶ Isto nũca fez a nossa terra: mas se cõ a necessidade dos
tempos alghũa ora se nam acupou tanto em letras por se
defender de seus inimigos: logo como teue paz em tẽpo do
mui nobre rey dõ Dinis tornou a os estudos paraq̃ cria
os melhores iuyzos q̃ todas as terras nossas vezinhas.

¶ Estes no tempo do poderoso nosso senhor e rey dom
Yohão o terceiro deste nome: a quẽ deos quis dar aq̃lla
bem auenturança de viuer e senhorear sem sangue: q̃ diz
chilo philosopho de Lacedemonia. Estes digo estudos
neste tempo deste nosso glorioso principe muyto mays

favorecidos q̃ em nenhum outro tempo nem terra auie-
mos nos com gloria de nossos tempos porque ja os pre-
guiçosos não tem escusa nem se podem chamar remissos
por falta de premio: e com tudo apliquemos nosso traba-
lho a nossa lingua e gente e ficara com mayor eternidad
a memoria delle: e nam trabalhemos em lingua estrangei-
ra/ mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas q̃ a
possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre sere-
mos dellas louuados e amados porq̃ a semelhança e cau-
sa do amor e mays em as linguas. E ao contrayzo vemos
em Africa/ Guine/ Brasil e India não amarẽ muyto os
Portugueses q̃ antrelles nascem so polla diferença da
lingua: e os de la nacidos querẽ bem aos seus portugue-
ses e chamanhes seus porq̃ falão assi como elles.

¶ Elgora ja poys notemos o falar dos nossos homens e
da hi ajuntaremos preceitos pera aprenderem os q̃ viẽ-
rem e tambem os ausentes. ¶ A primeyra partiçao que
fazemos em qualquer lingua e sua grãuatica seja esta em
estas tres parres. Letras Sylabas e Vozes: que també
ha na nossa de Portugal com suas considerações cõfor-
mes a propria melodia.

Capitolo seysto.

Letra e figura de voz estas diuidimos em cõsoan-
tes e vogaes. as vogaes tem em sy voz: e as con-
soantes não se não junto cõ as vogaes. Como. a
que he vogal: e .b. que he cõsoante: e nam tẽ voz
ao menos tão perfeyta como. a. vogal. ¶ As figuras de-
estas letras chamão os Gregos caracteres: e os latinos
notas: e nos lhe podemos chamar sinaes. Os quaes hão
de ser tantos como as pronúciações a q̃ os latinos cha-
mão elementos: e nos as podemos interpretar fundamẽ-
tos das vozes e escriptura.

ta amoestar o que nos assi fazemos.

¶ Porq̃ ja dissemos das syllabas z suas codições / ou ca-
lidades o q̃ podemos alcançar z a breuidade da obra re-
ria agora falaremos das dições. ¶ Primeyro de seu ne-
mêto a q̃ chamão os gregos etimologia z despois da ana-
logia q̃ quer dizer proporção: ou semelhança cō a qual se
mestura tambe a diferência q̃ tē antre si as vozes: z por der-
radeiro diremos hū pouco do concerto q̃ tē as partes da
oração hūas cō outras. ¶ Capitulo. xxx. das dições.

Dição vocabolo: ou palaura: tudo q̃r dizer hūa
coufa: z podemos assi dar sua defincā. ¶ Palaura
e voz que senifica coufa ou auto ou modo: coufa
como artigo z nome auto como verbo modo co-
mo qualq̃r outra parte da oração as quaes como sinificā
z q̃ coufas: autos ou modos sã estes q̃ sinificā diloemos
ē outra parte onde falaremos das partes da oração. ¶ Algo-
ra aqui não falamos das palauras se não em q̃nto sã vo-
zes: z por tâto so dizemos das cōdições da voz z escriptura
dellas palauras: as q̃es hão de ter ē si ajutamêto de sylla-
bas assi como as syllabas se ajutão de letras. Mas cō tu-
do tâbē pode ser a palaura d̃ hūa so syllaba ou letra: como
pão hūa so sillaba z. e. terceira pessoa do verbo sustatiuo
hūa so letra: ¶ O q̃ primeiro nestas auemos dolhar: e o seu fū-
damêto z dōde vierão a q̃ os gregos chamão como disse-
mos etimologia: z esta diuidimos ē nossa. alhea. z comū.
porq̃ as dições cuja etimologia aq̃ buscamos ou sã nos-
sas proprias: como castiçal. janela. panela. ou alheas como
ditōgo açêto picote. alq̃cer: ou comūes como mesa. çapato:
z cada hūas destas ou sã apartadas como fazer ou jūtas
como cōtrafazer. ou sã velhas como ruão / cōpêgar / çicais
ou nouas cōmo peita z arcabuz. ou usadas como rêda / sifa
casa / corda. ¶ Ou tâbē sã proprias como liuro porq̃ lemos

ando. E onzena porq̃ da onze por dez: e assi comestas po-
 demos tambem cuydar outras dozentas patranhas: as
 quaes semp̃ são sobejas e muytas vezes fallas: e pouco
 recebidas antre homẽs sabedores q̃ do pouco q̃ cõ muy-
 to lendo e trabalhando aquerirão se prezão e não de ima-
 ginacões aldeãs sem iuyzo. Poyse se algueim me dixer q̃
 podemos dizer como temos muytos vocabolos latinos
 e que isto alcanção os homẽs doutos q̃ sabem lingua lati-
 na: como candeia q̃ vem de candela vocabolo latino: e me-
 sa de mensa q̃ não somente e latino: mas tambẽ tê ainda
 outro mayse escondido naçimento grego de melson. q̃ q̃r
 dizer couza q̃ esta no meyo: assi outro tanto lume de lumẽ
 latino: e homẽ de homo. e molher d mulier. e liuro e por-
 ta e casa e parede e quãtes quiserdes. E não so latinos
 mas gregos/arabigos/castelhanos. francezes: e toda q̃n-
 ta outra immundicia poderem ajuntar. Preguntar lhey
 então que nos fica a nos: ou se temos de nosso alghũa
 couza: e os nossos homẽs pois são mais antigos q̃ os la-
 tinos nessa conuersação q̃ teuerão cõ os latinos: porq̃ tã-
 bem não ensinarião: porq̃ serião em tudo e sempre ensina-
 dos: eu não quero ter tam bayro espirito e cuidar q̃ deuo
 tudo: mas sempre afirmarẽ q̃ poyse Quintiliano no pri-
 meyro liuro confessa q̃ os latinos vsauão de vocabolos
 emprestados quãdo lhos seus faltauão que tãbẽ da nossa
 língua tomarão alghũs/ como nos tomamos da sua: os q̃es
 como nossos os auemos de tratar e pronunciar e cõfor-
 mar ao som da nossa melodia: e ao sentido das nossas ore-
 lhas: e tambem os que forem alheos como alheos lhe da-
 remos o que seu for. E para que isto seja bem feyto he ne-
 cessario que nesta parte não tenha licença se não que com
 habelidade e saber for merecedor della.

¶ Capitulo. xxxij.



Dições comũs chamamos aq̃llas que em muitas
linguas seruem igualmente: e o tempo em que
se mudarão d'ũa lingoa para outra: fica tão lō-
ge de nos que não podemos facilmente saber
de qual para qual lingua se mudarão: porq̃ assi as podiã
tomar as outras linguas da nossa/ como a nossa dellas: co-
mo alfayate. almorarife. alguidar: alinocreue. E muitas
outras dições começadas nesta sylba. al. as quaes dizem
que são mouriscas: e assi també dizem ser não somete lati-
nas as nossas palauras: e castellanas: e doutras nações
nossas vezinhas: mas de grecia e doutras gentes mays
apartadas de nos: e com q̃ nunca conuersamos dizẽ estes
curiosos ser muitas dições das nossas: e de tal feyção se
aleuantão contra a nossa lingua: e a fazem pobre e toda
emprestada q̃ lhe não deyrão nada proprio como se não
ouuera homes na nossa terra antigos e nobres: e sabedo-
res: mas por ventura os ossos de seus pais e anos destes
que isto dizem não jazem em portugal: ou se jazem nesta
terra não jazem em propria sepultura: portanto deyrẽmo
los ficar com sua magoa aculandoos porẽ muy afincada-
mente: porque dessazem muito na gloria do ceptro e co-
roa do nosso reyno. estes assi como també cortão a per-
petuidade d'elle os que de nouo trazem noua lingua a ter-
ra: porq̃ a lingua e a vniidade della he mui certo apellido
do reyno do senhor e da irmandade dos vassallos: e o rey
ou senhor ainda q̃ fosse estrangeyro e viesse de fora senho-
rear em algũa terra hauiã de apartar sua lingua e não na
deyrar corróper com alghũa outra: assi parelle viuer em
paz como també porque seu reyno fique e perseuere em
seus filhos: quanto de minha parte segundo eu entendo
eu juraria q̃ quem folga douuir lingua estrangeyra na sua
terra não e amigo da sua gente nem conforme a mulica na

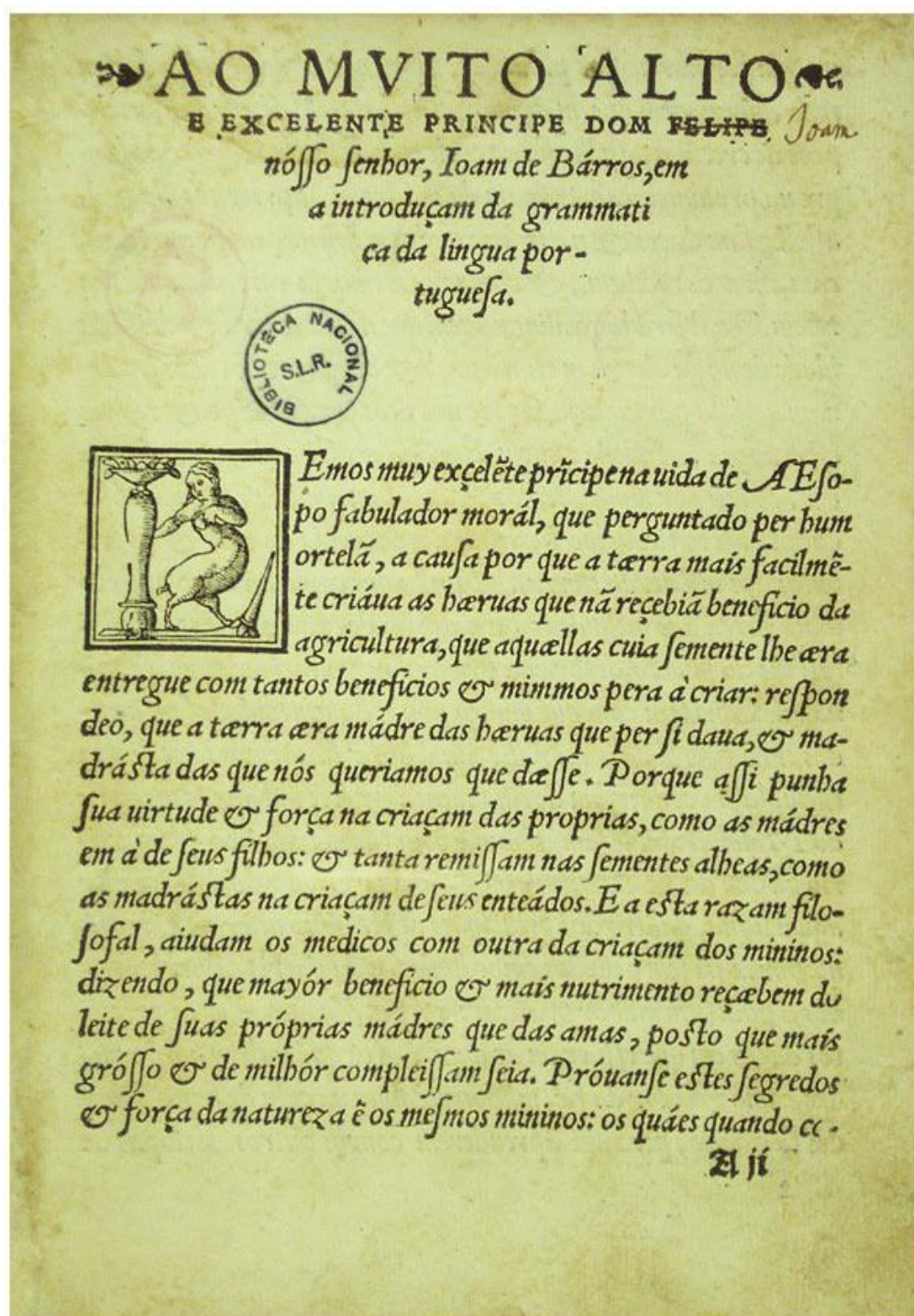
cidadãos. aldeão. aldeãos. vilão:vilãos. rabão/rabãos. or-
 gão/orgãos. zimbão/zimbãos. zangão/zangãos. tauão/ta-
 uãos. grão/grãos. couão/couãos. pintão/pintãos. mão/
 mãos. chão/chãos:ouregão/ouregãos. orfão orfãos. ruão/
 ruãos. frágão. frágãos. e também nuno pereira no câçionei-
 ro português q dissemos disse de serão / serãos. Mas
 porq diremos q os nomes de naçõesfazião no plural em
 aos alemão não faz assi:mas faz alemães: e bretão bretões
 e assi auera outros muitos. A parte desta regra q mais cõ-
 prende e dos nomes q mudão todo o ditongo: como lição
 lições. podão. podões. melão. melões: estes nomes posto
 q pareçe mudar mais q nenhũs dessoutros q ja dissemos
 todavia se olharemos ao singular antigo q ja teuerão não
 mudão tanto como agora nos parece porq estes nomes
 todos os q se acabão em.ão. ditongo acabauão se em. om.
 como liçõ. podom. melõ. e acreçetando. e. z. s. formauão o
 plural. lições. podões: e melões: como ainda agora fazẽ: e
 outro tanto podemos asuimar dos q fazẽ o plural em.ães
 como pães. cães. dos qes antigamẽte era o seu singular.
 pã. cã. cujo testemunho aindagora da antredouraminho.
 Os outros nomes q fazem o plural em aos como cida-
 dãos. cortesãos assi teuerão semp o seu singular acabado e
 ão. como agora tẽ cidadão. cortesão. estes guardão sua an-
 tiquidade em tudo: e aqlloutros so no plural: cuja mudã-
 ça assi como doutras muitas cousas não estrañemos porq
 também o falar tem seu mouimẽto diz marco varrão: e mu-
 dasse quando e como quer o costume.
 Os nomes acabados em letra consoante tẽ suas forma-
 ções no plural de duas maneiras: os acabados em. l. mu-
 dão essa letra l. e. i. e acreçetão. s. q e pprio do plural como
 cabeça. cabeçays. real. reais. assi quando he sustantiuo co-
 mo agetiuo. E não digamos dous reais. tres reais. os no

casos Latinos e antros Gregos os casos e artigos juntamente: e assi como a nossa lingua faz tudo quanto effoutras com mais breuidade e facilidade e clareza: assi tambem e mais de louvar sua perfeição: e com tudo nos tambem temos casos em tres pronomes: os quaes são. eu. me. mi. tu. te. ti. se. si. no primeiro destes o derradeiro caso que e mi. alghuns o scabão co esta letra. til. assi mi: porq estes nomes teuerão casos: mais que outros em outro tempo e obra o diremos.

E sendo de falar da analo **C**apitulo. xlvij. gia dos verbos não dizem os q cousa e verbo nem quantos generos de verbos temos: porq não e desta parte a tal accupação: mas so mostrarem como são diuersas as vozes desses verbos em generos: conjugações. modos. tempos. numeros. e pessoas. e tambem como em cada genero. conjugação. modo. e tempo. numero e pessoa. desses verbos se pporcionão essas vozes e medebuas por outras. não dando porẽ cóprida e particularmente as inteiras formações e as eigeções de suas faltas se não so amoestando em breue o q ha nellas: para q despois a seu tempo quando as trataremos sejam melhor e com mais facilidade entendidas. **C**iaos generos dos verbos não temos mais que hua so voz acabada em. o. peqno: como ensinno. amo. e ando: aqual serue como digo em todos os verbos tirando algus poucos como são estes. sei. de saber. e vou. e dou. e estou. e mais o verbo sustatiuo o ql hús pronúciã em. om. como som. e outros em ou. como. sou. e outros em. ão. como são. e tãbe outros que eu mais fauoreço em. o. peqno como. so. no parecer da primeira prouuiçãoção com. o. e. m. q diz som. he o mui nobre jobã o barros e a rezão q da por si e esta: q de som. mais perto vê a formação do seu plural o qual diz. somos. com tudo sendo eu meço peqno fui criado em são domingos Beuora onde fazião

ANEXO II— DOCUMENTOS DO SÉCULO XVI: TRECHOS DA TRIÁDE BARROSIANA

CARTINHA



meçam formar nóssas palauras, em menos de dois annos sabem toda alinguagem que mammaram no leite. Eas aprendidas depois de crecidos, assi lhe ficam em logar de madrást^{re}, que sempre na pronunciaçam tráuam da mádre. Os preceitos daqual, assi lhe sam doces & naturaes: que com deleitaçam os aprêdem, com amor os recebem, & com uiua memoria em toda a uida os retém. Qual será logo alinguagem que nesta tenrra & delicada idade de uóssa alteza mais natural & obediente uos deue ser, senam a uóssa portuguesa, de que uos deos fez principe & rey em esperança. Aquella que em Európa æ estimada, em Africa & Assia por amor, armas & leys tam amada & espantosa: que per iusto titolo lhe pertence a monarchia do már & os tributos dos infiaes da terra. Aquella que como hũ nouo apóstolo, na força das mesquitas & pagódes de todalas feitas & idolátrias do mundo, despræga prægãdo & uençêdo as reaes quinanas de Christo: com que muitos pouos da gentilidade sam metidos em o curral do senhor. Daqual obra ora temos hum diuino exemplo, na conuersam de cinquenta & sete mil almas na terra do Malabár: onde sam Thomæ com tanto trabálho & martirio passou desta uida à celestial gloria. Com zelo de aprender aqual língua, quatro dos principaes deste pouo ueæram este anno: por mais sem peio dos empedimentos da patria cá nestes reinos a podessem milhor praticar: & per ella aprender os preceitos da ley em que espæram acabar. Aos quæes elrey uóssso padre, como zelador da fæ, mãdou recolher na casa de santo Eloy desta cidade, pera abi aprenderem com os outros Etiopas de

☞ Outra maneira de syllabas próprias
da lingua portuguesa.

Cha che chí cho chu. Lha lhe lhi lho lhu.
Mha nhe nhi nho nhu.

☞ O proueito que tem saber muitas
syllabas.



Zido que em nòssa linguágem nam sir-
uam algúas destas syllabas / e assi as
terminadas em cõsoante como as di-
tongadas / falando e escreuendo acon-
teçam poucas vezes: nã me pareceo
sem fruíto poer exemplo dellas / ca to-
das seruẽ assi no latim como em outras linguágẽes.
E o trabalho que se nestas leuar / será gram prouei-
to per a os mininos: ca lhe faz a lingua tã solta e co-
stumada a esta generalidã de de syllabas / que se nam
empeça em a pronunçiaçã das dições / e mais tiralhe
o cecear q̃ e tam natural a todos. Porque syllabãdo
e ditongando perigrinas dições: faz perder muita
parte da peuide / em quanto a lingua e tenrra. E estes
pequenos princípios / nam pareçam ociosos e sem
fruíto / porque como diz Quíntiliano. Nam e pouco
sem o qual o muito nam póde ser.

GRAMÁTICA

Res.
56587

EM acartinha passada, demos arte pera os minimos fácilmente aprenderẽ aler: cõ toda adiuersidãde de syllabas que a natureza de nõssa linguãgẽ padeçe. E assy lhe apresentamos os preçeitos daley, e os mandamentos da santa mãdre Igreja: cõ o tratãdo da missa em as quães cousas cõuem serẽ elles doutrinados por que como diz sam Bernãrdo, non ẽ cousa menos piadõsa ẽ sinar o animo com sapiencia que dar mantimẽto ao corpo. Fica agora dãrmos os preçeitos da nõssa Grammatica, decũio titolo intitulos acartinha: como fundamẽto e primeiros elementos da Grãmatica. E por que os mininos das escolas de ler e escreuer, tomarã a outra pãrte e nã esta, por ser o primeiro leite de sua criaçam: pareçenos que ficãua esta sem fundamento nam de clarando a õs que uirem esta sãmẽte que na primeira he o principio onde estã dedicãda ao principe nõsso senhor.

GRAMMATICA²

DA LINGVA POR-

TUGVEZA.

Disinçã da Grãmatica e as pártes della.



GRAMMATIC A, E uocabulo Grægo: quer dizer, ciência de leteras. É segundo a disinçã que lhe os Grãmaticos dêrã: ç hũ modo çerto e iusto de falar, e escrever, colheito do uso, e autoridade dos barões doutos. Nós podemos lhe chamár arteficio de paláuras, pôstas ê seus naturaes lugáres: pera que mediãte ellas, assy na fãla como na escriptura, uenhamos em conhiçimento das tenções alheas. Por que bem assy entram as leteras pela uista, como as paláuras pelos ouuidos: instrumento comque o nóssõ intendimẽto recebe as mais das cousas. E como pera o iogo do enxedrez se requêrẽ dous reyes, hũ de hũa cor e outro de outra, e que cada hũ delles tenha suas peças pôstas em cãsas próprias e ordenãdas, com leyes do que cada hũa deue fazer (segundo o officio que lhe foy dádo:) assy todas as linguágẽs tem dous reis, diferentes em gênero, e concordes ê officio: a hũ chamã. Nome, e ao outro, Verbo.

a ij Cad.

DA LETERA.

Cada hũ destes reyes tẽ sua dama, a do nome chamame Pronome, e a do uerbo, Auerbio. Participio, Artigo, Coniunçam, Interieçã, sam peças e capitães principaes que de baixo de sua urdiçam tẽ muita pionagem de dições, com que comũmente seruem aestes dous poderosos reyes, Nome, e Verbo. Assim que podemos da quy entẽder, ser a nõssa linguagem cõpõsta destas noue pãrtes: Artigo, que e próprio dos Grægos e Hebreus, Nome, Pronome, Verbo, Auerbio, Participio, Cõiunçam, Preposiçam, Interieçam, que tem os latinos. Os quães pãrtem a sua Grammatica em quatro pãrtes, e Ortografia, que trata de letera, em Prosodia, que trata de syllaba, em Ethimologia, que trata da diçam e em Syntaxis, a que respõde a cõstruçã, a imitaçã dos quães, (por termos as suas pãrtes,) diuidimos a nõssa Grãmatica. E por q̃ amais pequena destas pãrtes e a letera, dõde se todol as dições cõpõem: ueiamos primeiro della, e desy das outras tres. Nam segũdo conuẽ a ordẽ da Grãmatica especulatiua, mas como requere a preceitiua: usando dos termos da Grãmatica latina cuĩos filhos nõs somos, por nam degenerar della. E tãbem, por que as ciẽcias requerẽ seus próprios termos per onde se am de aprẽder, como as obras mecanicas instrumentos com que se fãz em, sem os quães, nenhũa destas cousas se põde entender nem acabar.

Difinçam

DO NOME.

a uoz cantando, assy nos temos a mesma ordem, como nesta dicã, lêmos, q̃ na primeira Syllaba alevãtamos, e na segunda abaixamos. E dádo que em algũa maneira nos poderamos estender cõ regras pera a cantidade e acento das nõssas Syllabas: leixamos de o fazer, por que pera se bem exemplificar as suas regras ouuera de ser em tróuas, que tem medida de pões, e cantidade de Syllabas. E por que o tẽpo em que se as tróuas fazia e os hõmẽes nam perdiã sua autoridãde por isso, e degradãdo destes nõssos reynos: ficará esta matéria pera quando o uso o requerer.

DA DICAM.

NEsta terceira parte da nõssa Grã-mática que é da dicam, a que os latinos chamam, Ethimologia, que quer dizer naçimẽto da dicã: se quiseßemos buscar o fundamento e raiz donde ueçram os nõssos uocábulos, seria ir buscar as fõtes do Nilo. E pois Isidoro nas suas Ethimologias, a nã pode achar a muitas cousas: menos a daremos aos nõssos uocábulos. Básta saber que temos latinos, arauigos, e outros de diuersas nações que conquistamos e com quem tiuemos comẽrçio: assy como elles tem outros de nós. Ao presente leixãdas todolas coriosidãdes e questões sem fruto:

DO NOME.

11

póssa sofrer, nam encorrerá em pecádo mortál: dádo que em rigor de bõa linguágem sam mais próprios do singular que do plurár.

Os que tem plurár e nam singular sam estes e outros semelhâtes, fâuas, grãos, lintilhas, tremoços, eruilhas, cominhos, migas, pápas, sementes, farelos. E das que usamos pera serviço da pessoa e cása, andes, andilhas, calças, çiroulas, mantões, alforges, grelhas, tenázas, tissoras. &c.

Das pártes do corpo humano estas nam tem singular, bófes, páreas de molher. E assy todos los numeros que çontamos sobre hũ: como, dous tres, quátro. &c.

Outros muitos nomes temos irreguláres os quâes leixo, estes bástem pera exemplo.

Dos cáso do nome.

Cáso, sam os termos per onde os nomes pronomes e participios pôdem andár, os quâes termos dádo que nã mudẽ a sustancia do nome: gouernã a ordem da oraçã mediante o uerbo. E por que (como ia disse) por sermos filhos da lingua latina, temos tanta conformidáde com ella, que conuẽ usármos dos seus termos: principálmente em cousas que tem seus próprios nomes, dos quâes nã deuemos fogir. Chamã os latinos ao primeiro cáso, Nominatiuo, por ser o primeiro que nomea a cousa: e nelle está a cousa que çou a pessoa que

b iij faz:

DO NOME. 14

do esta syllaba, es, e dizemos cardeál, cardeães, papel, papees, foról, foróes: taful, tafues. Em esta regra nam entram os nomes de hũa só syllaba: como, sál, mel, sól, sul, por que sam irregulares e nam tem plurár. Mal, e cal de moinho, parece que os ouuemos de castela: por que os formamos acrecentandolhe, es, e dizemos máles: cáles. Os nomes que se acabam em, il, em lugar do, l, que lhe tiramos se acrecenta, is: e dizemos ceitil, ceitijs, fonil, fonijs.

Os mais dos nomes que se deuiam acabár ã, am, se escreuem a este modo. Razão, razões. E se o uso nam fosse ã contraíro que tem gram força acerca das cousas, nam me pareceria mal desterármos de nós esta prolaçam e orthografia galega. Por que ameu uer quando quiserem guardár a uerdadeira orthografia destas dições, se deue dizer, Razam, e no plurar, razões. Ca este, m, final nóssó tem aly o officio do mem çerrádo dos hebreos, que e hũa das leteras que elles chamam dos beicos: aquál lhos fáz fechár quando acábam nella, de maneira que se uay fazendo aquella uariaçam ocandose a uóz. E este e hũ módo de áfrautár como se frautam os instrumentos da musica. E entam os que pouco sentem quærem remediár o seu deffalecimento escreuendo agalegadamente: poêdo sempre, o, final ã todalas dições que acábam ã, am.

E se a regra

DIÁLOGO EM LOUVOR DA NOSSA LINGUAGEM

DIALOGO EM LOVVOR DA NOSSA LINGVAGEM.

S Enhor, sabe já esta noua? (Páy) Quál?
(Filho) Que o principe nõsso senhor come-
çou ontem daprender a ler. (P) Equem õ
ensina? (F) O pregador delrey frey Ioam
Soáres. E logo perguntey per que o principiãua: por
cãusa do trabálho que leuou em a composicãm da grã-
mática da nõssa linguágem que lhe tem derigida. (P)
Que impórta o meu trabálho ao principe nõsso senhor
começar daprender, pois tem preceitor de uida e lettras
que lhe ordenará os principios, confórmes á sua idade
e magestade do seu sangue. Nem por eu ter dirigido
a sualtez a o trabálho que dizes, deuo esperar, mais que
por me fazer merçe õ mandár examinár: e sendo tães
que pössam aproueitár aos mininos, mandará que se
leam em as eschólas. E aestes preceitos grammaticães
e diálogo da uiciõsa uergonha, que tu e eu o outro dia
composẽmos: quiseira aiuntár outros dous, hũ da uiciõ-
sa uerdade, e outro destas duas paláuras, Sy. Nam,
por

DIALOGO.

51

por serẽ matèrias cõueniẽtes a tres idádes do hõmẽ. Pe-
 ró pois a ordem da uida que tenho me nam deu mais
 tempo que pera o primeiro: em quanto os outros nam
 uem, seiam recompensádos com louuármos a nõssa lin-
 guágem que temos pôsta em arte, com que leue mais
 ornáto que as regras grammaticáes. E por que acer-
 ca de quál foy a primeira linguágem do mundo em
 as eschólas anda grande questam: *Et adhuc sub iudi-* Horatius in
celis est, primeiro que tratemos da nõssa, quero re-
arte poetica.
 petir esta questam do fundamento pois nella está to-
 do nõsso edificio. Antre os filósofos ouue grã-
 des e diuersas opiniões acerca da criaçã do hõmẽ:
 por que hũus quisẽram que nam teuesse principio e
 fosse ab etẽno como o mundo, e outros que assi o mun-
 do como elle teuera principio. Però em o módo de
 prouár esta criaçã confundiram e destruíram a
 uerdáde: donde deram materia aos poetas pera fabu-
 lárem quantas composuras e fições uemos como con-
 ta Ouidio, que Promotheu formou o hõmem da ter-
Ouid. i. libro
ra. Filho, O outro dia, nos leo nõsso mestre essa fábu- Metamorph
la do Methamorphoseos. E mais adiante está outra
 transformaçã quando depois do diluuiõ Deucalion
 e Pyrra reparáram a perda do gênero humano: Deu-
 calion, lançando as pedras por de trás das cóstas, de
 que se geráua os hõmẽs, e das que Pyrra lançáua se
 g iij gera-

DIALOGO.

dizer, senam tomár hũa cousa por outra. E assy
 ficáram todos com toda a linguágem em uocabulos,
 e com páte dos sinificádos próprios. E a este módo
 trocou deos o intendimento de tantas nações como
 Afta. ij. ca foram presentes ao sermám de Pedro no dia de Pen-
 thecoste: que em hum uocabulo Hebreu, que era sua
 natural linguágem, os ouintes de diuersas nações,
 entendessem hum significádo, e estas eram as desuairá-
 das linguas de que se elles espantáuan. Donde pó-
 des entender, que a linguágem primeira de Adam oie
 está no mundo, em esta nação dez uocabulos, nestou-
 tra uinte, e assy está repartida, que todos á tem em
 uóz mas nam em hum só sinificado. E ainda se póde
 crer, que estas uózes com antiguidáde ia deuem ser cor-
 rompidas: como uemos em muitos uocabulos gregos,
 hebráicos, e latinos, que foram as tres linguágẽes,
 a que podemos chamár princezas do mundo, por que
 esta autoridáde lhe deu o titolo da cruz onde foram
 póstas. Estas por que perderam ia a uez do uso, e tem
 sómente a páte da escriptura, leixalasemos por outras
 tres que fazem ao propósito da nóssa: as quæes ao
 presente todas as outras preçdem, por tomárem de-
 stas primeiras páte de seus uocabulos, principálmen-
 te da latina, que foy aderradeira que teue a monar-
 chia, cujos filhos nós somos. Hũa destas é a Italia-
 na,

DIALOGO

54

na outra a franceza, e outra a espanhól (F) Quál de-
 stas á por melhór, e mais elegante (P) Aque se mais
 confórma com a latina, assi em uocabulos como na or-
 thografia. E nesta páрте muita uantaiem tem a italia-
 na e espanhól, á franceza: e destas duas aque se escreue
 como se fála, e que menos cõsoãtes leua perdidas. E ne-
 sta orthografia a espanhól uence a italiana: e mais tem
 antre sy os genoeses que nam é terra da tramontãna
 nê trãsalpina (como elles dizem) mas hũa páрте da frol
 de itália, os quães de bárhora nã pôdem escreuer sua lin-
 guágẽ, e o que escreuem é em toscano, ou em latim cor-
 ruto (F) Pois muitos dizẽ que a lingua espanhól é des-
 falecida de uocabulos: e que quanta uantáge tem a ita-
 liana á castelhana, tâto excede esta a portuguesa, e q̃
 é seu respeito se pôde chamár elegãte (P) Certo é que
 a limpa castelhana muito melhór é que o uasconso de
 Biscáya, e o ceceár cigano de Seuilha: as quães nam se
 pôdem escreuer. Mas quem ouuer de iulgár estas lin-
 guágẽs: á de saber dambas tanto, que entenda os de-
 feitos e perfeições de cada hũa. Que se pôde deseiar na
 lingua portuguesa que ella tenha? conformidáde com
 a latina? nestes uersos feitos em louuor da nóssa pá-
 tria, se pôde uer quanta tem, por que assi sam portuge-
 ses que os entende o portugues, e tam latinos que os nam
 estranbara quẽ souber a lingua latina.

O quam

22 DIÁLOGO. 22

O quam diuinos acquiris terra triumphos:
 Tam fortes animos alta de sorte creando.
 De numero sancto gentes tu firma reseruas.
 Per longos annos, uiuas tu terra beata.
 Contra non sanctos te armas furiosa paganos.
 Viuas perpetuo, gentes mactando feroces:
 Que *A* Ethiopas. Turcos, fortes Indos das saluos:
 De Iesu Christo sanctos monstrando prophetas.
 F) Parece que uay essa linguágem hum pouco retor-
 cida, e fóra do comũ uso que falámos? (P) O autor q̃
 fez estes uersos, por guardár a cantidáde das syllabas
 e a ordem dos pées, nã falou como em oracám soluta: e
 ia deus ser auisádo per doutrina de teu mēstre, que de
 hũa maneira falam os poetas, e doutra os oradores (F)
 Hum dos primeiros latijs que me elle mandou fazer,
 foy este, O fermósa maria nóua ára com tua uáca nó
 ua. E eu cuidáua que em isto ser linguágem nam podia
 ser latim: tẽ que palmatoreádas mo fezerã entender.
 (P) A hi comecarás tu de sentir olouuor da nóssa lin-
 guágẽ: que sendo nóssa a entẽderá o latino por que ẽ sua
 Esta prerrogatiua tẽ sobre todalas linguágẽs presen-
 tes: magestáde pera cousas gráues, e hũa eficácia ba-
 roil que representa grandes feitos. E o sinál onde se isto
 mais cláro ue, ẽ, na musica, que naturálmente a cerca de
 cada naçám, segue o módo da fála: linguágem gráue,
 musica

DIALOGO.

57

brãdo e suaue (P) Casy aeste ppósito ôtrãz Tullio. E uerdadeiramente á primeira uista, nã á cousa mais grãue antre os bõos Iuizos, que a uariacãm de tantos tráios como os que ôra usamos: os quães se preguntares donde uieram, ou cujos foram, nã lhe acharás mais certa natureza que a opiniam. Pois as cãtigas cõpõstas do pouo, sem cabeça, sem pces, sem nome, ou uerbo que se entêda, quẽ cuidas que ás trãz e leua da terra? quem ás fãz serem tratãdas e recebidas do comũ cõsintimento? O tempo. Pois este fãz as cousas tã naturães como a própria natureza. Este nos deu a elegãcia latina: este nos trouxe a barbaria dos godos, este nos deu, xa, e cha, dos mouriscos, e este nos pôde fazer ricos e póbres de uocãbulos, segũdo o uso e prática que tiuermos das cousas. E nã te pareça trabálho sobeio: entender tanto na própria linguãgem, por que se fores bem doutrinãdo nella, leuemente ô serás em as alheas. Este é o mudo que tiuerã todolos gregos e latinos, tomãrã por fundamento saber primeiro o seu que o alheo. Quero dizer, que Tulio, Cesar, Liuiio, e todolos outros a que chamamos fonte da eloquẽcia, nunca aprêderã lingua latina, como agrega: por que era sua natural linguãgem, tam comũ ao pouo Romano, como uemos que a nõssa é ao pouo de Lisboa, mas soubẽrã a grãmática della. Esta lhe insinou que cousa era nome, e quantas calidãdes e figuras

b tinha,

DIALOGO

tinha, os tēpos, e modos do uerbo, e todas as pârtes que regem e sã regidas: com os mais acidentés e regras que a lingua latina tem. Destas cousas foram os latinos tam curiosos, por apurár a sua lingua, e â iguârê á grega (donde elles tomáram pârte da sua eloquência): que se escreue compoer Cesar hum tratádo da analogia da lingua latina, e Messála a cada letera do *A, b, c*, fez hum liuro que tráta della, e Várro outro da Ethimologia, de q̃ ao presente temos algũa pârte. E Cárlo mãno á imitaçám destes, também compos a lingua alemãa e árte e lhe deu nome nouo aos meses e aos uentos. Estes e outros tam gráues e doutos barões, em cuja mã e arbitrio estáua o estádo e regimento do mundo, assy ouuerã este exercício por glorioso, que na força de suas conquistas e ármãs aly ô exercitáua. E acerca delles, mais se estimáua a uitoria que a sua lingua tinha, e ser recibida de todas as bárbaras nações, que de as someter ao iugo do seu império. E neste cuidádo forã tam sollicitos, que andando antre os Pártos e outros tam bárbaros pouos: nã consentiam que falássem, senam a sua lingua latina, por demonstrár o império que tinhã sobre todas as outras nações. E o mais certo sinál que o Romano póde dár ser Espãha sudita ao seu império, nã se rá suas corónicas e escrituras, cá estas, muitas uezes sã fauoráuees ao senhor de quẽ fala: mas a sua linguágẽ q̃
nos

DIALOGO. 58

nos ficou em testemunho de sua vitória. E quanto entre as cousas materiâes, e de mayór excellencia aquella que máis dura: tanto acerca das cousas da honrra sam de mayór glória as que a memória máis retê. Exêplo temos em todas as monarchias, cá se perderã cõ a uarietade do tẽpo, e fortuna das cousas humanas: però leixou a lingua latina este sinál de seu imperio, q̃ durará eternalmẽte. As armas e padrões portuguezes pôstos em Africa, e em Asia, e em tantas mil ilhas fora da repartição das tres pártes da terra, materiâes sam, e podem o tempo gastar: però nã gastará doutrina, costumes, linguágem, que os portuguezes nestas terras leixárem. (F) Nam sey logo qual será o portuguez de tã errado iuzo, pois e certo que máis pôde durar hum bom costume e uocabulo, que hũ padrã: por que senã preza máis leixar na India este nome, mercadoria, que trazer delá, beniága, cá e sinál de ser uencedor e nam uencido. (P) Certo e que nã á hy glória que se pôssa comparar, a quando os mininos Ethiopas, Persianos, indos da quẽ e dalẽ do Gange, em suas próprias terras, na força de seus tẽplos e pagódes, onde nunca se ouuio o nome romano: per esta nõsa arte aprenderem a nõsa linguágem, com que pôsam ser doutrinados em os preceitos da nõsa fẽ, que nella uãm escritos. (F). Pois quanto ao proueito dos próprios portuguezes, eu

h ij e o que

ANEXO III— DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX: A RESPOSTA DE LEITE DE VASCONCELOS

BIBLIOGRAPHIA

183

BIBLIOGRAPHIA

I

LIVROS

Historia de la literatura gallega, por Augusto G. Besada, — 1.^a Coruña, 1887, xii-176 pag., t. 1, vol. 1.^o (n.^o 8 da *Biblioteca gallega*), — preço avulso 3 pesetas.

A Hispanha tem-se assignalado ultimamente por um grande movimento litterario nos dominios ethnologicos e philologicos, pelo que se refere á colleccção de materiaes; a respeito da Galliza publicou-se já uma boa serie de volumes, que, com o que havia, constituem elementos sufficientes para um estudo, senão completo, pelo menos bastante profundo, do idioma gallego.

O sr. Augusto G. Besada, no livro cujo titulo me serve de epigraphe, e que é o primeiro de um vasto plano, afasta-se do trabalho de simples colleccção, e entra em exegese; mas, a julgar pelo que li, eu devo notar com toda a franqueza que o escriptor gallego não me parece bem preparado com bases philologicas, nem com bases de critica litteraria para a obra que empreendeu. Além d'isso, — defeito commun a outros escriptores do visinho reino —, a fórma preoccupa-o um pouco, do que resulta dar-nos elle ás vezes, em lugar de ideias novas ou factos bem averiguados, apenas phrases rhetoricas que só satisfazem o ouvido.

Na introdução occupa-se do *idioma gallego*. Nesta introdução ha phrases anti-scientificas como a seguinte: «Si admitimos que los habitantes primitivos de nuestra tierra vivían en un estado de barbarie, nada nos interesa su language, que ni habia de ser lógico, ni obedecería á reglas filológicas ni tendria etimología racional, ni tampoco se perpetuaría como no se perpetuaron las costumbres, los hábitos y las leyes» (pag. 21); mais adiante diz que não se conservou até hoje «ni la más rudimentaria noción exacta de los primeros pobladores». Ha aqui uns poucos de erros. Em primeiro lugar, não existe lingua nenhuma, por mais selvagem que pareça, que não tenha regras; as linguas são em parte productos naturaes, em parte productos sociaes, e qualquer d'essa ordem de phenomenos está sujeita a leis. Em segundo lugar, ao contrário do que supõe o sr. Besada, seria uma grande fortuna para a nossa Ethnologia em particular, e para a Glottologia em geral, que apparecesse, algum fragmento que fosse, da lingua ou linguas dos primitivos habitantes da Lusitania, alem do que dos periodos historicos nos é conhecido pelas inscrições, pelos AA. classicos, etc. Em terceiro e ultimo lugar, desconhecerá o sr. Besada os estudos prehistoricos realizados em Portugal e Galliza? Certamente que alguns dos costumes dos nossos maiores podião ter-se conservado, e de certo se conservá-lo, até ao presente, mais ou menos modificados, como acontece por exemplo com os amuletos, etc.

O A. expõe a origem e desenvolvimento do idioma gallego, mas deixa-se ás vezes levar pela phantasia, attribuindo ao celta (sic), ao grego, etc., influencias mais que duvidosas sobre a linguagem da Galliza; a exposição da origem românica está tambem muito embrulhada. O auctor certamente não estudou Frederico Diez, nem Adolpho Coelho; a introdução da *Gramm. das ling. romanicas* do primeiro, e as *Questões da ling. portug.* e *A ling. portug.* (vol. 1 do *Curso de Litt. nac.*) do segundo tê-lo-hão orientado melhor. Em etymologias romantiza tambem muito, como se vê com *Castro*, *Castrelo*, *Maiceda*, *Cortegada*, que contrariamente ao

que o A. pensa, são de origem latina. As palavras que cita do nosso André de Resende (*De antiquitatibus Lusitaniae*) ácerca da acção do grego nos idiomas da península são sem valor. Muita gente, alheia á severidade do methodo philologico, insiste nessa acção; já Saco Arce, auctor da *Gramatica gallega*, a cada passo compara formas gallegas com formas gregas; em Portugal os falsos etymologistas cunham-se tambem em estabelecer analogias entre a bella lingua do Homero e a nossa, mas a verdadeira philologia ri-se de tudo isso. Effectivamente ás vezes ha uma certa analogia: assim o grego *mesēmbria* do *mesm(e)ria* é de algum modo comparavel a *hombro*, de *humerus*; as modificações que se observão em *teinō* de *tenião*, *keirō* *keriō*, etc., parecem-se com as port. *capitaina* de *capitania*, *primeiro-primaio* de *primarius*, etc.; mas estas e outras analogias são puramente fortuitas, dependentes de causas geraes que actuão do mesmo modo na vida da linguagem, e não devidas a communidade de origem immediata.

No cap. III combate o A. a conhecida divisão do Saco Arce do gallego em dois dialectos, um septentrional, outro meridional, e parece admittir seis variedades principaes: gallego da Pontavedra, do Lago, da parte da Coruña, do Santiago, do Orense e do Bayona, — mas devia ter insistido mais sobre isto, notando de uma maneira precisa e circumstanciada os fundamentos d'esta divisão; menciona, mas confusamente, *el habla de los habitantes de Varedo* (perto do Bayona) que *tienen frases suyas y pronunciaciōn distinta*; refere-se pelo mesmo modo vulgar á tendēcia que os povos costeiros tem para *castellanizar el gallego*, e por fim accrescenta que os gallegos da nossa rala fallão o puro gallego, sendo por el contrario los portugueses los que admittē tanta frase de Gallaia, que bien puede decir-se que hablan mas bien gallego que portugués. O que eu entendo é que tanto nos povos raiaños de lá como nos de cá deve haver *linguagens intermedias* e não propriamente *linguagens mistas*; cfr. os meus opusculos *Dialectos minhotos*, I-II, pag. 15 e 19, *Dial. interamnienses*, VII, pag. 22-23, *Linguas raiañas*, pag. 14-15, e *Dial. mirandês*, in fine, — onde tenho exposto as minhas ideias sobre este ponto. — Ao mencionar os dialectos gallegos, o A. esqueceu-se de fallar do idioma do Vierzō, que tantas relações tem com o da Galliza.

No cap. IV tracta o A. ligeiramente da comparação do *bable* (asturiano) com o *gallego* e o *castelhano*, suppondo que o asturiano é a lingua romanica mais antiga da Hispanha, e que o gallego deu origem ao castelhano (pag. 63); como se vê, o sur. Beranda não está no bom terreno, pois as tres linguas provierão parallelamente do latim popular fallado na península hispanica; se em certos casos uma apresenta phenomenos que parecem anteriores aos de outra, isso é devido a condições particulares que num ponto actuão num certo sentido de evolução, e noutro num certo sentido de estacionamento.

O cap. V interessa-nos mais a nós portuguezes, porque o A. pretende provar, fundando-se apenas em passagens de varios escriptores, que o gallego gerou a nossa lingua, e que esta se deve considerar como um sub-dialecto d'aquelle. Eu já disse algures que a questāo da linguas, dialectos, eo dialectos e sub-dialectos, é uma questāo prática, vindo tudo a ser a mesma coisa em theoria. O A. foi levado aqui por um espirito de nacionalidade; do facto eu tenho como exacto o seguinte: a lingua dos Romanos, trazida para a Lusitania (que comprehendia a Gallacia), transformou-se cá em um idioma que chamarei *português-gallego*, que, apesar de variedades ou no menos tendēcias dialectaes que havia de apresentar desde a origem, mantinha uma tal ou qual unidade como se observa nos primitivos documentos escriptos; depois, em virtude de condições communs a todos os idiomas, e de outras particulares a este (como a vida historica de Portugal, a absorção da Galliza na Hispanha, etc.), o *português-gallego* differenciou-se cada vez mais, constituindo do um lado o *gallego* (com os seus dialectos) e do outro o *português* (tambem com os seus dialectos e sub-dialectos). Vê-se pois que estão ambos nas mesmas relações com o latim, e que se não deve dizer nem que o gallego provém do português, nem este d'aquelle. Mas, na vida social e litteraria, qual das duas linguas é mais importante? A que se tornou orgāo de um povo independente e progressivo, senhor de uma litteratura riquissima, collaborador activo e fecundo da civilisação, ou a que pouco mais serve do que para os usos domesticos de uma provincia annexada a um reino, e cuja litteratura, vida e influencia social se não podem comparar com as

da outra? Evidentemente a primeira. E' por isso que eu digo que o português é propriamente uma *lingua* e o gallego um *co-dialecto português*, pois na classificação dos idiomas românicos da península estes dois idiomas não de forçosamente ficar juntos e numa certa relação, que não pôde de modo algum deixar de ser aquella. Attenção de mais a mais os escriptores gallegos á acção absorvente da lingua e litteratura castelhanas sobre a sua, e verão claramente que não devem pertender para o gallego o nome de *lingua* e para o português o de *sub-dialecto*. Nesta exposição não entrei em consideração com outros idiomas raianos que, numa classificação glottologica, seão egualmente ao lado do *português-gallego*. Não cuide o sr. Besada que me cega o amor da patria; eu até concedo-lhe muito mais do que varios philologos romanistas que considerão o gallego como dialecto português: vid. Ad. Coelho *A lingua portuguesa*, 1868, pag. iv, G. Paris in *Romania*, vol. 1 (n.º 2), o principe L. L. Bonaparte in *Transactions of the Cambridge Philological Society*, vol. 11 (pag. 4 do extr.), Monaci e d'Ovidio *Manualetti d'introduzione agli studj neolatini*, 11, 50, etc., etc. Mas eu entendo que a sciencia está superior a todos os preconceitos.

No cap. iv considera o gallego como *idioma* e não como *dialecto*; responde-lhe com o que fica dito antecedentemente.

Terminada a introdução, o A. entra propriamente no assumpto, com um capitulo preliminar, *ideia geral da litteratura gallega* em que estuda algumas formas da poesia popular, etc. Em seguida occupa-se dos *primeiros cantos* da litterat. gallega até ao sec. xii; com grande estranheza vejo comprehendidos ahí os celebres versos á *Perda de Hispanha* (poema da Cava) e a *canção de Gonçalo Herminques*! O A. ignora de certo os trabalhos de critica litteraria de que essas composições (que ha motivos para chamar apocryphas) forão objecto. E' pena ver um escriptor, do enthusiasmo e da dedicação do sr. Besada, occupar-se de um assumpto que elle não domina bem; e isto é um perigo, porque a Hispanha, tão atrasada ainda em estudos philologicos, continuará no marasmo, se os seus escriptores não aproveitarem e que já está feito áccrea do seu país por homens competentes.

Aguardo a continuação da obra. Creia o sr. Besada que nessa critica que lhe dirigi não ha da minha parte a menor sombra de offensa pessoal; eu queria sómente que a sciencia andasse para deante, em logar de andar para trás.

J. L. DE V.

Lo llamp y 'ls temporals por D. Cels Gomis, Barcelona 1884, xxiv — 72 pag., preço 6 reales.

Ao fervor scientifico que, ainda ha relativamente poucos annos, despontou na Europa com o fim de colher e estudar as tradições populares, essas reliquias das civilisações dos nossos maiores, esses documentos interessantissimos e puros da vida do povo, responder a Catalunha com uma actividade muito para louvar. São mais ou menos conhecidos de todos os ethnographos os trabalhos de Milá y Fontanals, Pelay Briz e Bertran y Bros sobre a poesia popular, de Maspons y Labrós sobre novellistica e jogos infantis, etc. O elegante volumesinho cujo titulo dei acima, faz parte de uma bibliotheca popular da *Associació d'excursions catalana*, poisque um dos objectos d'esta sociedade é tambem «arreplegar tot quant á la litteratura popular fa referencia». Direi d'elle duas palavras.

O primeiro capitulo do livro de Cels Gomis occupa-se das *Pedras de raio*. Muitas das superstições mencionadas nelle encontrão-se no nosso país: com a creença de que «quan cau un llamp, s'enfonza set canas sota terra», cfr. as minhas *Trad. pop. de Port.*, § 146.

— «En molts pobles pirenaïchs de la provincia de Girona hi ha la costum de posar aquestas pedras ab lo tall cap amunt quan hi ha temporal, creguts de que aixís se lluran del llamp» (pag. 6): cfr. as minhas *Trad. pop.*, § 146-b.

ANEXO IV— DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX: A ANÁLISE GLOTOLOGICA DE ADOLFO COELHO

— 117 —

está definitivamente elevada á dignidade de lingua escripta¹.

12. Portuguez e gallego

Nos seculos xiii e xiv os dialectos fallados na Galliza e em Portugal divergiu muito pouco, segundo pôde julgar-se pela comparação do Cancioneiro de Afonso x de Castella, escripto em gallego, e das composições encerradas nos Cancioneiros portuguezes das bibliothecas do Vaticano, da casa Braucnti e da Ajuda, nos quaes collaboraram muitos poetas da Galliza. Os documentos de Lugo publicados por Flores na *Espana Sagrada* e outros confirmam essa quasi completa identidade de linguagem do reino de Portugal e da provincia do noroeste da Hispanha. No seculo xv o gallego, como se acha em documentos de Santiago de Compostella, tem as mesmas feições que o portuguez do seculo anterior, abstrahindo d'algumas raras fórmas particulares. Portuguez e gallego foram todavia diferenciando-se cada um do seu lado de modo que o primeiro se acha em frente do segundo como um dialecto perfeitamente definido, não porque o portuguez seja um dialecto do gallego ou o gallego dialecto do portuguez, mas porque portuguez e gallego saíram d'uma mesma base commum, a lingua gallecio-portugueza dos seculos xii a xiv.

Ainda hoje ha phrases, periodos, estrophes gallegas que divergem apenas por uma ou outra fórma e pela coloração particular da pronuncia (variantes phoneticas secundarias) do portuguez; exemplo:

1. O amor da costureira
era papel e molhou-se;
ahora, (ágora) costureirinha,
o teu amor acabou-se.

¹ Vide Secção IV, cap. 1. Deve ter-se em vista que a cultura poetica entre nós começou antes do Afonso III.

2. Passei pola tua porta
e mirei polo ferrolho;
e a ladra da tua nai (mãe)
meteu-m' um pau por um olho.
3. Estou rouca, estou rouca,
estou rouca e bent o sinto;
acabei de rouquear
c'um vaso de vinho tinto.

As diferenças entre o portuguez e o gallego consistem principalmente em que o gallego

1) conserva com fidelidade varias formas medievas que o portuguez alterou, como os nomes em *ou* (*corazon, padron, occasion*) e as formas verbaes em *ou* (*deron, feceron*);

2) alterou formas medievas que o portuguez conserva com maior fidelidade, como as formas da 2.^a pessoa do singular do preterito perfeito, em que modificou *st* em *ch*: *vendeche* = *vendeste*, *deche* = *deste*, *olvidache* = *olvidaste*; as formas nasalizadas da 1.^a pessoa do preterito perfeito: *vin* = *vi*, *conocin* = *conoci* (port. ant.) *conheci*, *fun* = *fui*;

3) usa muitas formas castelhanas, que não foram introduzidas em portuguez, como *luna* (ao lado de *lua*), *iglesia* (ao lado de *igrexa*), *virtu* (ao lado de *virtude*);

4) tem formas e palavras especiaes que parecem desconhecidas do portuguez nas suas diversas epochas, como *cañoto* (talo de planta), *xato* (vitellino), *cara-bullo* (pau torcido), *desvaleirar* (despejar);

5) deu a diversas palavras, que tambem se encontram no portuguez, significações especiaes; por exemplo *moa* significa em gallego dente molar e é identico ao portuguez antigo *moa*, port. moderno *mó*.

ANEXO V— DOCUMENTOS DO SÉCULO XIX: O NASCIMENTO DO GALEGO-PORTUGUÊS

§ 3. As noções fundamentais, basilares, que capacitam para a compreensão do *Léxico português*, são gerais, ou *especiais*. Tratei das gerais no ano passado. Agora repito apenas o essencial, num breve resumo.

Em primeiro lugar é preciso compenetrarmo-nos do facto amplamente provado que a língua portuguesa é filha da latina, uma das fases modernas daquele dialecto, itálico, que falado na península apenínica a princípio apenas numa região, 50 léguas quadradas, chegou a ser uma espécie de língua universal ou pasilíngua, em virtude das qualidades bélicas e administrativas, políticas e jurídicas, e do carácter político e utilitário dos Romanos.

Pertencendo à família neo-latina, ou novi-latina, a língua portuguesa é irmã não só do *espanhol* ou *castelhano*, sua gémea, mas também do *provençal*, falado no Sul da França e especializado do lado de cá dos Pirenéus no *Catalão* ou *catalanesc*; irmã do *francês*; e do *italiano*, isto é, das cinco línguas principais, com literatura abundante e de importância mundial, de que se ocupou Fr. Diez. Irmã também do *rumeno*, falado no Oriente, na península balcânica do lado esquerdo do Danúbio, em parcelas da antiga Dacia — língua a que o fundador só se referiu ocasionalmente, de longe em longe, mas que hoje figura lado a lado com as irmãs mais ricas. Irmã ainda de outras duas que, sem literatura de vulto, têm caracteres glotológicos que lhes dão individualidade, e já não são por isso considerados hoje como de antes como meros dialectos do italiano. Uma delas é o *ladino*, *romansch*, *retico*, *reto-românico* ou *curvalico*, que se fala na região alpina, ao Norte da Lombardia, das nascentes do Reno até ao Adriático, em tratos de terrenos duas vezes interrompidos. Pertencem parte à Suíça, parte à Áustria, parte à Itália — ou por outra no Vale dos Grisões — Graubündten; no Tirol; e no Friúl apar de Veneza, mas formavam outrora uma única província romana: a *Récia*.

A última, a que se deu carácter de língua, é o *sardo*, o conjunto dos dialectos falados nas ilhas de Córsega e Sardenha. Como estas ilhas fôsssem as primeiras conquistas de Roma — fora da península itálica e por estarem isoladas no Mediterrâneo, conservaram traços fonéticos muito arcaicos da língua-mãe, por ex., a pronúncia de *c* como *k*, mesmo antes de *e* e *i* em *kelu* (céu) *kentu* (cento), etc.; e conservaram também vocábulos arcaicos, por ex., *mannu* (*magnus*) substituídos em todos outros idiomas pelo popular *grandis* (grande).

§ 4. Em segundo lugar é importante a noção que, conquanto nas fisionomias de tôdas as cinco, seis, sete ou oito línguas românicas, se reconheçam claramente as feições maternas, cada uma está individualizada. Semelham-se apenas como irmãs. Os filólogos gostam de lhes aplicar dois hexâmetros incompletos que parecem feitos *ad hoc*:



§ 16. O sufixo *-ês*, forma popular do latim *-ense*, que se aplica, assim alatinado, não só a nomes também alatinados, como em *Ulysiponense*, *Conimbricense*, *Vimarense* mas também a formas nacionalizadas, populares como *Portuense*, *Bejense* — o sufixo *-ês*, digo, era naturalmente *uniforme* para os dois géneros, na linguagem medieval. (Já disse o mesmo do sufixo *-or*, *senhor*, *entendedor*, etc.).

Ainda no século XVI muitos livros se dizem impressos e redigidos em *língua português*, por ex., um de Garcia de Resende e outro de João de Barros, dos anos 1543 e 1553. Mesmo hoje há um vestígio do estado arcaico no advérbio *portuguêsmente* (como em *cortêsmente*).



§ 17. *Galego*, representa *galaico*, *calaico*, vocábulo em que tanto o radical como o sufixo são provavelmente célticos. *Gallaecia*, *Callaecia*, designava um país de densas florestas, sempre verdes, florestas que também circundavam o Pôrto até às margens do Douro ⁽¹⁹¹⁾.

Resumindo, *Galego-português* é portanto designação historicamente exacta daquele *romanço* ou língua neo-latina, que se desenvolvera vagarosamente (durante o império romano o dos Suevos e Visigodos, e durante o domínio árabe, mas sobretudo nos séculos da reconquista) do latim vulgar dos primeiros séculos da era cristã, em toda a faixa ocidental da península ibérica, desde o Guadiana até ao mar Cantábrico.

Originariamente, nas regiões *setentrionais*, nas duas margens do rio Minho, do mar até ao Douro, no condado (temporariamente reino) da Galiza e no condado e futuro reino de *Portugal*.

Pormenores sobre a reconquista há-os em Dozy, Herculano e também no excelente estudo de A. Sampaio, *As villas do Norte de Portugal*, (1909) publicado na Revista *Portugalia*.

Apesar da desunião política, houve unidade lingüística.

Unidade completa, ou quasi completa, quanto à linguagem culta, empregada com admirável destreza por todos os poetas líricos da península, que fossem realmente Galegos e Portugueses, quer nascessem no centro, no oriente ou no sul da península, ou poetassem em Jaen ou Sevilha no período trovadoresco. *Unidade* também quanto a textos em

(191) Leite de Vasconcelos emprega de preferência a forma hídrica *Galeco-português*, apesar de em regra ter antipatia contra tudo quanto é mal formado, como por ex., o substantivo analógico *Portugalia*.

Seguramente emprega esse termo meio erudito e meio popular, para evitar *galego*, lembrado de que tanto em Portugal como em Castela houve épocas em que o empregavam depreciativamente.

prosa, elaborados no mesmo período, mas *esses somente, se eram redigidos por verdadeiros Galizianos ou Portugalenses*.

Praticamente os senhores já o experimentaram, nas amostras que temos lido até agora.

Nos dialectos vulgares, regionais e locais, é possível, teóricamente é certo mesmo, ter havido divergências. Dessas divergências, algumas se reflectem mesmo em textos literários.

Por terem desaparecido da língua portuguesa ao passo que elas se conservaram nos falares galizianos (e em parte também na língua castelhana) a designação de *galeguismos* pode passar, posto que *arcaísmos* seria melhor. Mas somente nesse ponto de vista, e tendo-se sempre em conta que *esses galeguismos* são do período que em tudo era *galego-português*.

Penso, por ex., nas formas *xe, xi* por *se, si* = *sibi*; em *cho, cha* por *tó, tá* ou *ti-o, ti-a* (*tibi illum; tibi illam*); em certa confusão entre *o* e *u*, *oi* e *ui* (v. g. *foy, fuy; moy, muyto*).

Penso também no pretérito simples dos verbos fortes: cuja 1.^a acabava em *i* átono, e cuja 3.^a terminava em *o*. Isto é, em formas como *pudi, podo, de potui, potuit; pusi, poso, de posui, posuit; soubi, soubo de sapui, sapuit; prougui, prougo, de placui, placuit; sevi, seco, de sedui, seduit; oubi, oubo; ouvo, de habui, habuit; e, por analogia, quigi, quisu; figi e fezo, etc., etc.*

Ocupei-me delas em diversos escritos meus e tornarei a elas oportunamente. Por ora basta dizer que, comuns ao *galego-português* e aos castelhanos, já eram raros no Ocidente no tempo de D. Denis e seus filhos.

Privativos dos Galegos sujeitos a Castela já eram no século XIV (e raros no XIII) vários castelhanismos.

Há, por ex., *traicion, oracion* (por *traíçon, oraçon*) *reina* (por *reinha, reia* = *rainha*), *trecho* por *treito*, tanto em documentos públicos como em textos literários — traduções da *Crónica General* e *Crónica Troyana*.

Os castelhanismos foram avultando à medida que a comunhão intellectual entre a Galiza e Portugal terminou, e a Galiza como província castelhana se encostou literariamente mais e mais ao centro.

Nos nossos Cancioneiros *galego-portugueses*, tanto nos três profanos como no sacro, já há alguns. Mas ainda não se apureu num estudo especial se ocorrem somente em textos redigidos por *Não-portugueses*.



§ 18. A comunhão intellectual terminou com a subida ao trono da 2.^a dinastia, depois das lutas com Castela, assinaladas pela vitória de Aljubarrota.